

**2019**

**RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**



**MUNICÍPIO DE RESENDE**

Esta página foi deixada propositadamente em branco.

### Ficha Técnica do Documento

<b>Título:</b>	RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
<b>Descrição:</b>	Este relatório pretende traduzir o balanço da execução do Plano Diretor Municipal de Resende, bem como os níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão.
<b>Data de produção:</b>	30 de maio de 2018
<b>Data da última atualização:</b>	14 de fevereiro de 2019
<b>Versão:</b>	08
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
<b>Coordenador de Projeto:</b>	Ricardo Almendra   Geógrafo – Desenvolvimento e Ambiente
<b>Equipa técnica:</b>	Célia Mendes   Geógrafa – Planeamento e Gestão do Território Elisa Bairrinho   Arquiteta Paisagista Sandra Borges   Geógrafa – Planeamento e Gestão do Território
<b>Consultores:</b>	Manuel Miranda   Engenheiro Civil
<b>Código de documento:</b>	017
<b>Estado do documento</b>	Versão Final
<b>Código do Projeto:</b>	011181304
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	REOT_RESENDE_v08

Esta página foi deixada propositalmente em branco.

# ÍNDICE

---

<b>Introdução</b> .....	<b>14</b>
<b>PARTE I ESTADO DO TERRITÓRIO</b> .....	<b>19</b>
<b>1 Enquadramento Administrativo</b> .....	<b>21</b>
1.1 Enquadramento Administrativo e Extensão Territorial .....	21
<b>2 Dinâmicas Demográficas, Sociais e Económicas</b> .....	<b>24</b>
2.1 Demografia .....	24
2.1.1 População Residente .....	24
2.1.2 Densidade Populacional .....	27
2.1.3 Estrutura Etária .....	29
2.1.4 Famílias .....	33
2.1.5 Taxa de Natalidade e Mortalidade .....	36
2.1.5.1 Taxa de Natalidade .....	36
2.1.5.2 Taxa de Mortalidade .....	38
2.2 Níveis de Instrução .....	40
2.2.1 Taxa de Analfabetismo .....	40
2.2.2 Grau de Escolaridade .....	42
2.3 Trabalho e Rendimentos .....	44
2.3.1 Rendimentos do Trabalho .....	44
2.3.1.1 Subsídio de Desemprego .....	44
2.3.1.2 Pensionistas .....	45
2.3.1.3 Rendimento Social de Inserção .....	47
2.3.1.4 Ganho Médio Mensal .....	47
2.3.1.5 Poder de Compra .....	48
2.3.2 Taxa de Desemprego .....	49
2.3.3 Número de Desempregados (mensal) .....	50
2.3.4 População Ativa .....	54
2.3.5 Estrutura do Emprego .....	54
2.3.5.1 Setor Primário: Agricultura e Pecuária .....	58
2.3.5.2 Setor Secundário: Indústria .....	61
2.3.5.3 Setor Terciário: Turismo .....	62
2.4 Tecido Empresarial .....	67
2.4.1 Número de Empresas .....	67
2.4.2 População Empregada por Atividade e Dimensão das Empresas .....	69
2.4.3 Volume de Negócios .....	71

2.4.4	Dimensão das Explorações Agrícolas .....	72
2.4.5	Formas de Exploração da Superfície Agrícola .....	74
2.4.6	SAU .....	76
2.4.6.1	Composição da SAU .....	78
2.4.6.2	Classes da SAU .....	80
2.4.7	Outras Dinâmicas de Relevância .....	81
<b>3</b>	<b>Dinâmicas Territoriais.....</b>	<b>82</b>
3.1	Ocupação do Solo .....	82
3.1.1	Ocupação do Solo.....	82
3.1.2	Características da Ocupação Agrícola .....	84
3.1.3	Características da Ocupação Florestal .....	87
3.2	Valores Territoriais.....	90
3.2.1	Sistema Hídrico .....	90
3.2.2	Reserva Ecológica Nacional .....	94
3.2.3	Rede Natura 2000 .....	94
3.2.4	Património Edificado e Arqueológico.....	96
3.2.5	Zonas de Interesse Paisagístico.....	99
3.2.6	Rotas Turísticas .....	99
3.3	Exploração dos Recursos Geológicos e Energéticos .....	100
3.3.1	Áreas de Concessões de Águas Minerais .....	101
3.4	Agricultura, Pecuária e Silvicultura .....	102
3.4.1	Reserva Agrícola Nacional .....	102
3.4.2	Regime Florestal.....	103
3.4.3	Licenciamentos Agropecuários e Florestais .....	104
3.5	Dinâmicas Urbanas .....	105
3.5.1	Edificação .....	105
3.5.2	Licenciamentos e Obras de Reabilitação.....	110
3.5.3	Alojamentos .....	120
3.6	Infraestruturas .....	126
3.6.1	Abastecimento de Água .....	126
3.6.2	Drenagem de Águas Residuais .....	131
3.6.3	Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos.....	133
3.7	Equipamentos Coletivos .....	135
3.7.1	Equipamentos de Saúde.....	136
3.7.2	Equipamentos de Educação .....	138
3.7.3	Equipamentos de Apoio Social.....	143

3.7.4	Equipamentos Culturais e Turísticos .....	144
3.7.5	Equipamentos Desportivos e de Lazer .....	145
3.7.6	Equipamentos Religiosos .....	147
3.7.7	Equipamentos e Serviços de Administração Pública.....	147
3.7.8	Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública.....	148
3.8	Transportes e Comunicações .....	149
3.8.1	Rede Rodoviária .....	150
3.8.2	Transportes Públicos .....	151
3.8.3	Telecomunicações.....	152
<b>4</b>	<b>Gestão de Riscos e Incidências Ambientais .....</b>	<b>154</b>
4.1	Fogos Florestais/ Áreas Ardidas .....	154
4.2	Ocorrências de Cheias e Inundações .....	159
4.3	Ocorrências de Movimentos de Massa .....	160
4.4	Ocorrências de Incêndios Urbanos .....	161
4.5	Acidentes Rodoviários.....	162
4.6	Rutura de Barragens .....	164
4.7	Intervenções sujeitas a Estudo de Impacte Ambiental/ Estudo de Incidência Ambiental.....	165
	<b>PARTE II AVALIAÇÃO DO PLANEAMENTO MUNICIPAL .....</b>	<b>169</b>
<b>5</b>	<b>Instrumentos de Ordem Superior .....</b>	<b>171</b>
5.1	Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000) .....	171
5.2	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (RH3).....	173
5.3	Plano Rodoviário Nacional .....	174
5.4	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega (PROF-T) .....	175
5.5	Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo .....	176
<b>6</b>	<b>Instrumentos de Intervenção Municipal .....</b>	<b>177</b>
6.1	Planos Territoriais .....	177
6.2	Áreas de Reabilitação Urbana .....	178
6.3	Execução do PDM (em vigor) .....	181
6.3.1	Avaliação do Programa de Execução.....	182
6.3.2	Avaliação da execução dos espaços industriais e empresariais .....	184
6.3.3	Avaliação da execução das UOPG .....	186
<b>7</b>	<b>Contributo dos PMOT para o estado do território .....</b>	<b>193</b>
	<b>Bibliografia .....</b>	<b>197</b>

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da população residente na CIM Tâmega e Sousa, entre 1960 e 2016.....	25
Gráfico 2. Evolução da população residente no município de Resende, entre 1981 e 2011 .....	26
Gráfico 3. Densidade populacional na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e nos respetivos concelhos da sub-região, entre 2001 e 2016 e respetiva variação relativa .....	28
Gráfico 4. População residente (%) por grandes grupos etários, em 2016, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios .....	30
Gráfico 5. Variação relativa (%) da população residente por grandes grupos etários entre 2001 e 2016, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios.....	31
Gráfico 6. População residente (nº) por grupos quinquenais, entre 2001 e 2011, no município de Resende.....	31
Gráfico 7. Evolução do número de famílias e respetiva variação relativa, entre 2001 e 2011, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios .....	33
Gráfico 8. Evolução da dimensão média das famílias e respetiva variação relativa, entre 2001 e 2011, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios.....	34
Gráfico 9. Evolução do número de famílias e respetiva variação relativa, entre 2001 e 2011, por freguesia, no município de Resende.....	35
Gráfico 10. Famílias (nº), população residente (nº) e dimensão média das famílias, em 2011, no município de Resende .....	36
Gráfico 11. Evolução dos Nacimentos (%) na sub-região Tâmega e Sousa tendo em conta os respetivos municípios, em 2001, 2011 e 2017.....	37
Gráfico 12. Taxa Bruta de Natalidade (‰), em 2001, 2011 e 2017, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios .....	37
Gráfico 13. Taxa de Natalidade no município de Resende, entre 2009 e 2017.....	38
Gráfico 14. Evolução dos óbitos (%) na sub-região Tâmega e Sousa tendo em conta os respetivos municípios, em 2001, 2011 e 2017.....	39
Gráfico 15. Taxa Bruta de Mortalidade (‰), em 2001, 2011 e 2017, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios .....	39
Gráfico 16. Taxa de Mortalidade no município de Resende, entre 2009 e 2016 .....	40
Gráfico 17. Taxa de Analfabetismo, em 2001 e 2011, no município de Resende .....	41
Gráfico 18. Taxa de Analfabetismo (%), em 2001 e 2011, por freguesia, no município de Resende .....	42
Gráfico 19. Variação relativa do grau de escolaridade, entre 2001 e 2011, na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios .....	43
Gráfico 20. População beneficiária do subsídio de desemprego da Segurança Social, no município de Resende .....	45
Gráfico 21. População beneficiária de pensões da Segurança Social, entre 2011 e 2016, no município de Resende ..	46
Gráfico 22. População pensionista da Segurança Social por mil habitantes (‰) em idade ativa, na região Norte, Sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende .....	46
Gráfico 23. População beneficiária de Rendimento Social de Inserção, entre 2011 e 2016, no município de Resende .....	47
Gráfico 24. Ganho médio mensal, entre 2011 e 2015, no município de Resende .....	48

Gráfico 25. Poder de Compra <i>per capita</i> , bienal entre 2004 e 2015, na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende.....	49
Gráfico 26. Taxa de desemprego, em 2001 e 2011, na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios.....	50
Gráfico 27. Total de População Desempregada, entre 2008 e 2017, no município de Resende.....	51
Gráfico 28. População Desempregada, tendo em conta o género, de 2008 a 2017, no município de Resende.....	51
Gráfico 29. População Desempregada de acordo com o tempo de inscrição, entre 2007 e 2018, no município de Resende .....	52
Gráfico 30. População Desempregada de acordo com a situação face à procura de emprego, entre 2007 e 2018, no município de Resende.....	53
Gráfico 31. População Desempregada tendo em conta a classe etária, entre 2007 e 2018, no município de Resende .....	53
Gráfico 32. População Ativa (Nº) em 2001 e 2011, no município de Resende.....	54
Gráfico 33. População empregada (%) por setor de atividade, na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende, em 2011.....	55
Gráfico 34. População empregada (%) por setor de atividade, em 2011, no município de Resende .....	56
Gráfico 35. Variação relativa (%) da população empregada entre 2001 e 2011, por setor de atividade, no município de Resende.....	58
Gráfico 36. Produtores agrícolas singulares por grupos etários, em 2009, no município de Resende .....	60
Gráfico 37. Localização dos alojamentos locais no município de Resende .....	66
Gráfico 38. Evolução do número de empresas e estabelecimentos, entre 2010 e 2016, no município de Resende...	69
Gráfico 39. População empregada por atividade económica (CAE Rev. 3) em 2011, no município de Resende .....	70
Gráfico 40. Evolução do volume de negócios das empresas no município de Resende .....	72
Gráfico 41. Superfície das explorações agrícolas (ha), em 2009, na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios .....	73
Gráfico 42. Variação das explorações agrícolas (%) na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende, entre 1999 e 2009 .....	73
Gráfico 43. Formas de Exploração Agrícola (%) na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende, em 2009.....	75
Gráfico 44. Formas de Exploração Agrícola (%), entre 1989 e 2009, no município de Resende .....	75
Gráfico 45. Variação relativa entre 1999 e 2009 da Superfície Agrícola Utilizada e das Explorações Agrícolas na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende .....	77
Gráfico 46. Composição da Superfície Agrícola Utilizada, em 2009, no município de Resende.....	78
Gráfico 47. Variação relativa da composição da Superfície Agrícola Utilizada na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende, entre 1999 e 2009.....	79
Gráfico 48. Classes de Superfície Agrícola Utilizada (ha), em 2009, no município de Resende .....	80
Gráfico 49. Usos de solo no município de Resende, em percentagem (%) .....	84
Gráfico 50. Percentagem (%) de uso do solo tendo em conta a área total de área agrícola e agroflorestal do concelho de Resende.....	86
Gráfico 51. Percentagem (%) de usos do solo tendo em conta a área total de áreas agrícolas e agroflorestais, no município de Resende.....	87

Gráfico 52. Percentagem (%) de áreas de floresta e meios naturais e seminaturais, de acordo com o nível 2 da COS 2010, tendo em conta a área total de área florestal no município de Resende .....	89
Gráfico 53. Percentagem (%) de áreas florestais de acordo com o nível 3 da COS 2010, tendo em conta a área das florestas e meios naturais e seminaturais, no município de Resende .....	89
Gráfico 54. Património imóvel "classificado" no município de Resende.....	96
Gráfico 55. Tipologia dos sítios arqueológicos do município de Resende.....	97
Gráfico 56. Distribuição dos sítios arqueológicos do município de Resende por períodos.....	98
Gráfico 57. Evolução do edificado entre 2001 e 2011 nos municípios da sub-região Tâmega e Sousa .....	105
Gráfico 58. Evolução do número de edifícios, entre 2001 e 2011, por freguesia, no município de Resende .....	106
Gráfico 59. Proporção dos edifícios por época de construção, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios .....	107
Gráfico 60. Proporção dos edifícios por época de construção, por freguesia, no município de Resende .....	108
Gráfico 61. Licenciamento de edifícios no município de Resende, entre 2011 e 2016 .....	111
Gráfico 62. Construções novas e ampliações, alterações e reconstruções, entre 2011 e 2016, no município de Resende .....	111
Gráfico 63. Licenciamentos de edificação de construções novas e de obras de ampliação, alteração e reconstrução, em 2016, no município de Resende .....	112
Gráfico 64. Construções novas e ampliações, alterações e reconstruções para habitações familiares, em 2016, no município de Resende.....	113
Gráfico 65. Evolução do número de licenciamentos para obras de edificação e da proporção de licenciamentos para construções novas, entre 2011 e 2016, no município de Resende .....	114
Gráfico 66. Distribuição dos licenciamentos ocorridos entre 2009 e julho de 2018 .....	115
Gráfico 67. Tipo de obra dos licenciamentos para habitação familiar ocorridos entre 2009 e julho de 2018 .....	117
Gráfico 68. Processos de licenciamentos ocorridos entre 2009 e julho de 2018, em solo urbano urbanizado .....	117
Gráfico 69. Processos de licenciamentos ocorridos entre 2009 e julho de 2018, em solo urbano programado .....	118
Gráfico 70. Processos de licenciamentos ocorridos entre 2009 e julho de 2018, em solo rústico e por destino de obra .....	120
Gráfico 71. Evolução dos alojamentos familiares clássicos, nos municípios integrantes da sub-região Tâmega e Sousa, entre 2001 e 2017.....	121
Gráfico 72. Densidade habitacional, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios .....	123
Gráfico 73. Densidade habitacional no município de Resende, em 2011 .....	123
Gráfico 74. Distribuição das captações de água, no município de Resende .....	126
Gráfico 75. Distribuição dos reservatórios de água e capacidade média (m <sup>3</sup> ), no município de Resende.....	127
Gráfico 76. Estações de Tratamento de Água (ETA) e população total servida, no município de Resende .....	128
Gráfico 77. Postos de Cloragem (PC) e população total servida, no município de Resende .....	129
Gráfico 78. Evolução da percentagem de água segura nas análises realizadas, no município de Resende .....	130
Gráfico 79. Água distribuída por habitante (m <sup>3</sup> por habitante), na sub-região Tâmega e Sousa .....	130
Gráfico 80. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, na sub-região Tâmega e Sousa .....	131
Gráfico 81. População (%) servida por ETAR, no município de Resende.....	133

Gráfico 82. Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/habitante), na sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende.....	134
Gráfico 83. Proporção de resíduos urbanos recolhidos (tonelada) de forma indiferenciada e seletiva, em 2015 e 2016, no município de Resende.....	134
Gráfico 84. Médicos e Enfermeiros por 1.000 habitantes, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende (2016).....	137
Gráfico 85. Médicos e Enfermeiros por 1.000 habitantes (nº), entre 2011 e 2016, no município de Resende .....	137
Gráfico 86. Evolução dos estabelecimentos de ensino e natureza institucional, no município de Resende .....	139
Gráfico 87. Evolução dos estabelecimentos de ensino de Jardim de Infância e Escolas Básicas, no município de Resende .....	140
Gráfico 88. Alunos inscritos em escolas públicas, entre 2010 e 2018, no município de Resende .....	141
Gráfico 89. Número de alunos que frequentam o ensino profissional na Escola secundária de Resende entre 2012 e 2016 .....	142
Gráfico 90. Taxa bruta de escolarização do ensino básico e secundário, taxa de retenção/ desistência no ensino básico e taxa de transição/ conclusão do ensino secundário, no ano letivo 2016/2017, na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios .....	143
Gráfico 91. Áreas Ardidas e Número de Ocorrências, no município de Resende .....	158

## ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Enquadramento Geográfico do município de Resende .....	21
Mapa 2. Enquadramento Geográfico do município de Resende na CIM Tâmega e Sousa.....	22
Mapa 3. Enquadramento Administrativo do município de Resende .....	23
Mapa 4. População residente (nº) em 2011 e respetiva variação relativa (2001 e 2011), no município de Resende .	27
Mapa 5. Densidade Populacional (habitantes por km <sup>2</sup> ) em 2011 e respetiva variação relativa (2001-2011), no município de Resende.....	29
Mapa 6. Proporção de população residente (%) por grandes grupos etários (2011), no município de Resende .....	32
Mapa 7. População residente, por grau de escolaridade, em 2011, no município de Resende.....	44
Mapa 8. População Empregada (%) por setor de atividade económica, em 2011, no município de Resende .....	57
Mapa 9. Explorações agrícolas (nº) no município de Resende, e respetiva variação relativa .....	74
Mapa 10. Formas de exploração da superfície agrícola, em 2009, no município de Resende .....	76
Mapa 11. Superfície Agrícola Utilizada (ha) no município de Resende e respetiva variação relativa .....	77
Mapa 12. Uso e ocupação do solo (COS 2010), no município de Resende .....	83
Mapa 13. Áreas agrícolas e agroflorestais, no município de Resende .....	85
Mapa 14. Florestas e meios naturais e seminaturais, no município de Resende.....	88
Mapa 15. Rede Hidrográfica do município de Resende .....	91
Mapa 16. Reserva Ecológica Nacional, no município de Resende .....	94
Mapa 17. Sítios de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000, no município de Resende .....	95

Mapa 18. Património edificado e arqueológico, do município de Resende.....	98
Mapa 19. Captação de Águas e Áreas de Proteção e de Concessão, no município de Resende .....	101
Mapa 20. Reserva Agrícola Nacional, no município de Resende .....	102
Mapa 21. Regime Florestal do município de Resende .....	103
Mapa 22. Licenciamentos agropecuários no município de Resende .....	104
Mapa 23. Edifícios (nº) no município de Resende (2011) e respetiva variação relativa .....	106
Mapa 24. Edifícios por forma de ocupação, em 2011, no município de Resende .....	109
Mapa 25. Edifícios por número de pisos, em 2011, no município de Resende .....	110
Mapa 26. Licenciamentos por destino de obra, no município de Resende .....	115
Mapa 27. Licenciamentos por tipo de obras, no município de Resende .....	116
Mapa 28. Alojamentos (nº) no município de Resende (2011) e respetiva variação relativa .....	122
Mapa 29. Alojamentos familiares (nº) face à ocupação, em 2011, no município de Resende .....	124
Mapa 30. Alojamentos familiares (nº) face ao tipo de ocupação, em 2011, no município de Resende .....	125
Mapa 31. Infraestruturas de abastecimento de água do município de Resende.....	128
Mapa 32. Infraestruturas de saneamento de águas residuais, do município de Resende .....	132
Mapa 33. Ecopontos, no município de Resende .....	135
Mapa 34. Equipamentos de saúde do município de Resende .....	136
Mapa 35. Equipamentos de Educação, no município de Resende.....	138
Mapa 36. Equipamentos de apoio social do município de Resende .....	144
Mapa 37. Equipamentos culturais e turísticos, do município de Resende.....	145
Mapa 38. Equipamentos desportivos e de lazer, do município de Resende.....	146
Mapa 39. Equipamentos religiosos no município de Resende.....	147
Mapa 40. Equipamentos e serviços administrativos do município de Resende .....	148
Mapa 41. Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública, do município de Resende .....	149
Mapa 42. Rede Rodoviária do município de Resende.....	150
Mapa 43. Transportes públicos (Câmara Municipal de Resende), no município de Resende.....	151
Mapa 44. Transportes públicos (Transdev), do município de Resende.....	152
Mapa 45. Infraestruturas de telecomunicações, no município de Resende .....	153
Mapa 46. Carta de perigosidade de incêndios florestais, no município de Resende .....	155
Mapa 47. Áreas Ardidas entre 2009 e 2017, no município de Resende.....	157
Mapa 48. Carta de Suscetibilidade de cheias e inundações, no município de Resende .....	159
Mapa 49. Carta de suscetibilidade de movimentos de massa, no município de Resende .....	161
Mapa 50. Carta de suscetibilidade de incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada densidade populacional, no município de Resende .....	162
Mapa 51. Carta de suscetibilidade de acidentes rodoviários.....	163
Mapa 52. Carta de suscetibilidade de cheias e inundações por rutura de barragens, no município de Resende .....	165
Mapa 53: Habitats do SIC PTCO0025 - Montemuro, presentes no município de Resende .....	173

Mapa 53. Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor no município de Resende .....	177
Mapa 54. Localização das áreas de reabilitação urbana aprovadas no município de Resende .....	178
Mapa 55. Equipamentos coletivos construídos ou requalificados no município de Resende.....	184
Mapa 56. Localização das UOPG no município de Resende.....	187
Mapa 57. UOPG de Resende .....	188
Mapa 58. UOPG de Caldas de Aregos .....	189
Mapa 59. UOPG de Anreade .....	190
Mapa 60. UOPG de Porto de Rei .....	191
Mapa 61. UOPG de São Martinho de Mouros.....	192

## ÍNDICE DE QUADROS

---

Quadro 1. Freguesias do município de Resende (Área em km <sup>2</sup> e percentagem da área total do concelho) .....	23
Quadro 2. Tipologia, ano de abertura e localização dos empreendimentos turísticos .....	64
Quadro 3. Categoria e localização dos projetos de empreendimentos turísticos no município de Resende .....	64
Quadro 4. Empresas (nº e %) por Atividade Económica (CAE Rev. 3), entre 2008 e 2016, no município de Resende. 67	
Quadro 5. <i>Habitats</i> prioritários identificados no SIC Montemuro (PTCON0025).....	172
Quadro 6. Avaliação da execução das ações previstas no programa de execução da revisão do PDM de Resende .	182

## ÍNDICE DE FIGURAS

---

Figura 1. Estações de monitorização da qualidade da água da bacia hidrográfica do rio Douro .....	92
Figura 2. Qualidade da água superficial na Estação de Foz Teixeira .....	92
Figura 3. Qualidade da água superficial na Estação de Penude .....	93
Figura 4. Qualidade da água superficial da estação de Ponte Pias 2.....	93
Figura 5. Delimitação da ARU do Núcleo Urbano de Resende .....	179
Figura 6. Delimitação da ARU do Núcleo Urbano de Caldas de Aregos .....	180
Figura 7. Delimitação da ARU do Núcleo Urbano de São Martinho de Mouros.....	181
Figura 8. Planta de implantação do Plano de Pormenor da Área Empresarial de Anreade .....	185
Figura 9. Imagem satélite da área do Plano de Pormenor da Área Empresarial de Anreade .....	186

Esta página foi deixada propositadamente em branco.

# Introdução

O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) de Resende pretende responder às disposições legais previstas na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU) (Lei nº 31/2014, de 30 de maio) e no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) (Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio). Estes documentos legais demonstram a relevância de se monitorizar os instrumentos de gestão territorial e de avaliar a sua realização/ concretização, compreendendo se o seu cumprimento está a decorrer de acordo com os objetivos previamente definidos, traduzindo, assim, "o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão" (nº 4, artigo 189, Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de Maio), sendo a realização do REOT da responsabilidade do poder local.

A elaboração do REOT é da competência da Câmara Municipal de Resende, e deve-se realizar de quatro em quatro anos, de acordo com o previsto no nº 3 do artigo 189º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio.

O REOT de Resende foi aprovado pelo Executivo Municipal na reunião pública ordinária realizada no dia 5 de dezembro de 2018, tendo estado em discussão pública entre o dia 2 de janeiro e o dia 13 de fevereiro de 2019 [deliberação publicada em Diário da República através do Aviso (extrato) n.º 54/2019, de 2 de janeiro]. Durante este período não foi rececionada qualquer observação ou sugestão ao documento, correspondendo desta forma o presente documento à versão final do REOT de Resende.

Em termos metodológicos, com o intuito de avaliar o estado do ordenamento do território do concelho de Resende e tendo presentes os objetivos delineados no âmbito do Plano Diretor Municipal (PDM), procedeu-se à análise de um conjunto de indicadores considerados fundamentais, nomeadamente:

Domínio	Área Temática	Indicador
Dinâmicas Demográficas, Sociais e Económicas	Demografia	População Residente
		Densidade Populacional
		Estrutura Etária
		Famílias
	Taxa de Natalidade e Mortalidade	
	Níveis de Instrução	Taxa de Analfabetismo
		Grau de Escolaridade
	Trabalho e Rendimento	Rendimento do Trabalho
		Taxa de Desemprego
	Atividades Económicas	Número de Desempregados (mensal)
População Ativa		
Estrutura do Emprego		
		Número de Empresas

Domínio	Área Temática	Indicador
Dinâmicas Territoriais	Ocupação do Solo	População Empregada por Atividade
		Dimensão
		Volume de Negócios
		Dimensão das Explorações Agrícolas
		Formas de Exploração da Superfície Agrícola
		SAU
		Outras Dinâmicas de Relevância
		Ocupação do Solo
		Características da Ocupação Agrícola
		Características da Ocupação da Floresta
		Sistema Hídrico
		REN
		Rede Natura 2000
		Património Edificado e Arqueológico
Zonas de Interesse Paisagístico		
Rotas Turísticas		
Dinâmicas Territoriais	Valores Territoriais	Áreas de Concessões de Águas Minerais
		RAN
		Regime Florestal
		Licenciamentos Agropecuários e Florestais
		Edificação
		Licenciamentos
		Obras de Reabilitação
		Alojamentos
		Abastecimento de Água
		Drenagem de Águas Residuais
		Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos
		Equipamentos de Saúde
		Equipamentos de Educação
		Equipamentos de Apoio Social
Equipamentos de Culturais e Turísticos		
Dinâmicas Territoriais	Dinâmicas Urbanas	Equipamentos de Desportivos
		Equipamentos Religiosos
		Equipamentos de Administração Pública
		Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública
		Rede Rodoviária
		Transportes Públicos
		Telecomunicações
		Fogos Florestais/ Áreas Ardidas
		Ocorrências de Cheias e Inundações
		Ocorrências de Movimentos de Massa
		Ocorrências de Incêndios Urbanos
		Atividades Perigosas e Insalubres
		Acidentes Rodoviários
		Rutura de Barragens
Intervenções Sujeitas a Estudo de Impacte Ambiental/ Estudo de		
Dinâmicas Territoriais	Exploração dos Recursos Geológicos e Energéticos	Áreas de Concessões de Águas Minerais
		RAN
		Regime Florestal
		Licenciamentos Agropecuários e Florestais
		Edificação
		Licenciamentos
		Obras de Reabilitação
		Alojamentos
		Abastecimento de Água
		Drenagem de Águas Residuais
		Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos
		Equipamentos de Saúde
		Equipamentos de Educação
		Equipamentos de Apoio Social
Equipamentos de Culturais e Turísticos		
Dinâmicas Territoriais	Agricultura, Pecuária, Silvicultura	Equipamentos de Desportivos
		Equipamentos Religiosos
		Equipamentos de Administração Pública
		Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública
		Rede Rodoviária
		Transportes Públicos
		Telecomunicações
		Fogos Florestais/ Áreas Ardidas
		Ocorrências de Cheias e Inundações
		Ocorrências de Movimentos de Massa
		Ocorrências de Incêndios Urbanos
		Atividades Perigosas e Insalubres
		Acidentes Rodoviários
		Rutura de Barragens
Intervenções Sujeitas a Estudo de Impacte Ambiental/ Estudo de		
Dinâmicas Territoriais	Gestão de Riscos e Incidências Ambientais	Áreas de Concessões de Águas Minerais
		RAN
		Regime Florestal
		Licenciamentos Agropecuários e Florestais
		Edificação
		Licenciamentos
		Obras de Reabilitação
		Alojamentos
		Abastecimento de Água
		Drenagem de Águas Residuais
		Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos
		Equipamentos de Saúde
		Equipamentos de Educação
		Equipamentos de Apoio Social
Equipamentos de Culturais e Turísticos		

Domínio	Área Temática	Indicador
		Incidência Ambiental

Quanto ao período temporal em que os indicadores analisados irão incidir, salienta-se o período compreendido entre 2001 e 2011 (correspondente aos dois últimos Censos) e entre 1999 e 2009 (correspondente aos dois últimos Recenseamentos Agrícolas), embora, em alguns casos, se tente recuar a décadas antecedentes com o intuito de compreender a evolução dos mesmos num âmbito temporal mais alargado, para além de que, sempre que possível, se apresentam dados mais recentes que se encontram disponíveis de forma a compreender-se as dinâmicas recentes. Para além disso, deve salientar-se o período após 2009, correspondendo ao período de vigência do PDM de Resende, com o intuito de compreender as alterações e evoluções ocorridas neste período.

Esta página foi deixada propositalmente em branco.

**PARTE I**  
ESTADO DO  
TERRITÓRIO

Esta página foi deixada propositadamente em branco.

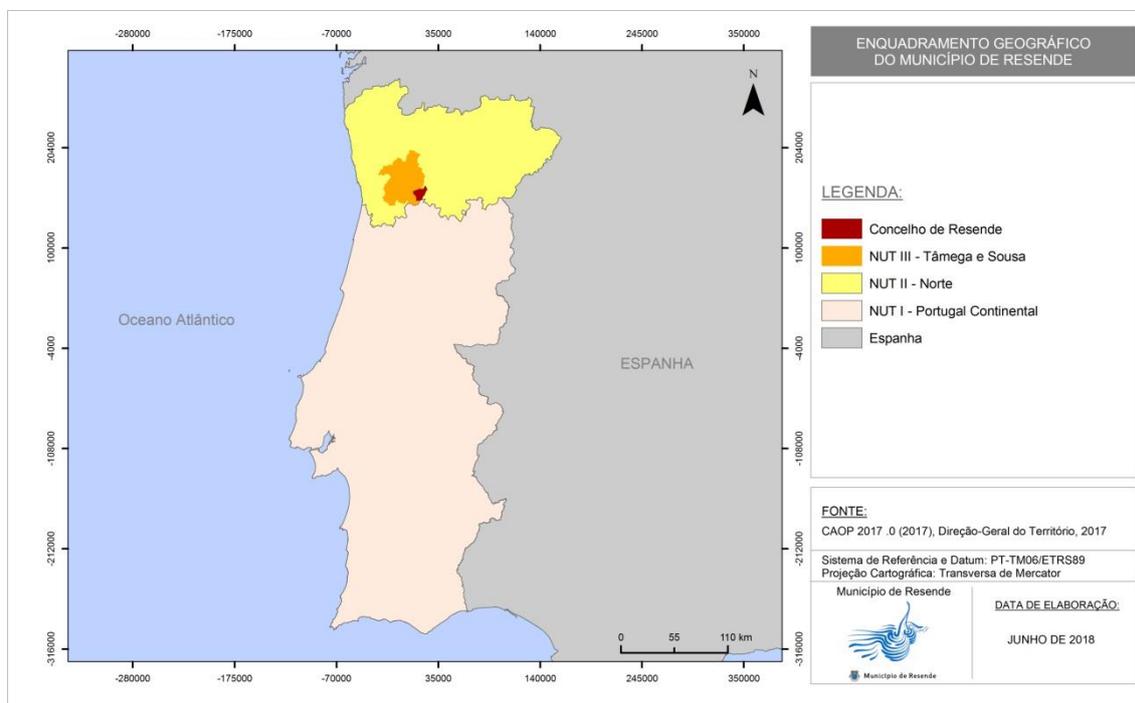
# 1 ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o enquadramento administrativo e geográfico do concelho de Resende nas várias escalas (regional e nacional), assim como compreender a sua localização face aos principais centros regionais.

## 1.1 ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E EXTENSÃO TERRITORIAL

O concelho de Resende insere-se em termos administrativos na NUT II – Norte, na NUT III – Tâmega e Sousa (a par com 10 concelhos, nomeadamente Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Penafiel, que em conjunto compõem a Comunidade Intermunicipal - CIM do Tâmega e Sousa) e no distrito de Viseu, encontrando-se confrontado com municípios do distrito de Vila Real e do Porto a norte, e de Viseu a sul, este e oeste (Mapa 1).

Mapa 1. Enquadramento Geográfico do município de Resende



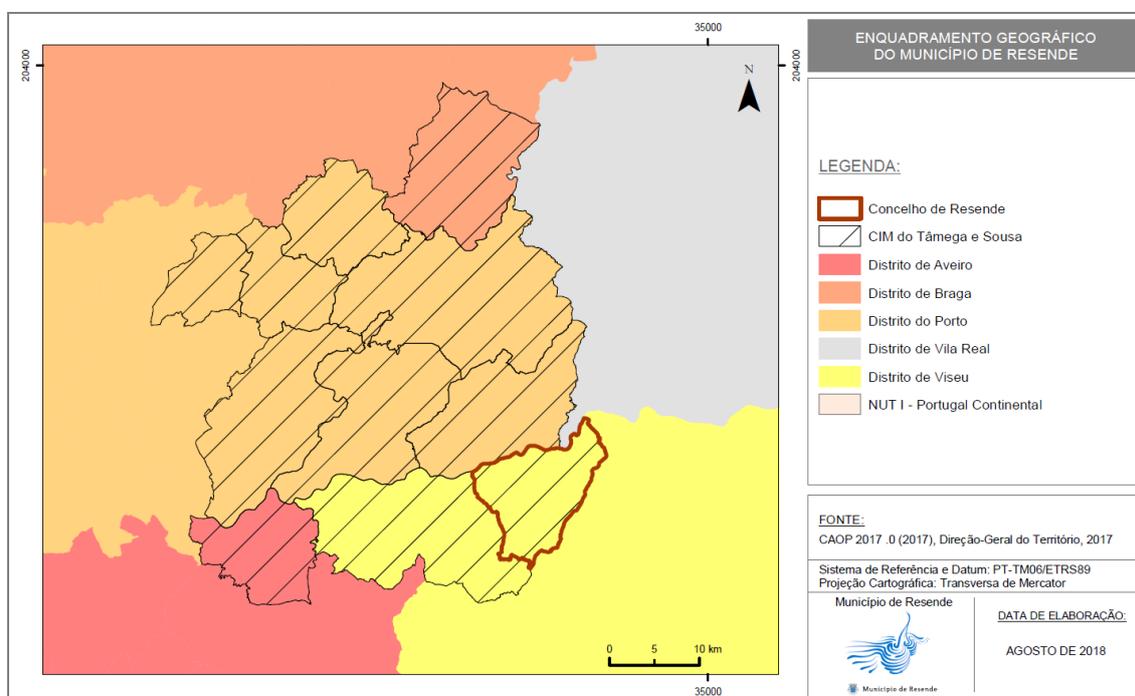
Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

A relação do concelho de Resende com centros urbanos como o Porto, Vila Real e Viseu apresenta-se crucial, sendo favorecido por vias como é o caso da A24 e da A4 que encurtam a distância-tempo de

deslocação, permitindo que em 1 hora se consiga chegar a Viseu ou a Vila Real e em menos de 1 hora e 30 minutos se consiga chegar ao Porto. Esta facilidade de deslocação permite que a população facilmente aceda a três importantes centros urbanos e que as relações entre os concelhos coexistam naturalmente, respondendo assim a um dos objetivos do PDM de Resende.

O território concelhio confronta com cinco concelhos, tal como se pode observar no Mapa 2 e no Mapa 3, sendo que a norte encontra-se limitado pelo município de Baião (distrito do Porto) e pelo município de Mesão Frio (distrito de Vila Real), a oeste limitado pelo município de Cinfães (distrito de Viseu), a sul pelo município de Castro Daire (distrito de Viseu) e, por fim, a este, pelo município de Lamego (distrito de Viseu).

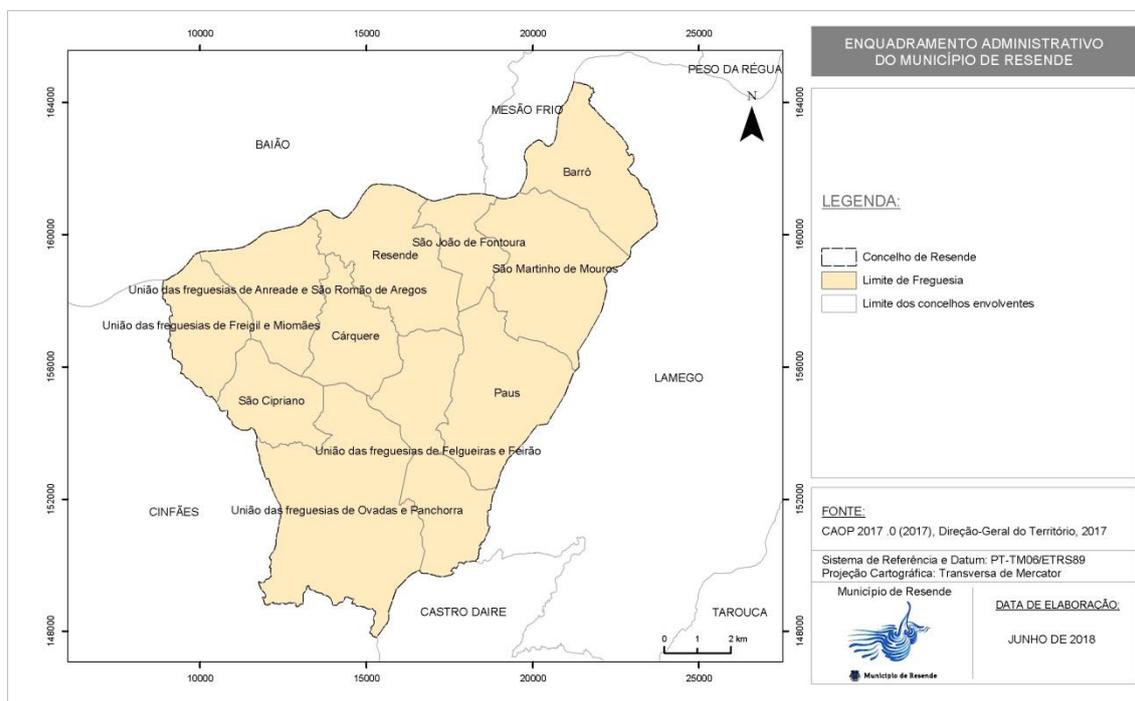
**Mapa 2. Enquadramento Geográfico do município de Resende na CIM Tâmega e Sousa**



*Elaborado pela GeoAtributo, 2018.*

Localizado na Serra do Montemuro e na margem sul do rio Douro ao longo de aproximadamente 17 km, o concelho possui uma extensão de 123,35 km<sup>2</sup>, sendo constituído, após a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica (Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro) por 11 freguesias (Quadro 1 e Mapa 3): Barrô; Cárquere; Paus; Resende; São Cipriano; São João de Fontoura; São Martinho de Mouros; União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos; União das freguesias de Felgueiras e Feirão; União das freguesias de Freigil e Miomães; e União das freguesias de Ovadas e Panchorra.

Mapa 3. Enquadramento Administrativo do município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Quadro 1. Freguesias do município de Resende (Área em km<sup>2</sup> e percentagem da área total do concelho)

Freguesias	Área (km <sup>2</sup> )	Área (%)
Barrô	10,04	8,14
Cárquere	7,50	6,08
Paus	13,40	10,86
Resende	11,88	9,63
São Cipriano	6,70	5,43
São João de Fontoura	5,06	4,10
São Martinho de Mouros	14,41	11,68
União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos	9,83	7,97
União das freguesias de Felgueiras e Feirão	13,28	10,77
União das freguesias de Freigil e Miomães	7,43	6,02
União das freguesias de Ovadas e Panchorra	23,82	19,31
<b>Concelho de Resende</b>	<b>123,35</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CAOP 2017, Direção-Geral do Território.

De acordo com o Quadro 1 e com o Mapa 3, as freguesias que ocupam maior área no concelho de Resende (superior a 13 km<sup>2</sup>) são a União das freguesias de Ovadas e Panchorra (23,82 Km<sup>2</sup>), a freguesia de São Martinho de Mouro (14,41 Km<sup>2</sup>), a freguesia de Paus (13,40 Km<sup>2</sup>) e a União das freguesias de Felgueiras e Feirão (13,28 Km<sup>2</sup>), constituindo as freguesias localizadas em área serrana.

## 2 DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS, SOCIAIS E ECONÓMICAS

---

O presente capítulo tem como objetivo analisar a evolução das dinâmicas demográficas, sociais e económicas registadas no concelho de Resende, comparando, sempre que possível, com outras escalas de modo a compreender-se a sua dinâmica face à região Norte e à sub-região Tâmega e Sousa.

### 2.1 DEMOGRAFIA

No que concerne à demografia serão analisados cinco indicadores, nomeadamente a População Residente, Densidade Populacional, Estrutura Etária, Famílias e Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade, com o intuito de se compreender a evolução da população do concelho de Resende.

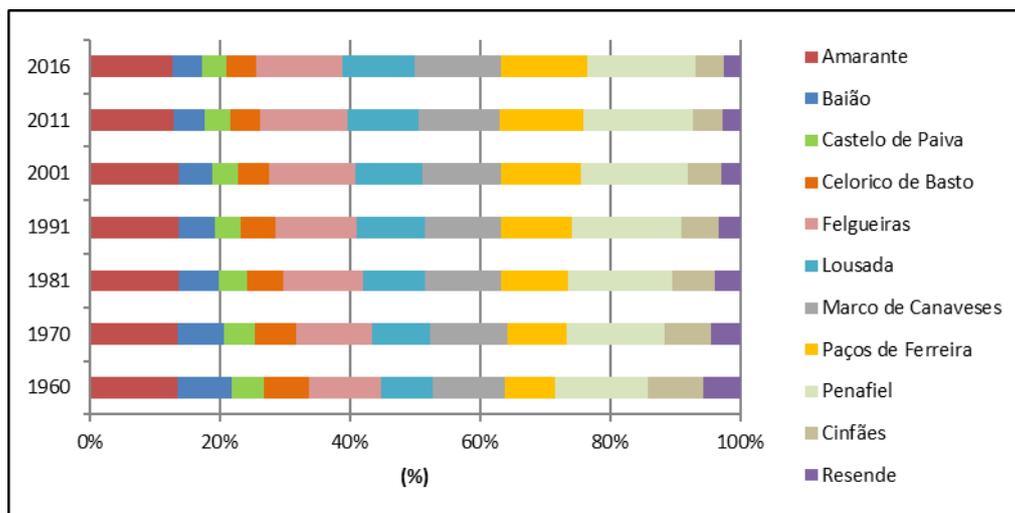
#### 2.1.1 POPULAÇÃO RESIDENTE

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, em 2017, residiam no concelho de Resende 10.426 indivíduos residentes, menos 113 indivíduos do que no ano antecedente (-1,07%).

Esta perda populacional tem sido constante nos últimos 50 anos. Entre 2016 e 1960 o concelho perdeu 47,89% da população residente (em 2016 residiam 10.539 indivíduos e em 1960 residiam 20.226 indivíduos). Por outro lado, a sub-região Tâmega e Sousa viu a sua população aumentar em 21,09%, tal como se verificou também na região Norte onde se observou um crescimento de 5,40.

No Gráfico 1 pode verificar-se a evolução que ocorreu nos vários concelhos que compõem a sub-região Tâmega e Sousa, podendo constatar-se que os concelhos de Baião (-32,89%), Castelo de Paiva (-10,51%), Celorico de Basto (-20,41%) e Cinfães (-36,12%) seguiram a mesma tendência de decréscimo verificada no concelho de Resende no período que compreende entre 1960 e 2016.

Gráfico 1. Evolução da população residente na CIM Tâmega e Sousa, entre 1960 e 2016

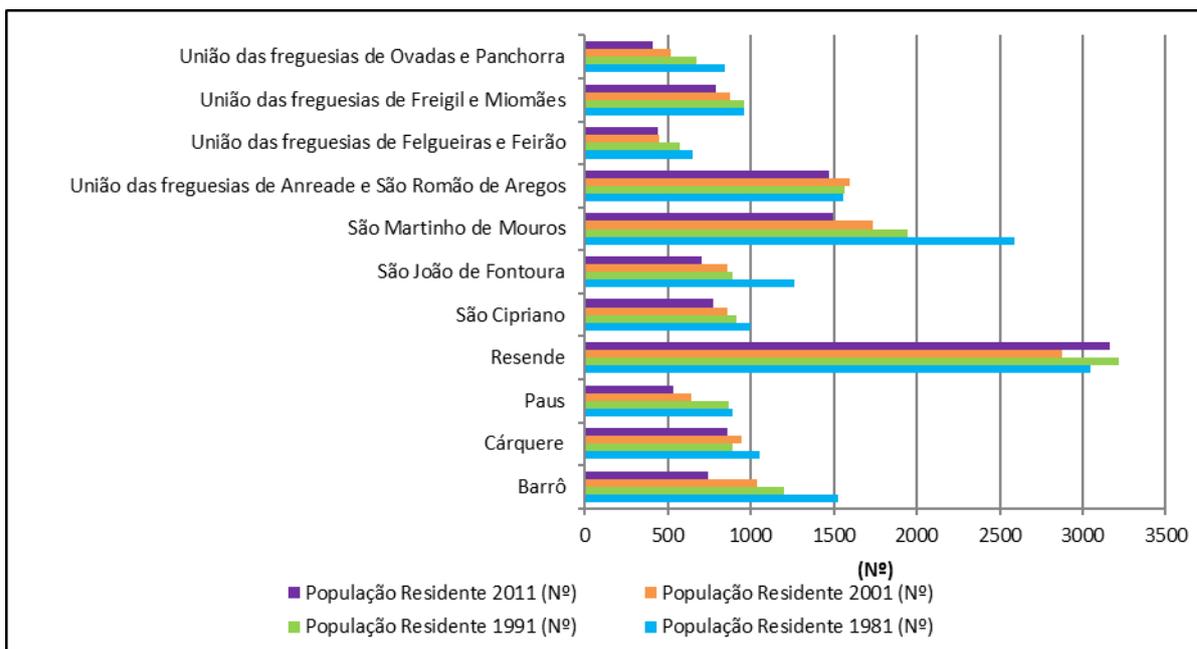


Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Deve salientar-se que a população do concelho de Resende correspondia em 1960 a 0,59% da população da região Norte, enquanto em 2016 representava apenas 0,29%, decréscimo que também se verificou na representatividade na sub-região Tâmega e Sousa, uma vez que em 1960 representava 5,74% enquanto em 2016 decresceu a sua representatividade para 2,47%, demonstrando uma perda populacional relevante.

Relativamente à evolução da população residente nas freguesias que compõem o concelho de Resende (Gráfico 2), entre 1981 e 2011, verifica-se que, de um modo geral, a tendência foi de decréscimo populacional, excetuando-se a freguesia de Resende (entre 1981 e 2011 aumentou 4,01%), sede de concelho, que se apresenta como um importante aglomerado urbano, polarizadora de serviços e oportunidades, atraindo assim população ao longo dos anos graças ao desenvolvimento que tem apresentado nas mais variadas valências.

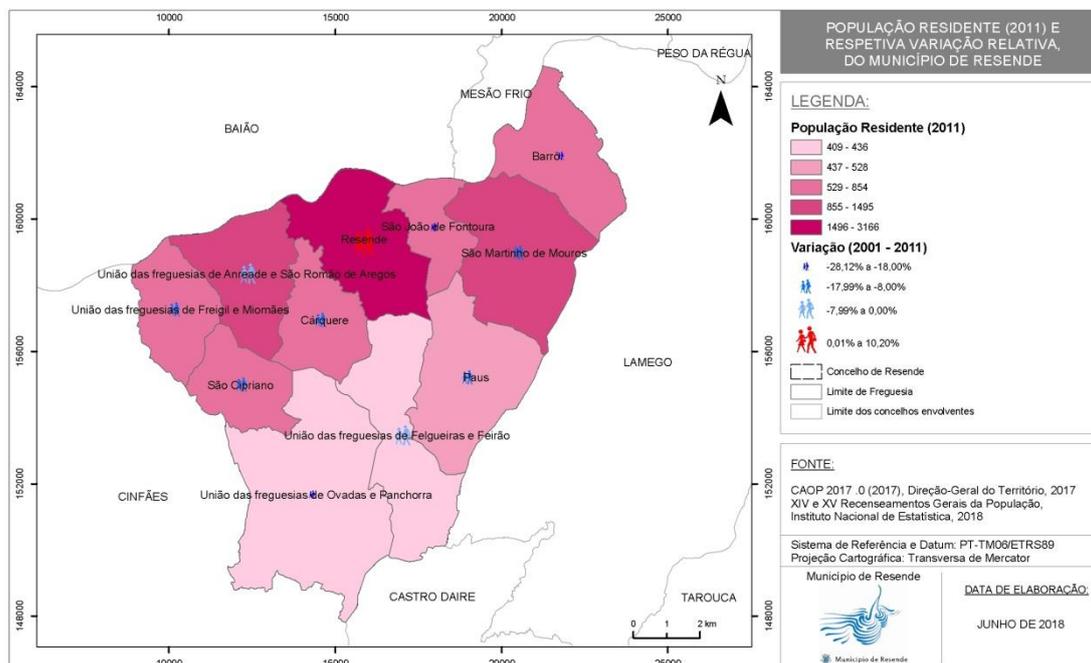
**Gráfico 2. Evolução da população residente no município de Resende, entre 1981 e 2011**



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Mapa 4 é possível analisar-se a população residente no ano 2011, por freguesia, onde se destaca a freguesia de Resende por constituir a freguesia com o maior número de população residente (3.166 indivíduos, representando 27,86% da população residente no concelho de Resende). De seguida, salientam-se as freguesias de São Martinho de Mouros que apresenta uma população residente de 1.495 indivíduos (13,16% da população residente no concelho) e a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos com uma população residente de 1.471 indivíduos (12,94% da população residente no concelho).

Mapa 4. População residente (nº) em 2011 e respetiva variação relativa (2001 e 2011), no município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

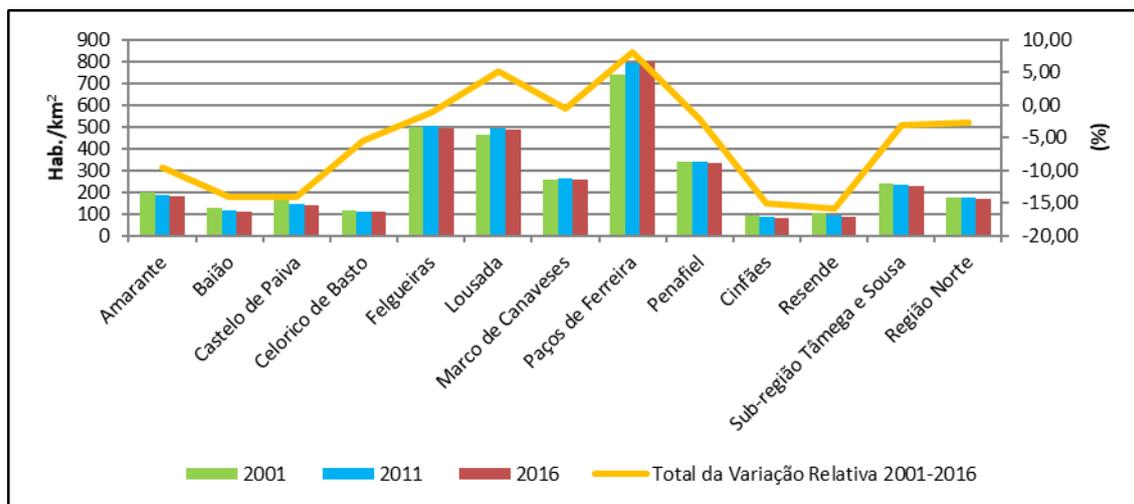
No que se refere à variação da população residente entre 2001 e 2011, verifica-se que todas as freguesias apresentaram um decréscimo populacional, excetuando-se a freguesia de Resende que registou um crescimento populacional de 10,21% (crescimento de 293 indivíduos, sendo que em 2001 apresentava uma população residente de 2.873 indivíduos, aumentando para 3.166 indivíduos).

Salienta-se que são as freguesias situadas no norte do concelho, ao longo do rio Douro e da EN 222, onde se realça a freguesia de Resende, que apresentam maior número populacional, enquanto as freguesias localizadas ao longo da serra apresentam-se menos representativas. Verifica-se, assim, que o rio Douro e a oferta de uma rede rodoviária densa influencia a fixação de população no concelho, constituindo uma mais-valia em termos socioeconómicos e permitindo ligação com concelhos vizinhos.

## 2.1.2 DENSIDADE POPULACIONAL

A densidade populacional do concelho de Resende, entre 2001 e 2016 apresentou uma variação negativa (-15,82%), seguindo (com muito maior intensidade) a tendência da sub-região Tâmega e Sousa (-3,04%) (onde apenas os concelhos de Lousada e Paços de Ferreira apresentaram, de um modo geral, uma variação positiva) e da região Norte (-2,775). Salienta-se que o concelho de Resende constitui o concelho cuja densidade populacional mais decresceu em comparação com os restantes concelhos pertencentes à sub-região Tâmega e Sousa.

**Gráfico 3. Densidade populacional na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e nos respetivos concelhos da sub-região, entre 2001 e 2016 e respetiva variação relativa**

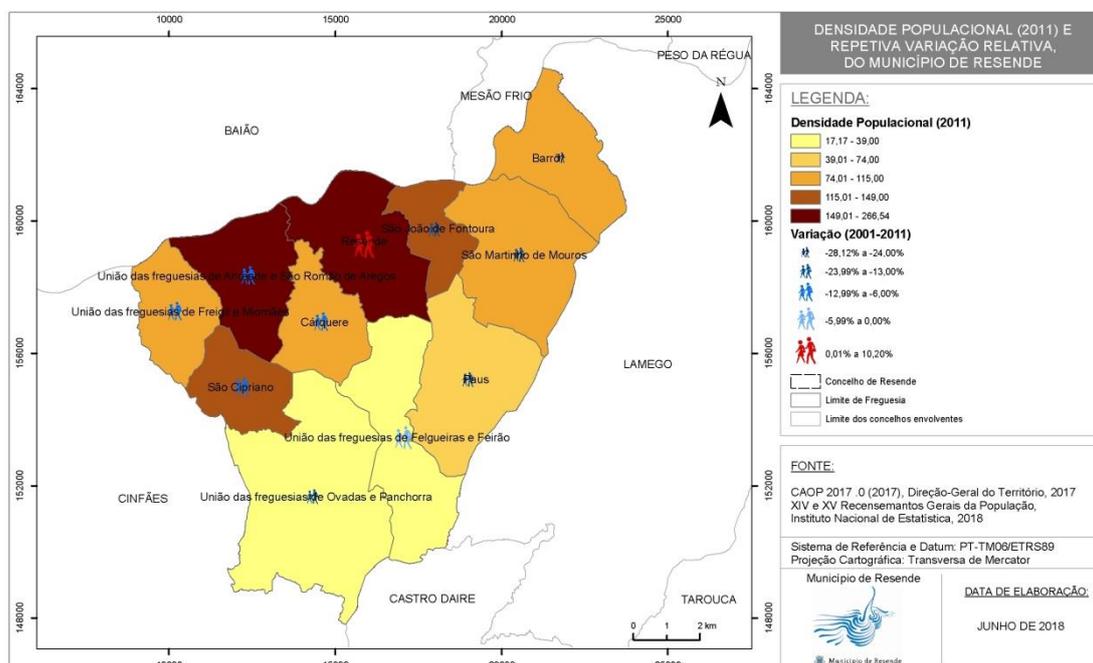


Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Em 2016 a densidade populacional do concelho de Resende era de 85,5 habitantes por km<sup>2</sup>, apresentando-se significativamente inferior à densidade populacional apresentada pela sub-região onde se insere (230,6 habitantes por km<sup>2</sup>). Também na região norte a densidade populacional em 2016 era superior à verificada no concelho de Resende (168,9 habitantes por km<sup>2</sup>).

No que concerne à distribuição da densidade populacional por freguesia, no concelho de Resende, tal como se pode observar no Mapa 5, a freguesia de Resende (266,54 habitantes por km<sup>2</sup>), a União das freguesias de Anreade e Dão Romão de Aregos (149,62 habitantes por km<sup>2</sup>) e a freguesia de São João de Fontoura (138,46 habitantes por km<sup>2</sup>) apresentam os valores de densidade populacional mais significativos. Por outro lado, são as freguesias mais serranas que, com maior área e menor número de população residente, apresentam densidades populacionais mais reduzidas.

**Mapa 5. Densidade Populacional (habitantes por km<sup>2</sup>) em 2011 e respetiva variação relativa (2001-2011), no município de Resende**



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

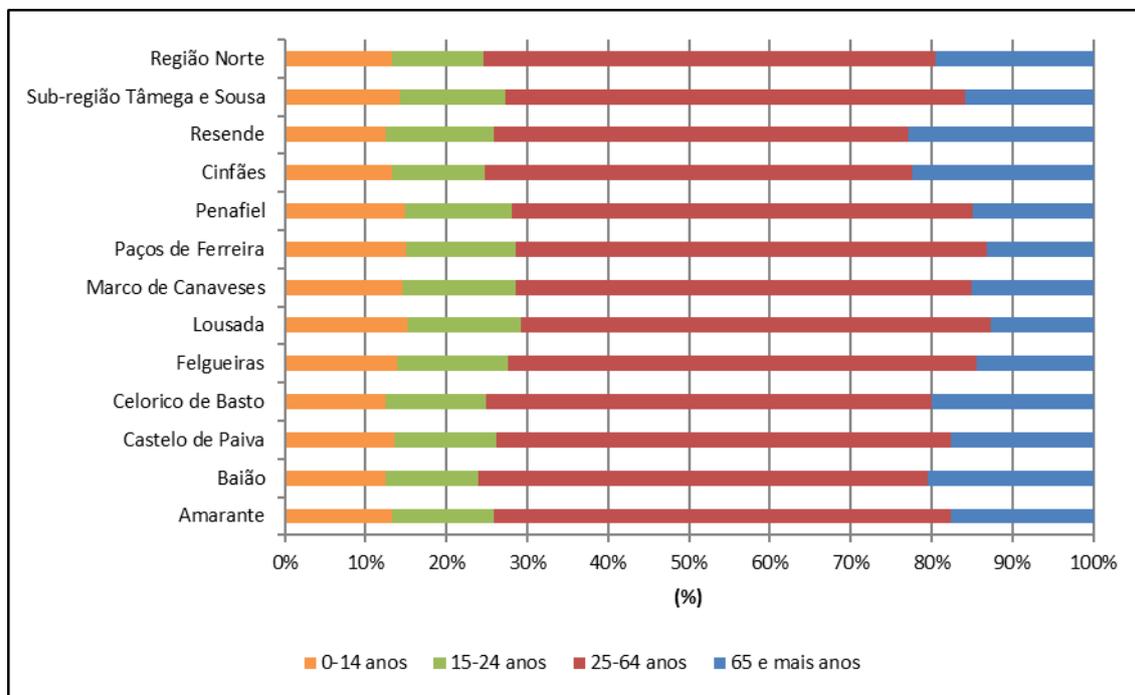
No que concerne à variação entre 2001 e 2011 da densidade populacional, no concelho de Resende (Mapa 5), verifica-se que a freguesia de Resende constituiu a única freguesia que apresentou uma variação da densidade populacional positiva (10,20%), uma vez que em 2001 apresentou uma densidade de 241,87 habitantes por km<sup>2</sup> e em 2011 aumentou para 266,54 habitantes por km<sup>2</sup>. As restantes freguesias apresentaram um decréscimo da densidade populacional gerando variações negativas.

### 2.1.3 ESTRUTURA ETÁRIA

Em 2016 (Gráfico 4), nos concelhos que compõem a sub-região Tâmega e Sousa verificava-se que a população mais significativa encontrava-se no grupo etário dos 25 aos 64 anos, constituindo o grupo mais extenso, enquanto o grupo etário que se seguia era o de 65 ou mais anos (excetuando-se em Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel, onde a população mais jovem se salientava). A mesma tendência se verifica na região Norte, onde a população com 65 ou mais anos corresponde a 19,51%. No caso do concelho de Resende, verifica-se que a população com 25 a 64 anos corresponde a 55,91% (5.391 indivíduos), a população com 65 ou mais anos corresponde a 22,81% (2.392 indivíduos), a população com 15 a 24 anos corresponde a 13,31% (1.396 indivíduos) e a população com 0 a 14 anos corresponde a 12,46% (1.307 indivíduos). Analisando a representatividade da população com 65 ou mais anos, na

sub-região, verifica-se que o concelho de Resende apresenta maior percentagem face aos restantes grupos.

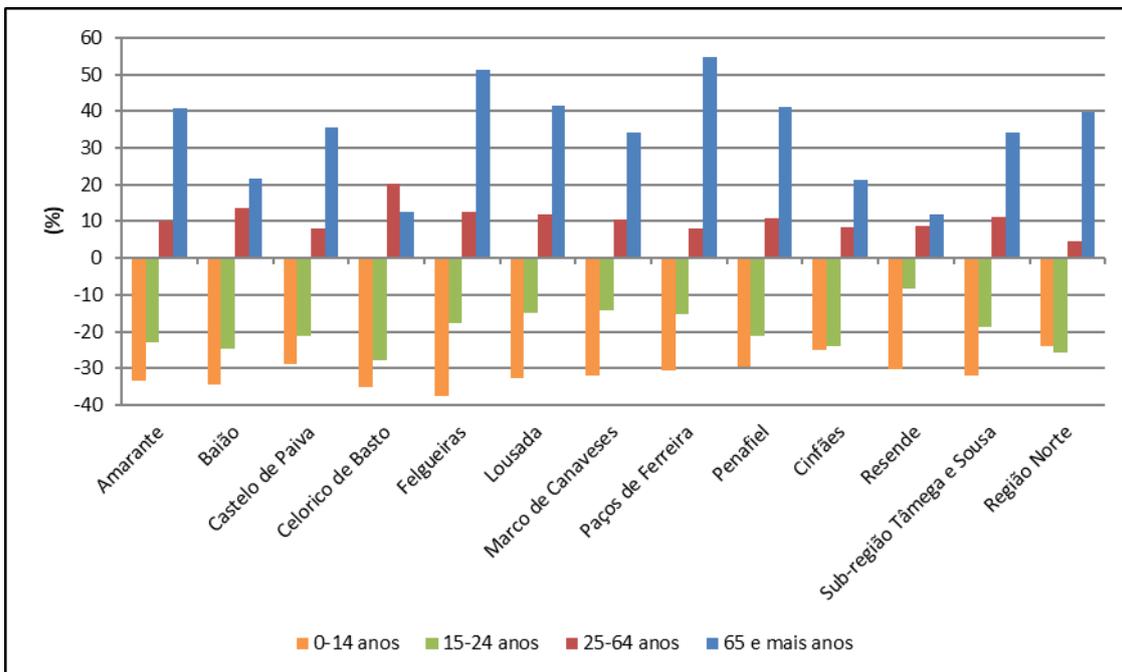
**Gráfico 4. População residente (%) por grandes grupos etários, em 2016, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios**



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Quanto à variação relativa da população residente por grandes grupos etários (Gráfico 5), entre 2001 e 2016, verifica-se que em todos os concelhos da sub-região Tâmega e Sousa e, de uma forma global, na região Norte, a população residente com idades compreendidas entre os 0 e 14 anos e os 15 e 24 anos apresentou um decréscimo acentuado de, em média, -31,2% e -19,8%, respetivamente. Por outro lado, os grupos etários de 25 a 64 anos e de 65 ou mais anos apresentaram aumentos significativos, demonstrando a tendência de envelhecimento na região Norte e em toda a sub-região Tâmega e Sousa.

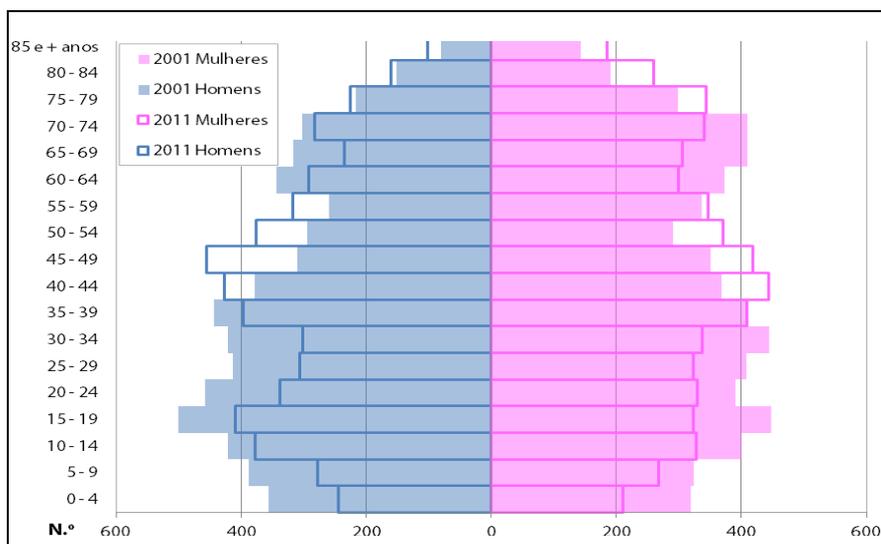
**Gráfico 5. Variação relativa (%) da população residente por grandes grupos etários entre 2001 e 2016, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios**



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

De acordo com o Gráfico 6, que corresponde à pirâmide etária do concelho de Resende, verifica-se que ocorreu um duplo envelhecimento da população entre 2001 e 2011, observando-se um estreitamento da base que corresponde às classes jovens e um crescimento no topo da pirâmide que corresponde às classes dos idosos. As classes ocas apresentam elevado significado salientando-se os escalões dos 0 aos 4 anos, dos 5 aos 9 anos, dos 35 aos 39 anos e dos 65 aos 69 anos, como as mais significativas.

**Gráfico 6. População residente (nº) por grupos quinquenais, entre 2001 e 2011, no município de Resende**

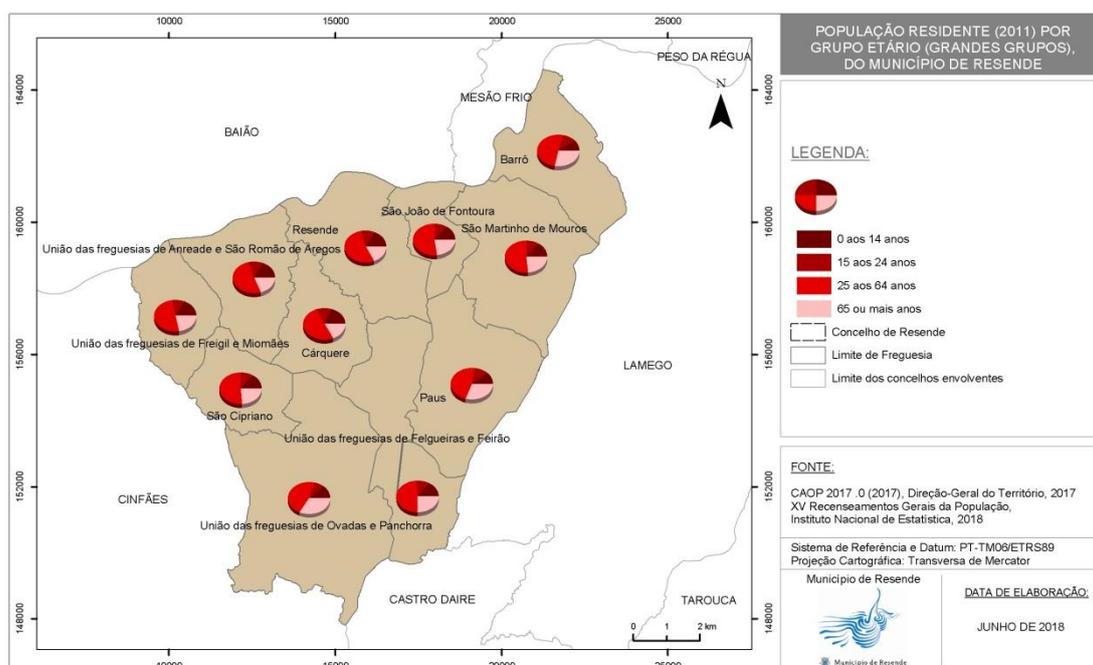


Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Relativamente à variação da população residente por grupos quinquenais, no período que compreende entre 2001 e 2011 (Gráfico 6), verifica-se que a população registou um decréscimo na maioria dos escalões etários. A diminuição apresentou-se mais acentuada nos escalões dos 0 aos 4 anos (-32,84%), dos 30 aos 34 anos (-26,21%) e dos 60 aos 65 anos (-25,48%). Por outro lado, o aumento apresentou-se mais acentuado nos escalões dos 45 aos 49 anos (32,02%), dos 50 aos 54 anos (27,91%), dos 85 ou mais anos (27,56%) e dos 80 aos 84 anos (22,81%).

Ao longo das freguesias do concelho de Resende (Mapa 6), verifica-se que a população com 25 a 64 anos representa mais de 50% do total da população residente, excetuando-se a freguesia de Paus, a União das freguesias de Felgueiras e Feirão e a União das freguesias de Ovadas e Panchorra. Este grupo etário correspondia em 2011 a 51,24% da população residente do concelho de Resende.

**Mapa 6. Proporção de população residente (%) por grandes grupos etários (2011), no município de Resende**



*Elaborado pela GeoAtributo, 2018.*

Quanto à variação relativa da população, entre 2001 e 2011, verifica-se que a população com 0 a 14 anos e com 15 a 24 anos apresentou um decréscimo em todas as freguesias do concelho (-22,94% e -22,15%, respetivamente). De um modo geral, o concelho registou também uma perda de população com 25 a 64 anos (-0,36%) e com 65 ou mais anos (-3,18%), aliado à perda de população residente, porém, deve salientar-se que a freguesia de Resende apresentou um aumento da população com 25 a 64 anos de 24,28% e a freguesia de São Martinho de Mouros apresentou um aumento de 4,49% da sua população com 65 ou mais anos.

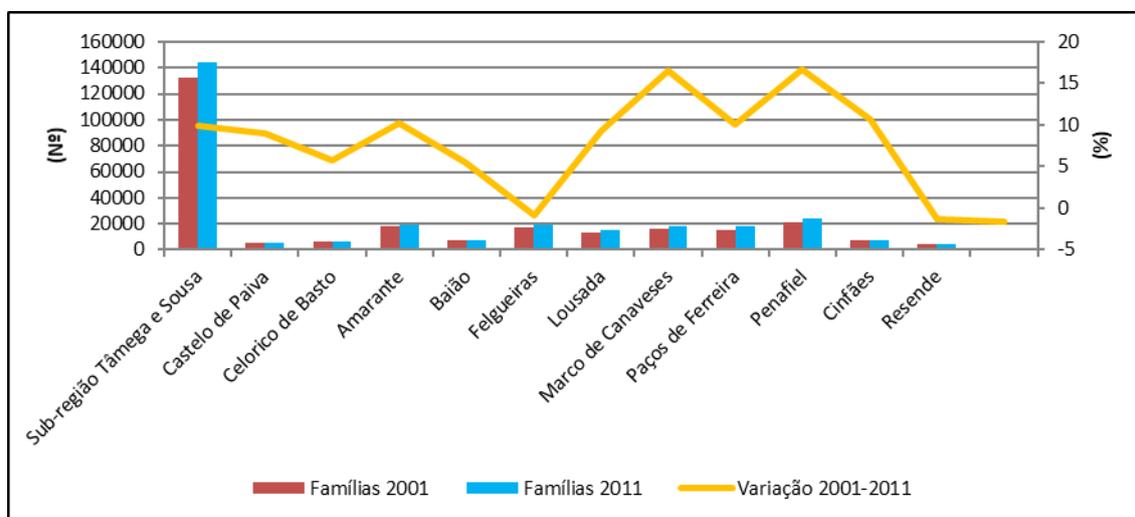
Por fim, deve referir-se que no ano 2015, o índice de envelhecimento da população residente no concelho era de 170.

### 2.1.4 FAMÍLIAS

A sub-região Tâmega e Sousa possui aproximadamente 10,8% das famílias da região Norte (em 2001 e 2011), sendo que entre 2001 e 2011 o número de famílias da sub-região Tâmega e Sousa aumentou em todos os concelhos, à exceção do concelho de Baião (-0,90%), de Cinfães (-1,29%) e de Resende (-1,66%), sendo que o concelho de Resende apresentou a redução mais saliente, acompanhada com a perda de população residente (Gráfico 7).

Em 2011, o concelho de Resende possui apenas 2,83% das famílias existentes na sub-região Tâmega e Sousa (em 2001 representava 3,14%, observando-se um decréscimo saliente, uma vez que o número de famílias da sub-região aumentou entre 2001 e 2011, ao contrário do que se verificou no concelho de Resende).

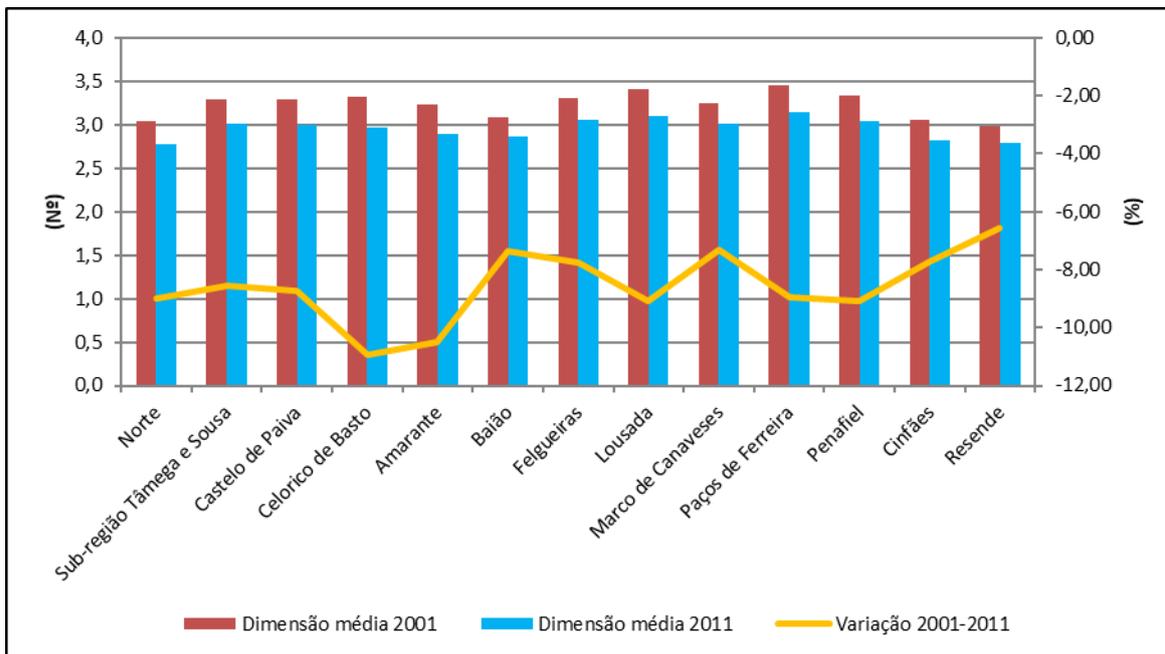
**Gráfico 7. Evolução do número de famílias e respetiva variação relativa, entre 2001 e 2011, n a sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios**



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No que concerne à dimensão média das famílias (Gráfico 8), constata-se que na região Norte, em 2001, era de 3 indivíduos por família, decrescendo 8,99% em 2011 (para 2,8 indivíduos por família). Também a sub-região Tâmega e Sousa decresceu de 3,3 indivíduos por família em 2001, para 3,0 indivíduos em 2011 (decreceu 8,56%), sendo que este decréscimo foi acompanhado por todos os concelhos que integram a presente sub-região.

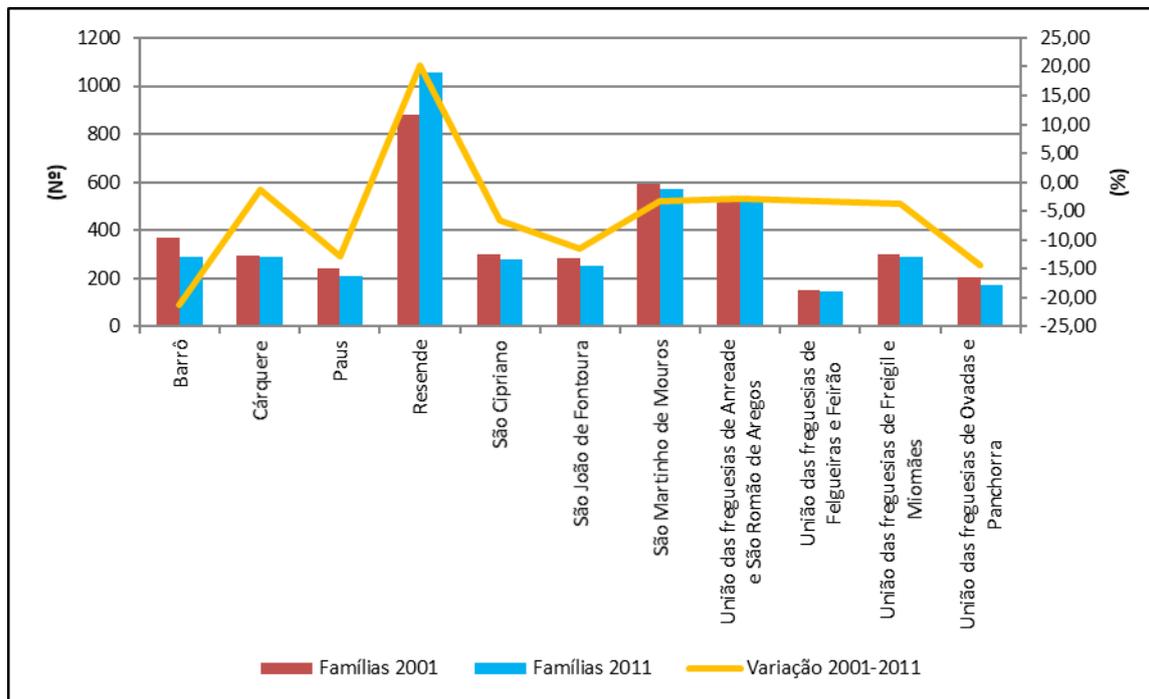
**Gráfico 8. Evolução da dimensão média das famílias e respetiva variação relativa, entre 2001 e 2011, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios**



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Analisando a evolução do número de famílias ao longo das freguesias do concelho de Resende, entre 2001 e 2011 (Gráfico 9) verificou-se um decréscimo ao longo de todo o concelho, excetuando-se a freguesia de Resende que apresentou um crescimento de 20,16%, de 878 famílias em 2001 para 1.055 famílias em 2011, acompanhando o aumento da população residente que se verificou no mesmo período.

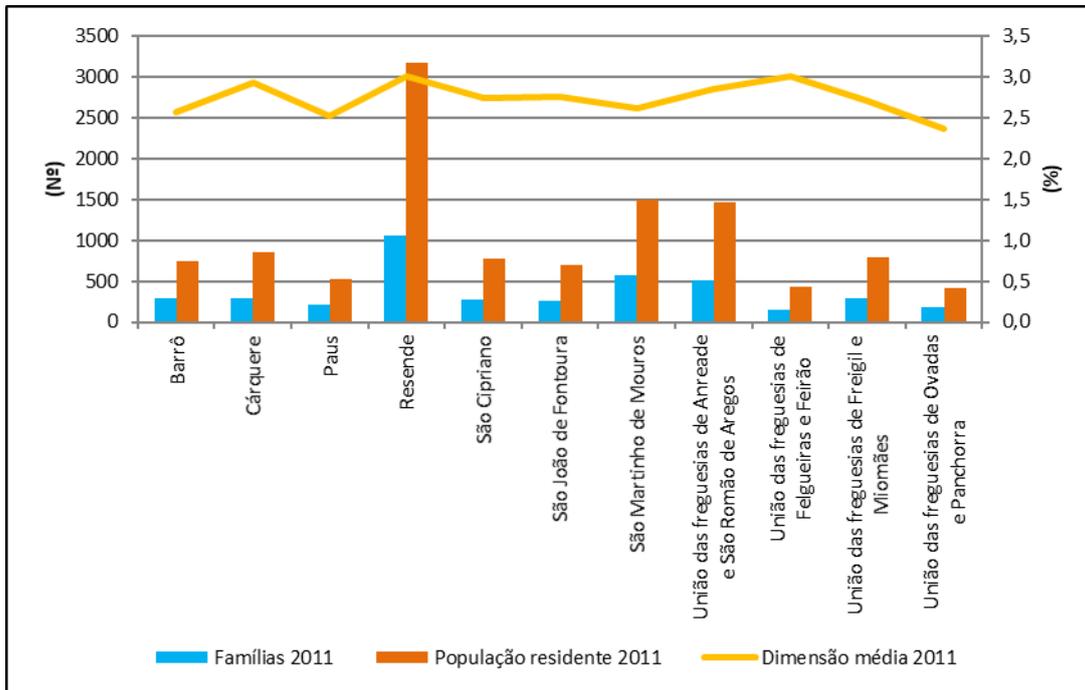
**Gráfico 9. Evolução do número de famílias e respetiva variação relativa, entre 2001 e 2011, por freguesia, no município de Resende**



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Por fim, no ano 2011 salienta-se a freguesia de Resende, sede de concelho, graças ao seu evidente número de população residente e consequente número de famílias, constituindo a única freguesia (a par com a União das freguesias de Felgueiras e Feirão) cuja dimensão média das famílias é igual a 3,0 indivíduos, sendo que as restantes freguesias apresentam dimensões médias inferiores (Gráfico 10).

**Gráfico 10. Famílias (nº), população residente (nº) e dimensão média das famílias, em 2011, no município de Resende**



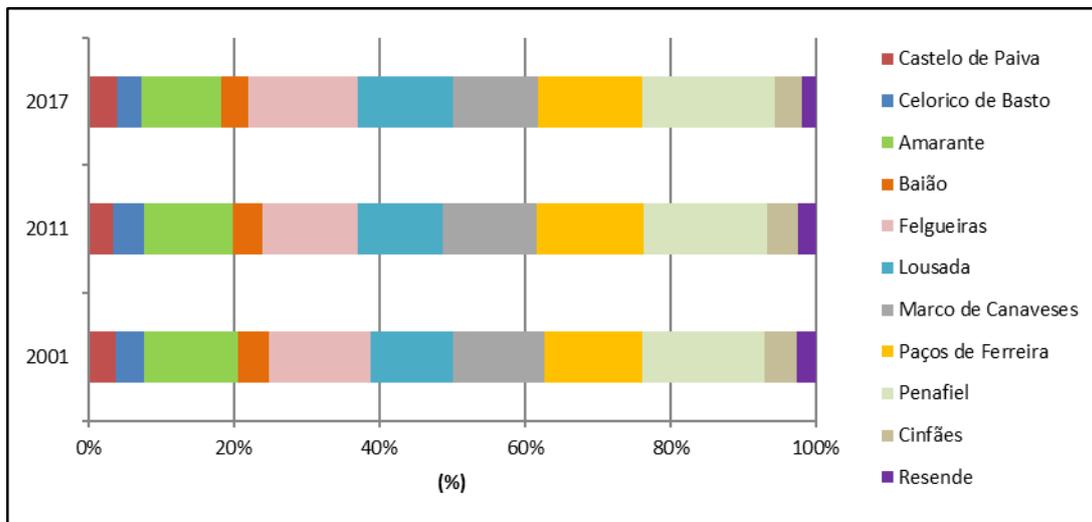
Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

## 2.1.5 TAXA DE NATALIDADE E MORTALIDADE

### 2.1.5.1 Taxa de Natalidade

Entre 2001 e 2017 verificou-se um decréscimo do número de nascimentos na região Norte (de 41.471 nascimentos em 2001 para 27.537 nascimentos em 2011) e em todos os concelhos da sub-região Tâmega e Sousa (de 5.612 nascimentos em 2001 para 3.149 nascimentos em 2017), salientando-se o concelho de Resende com o maior decréscimo (-56,46%), uma vez que em 2001 registava 147 nascimentos e em 2017 registou apenas 64 nascimentos (Gráfico 11).

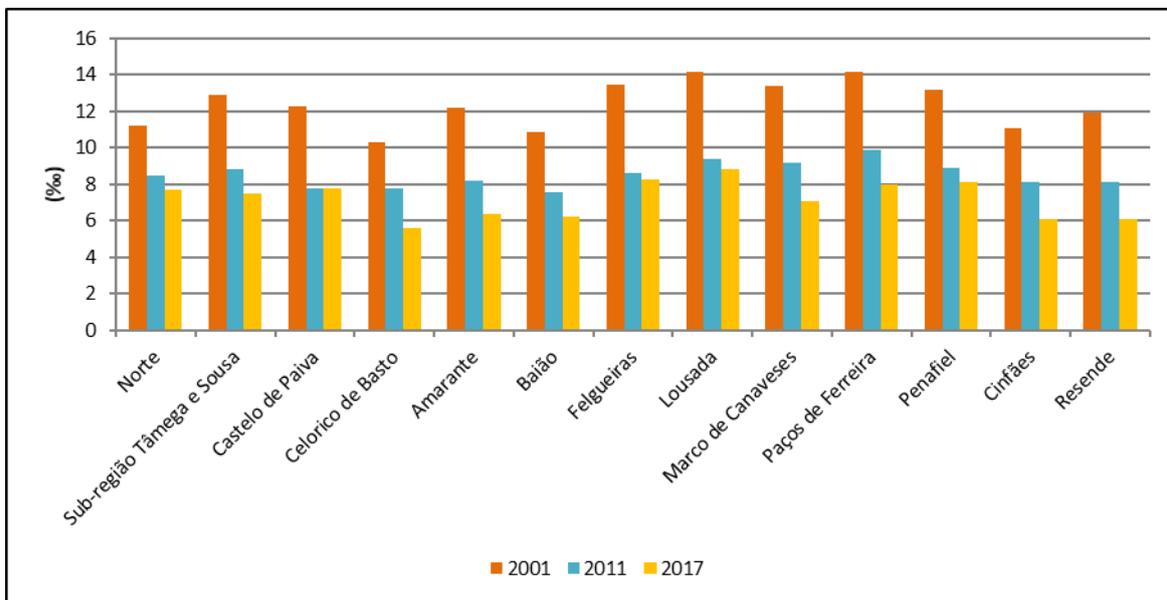
**Gráfico 11. Evolução dos Nacimentos (%) na sub-região Tâmega e Sousa tendo em conta os respetivos municípios, em 2001, 2011 e 2017**



Fonte: Estatísticas de Nados-Vivos, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

De um modo geral, a região Norte e a sub-região Tâmega e Sousa, apresentaram uma redução da Taxa Bruta de Natalidade significativa, excetuando-se o concelho de Castelo de Paiva que, entre 2011 e 2017, manteve o seu valor (Gráfico 12).

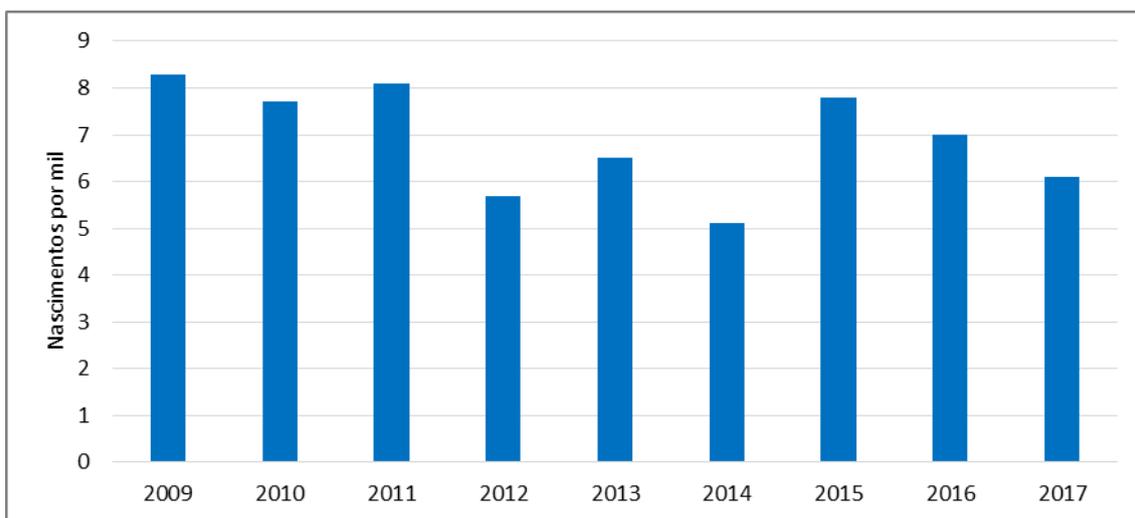
**Gráfico 12. Taxa Bruta de Natalidade (‰), em 2001, 2011 e 2017, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios**



Fonte: Estatísticas de Nados-Vivos, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Relativamente à Taxa de Natalidade do concelho de Resende, verificou-se a ocorrência de oscilações entre 2009 e 2017, sendo que a partir de 2015 se tem verificado um decréscimo contínuo, seguindo a tendência similar à verificada na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa. Deste modo, em média, entre 2009 e 2017, a taxa de natalidade no concelho de Resende é de 6,9‰, verificando-se que é inferior à média da região Norte (8,0‰) e da sub-região Tâmega e Sousa (8,1‰).

**Gráfico 13. Taxa de Natalidade no município de Resende, entre 2009 e 2017**

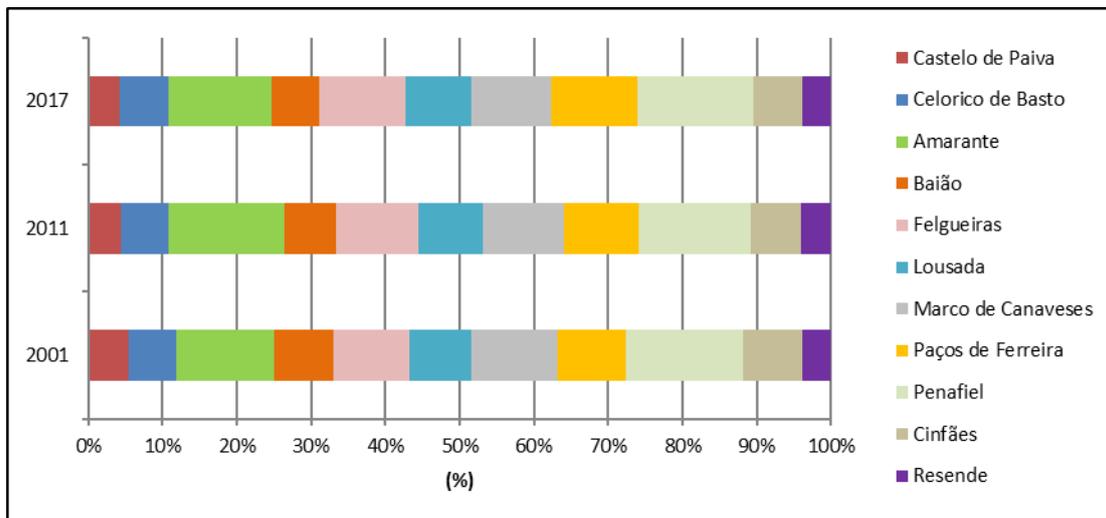


Fonte: Estatísticas de Nados-Vivos, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

### **2.1.5.2 Taxa de Mortalidade**

Ao longo dos concelhos que compõem a sub-região Tâmega e Sousa verificou-se que o número de óbitos apresentou um aumento significativo, excetuando-se os concelhos de Castelo de Paiva, Baião, Marco de Canaveses e Cinfães. O concelho de Resende registou um crescimento de 4,51%, uma vez que em 2001 registou 133 óbitos e em 2017 registou 139 óbitos. Também a região Norte registou um aumento de 7,30% entre 2011 e 2017.

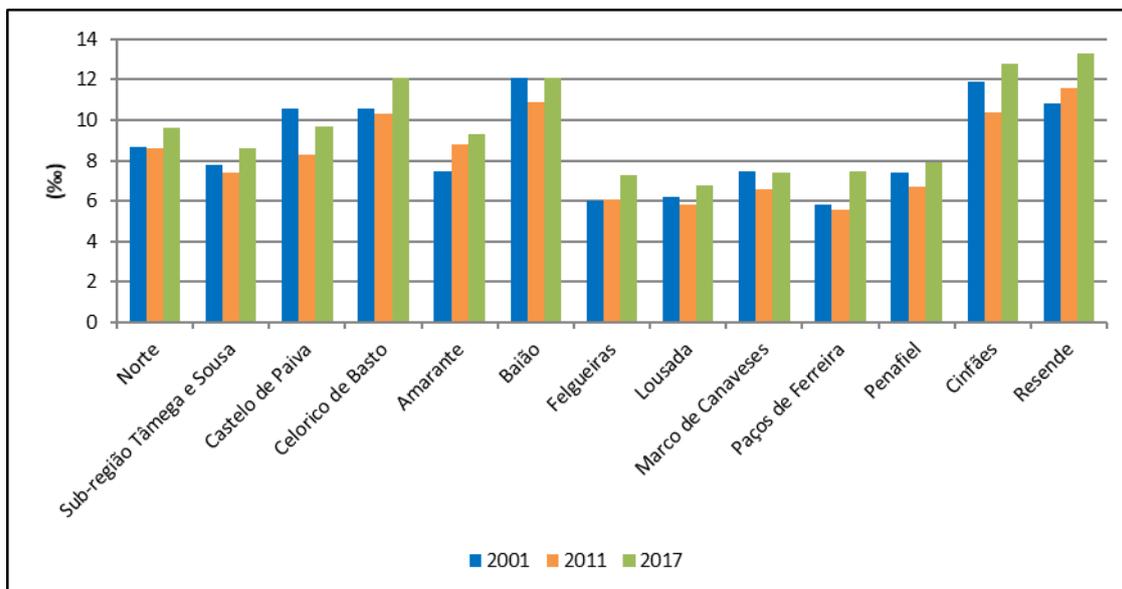
**Gráfico 14. Evolução dos óbitos (%) na sub-região Tâmega e Sousa tendo em conta os respetivos municípios, em 2001, 2011 e 2017**



Fonte: Estatísticas de Óbitos, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No que se refere à Taxa Bruta de Mortalidade, verifica-se que tanto na região Norte como na sub-região Tâmega e Sousa se observa um aumento entre 2001 e 2017 (de 8,7‰ para 9,6‰ e de 7,8‰ e 8,6‰, respetivamente), sendo que a mesma tendência se verifica no concelho de Resende, uma vez que em 2001 era de 10,8‰, em 2011 era de 11,6‰ e em 2017 era de 13,3‰.

**Gráfico 15. Taxa Bruta de Mortalidade (‰), em 2001, 2011 e 2017, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios**

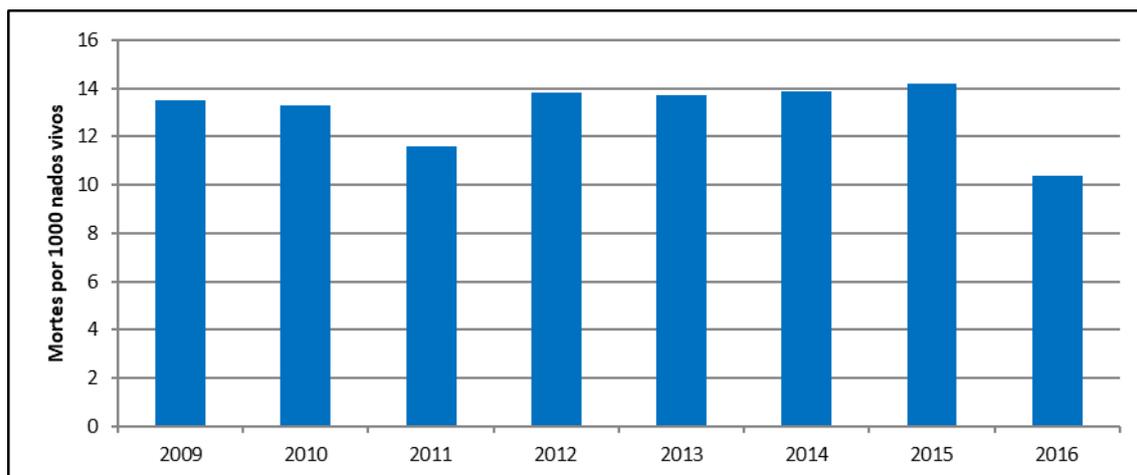


Fonte: Estatísticas de Óbitos, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No concelho de Resende, entre 2009 e 2016, observaram-se oscilações no que se refere à taxa de mortalidade, sendo que nem sempre a tendência esteve em conformidade com a observada na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa.

Deste modo, em média, a taxa de mortalidade do concelho de Resende, entre 2009 e 2016, é de 13,1‰, superior aos valores verificados na região Norte (9,0‰) e na sub-região Tâmega e Sousa (7,9‰).

**Gráfico 16. Taxa de Mortalidade no município de Resende, entre 2009 e 2016**



Fonte: Estatísticas de Óbitos, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

## 2.2 NÍVEIS DE INSTRUÇÃO

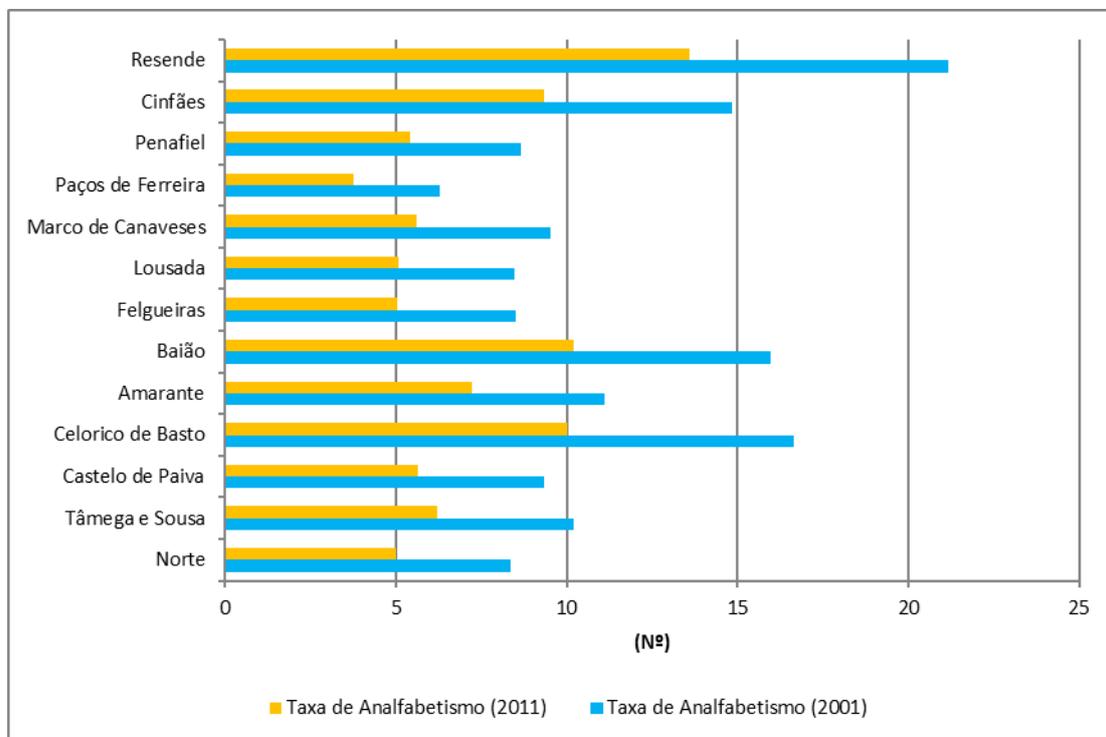
O nível de instrução da população apresenta-se um indicador de elevada relevância, permitindo relacionar o mesmo com o desenvolvimento económico e social de um território. Deste modo, será analisada a Taxa de Analfabetismo e o Grau de Escolaridade da população residente no concelho de Resende.

### 2.2.1 TAXA DE ANALFABETISMO

A Taxa de Analfabetismo registada na região Norte em 2001 era de 8,34%, registando-se um decréscimo para 5% em 2011 (variação de -40,05%), demonstrando que, de um modo geral, a escolarização está a tornar-se de facto universal. Também a sub-região Tâmega e Sousa registou um decréscimo significativo, de um modo global, tendo decrescido de 10,2% em 2001 para 6,22% em 2011 (variação de -39,02%). Desta forma, no Gráfico 17 pode observar-se que em todos os concelhos da sub-região Tâmega e Sousa ocorreu um decréscimo da taxa de analfabetismo no período analisado, sendo que no

concelho de Resende esse decréscimo foi importante (-35,79%), uma vez que em 2001 era de 21,18% e em 2011 decresceu para 13,6%.

**Gráfico 17. Taxa de Analfabetismo, em 2001 e 2011, no município de Resende**



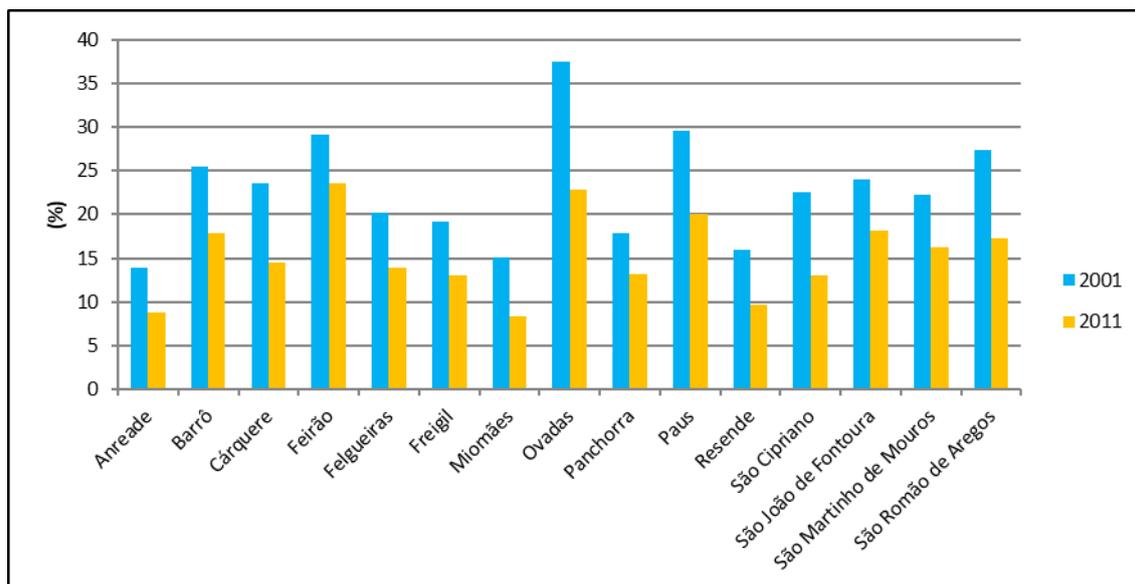
Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Analisando a taxa de analfabetismo por freguesia no concelho de Resende<sup>1</sup>, tal como se pode observar no Gráfico 18, verifica-se que todas as freguesias registaram um decréscimo da mesma, constituindo um aspeto positivo para o município, dado que cada vez menos se encontra população analfabeta no concelho.

As freguesias que apresentavam maior taxa de analfabetismo, igual ou superior a 20%, em 2011, eram a freguesia de Feirão com uma taxa de 23,64% (variação de -19,04%), a freguesia de Ovadas com uma taxa de 22,83% (variação de -39,05%) e a freguesia de Paus com uma taxa de 20,00% (variação de -32,52%). Deste modo, são as freguesias mais interiores que apresentam os valores mais acentuados de analfabetismo, justificado por uma elevada representatividade de população idosa.

<sup>1</sup> A taxa de analfabetismo é apresentada sem ter em conta a reorganização administrativa, uma vez que não se encontram disponíveis os dados que permitam proceder ao cálculo da mesma.

**Gráfico 18. Taxa de Analfabetismo (%), em 2001 e 2011, por freguesia, no município de Resende**



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

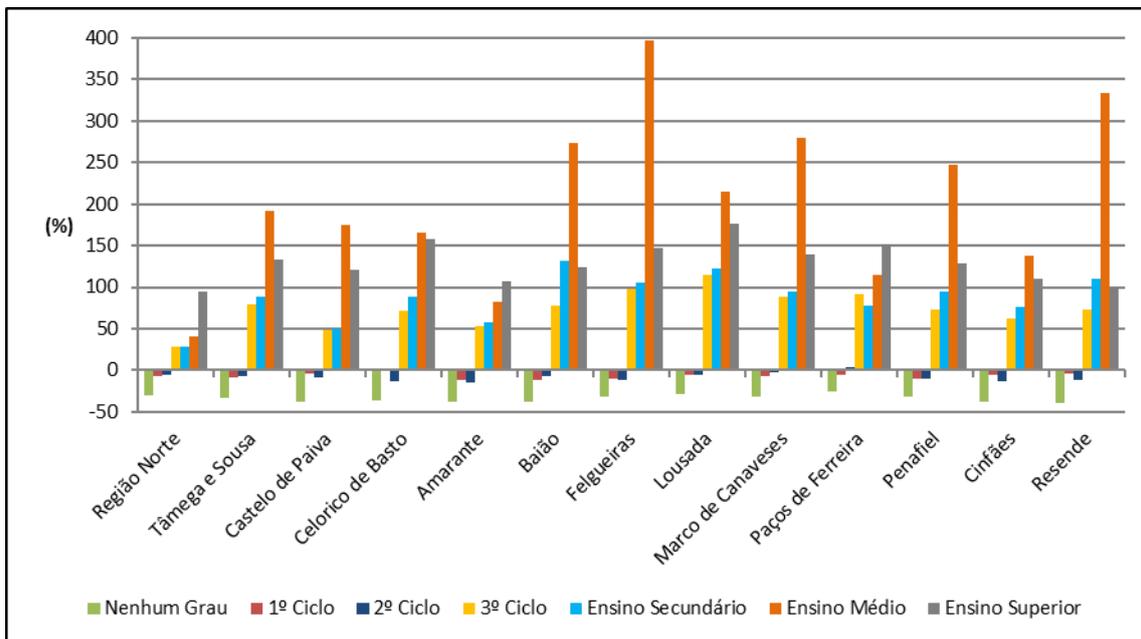
No que concerne aos valores de variação relativa verificada entre 2001 e 2011 no concelho de Resende, destaca-se a freguesia de Miomães (-44,58%), a freguesia de São Cipriano (-42,30%), a freguesia de Resende (-39,45%) e a freguesia de Ovadas (-39,05%).

## 2.2.2 GRAU DE ESCOLARIDADE

Ao longo da região Norte e da sub-região Tâmega e Sousa, assim como no concelho de Resende que nestas se insere, verifica-se que, de um modo geral, a população sem qualquer grau de escolaridade, com o 1º ciclo e com o 2º ciclo têm vindo a decrescer, enquanto a população com o 3º ciclo, com o ensino secundário, com o ensino médio/ pós-secundário e com o ensino superior tem vindo a aumentar (Gráfico 19), verificando-se um esforço por parte de diversas entidades na melhoria do grau de escolaridade da população.

Desta forma, no concelho de Resende, em 2011, 27,45% da população não possuía qualquer grau de escolaridade (na região Norte era de apenas 18,67% e na sub-região Tâmega e Sousa era de 21,29%), 33,19% da população tinha o 1º ciclo (27,60% na região Norte tinham este grau e na sub-região Tâmega e Sousa 30,69%), 13,33% da população tinha o 2º ciclo (15,29% na região Norte e 18,02% na sub-região Tâmega e Sousa), 12,87% o 3º ciclo (na região Norte era 15,69% e na sub-região Tâmega e Sousa era 15,29%), 8,46% tinha o ensino secundário (na região Norte era 11,87% e na sub-região Tâmega e Sousa era 9,10%) e, por fim, 4,48% da população do concelho de Resende tinha um grau do ensino superior (na região Norte era 10,17% da população e na sub-região Tâmega e Sousa era de 5,13%).

**Gráfico 19. Variação relativa do grau de escolaridade, entre 2001 e 2011, na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios**

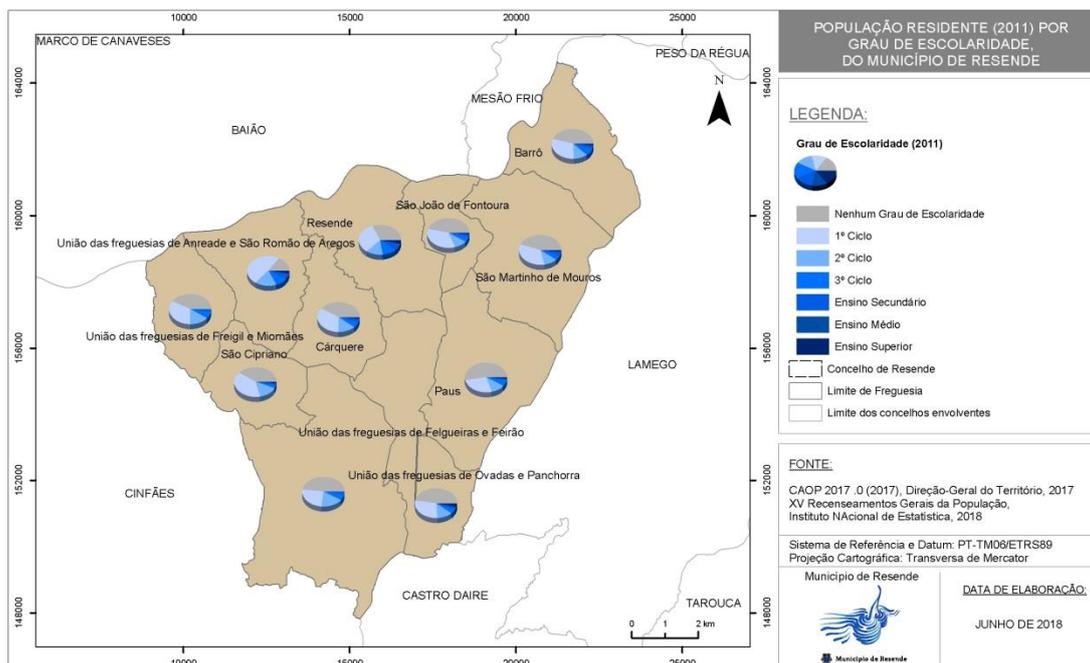


Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Mapa 7 encontra-se representada a percentagem de população residente por grau de escolaridade, por freguesia, verificando-se a predominância de Nenhum Grau de Escolaridade e do 1º Ciclo, correspondendo a mais de 50% da população residente em todas as freguesias do concelho, embora se tenha vindo a verificar um decréscimo entre 2001 e 2011. Isto justifica-se pelo facto de o concelho de Resende constituir um concelho envelhecido, com elevada população idosa que possui um grau de escolaridade reduzido e até inexistente.

Por fim, importa referir que a população com o grau de Ensino Superior, corresponde, em média, a 4,48% da população residente no concelho em 2011, verificando-se que entre 2001 e 2011 ocorreu um aumento em todas as freguesias do concelho, salientando-se a União das freguesias de Ovadas e Panchorra (uma variação de 175%). No ano de 2011 a freguesia que se salientava com maior número de indivíduos com o presente grau era a freguesia de Resende com 244 indivíduos (7,71% da população residente na freguesia).

Mapa 7. População residente, por grau de escolaridade, em 2011, no município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

## 2.3 TRABALHO E RENDIMENTOS

No presente capítulo serão analisados indicadores relativos ao trabalho e aos rendimentos da população residente no concelho de Resende, designadamente os rendimentos do trabalho, a taxa de desemprego, o número de desempregados, a população ativa e a estrutura do emprego.

### 2.3.1 RENDIMENTOS DO TRABALHO

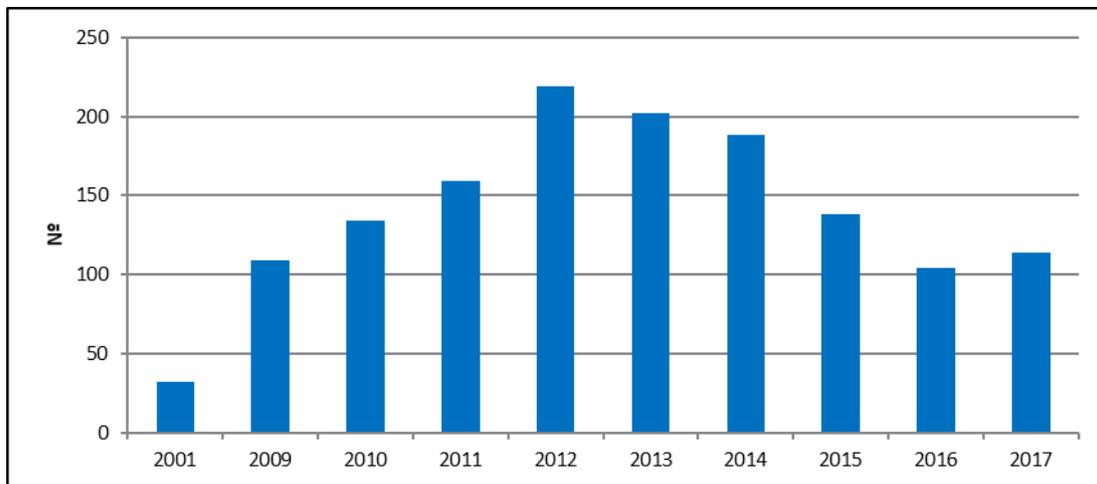
#### 2.3.1.1 Subsídio de Desemprego

No que concerne à população beneficiária do subsídio de desemprego da Segurança Social no município de Resende (Gráfico 20), verifica-se que entre o ano 2001 e o ano 2012 se registou um aumento de 32 indivíduos em 2001 (representando 0,98% dos beneficiários da sub-região Tâmega e Sousa) para 219 indivíduos em 2012 (representando 1,47% dos beneficiários na sub-região Tâmega).

De 2012 até 2016 verificou-se uma diminuição da população beneficiária de subsídio de desemprego para 104 indivíduos (1,54% dos beneficiários da sub-região Tâmega e Sousa), enquanto no ano 2017

voltou a registar-se um novo aumento de beneficiários deste subsídio para 114 beneficiários (correspondendo a 1,94% da sub-região Tâmega e Sousa).

**Gráfico 20. População beneficiária do subsídio de desemprego da Segurança Social, no município de Resende**



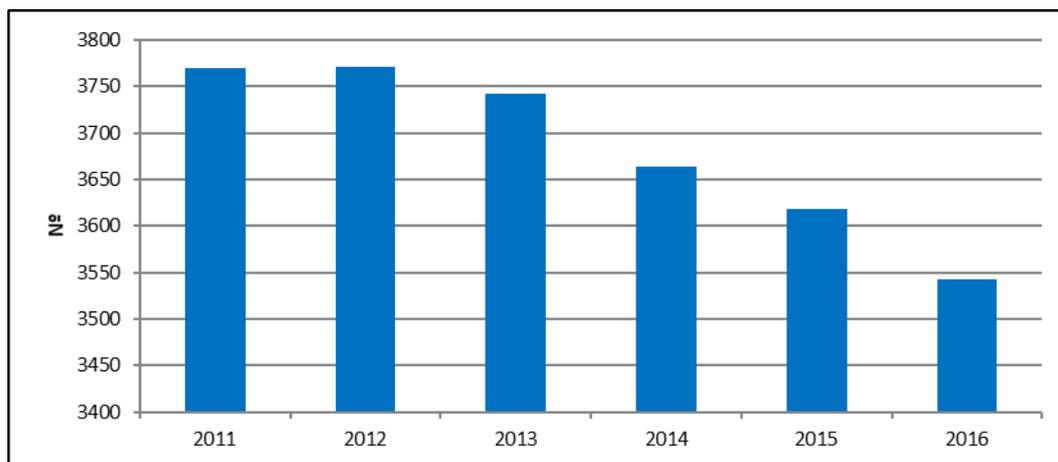
Fonte: PORDATA, 2018.

Deste modo, o ano em que se registou maior número de beneficiários de subsídio de desemprego no concelho de Resende foi em 2012 com 219 indivíduos a beneficiar deste apoio, seguindo a mesma tendência que se verificou na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa.

### **2.3.1.2 Pensionistas**

Entre 2011/2012 e 2016, o número de população beneficiária de pensões da Segurança Social (Gráfico 21) decresceu significativamente no concelho de Resende, sendo que em 2011 a população beneficiária era de 3.770 indivíduos (3,84% do registado na sub-região Tâmega e Sousa), em 2012 era de 3.771 indivíduos (3,78% na sub-região Tâmega e Sousa), enquanto em 2016 decresceu para 3.542 indivíduos (3,48% do registado na sub-região Tâmega e Sousa).

**Gráfico 21. População beneficiária de pensões da Segurança Social, entre 2011 e 2016, no município de Resende**

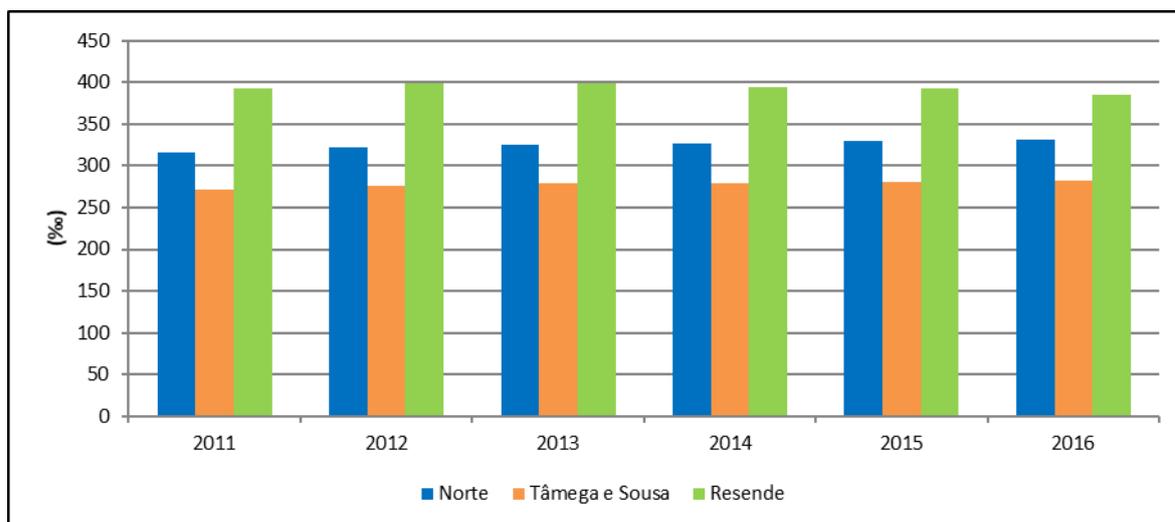


Fonte: PORDATA, 2018.

Analisando a população pensionista da Segurança Social por mil habitantes em idade ativa (Gráfico 22), verifica-se que na região Norte aumentou de 315,45‰, em 2011, para 330,73‰ em 2016, assistindo-se a um aumento progressivo, enquanto na sub-região Tâmega e Sousa se observou uma oscilação ao longo do período analisado, embora, de um modo geral, se tenha observado um decréscimo de 315,45‰ em 2011 para 281,74‰ em 2016.

Também no concelho de Resende o valor não se apresentou estável, pois em 2011 era de 392,91 ‰ aumentando para 399,74‰ em 2013, começando a decrescer novamente em 2014 até 2016, ano em que se atinge um valor de 385,88‰, observando-se sempre valores superiores aos registados na região Norte e sub-região Tâmega e Sousa.

**Gráfico 22. População pensionista da Segurança Social por mil habitantes (‰) em idade ativa, na região Norte, Sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende**

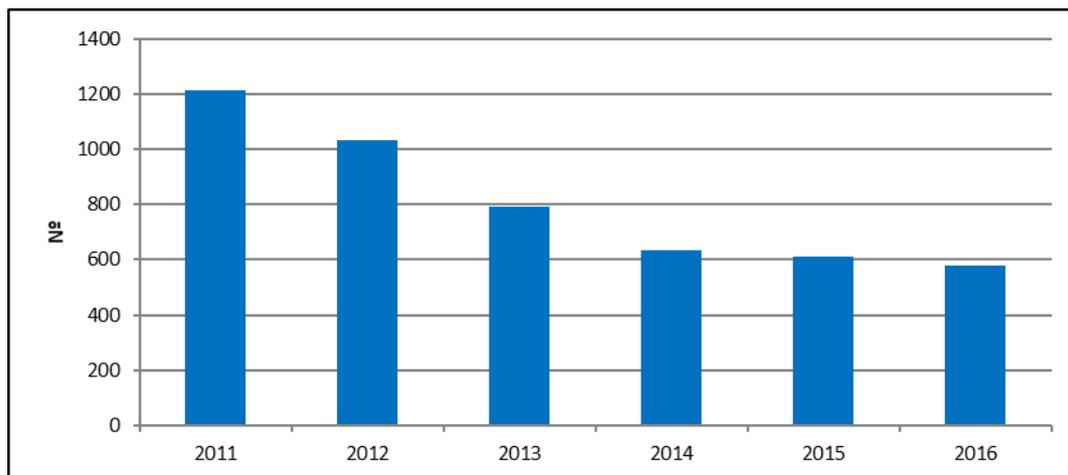


Fonte: PORDATA, 2018.

### 2.3.1.3 Rendimento Social de Inserção

No que se refere à população beneficiária do Rendimento Social de Inserção no concelho de Resende (Gráfico 23), verifica-se que entre 2011 e 2016 o número foi decrescendo, sendo que em 2011 era de 1.215 indivíduos (4,62% da sub-região Tâmega e Sousa) enquanto em 2016 era de 578 indivíduos (4,16% da sub-região Tâmega e Sousa).

**Gráfico 23. População beneficiária de Rendimento Social de Inserção, entre 2011 e 2016, no município de Resende**



Fonte: Estatísticas Anuais, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Tal como se verificou através do número de população beneficiária de Rendimento Social de Inserção, a análise da mesma por mil habitantes apresenta-se também decrescente entre 2011 e 2016, sendo que em 2011 era de 126,28‰ decrescendo para 62,85‰ em 2016.

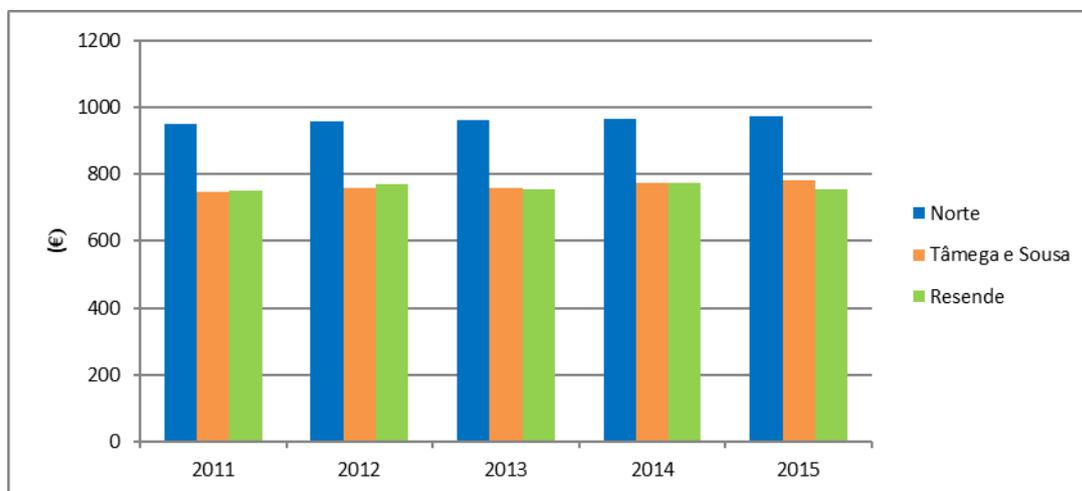
### 2.3.1.4 Ganho Médio Mensal

No que se refere ao ganho médio mensal no concelho de Resende, tal como se pode verificar no Gráfico 24, observa-se que oscilou ao longo dos anos, sendo sempre inferior à média da região, mas equivalente no que respeita à sub-região Tâmega e Sousa, com exceção do ano de 2015.

Na região Norte o ganho médio mensal aumentou de 949,1€ em 2011 para 975€ em 2015, verificando-se a mesma tendência na sub-região Tâmega e Sousa com 746,3€ em média em 2011 para 781,9€ em 2015. Porém, no concelho de Resende, o ganho médio em 2011 era de 752,9€ (representando apenas 79,33% do valor apresentado para a região Norte, mas superior ao da sub-região Tâmega e Sousa). Conforme referido, nos anos seguintes oscilou aumentando para 769,1€ em 2012, diminuindo em 2013 para 754,5€ e aumentando novamente em 2014 para 773,3€ (inferior ao ganho médio registado na região Norte e equivalente ao registado na sub-região Tâmega e Sousa). No ano de 2015 regista-se novo

decréscimo, para 756,8€, visivelmente acentuado e que coloca o concelho de Resende numa posição inferior à média da sub-região em que se insere, algo inédito no período em análise.

**Gráfico 24. Ganho médio mensal, entre 2011 e 2015, no município de Resende**



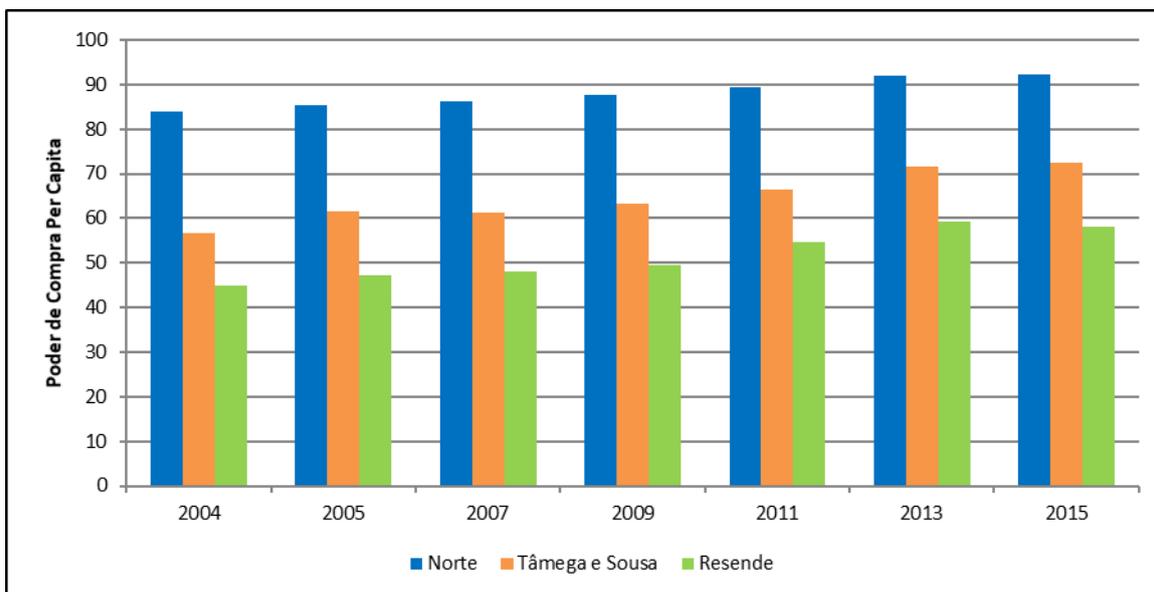
Fonte: Estatísticas Anuais, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

### **2.3.1.5 Poder de Compra**

O poder de compra no concelho de Resende é inferior ao registado na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa ( Gráfico 25). Na região Norte registou-se um aumento do poder de compra entre 2004 e 2015, enquanto na sub-região Tâmega e Sousa se observou que no ano 2007 ocorreu um pequeno decréscimo de 0,24, retomando em 2009 a tendência de aumento.

No que concerne ao concelho de Resende, em 2004 o poder de compra *per capita* era de 44,78 (53,37% do que o que se registou na região Norte e 78,85% do que o que se registou na sub-região Tâmega e Sousa), verificando-se um aumento até 2013 para 59,11 (64,23% do que se registava na região Norte e 82,66% do que o que se registava na sub-região Tâmega e Sousa), enquanto no ano 2015 ocorreu um decréscimo para 58,16 (63,16% do que se registou para a região Norte e 80,44% do que o que se registou na sub-região Tâmega e Sousa).

**Gráfico 25. Poder de Compra *per capita*, bienal entre 2004 e 2015, na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende**



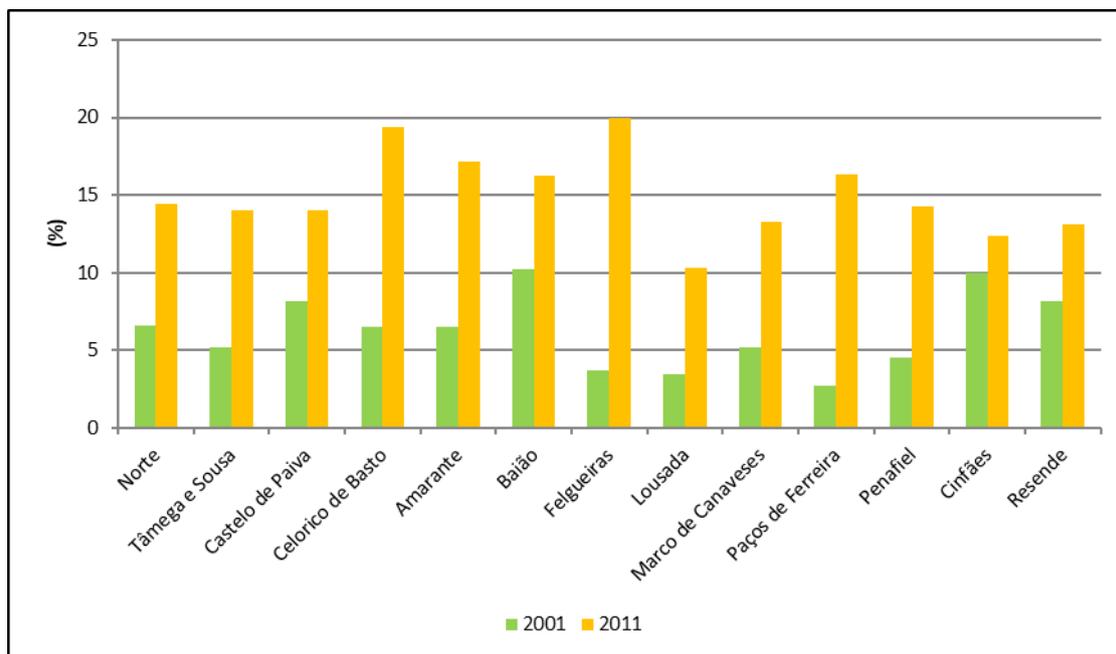
Fonte: Estudo sobre o Poder de Compra, Bienal, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

### 2.3.2 TAXA DE DESEMPREGO

Na região Norte, de uma forma geral, observou-se um aumento da taxa de desemprego entre 2001 e 2011 de 119,2%, uma vez que em 2001 era de 6,6% e em 2011 aumentou para 14,47%. O mesmo se verificou em todos os concelhos que compõem a sub-região Tâmega Sousa (Gráfico 26), sendo que a sub-região registava uma taxa de desemprego de 5,2% em 2001 e em 2011 cresceu para 14,04%.

Em termos de variação relativa, o concelho de Resende não se apresentou como um dos concelhos com maior crescimento da taxa de desemprego no período analisado, uma vez que em 2001 a taxa era já significativa (8,2% em 2001 e 13,12% em 2011), apresentando uma variação de 60%. No entanto registase que em 2011 a taxa de desemprego do concelho era inferior à da sub-região.

**Gráfico 26. Taxa de desemprego, em 2001 e 2011, na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios**



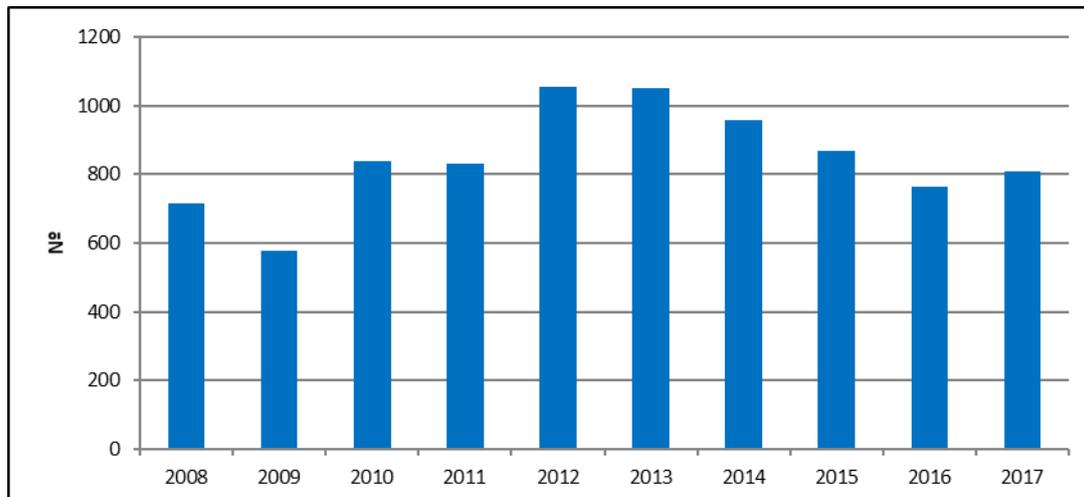
Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

### 2.3.3 NÚMERO DE DESEMPREGADOS (MENSAL)

Tal como se pode observar no Gráfico 27, a população desempregada no concelho de Resende foi oscilando ao longo dos anos, salientando-se os anos 2012 (1.053 indivíduos) e 2013 (1.050 indivíduos) com os valores mais elevados da década analisada, seguindo a mesma tendência verificada na região Norte onde também se salientaram os anos 2012 (295.598 indivíduos) e 2013 (291.621 indivíduos).

No ano 2017, verifica-se que ocorreu um aumento face a 2016 de 46 indivíduos desempregados, sendo que em 2017 se registaram 808 desempregados em Resende.

**Gráfico 27. Total de População Desempregada, entre 2008 e 2017, no município de Resende**

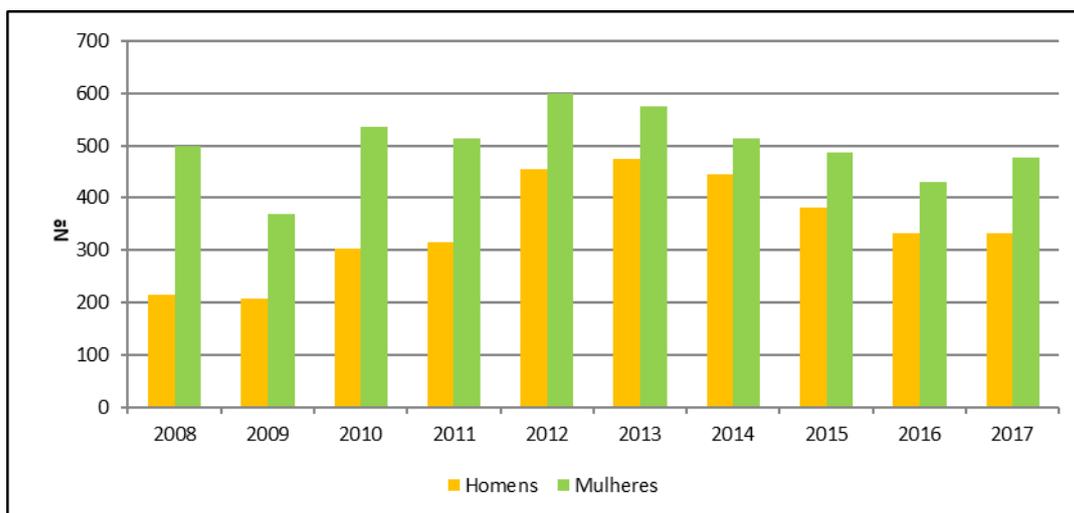


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), 2018.

No que se refere à população desempregada por género, no concelho de Resende, verifica-se que o género feminino foi sempre superior ao género masculino com maior número de desempregados (Gráfico 28). Destaca-se o ano 2008 em que o número de mulheres era superior ao dobro do número de homens desempregados (500 e 215, respetivamente) e o ano 2010 em que o número de mulheres desempregadas era também muito elevado em comparação com o número de homens (536 e 303, respetivamente).

O concelho de Resende seguiu, assim, a tendência que se verificou na região Norte, onde, em todos os anos analisados, o número de mulheres desempregadas foi sempre superior ao número de homens.

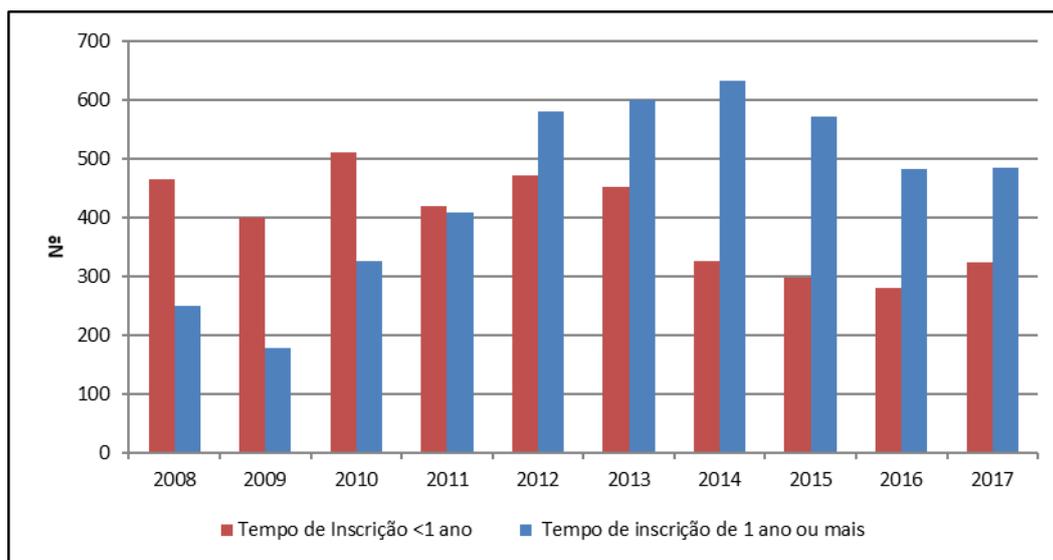
**Gráfico 28. População Desempregada, tendo em conta o género, de 2008 a 2017, no município de Resende**



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), 2018.

No que concerne ao tempo de inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional, verifica-se que até 2011 (inclusive), se salientava a população que tinha um tempo de inscrição inferior a 1 ano, sendo que a partir de 2012 até 2016 a situação inverte-se, aumentando o número de desempregados de longa duração, ou seja com tempo de inscrição superior a 1 ano (Gráfico 29). Analisando a região Norte, verifica-se a mesma tendência desde 2012.

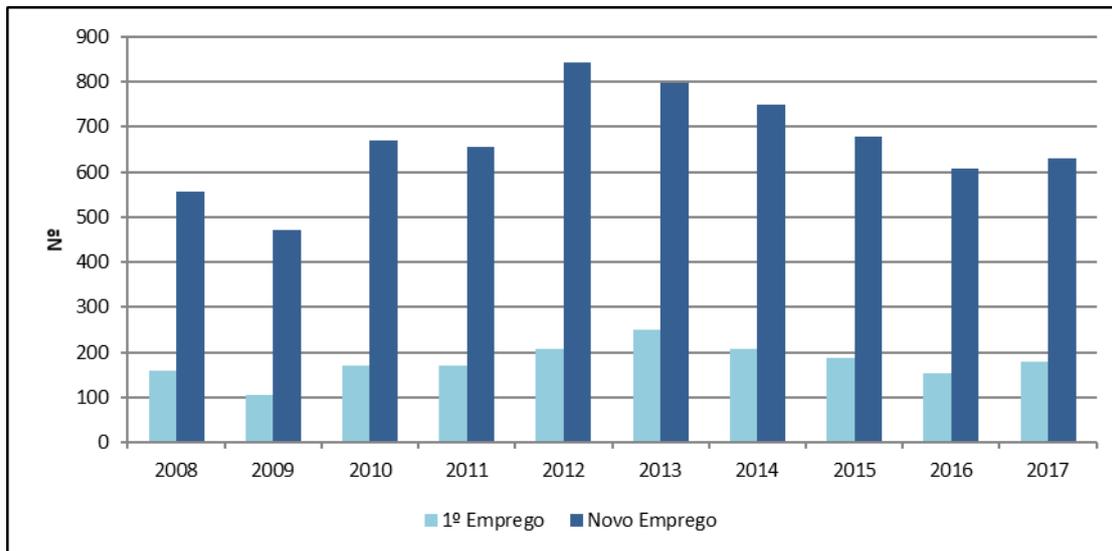
**Gráfico 29. População Desempregada de acordo com o tempo de inscrição, entre 2007 e 2018, no município de Resende**



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), 2018.

No que se refere à população desempregada de acordo com a situação face à procura de emprego (Gráfico 30), verifica-se que entre 2008 e 2017 a procura de novo emprego foi sempre superior à procura de primeiro emprego, tendência que também se verifica na região Norte, mostrando que o desemprego afeta sobretudo população que já teve outras experiências de trabalho e a grande representatividade de população adulta.

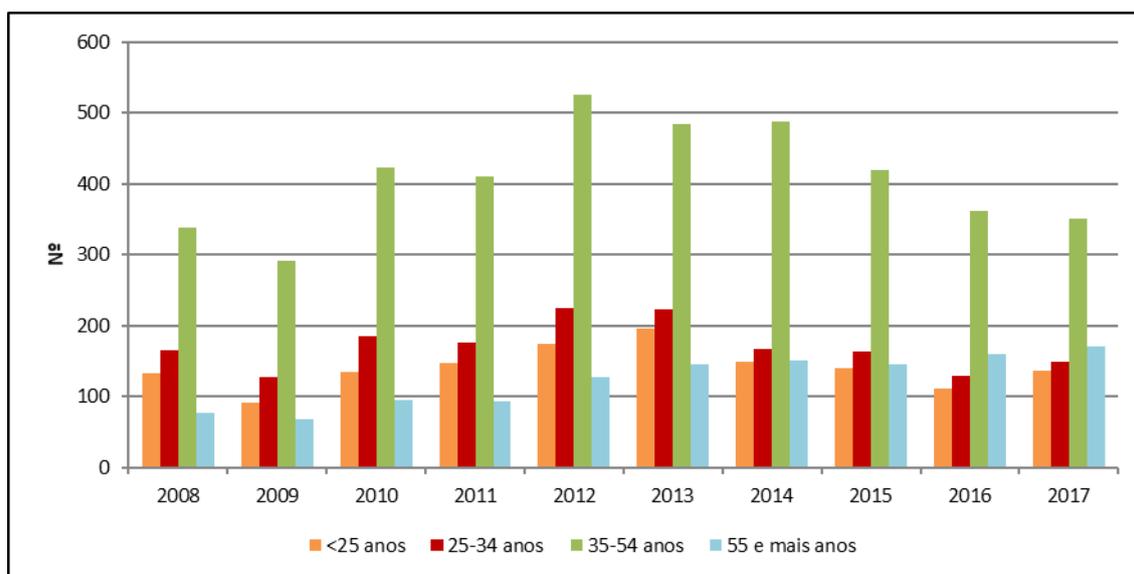
**Gráfico 30. População Desempregada de acordo com a situação face à procura de emprego, entre 2007 e 2018, no município de Resende**



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), 2018.

No que se refere à classe etária da população desempregada no concelho de Resende, entre 2007 e 2018 (Gráfico 31), verifica-se que a classe dos 35 aos 54 anos de idade se destaca (de notar que a presente classe abrange um grupo de 20 anos, enquanto as outras classes analisadas são menores). A mesma tendência se verifica ao longo da região Norte.

**Gráfico 31. População Desempregada tendo em conta a classe etária, entre 2007 e 2018, no município de Resende**



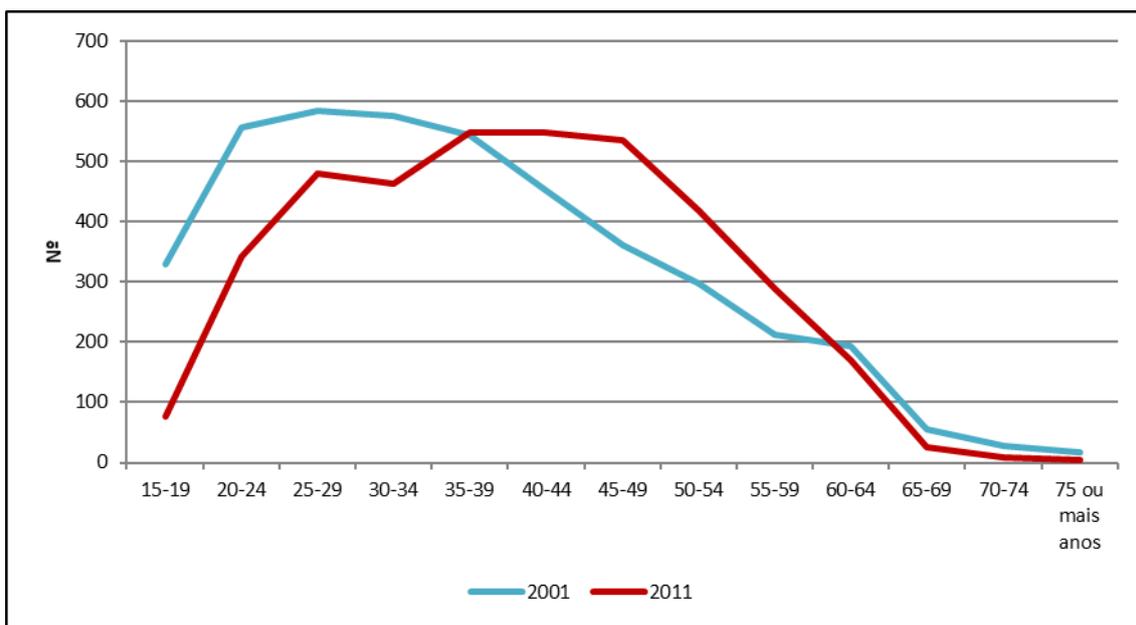
Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), 2018.

### 2.3.4 POPULAÇÃO ATIVA

No ano 2011 a região Norte apresentou um aumento da população ativa, de 1.775.015 indivíduos em 2001 para 1.756.065 indivíduos, o que representava cerca de 47,60% da população da região. A sub-região Tâmega e Sousa também viu o número de população ativa aumentar de 198.601 indivíduos para 201.173 indivíduos (11,46% do total da região Norte), o que representava cerca de 59% da população da sub-região, enquanto o concelho de Resende apresentou um decréscimo para 3.909 indivíduos, que correspondia a 34,40% da população. Em termos percentuais o peso da população ativa no concelho de Resende está muito abaixo da região em que se insere.

Tal como se pode observar no Gráfico 32, de 2001 para 2011 no concelho de Resende, a população com 15 a 34 anos ativa apresentou um decréscimo significativo, demonstrando que a população entra cada vez mais tarde no mercado de trabalho. Também a população com 60 ou mais anos apresentou um decréscimo, demonstrando que cada vez mais a população idosa desfruta da idade da reforma mais cedo.

Gráfico 32. População Ativa (Nº) em 2001 e 2011, no município de Resende



Fonte XIV e XV Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

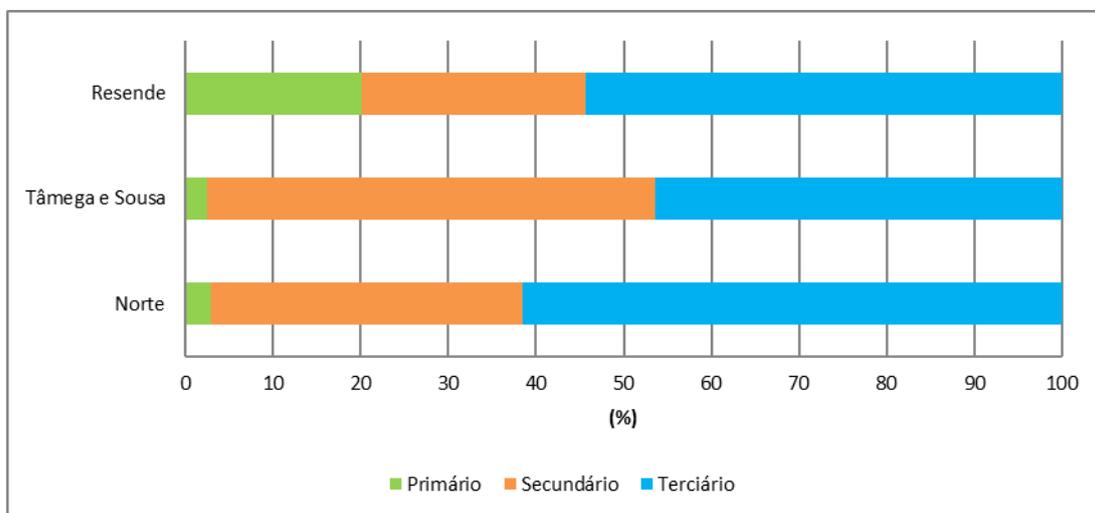
### 2.3.5 ESTRUTURA DO EMPREGO

No concelho de Resende, em 2011, 3.396 indivíduos encontravam-se empregados, correspondendo a cerca de 87% da população ativa, verificando-se um decréscimo de 12,04% face a 2001, uma vez que a população empregada era de 3.861 indivíduos. Este decréscimo acompanhou também o decréscimo da

população residente verificado no mesmo período (8,13%) e o aumento da taxa de desemprego (de 8,2% em 2001 para 13,12% em 2011).

Em comparação com a região Norte, o concelho de Resende segue uma tendência similar no que se refere à população empregada por setor de atividade, destacando-se o setor terciário, embora no concelho de Resende o setor primário se apresente mais representativo do que na região Norte. Quanto à sub-região Tâmega e Sousa, verifica-se que é o setor secundário que se salienta enquanto o setor primário se apresenta residual, ao contrário do que se observa no concelho de Resende, onde se destaca o setor terciário e onde o setor primário apresenta elevada representatividade (Gráfico 33).

**Gráfico 33. População empregada (%) por setor de atividade, na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende, em 2011**

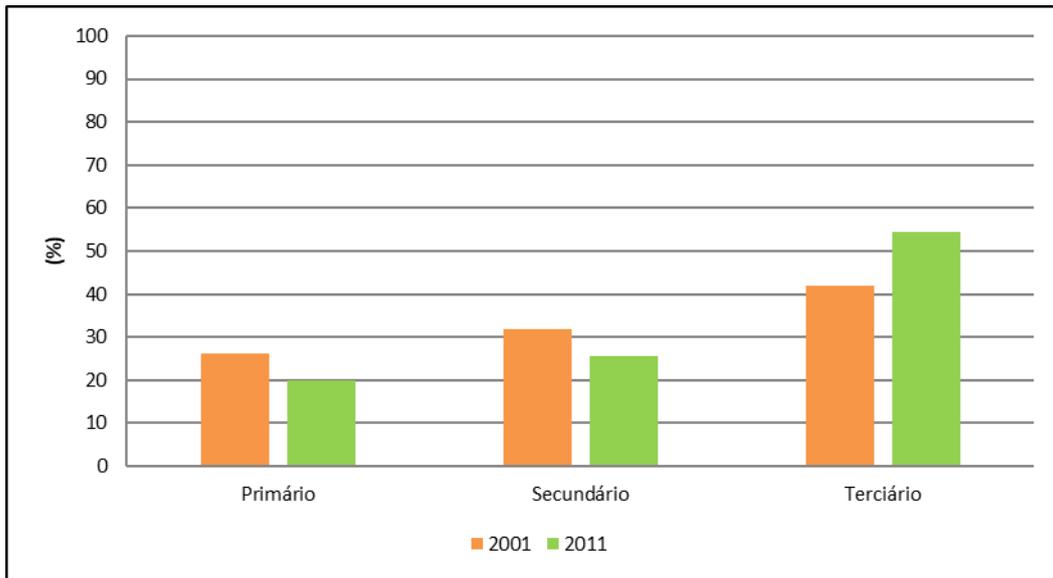


Fonte: XV Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No que concerne à distribuição da população empregada por setor de atividade, salienta-se o setor terciário que, em 2011, empregava 54,36% da população empregada (1.846 indivíduos), verificando-se um aumento da população empregada no concelho face a 2001 (empregava 42,04%). No setor terciário, deve salientar-se o setor terciário social que empregava 1.031 indivíduos (30,36%) enquanto o setor terciário económico empregava 815 indivíduos (24,0%).

Quanto ao setor secundário e ao setor primário, verifica-se que apresentaram um decréscimo face a 2001, sendo que em 2011 o setor secundário empregava 25,59% da população empregada (31,88% em 2001) e o setor primário empregava 20,05% (26,08% em 2001).

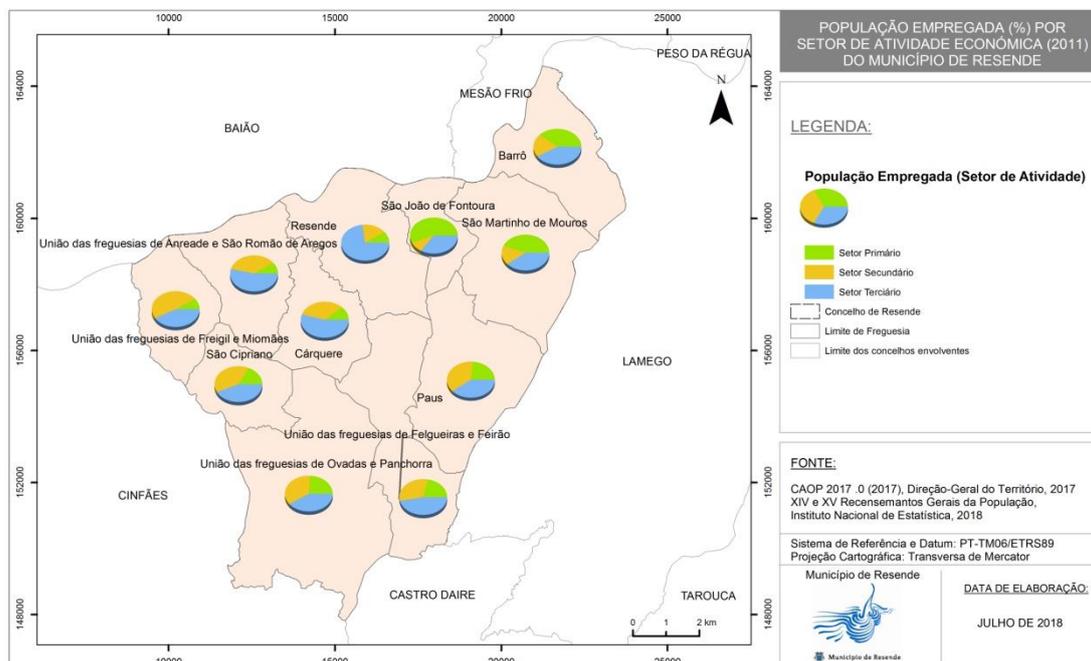
**Gráfico 34. População empregada (%) por setor de atividade, em 2011, no município de Resende**



Fonte: XV Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Relativamente às freguesias do concelho de Resende (Mapa 8), verifica-se que o setor terciário se destaca em todas as freguesias, onde se distingue a freguesia de Resende (72,79% da população empregada), a par com a freguesia de Cárquere (54,08%) e com a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos (53,33%), cuja representatividade deste setor é superior a 50% da população empregada. Exceção constitui a União das freguesias de Freigil e Miomães cujo setor mais representativo é o setor secundário (48,61%) e as freguesias de São Martinho de Mouros e São João de Fontoura onde o setor primário se destaca em relação aos outros setores de atividade, com 44,73% e 55,26%, respetivamente, constituindo duas freguesias onde a agricultura se apresenta importante em termos económicos.

Mapa 8. População Empregada (%) por setor de atividade económica, em 2011, no município de Resende

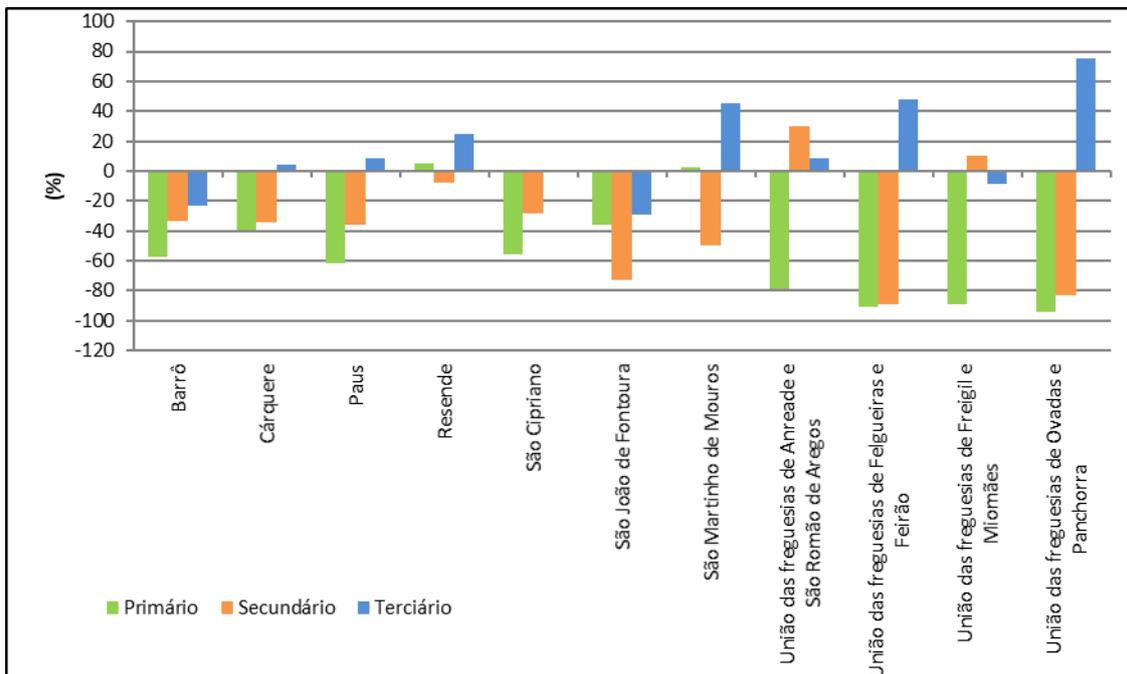


Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Quanto à variação da população empregada entre 2001 e 2011, verifica-se um decréscimo na grande maioria das freguesias, a par com o envelhecimento da população e com a perda de população residente, excetuando-se a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos onde a população empregada apresentou um aumento de 85,11% e a freguesia de Resende, cujo aumento foi de 15,51%.

No que se refere à variação da população empregada por setor de atividade, entre 2001 e 2011 (Gráfico 35), verifica-se que o setor primário apresentou um decréscimo da população empregada na maioria das freguesias, excetuando-se a freguesia de Resende (aumento de 5,38%) e a freguesia de São Martinho de Mouros (aumento de 2,46%). O setor secundário seguiu a mesma tendência de decréscimo na maioria das freguesias que compõem o concelho de Resende, excetuando-se a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos (aumento de 29,92%) e a União das freguesias de Freigil e Miomães (aumento de 10,53%). Por fim, no que concerne à população empregada no setor terciário apenas as freguesias de São João de Fontoura (-29,17%), de Barrô (-23,01%) e a União das freguesias de Freigil e Miomães (-8,82%) apresentaram um decréscimo, enquanto as restantes freguesias registaram um aumento do número de população empregada neste setor, devendo destacar-se a União das freguesias de Ovadas e Panchorra cujo aumento foi de 75,0%.

**Gráfico 35. Variação relativa (%) da população empregada entre 2001 e 2011, por setor de atividade, no município de Resende**



Fonte: XIV e XV Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

### 2.3.5.1 Setor Primário: Agricultura e Pecuária

O setor primário apresenta elevada relevância no concelho de Resende, uma vez que empregava, no ano 2011, 20,05% da população empregada, ou seja, 3.396 indivíduos.

Apenas 43,19% dos produtores agrícolas se dedicavam a tempo completo às suas explorações (trabalhavam 225 dias ou 1800 horas por ano) em 2009, demonstrando que as explorações não exigiam na sua maioria uma dedicação a tempo inteiro permitindo uma segunda atividade (saliente-se que em Portugal apenas 21,23% dos produtores agrícolas se dedicavam às explorações a tempo completo, constatando-se que em termos comparativos, a agricultura apresenta elevada relevância no concelho de Resende), verificando-se um aumento face a 1999 dado que os produtores agrícolas que se dedicavam a tempo completo eram de apenas 24,39%.

No que concerne ao nível de escolaridade dos produtores agrícolas singulares no ano de 2009, verifica-se que 66,33% possuía o ensino básico, seguindo a mesma tendência de Portugal (69,32%) e da região Norte (67,72%). Deve salientar-se que 48,62% dos produtores agrícolas singulares do concelho de Resende possuíam apenas o 1º ciclo e 21,29% não possuía qualquer nível de escolaridade (segundo a tendência da região Norte e de Portugal) e sendo justificado pela relevância da população idosa. No que se refere aos produtores agrícolas singulares qualificados com o ensino superior em 2009, era de 7,68%,

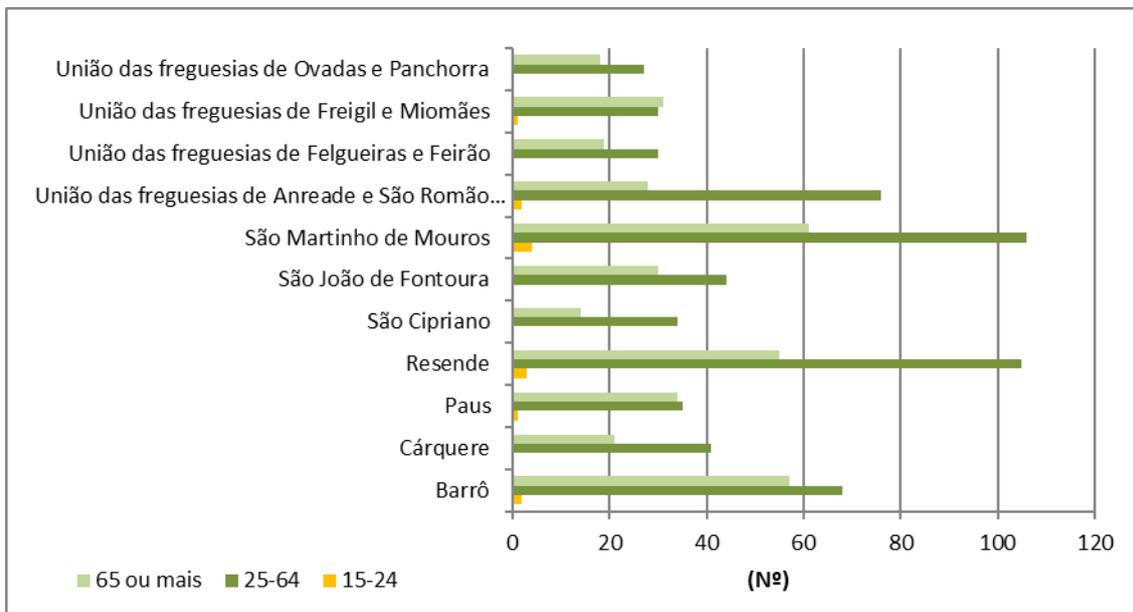
apresentando-se como um valor positivo e significativo se comparado com Portugal (4,40%) e com a região Norte (4,75%), demonstrando que o concelho detém diversos produtores agrícolas qualificados.

Quanto ao género dos produtores agrícolas singulares no concelho de Resende, em 2009, verificava-se que 55,58% eram do género masculino (em 1999 eram 70,08%, mostrando que ao longo dos anos o género feminino tem ganho relevância), seguindo uma tendência similar ao que se verifica a outras escalas, nomeadamente em Portugal (68,77% do género masculino), na região Norte (61,69% do género masculino) e na sub-região Tâmega e Sousa (58,21% do género masculino), onde o género masculino é o mais significativo.

Também a mão-de-obra agrícola não familiar segue a mesma tendência dos produtores agrícolas singulares no que se refere ao género, embora neste caso o género masculino se apresente ligeiramente mais saliente, uma vez que no concelho de Resende, em 2009, 69,23% da mão-de-obra não familiar era do género masculino, verificando-se um ligeiro decréscimo desde 1999 (era de 70,41%). A mesma tendência verifica-se a outras escalas, pois, em Portugal era de 70,04%, na região Norte era de 67,29% e na sub-região Tâmega e Sousa era de 69,23%.

No que se refere aos grupos etários dos produtores agrícolas singulares, verifica-se que no concelho de Resende, em 2009, apenas 13 produtores encontravam-se entre os 15 e os 24 anos (1,33%), 61% entre 25 e os 64 anos e 37,67% dos produtores encontravam-se com 65 ou mais anos. Também em Portugal e na região Norte a tendência era similar. Em 2009, inclusive, a União das freguesias de Freigil e Miomães registou um número de produtores agrícolas singulares com 65 ou mais anos superior ao número de produtores com 25 a 64 anos, demonstrando a importância que a população idosa apresenta para a freguesia e para a agricultura. Deste modo, constata-se que a população mais jovem ainda se apresenta pouco significativa no setor agrícola, salientando-se a importância que a população idosa apresenta no concelho de Resende.

**Gráfico 36. Produtores agrícolas singulares por grupos etários, em 2009, no município de Resende**



Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No que se refere às explorações agrícolas com mão-de-obra não familiar contratada, verifica-se que no concelho de Resende, em 2009, era de apenas 4,98%, constatando-se que a mão-de-obra contratada de forma não regular se apresenta mais significativa, graças, sobretudo, à sazonalidade adjacente à atividade. Destaca-se que, entre 1999 e 2009 se registou um aumento da população contratada, dado que em 1999 era de apenas 3,98%. A mesma tendência observa-se em Portugal cuja mão-de-obra agrícola não familiar contratada de forma regular era de 7,66%, na região Norte onde era de 5,93% e na sub-região Tâmega e Sousa onde era de 6,57%.

O desenvolvimento económico e social de Resende encontra-se muito ligado à produção da cereja, que é atualmente o ex-líbris do concelho de Resende, correspondendo em 2004 a cerca de 89% da produção de cereja na região de Entre Douro e Minho<sup>2</sup>. Trata-se de um produto agrícola com particularidades únicas capaz de atrair milhares de pessoas a Resende durante a festa da cerejeira em flor e festival da cereja. Dos agricultores de Resende sai uma grande cota parte da produção nacional de cereja.

Tendo em consideração a importância económica que a cereja possui em Resende, vista como alavanca para a economia local, o Município tem desenvolvido um conjunto de investimentos e ações neste âmbito ao longo dos anos, como é o caso do gabinete de desenvolvimento rural, pois o futuro do

<sup>2</sup> De acordo com o relatório, de 2007, do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, relativo à produção de Cereja em Portugal.

concelho passa por desenvolver um processo de aumento da produção e internacionalização deste produto.

### **2.3.5.2 Setor Secundário: Indústria**

No que concerne ao setor secundário, relativo à indústria, verifica-se que, no concelho de Resende, a indústria extrativa não apresenta qualquer representatividade, não se encontrando qualquer empresa localizada dentro dos limites concelhios em 2016. Por sua vez, as indústrias transformadoras apresentam-se importantes para o concelho, graças à população que emprega e graças ao seu volume de negócios, registando-se 37 empresas em 2016 localizadas no concelho (-22,9% do que as registadas no ano 2008). Estas representam apenas 0,76% das indústrias transformadoras existentes na sub-região Tâmega e Sousa, demonstrando que a sua importância é reduzida para a região onde se insere.

Face ao disposto, apresenta-se indispensável compreender qual a relevância da população empregada nas indústrias transformadoras. Desta forma verifica-se que 6,07% da população empregada no concelho de Resende, se encontra na presente secção (206 indivíduos), onde se salienta a "indústria das bebidas" com 24,27% da população empregada desta secção (50 indivíduos), segue-se a secção das "indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário, fabricação de obras de cestaria e espartaria" com 19,42% (40 indivíduos) e a "fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos" com 17,48% (36 indivíduos).

No ano 2016 as indústrias transformadoras do concelho possuíam 139 indivíduos ao serviço, verificando-se a perda de relevância do setor secundário ao longo dos anos (em 2008 era de 144 indivíduos).

Quanto ao número de estabelecimentos das indústrias transformadoras, verifica-se que no concelho de Resende existiam apenas 39 (0,78% dos existentes na sub-região Tâmega e Sousa).

Por fim, no que se refere ao volume de negócios das indústrias transformadoras, em 2016 registou-se um valor de 7.789.722€, representando apenas 0,27% do volume de negócios da sub-região Tâmega e Sousa, embora se tenha verificado um aumento do volume de negócios face ao ano 2008 de 76,38% (em 2008 foi de 4.416.423€).

É na União das freguesias de Freigil e Miomães onde o setor secundário mais se salientou, uma vez que empregava 48,61% da sua população.

Realça-se que no concelho de Resende existe duas áreas industriais, designadamente o Parque Industrial de Resende (com uma área de 16 ha) e o Parque Empresarial de Anreade (com uma área de

2,5 ha), verificando-se que após a publicação do PDM de Resende em 2009, ocorreu a emissão de uma licença de construção nova, para uso geral, no Parque Empresarial de Resende.

### **2.3.5.3 Setor Terciário: Turismo**

O setor do turismo afigura-se de uma forma positiva no concelho de Resende. De acordo com os Censos da População de 2011 (INE), 153 indivíduos (5% da população empregada no concelho) encontravam-se empregados na atividade "alojamento, restauração e similares" no concelho de Resende, constituindo a atividade que inclui a população empregada no setor do turismo.

No ano de 2016 existiam no concelho 69 empresas associadas a esta atividade económica, correspondendo a 5,05% do total das empresas existentes. De acordo com o Pordata (2018), verifica-se a ocorrência de um aumento de 113,59% do número de estabelecimentos turísticos no concelho entre 2009 e 2016 (de 103 estabelecimentos em 2009, aumentou para 220 estabelecimentos em 2016, correspondendo a 7,6% do total da sub-região Tâmega e Sousa). Posto isto, o número de dormidas registadas em 2016 foi de 10.996 (mais 63,02% do que as registadas no ano 2015, correspondendo a 4,3% do total da sub-região Tâmega e Sousa), sendo que destas, 1.223 dormidas corresponderam a indivíduos estrangeiros (crescimento de 190,49% face a 2015), demonstrando que o concelho de Resende se apresenta atrativo não só para turistas nacionais como também para turistas internacionais. Quanto à estada média nos estabelecimentos hoteleiros do concelho, em 2015, era de 1,9 dias.

Em média, os proveitos de aposento por hóspede dos estabelecimentos hoteleiros no concelho de Resende, em 2016, foram de 55,60€, enquanto os proveitos de aposento dos estabelecimentos hoteleiros, no mesmo ano, foram de 306 Milhares de Euros.

Verifica-se que o rio Douro constitui um elemento fundamental para o turismo no concelho de Resende, cuja possibilidade de percorrer o rio, por constituir uma via navegável moderna, permitindo a contemplação da sua esplêndida paisagem, constitui uma mais-valia para o concelho. Através de cruzeiros ou de outras embarcações de recreio de diversas dimensões, encontra-se uma variada oferta de opções para percorrer o rio Douro, desde os cruzeiros que percorrem os 208 km navegáveis, cruzando diversos concelhos e permitindo a contemplação de uma paisagem variada, até à opção do Douro "À La Carte" onde é possível escolher o percurso a fazer. Para além do turismo que permite contemplar a beleza da paisagem única do vale do Douro e do concelho graças à possibilidade de receber os turistas através da Marina de Caldas de Aregos e do Cais da Mogueira (localizados na margem esquerda do rio Douro), o rio proporciona a prática de diversos desportos fluviais.

Localizando-se na zona tampão do Alto Douro Vinhateiro, classificado como Património Mundial, pela Unesco, no concelho de Resende deve salientar-se a relevância da natureza (com paisagens únicas), o

património (abundantes vestígios de épocas passadas), dos produtos regionais (como a gastronomia e o artesanato) e do diversificado leque de atividades de lazer (desde spa às atividades náuticas), para além da possibilidade de turismo de saúde graças às Termas Caldas de Aregos.

Assim, tal como se irá constatar mais à frente, são as freguesias próximas do rio Douro que se salientam quanto ao crescimento do setor turístico, salientando-se a freguesia de Resende e a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos, apresentando-se como um setor de elevada importância na empregabilidade da população residente. Verifica-se, assim, uma tendência para o crescimento do turismo relacionado com o rio Douro, acompanhando a tendência de crescimento de toda a região que envolve o mesmo.

Em suma, verifica-se que a atividade turística constitui um exemplo de dinamismo do concelho de Resende, dada a evolução positiva que se tem vindo a verificar ao longo dos anos no que concerne ao número de visitantes, tanto nacionais como estrangeiros, e no que concerne ao aumento dos estabelecimentos turísticos (aumento da capacidade e conseqüente aumento da oferta) e de atividades relacionadas com o turismo de natureza: o rio Douro e a serra de Montemuro.

#### 2.3.5.3.1 Empreendimentos Turísticos

No que se refere aos empreendimentos turísticos existentes no concelho de Resende, verifica-se a existência de dois hotéis, de duas casas de campo e de dois empreendimentos de agroturismo.

Quanto aos empreendimentos de agroturismo, localizam-se na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos; as duas casas de campo localizam-se na freguesia de São Cipriano e na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos; e, por fim, os dois hotéis localizam-se na União das freguesias de Freigil e Miomães e na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos.

Deste modo, verifica-se que a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos possui quatro empreendimentos turísticos, oferecendo vista para o vale do Douro que se apresenta deslumbrante, tranquilizante e inesquecível para quem dela desfruta, tornando-se deste modo, atrativa.

No que se refere ao ano de abertura dos empreendimentos, salienta-se o ano 2014, ano em que abriram três empreendimentos, verificando-se que após a entrada em vigor do PDM de Resende abriram quatro empreendimentos turísticos, apoiando na concretização de alguns dos seus objetivos, tornando o concelho mais atrativo, desenvolvendo o tecido económico e permitindo o desenvolvimento policêntrico do concelho uma vez que estes empreendimentos permitem desenvolver outros aglomerados para além da freguesia de Resende.

**Quadro 2. Tipologia, ano de abertura e localização dos empreendimentos turísticos**

Empreendimento turístico	Tipologia	Ano de abertura	Freguesia
Quinta da Graça – Complexo Turístico	Agroturismo	1991	União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos
Hotel Comércio	Hotel	2014	
Quinta do Outeiro	Agroturismo	2014	
Vald'arêgos – Douro – Turismo Rural	Casa de Campo	2014	
Quinta das Lamas e Salgueirinhos	Casa de Campo	2010	São Cipriano
Douro Marina Hotel & Spa	Hotel	2001	União das freguesias de Freigil e Miomães

Fonte: Sistema de Informação Geográfica do Turismo (<https://sigtur.turismodeportugal.pt/>), última consulta a 22 de agosto de 2018.

### 2.3.5.3.2 Projetos de Empreendimentos Turísticos

No concelho de Resende, verifica-se a existência de seis projetos de empreendimentos turísticos, sendo que um deles constitui apartamentos turísticos, dois constituem hotéis e três constituem hotéis rurais, com categorias que variam entre duas e quatro estrelas (Quadro 3). Os números de camas variam entre as 29 e as 122, permitindo aumentar a capacidade de receção e acolhimento de turistas ao concelho.

**Quadro 3. Categoria e localização dos projetos de empreendimentos turísticos no município de Resende**

Empreendimento turístico	Tipologia	Categoria	Freguesia
Apartamentos Turísticos	Apartamentos Turísticos	4*	União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos
Hotel	Hotel	4*	
Hotel Rural Douro Plaza Hotel	Hotel Rural	4*	
Hotel Rural Quinta do Choupal	Hotel Rural	3*	Resende
Quinta das Costeiras Hotel Rural	Hotel Rural	4*	
Hotel Quinta da Granja	Hotel	2*	São Martinho de Mouros

Fonte: Sistema de Informação Geográfica do Turismo (<https://sigtur.turismodeportugal.pt/>), última consulta a 22 de agosto de 2018.

No que concerne à sua localização, três dos projetos encontram-se localizados na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos, dois na freguesia de Resende e um na freguesia de São Martinho de Mouros.

À data de elaboração do presente relatório, registava-se também a existência de um projeto de conjunto turístico, nomeadamente o Conjunto Turístico Quinta das Antas Resort, datado de 2012. A

localização deste projeto de conjunto turístico encontra-se na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos.

A concretização destes projetos apresenta-se uma mais-valia para o concelho, uma vez que permitem oferecer uma maior diversidade de possibilidade de alojamento e permite oferecer um maior número de camas, que associado com a deslumbrante paisagem do vale do Douro, com a tranquilidade do ambiente rural e com o património concelhio, criará a oportunidade de atração de um maior número de turistas que tem vindo a aumentar ano após ano.

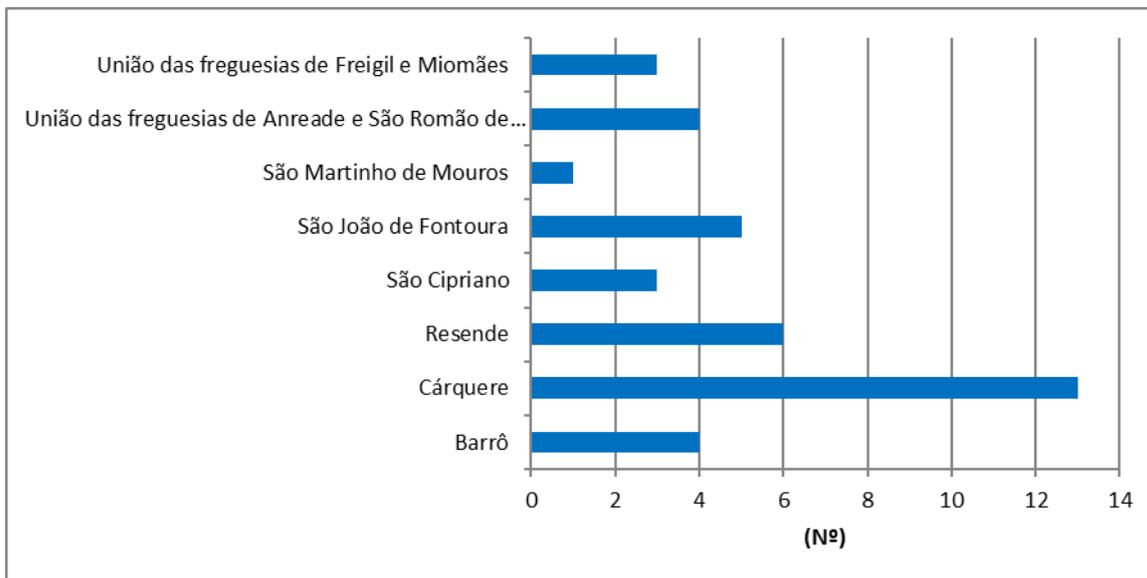
#### 2.3.5.3.3 Alojamento Local

No concelho de Resende, verifica-se a existência de 39 alojamentos locais distribuídos ao longo de diversas freguesias que o compõem. Em relação à modalidade, 34 alojamentos locais correspondem a moradias, quatro a estabelecimento hospedagem e apenas um corresponde a apartamento.

Na União das freguesias de Freigil e Miomães regista-se a existência de um apartamento, um estabelecimento de hospedagem e de uma moradia. Na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos, regista-se a existência de quatro moradias cuja abertura ocorreu entre 2017 e 2018, na freguesia de São João de Fontoura verifica-se a existência de quatro moradias e de um estabelecimento de hospedagem, sendo que a abertura ao público ocorreu entre 2016 e 2018.

Na freguesia de São Cipriano, verifica-se a existência de duas moradias e de um estabelecimento de hospedagem, datando a abertura ao público destes entre 2012 e 2018, tal como as seis moradias existentes na freguesia de Resende que datam do mesmo período. Na freguesia de Cárquere registam-se, também, doze moradias e um estabelecimento de hospedagem e na freguesia de Barrô observa-se a existência de quatro moradias, cuja abertura ao público ocorreu entre 2013 e 2018.

Gráfico 37. Localização dos alojamentos locais no município de Resende



Fonte: Sistema de Informação Geográfica do Turismo (<https://sigtur.turismodeportugal.pt/>), última consulta a 22 de agosto de 2018.

Desta forma, verifica-se que, de um modo geral, os estabelecimentos existentes no concelho de Resende abrem ao público recentemente, salientando-se os anos 2017 e 2018 que proporcionaram um aumento significativo dos mesmos, demonstrando que a procura é saliente e evidenciando que o turismo se apresenta cada vez mais relevante para o concelho e para a sua população, nas mais variadas valências (económicas, sociais, culturais).

#### 2.3.5.3.4 Agentes de Animação

No que se refere aos agentes de animação, constata-se que no concelho de Resende existem quatro empresas.

Como operador marítimo turístico encontra-se a Câmara Municipal de Resende, cujo registo foi concretizado em 2018, encontrando-se localizado na freguesia sede de concelho (freguesia de Resende), oferecendo resposta à procura por parte dos turistas de realizar atividades no rio Douro. Com oferta de inúmeras atividades ao ar livre/ natureza, encontra-se a empresa Bastião da Natureza, Unipessoal, Lda., criada no ano 2018. Esta oferece diversas atividades de orientação (percursos, *geocaching*, caça ao tesouro e similares), caminhadas e outras atividades pedestres, paintball, tiro com arco, entre outras. Encontra-se localizada na freguesia sede de concelho (freguesia de Resende). A empresa *2Winback Tours Health Recreation Tourism*, Unipessoal Lda., foi registada no ano 2014 e localiza-se na União das freguesias de Freigil e Miomães, cuja atividade passa por organizar e realizar atividades de animação

turísticas e de saúde. Por fim, a empresa BTur, Unipessoal Lda., surgiu em 2018 e localiza-se na freguesia de Resende, tendo como atividade a organização de atividades de animação turística.

Desta forma, verifica-se que no ano 2018 surgiram três novas empresas promotoras de atividades turísticas no concelho de Resende, de forma a responder à procura e a promover as diversas atividades que o concelho pode oferecer, com elevada relação com a natureza e com a paisagem, criando condições para que o setor do turismo apresente um desenvolvimento positivo para o concelho.

## 2.4 TECIDO EMPRESARIAL

Ainda no que concerne às Atividades Económicas, importa analisar a constituição do tecido empresarial, nomeadamente o número e dimensão de empresas, o volume de negócios e as características das explorações agrícolas que tanta relevância apresentam no concelho de Resende em termos de atividade económica.

### 2.4.1 NÚMERO DE EMPRESAS

Em 2016 era a atividade económica "agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca" a que se salientava, com 692 empresas e correspondendo a 50,62% do total das empresas, verificando-se um crescimento de 412,6% face a 2008. Segue-se a relevância do "comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos" que em 2016 correspondia a 216 empresas (15,80% do total de empresas no concelho), embora se tenha verificado um decréscimo de -9,2% face a 2008 (Quadro 4).

Assim, entre 2008 e 2016 verificou-se um aumento do número de empresas no concelho de Resende de 56,8% (Quadro 4), sendo de 872 empresas em 2008 e registando um aumento para 1.367 empresas em 2016.

**Quadro 4. Empresas (nº e %) por Atividade Económica (CAE Rev. 3), entre 2008 e 2016, no município de Resende**

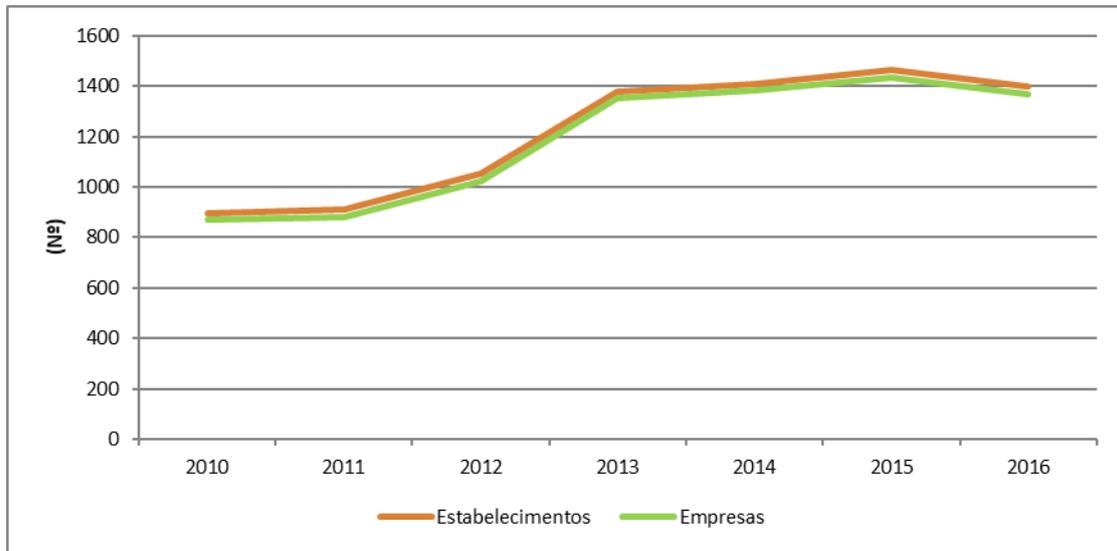
Atividade Económica (CAE Rev. 3)	Empresas				Variação
	2008		2016		
	Total (Nº)	Total (%)	Total (Nº)	Total (%)	
<b>A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca</b>	<b>135</b>	<b>15,48</b>	<b>692</b>	<b>50,62</b>	<b>412,6%</b>
B - Indústrias extrativas	0	0,00	0	0,00	0,0%
C - Indústrias transformadoras	48	5,50	37	2,71	-22,9%

Atividade Económica (CAE Rev. 3)	Empresas				Variação
	2008		2016		
	Total (Nº)	Total (%)	Total (Nº)	Total (%)	
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	0,00	3	0,22	0,0%
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1	0,11	1	0,07	0,0%
F - Construção	123	14,11	75	5,49	-39,0%
<b>G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos</b>	<b>238</b>	<b>27,29</b>	<b>216</b>	<b>15,80</b>	<b>-9,2%</b>
H - Transportes e armazenagem	23	2,64	22	1,61	-4,3%
I - Alojamento, restauração e similares	73	8,37	69	5,05	-5,5%
J - Atividades de informação e de comunicação	4	0,46	2	0,15	-50,0%
L - Atividades imobiliárias	4	0,46	8	0,59	100,0%
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	45	5,16	48	3,51	6,7%
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	60	6,88	64	4,68	6,7%
P - Educação	41	4,70	30	2,19	-26,8%
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	31	3,56	51	3,73	64,5%
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	8	0,92	11	0,80	37,5%
S - Outras atividades de serviços	38	4,36	38	2,78	0,0%
<b>Total</b>	<b>872</b>	<b>100,00</b>	<b>1 367</b>	<b>100,00</b>	<b>56,8%</b>

Fonte: Sistema de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística, 2018

O crescimento do número de empresas observado no concelho de Resende foi superior ao observado na região Norte (aumento de 4,32%) e na sub-região Tâmega e Sousa (aumento de 6,90%), no mesmo período temporal, destacando o crescimento de atividade do concelho para a instalação de empresas. Cruzando a evolução do número de empresas e do número de estabelecimentos no concelho de Resende, observa-se que o incremento de empresas ao longo dos anos foi acompanhado pelo crescimento do número de estabelecimentos.

**Gráfico 38. Evolução do número de empresas e estabelecimentos, entre 2010 e 2016, no município de Resende**

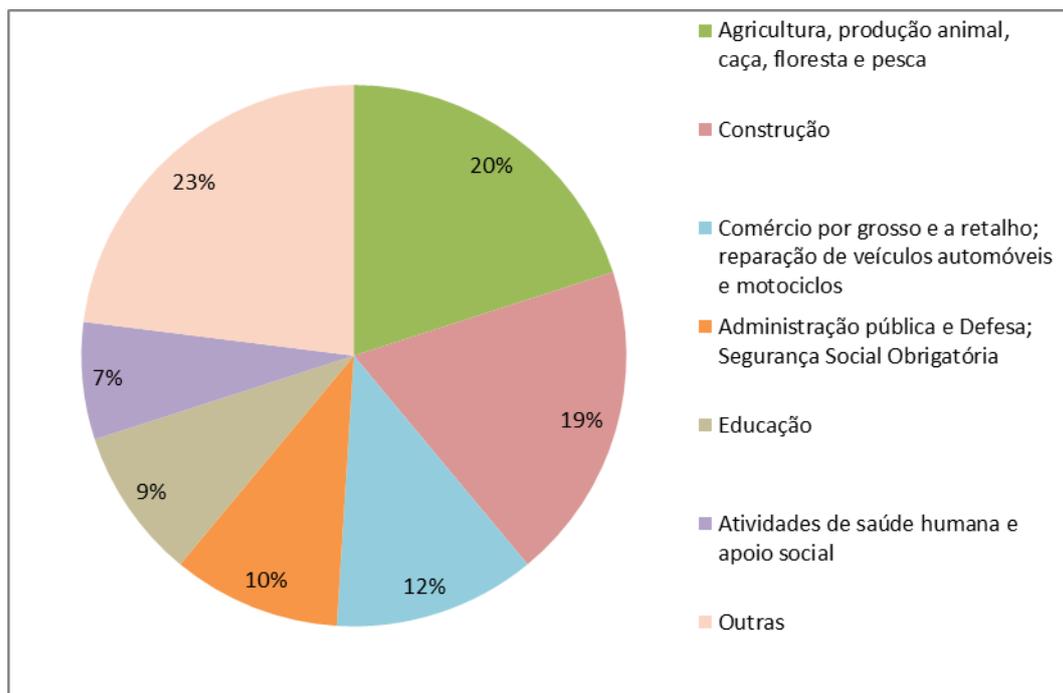


Fonte: Sistema de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística, 2018

#### 2.4.2 POPULAÇÃO EMPREGADA POR ATIVIDADE E DIMENSÃO DAS EMPRESAS

No que concerne à população empregada por atividade económica (CAE Rev. 3), verifica-se que em 2011 se salientava a "agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca", empregando 20% da população empregada (681 indivíduos), seguindo-se a "construção" com 19% da população empregada (640 indivíduos), o "comércio por grosso e retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos" com 12% da população empregada (415 indivíduos) e a "educação" com 10% da população empregada (338 indivíduos).

Gráfico 39. População empregada por atividade económica (CAE Rev. 3) em 2011, no município de Resende



Fonte: Recenseamento da população e habitação, Censos 2011, Instituto Nacional de Estatística.

Em 2011, de uma forma mais pormenorizada, a atividade económica que empregava um maior número de indivíduos era a "construção de edifícios (residenciais e não residenciais)" empregando um total de 597 indivíduos (17,58% do total da população empregada no concelho), ao que se associa o aumento do número de alojamentos e do número de edifícios entre 2001 e 2011 (aumento de 7,99% e de 5,82%, respetivamente). De seguida destaca-se a atividade económica de "culturas temporárias" com 512 indivíduos (correspondendo a 15,08% do total da população empregada no concelho). Segue-se a "administração pública em geral, económica e social" com 240 indivíduos (7,07% da população empregada) e as "culturas permanentes" com 150 indivíduos (4,42% da população empregada). Também o "ensino básico (1º e 2º ciclos)" e "ensino básico (3º ciclo e secundário)" apresentam elevada relevância no concelho, empregando 113 (3,33%) e 147 (4,33%) indivíduos respetivamente.

Salienta-se a importância da população empregada no setor agrícola, nomeadamente em pomares (que correspondem a 14,36% das áreas agrícolas), onde se destaca a produção de frutos frescos e da reconhecida cereja de Resende que tanta relevância apresenta para o município e para a sua população.

Igualmente se deve destacar a representatividade da população empregada na secção da educação, permitindo dar resposta à necessidade de aumento da escolarização da população residente, dando resposta às exigências nacionais da escolaridade mínima obrigatória e qualificando a população residente de forma a serem cidadãos mais ativos e mais qualificados.

Por fim, relativamente ao número de empresas por escalão de pessoal, verifica-se que, em 2016, 98,83% das empresas no concelho de Resende eram constituídas por menos de 10 indivíduos e 1,17% eram constituídas por 10 a 49 indivíduos, demonstrando que as empresas detinham um reduzido número de funcionários. Entre 2008 e 2016 verificou-se um aumento das empresas com menos de 10 empregados de 59,50% enquanto as empresas com 10 a 49 funcionários apresentaram um decréscimo de 30,49%. Por fim regista-se ainda que em 2008 existiam 2 empresas com 50 a 249 funcionários, sendo que em 2016 já não consta qualquer registo de empresas nesse escalão de funcionários.

Em comparação com outras escalas, verifica-se que na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa a tendência foi similar à verificada no concelho de Resende. Embora, na região norte as empresas com 250 funcionários ou mais tenham apresentado um aumento, enquanto na sub-região Tâmega e Sousa se tenha verificado estagnação, já no concelho de Resende nenhuma empresa emprega um número de indivíduos tão significativo.

Relativamente à densidade de empresas do concelho de Resende, verifica-se que em 2008 era de apenas 7,07 empresas por km<sup>2</sup>, enquanto em 2016 se registou um aumento de 56,77%, passando a ser de 11,08 empresas por km<sup>2</sup>.

Também na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa se observou um crescimento da densidade de empresas, porém o crescimento foi mais retraído do que o verificado no concelho de Resende, tendo sido apenas de 4,32% e 6,90%, respetivamente.

### 2.4.3 VOLUME DE NEGÓCIOS

Relativamente ao volume de negócios das empresas do concelho de Resende, verifica-se que entre 2008 e 2016 ocorreu um decréscimo de 16,59%, constituindo uma redução mais significativa do que a verificada na região Norte (-1,20%) e na sub-região Tâmega e Sousa (-9,29%). Desta forma, em 2016, o volume de negócios era de 69.066.750€, correspondendo a 0,07% do volume de negócios da região Norte e 1,04% do volume de negócios da sub-região Tâmega e Sousa.

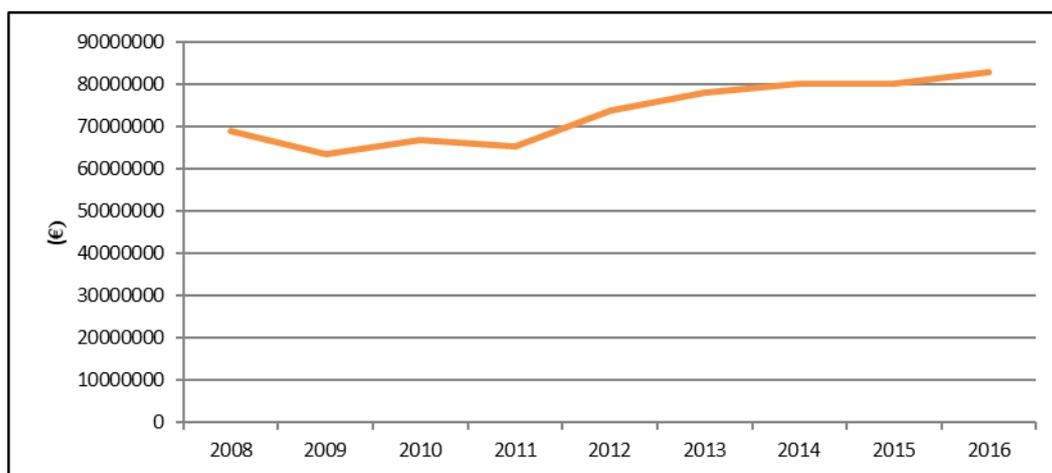
Relativamente às quatro empresas de maior relevância no concelho, estas concentravam 34,1% do volume de negócios verificado.

No que se refere ao Valor Acrescentado Bruto das empresas do concelho de Resende, por atividade económica (CAE Rev. 3), no ano 2016 salientavam-se as empresas com atividade de "eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio", com um valor de 7.065.144€ (sendo que em 2008 esta atividade não apresentava qualquer Valor Acrescentado Bruto); segue-se as empresas de "comércio por grosso e retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos", com um valor de 4.530.642€ (registando um

decréscimo face a 2008 de 9,77%); e as empresas de "construção", com um valor de 4.309.665€ (registando um decréscimo de 40,96% face a 2008). Porém, de um modo geral, no concelho de Resende, registou-se um crescimento do Valor Acrescentado Bruto total de 35,79%, entre 2008 e 2016, sendo que em 2016 era de aproximadamente 25 Milhões de Euros.

Quanto às quatro empresas de maior relevância no concelho, estas concentravam 44,4% do Valor Acrescentado Bruto.

**Gráfico 40. Evolução do volume de negócios das empresas no município de Resende**

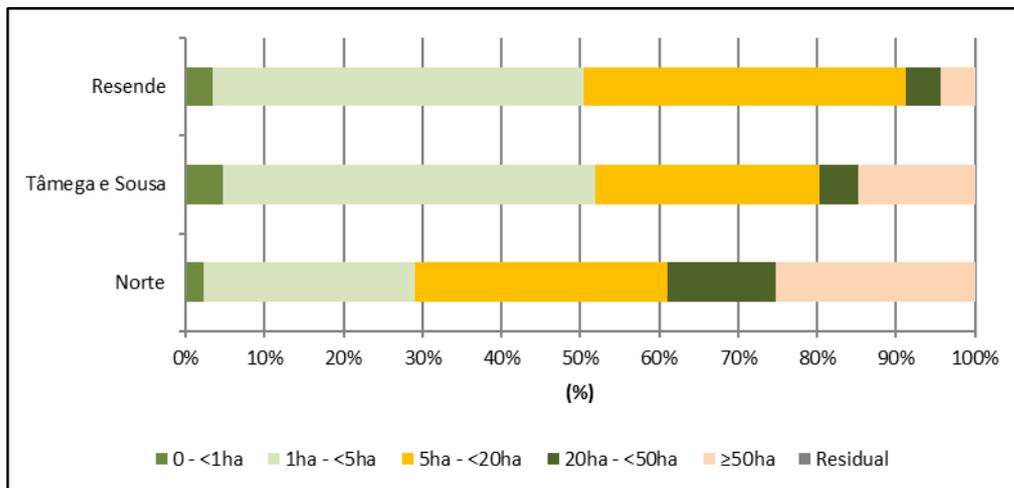


Fonte: Sistema de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística, 2018

#### 2.4.4 DIMENSÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Relativamente à dimensão das explorações (ha), verifica-se que no concelho de Resende as explorações se apresentam tendencialmente de menores dimensões do que se verifica na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa, uma vez que as explorações com áreas compreendidas entre 1ha e <20ha correspondem a 87,9% das explorações do concelho, enquanto na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa as explorações com área  $\geq 50$ ha apresentam também elevada relevância (25,3% e 14,8%, respetivamente)

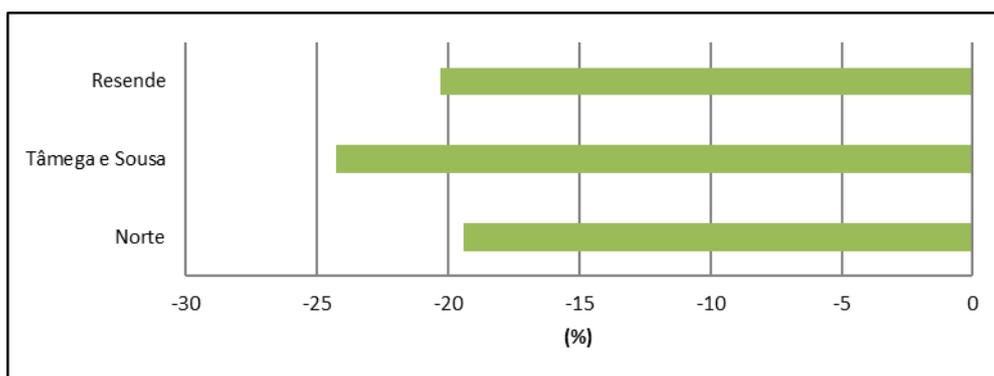
**Gráfico 41. Superfície das explorações agrícolas (ha), em 2009, na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios**



Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No que se refere ao número de explorações agrícolas, verifica-se que, de uma forma geral, ocorreu um decréscimo no concelho de Resende (Gráfico 42), sendo que em 1999 eram 1.237 explorações, decrescendo para 986 explorações em 2009, verificando-se uma variação de -20,3%. Esta foi uma tendência que também se assistiu na região Norte, cuja variação foi de -19%, e na sub-região Tâmega e Sousa onde a variação verificada foi de -24%.

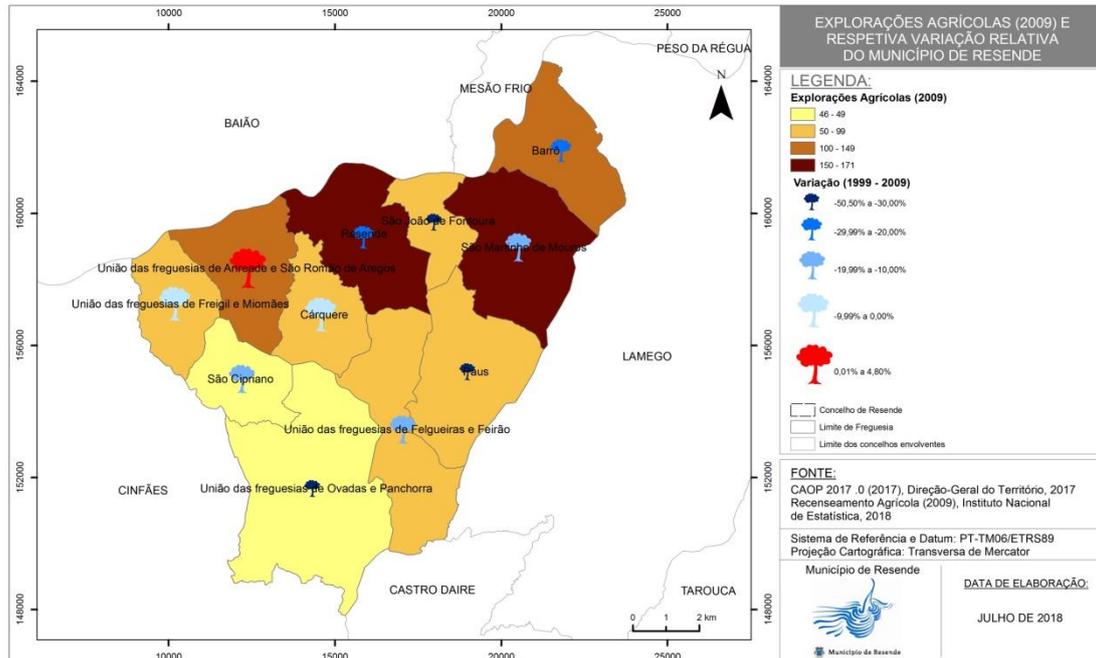
**Gráfico 42. Variação das explorações agrícolas (%) na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende, entre 1999 e 2009**



Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Mapa 9 pode observar-se a distribuição do número de explorações agrícolas ao longo das freguesias que compõem o concelho de Resende, verificando-se que a freguesia de São Martinho de Mouros se destaca com 171 explorações, seguindo-se a freguesia de Resende com 167 explorações, a freguesia de Barrô com 127 explorações e a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos com 109 explorações.

Mapa 9. Explorações agrícolas (nº) no município de Resende, e respetiva variação relativa



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

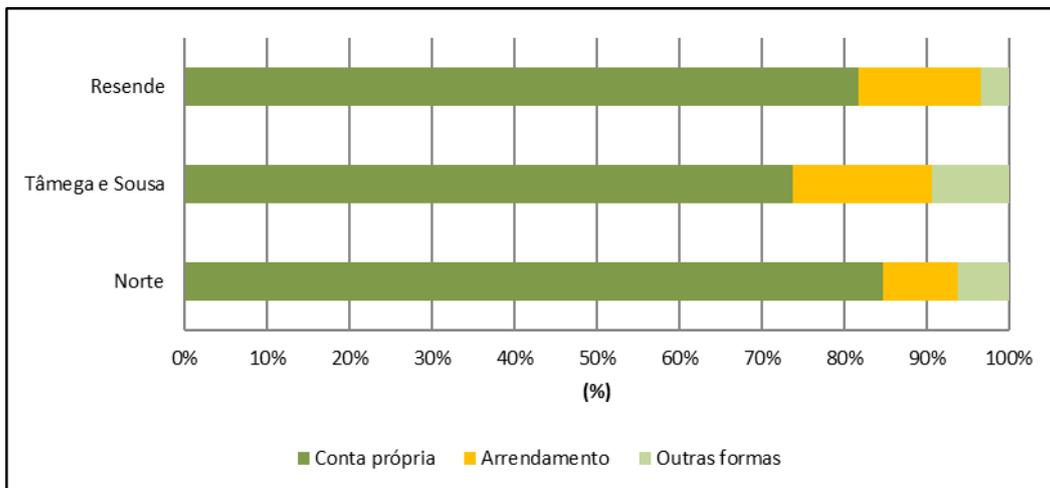
Quanto à variação do número de explorações agrícolas entre 1999 e 2009, verifica-se que apenas a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos apresentou um aumento no período analisado, registando 104 explorações em 1999 e aumentando para 109 explorações em 2009 (crescimento de 4,8%).

Desta forma, embora se tenha observado um decréscimo residual da população empregada no setor primário, o decréscimo do número de explorações foi significativo no município.

## 2.4.5 FORMAS DE EXPLORAÇÃO DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA

No que concerne às formas de exploração da superfície agrícola no concelho de Resende, verifica-se que se salientam as explorações por conta própria (844 explorações) cuja representatividade é de 81,78% do total das explorações da superfície agrícola, enquanto as explorações em forma de arrendamento são menos significativas (152 explorações) dado representarem apenas 14,73% do total das explorações. Como se pode observar no Gráfico 43, o concelho segue a mesma tendência que se observa na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa, onde se insere, dado que as explorações por conta própria constituem as predominantes.

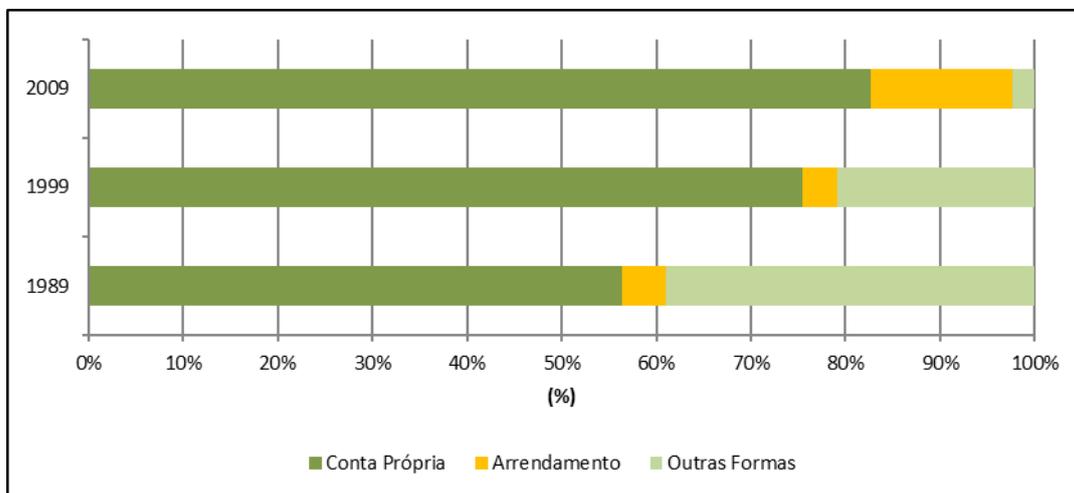
**Gráfico 43. Formas de Exploração Agrícola (%) na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende, em 2009**



Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Gráfico 44 pode observar-se a evolução das formas de exploração agrícola no concelho de Resende, verificando-se a perda de relevância das outras formas de exploração (-96,95%) e do arrendamento (-26,72%), enquanto as explorações por conta própria sofreram consequentemente um aumento de 60%, entre 1989 e 2009.

**Gráfico 44. Formas de Exploração Agrícola (%), entre 1989 e 2009, no município de Resende**

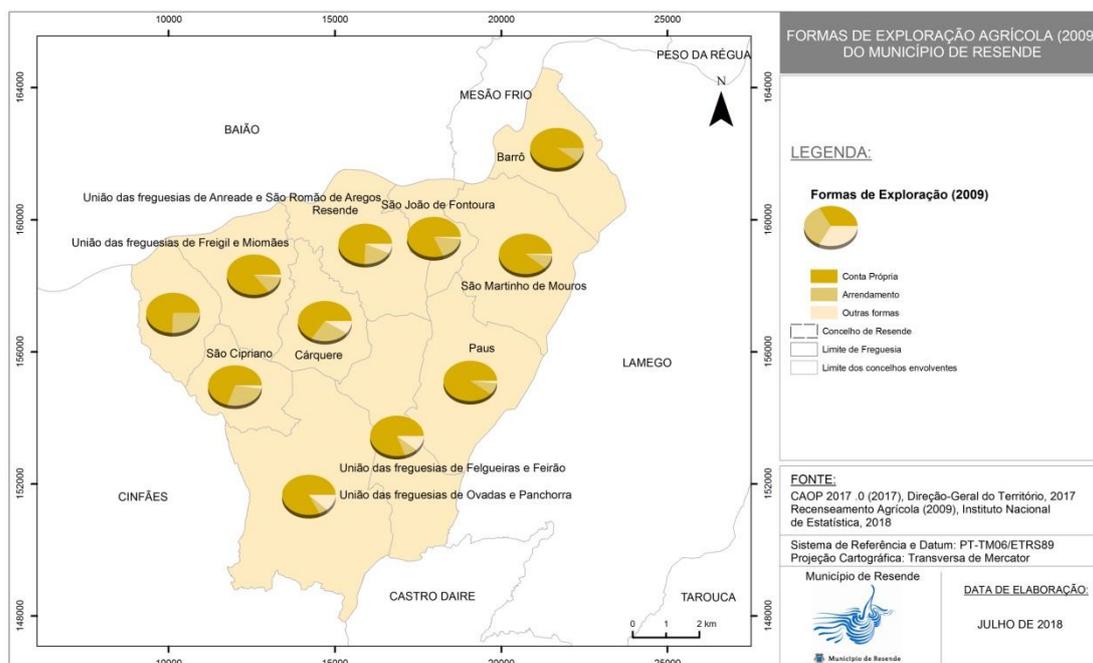


Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Mapa 10 pode observar-se as formas de exploração da superfície agrícola, por freguesia, no concelho de Resende, onde se verifica que 90,08% das explorações existentes na freguesia de Barrô são por conta própria (118 explorações), na freguesia de Paus esta forma de exploração encontra-se em 90,41% das explorações (66 explorações) e na freguesia de São Martinho de Mouros verifica-se em 89,27% das explorações agrícolas (158 explorações). No que se refere às explorações em forma de arrendamento,

menos representativas no concelho, verifica-se que se salienta na freguesia de São Cipriano com uma representatividade de 28,57% (14 explorações), seguindo-se a freguesia de Cárquere com uma representatividade de 26,09 das explorações existentes (18 explorações) e a União das freguesias de Freigil e Miomães cuja representatividade é de 25,81% (16 explorações existentes na freguesia).

**Mapa 10. Formas de exploração da superfície agrícola, em 2009, no município de Resende**

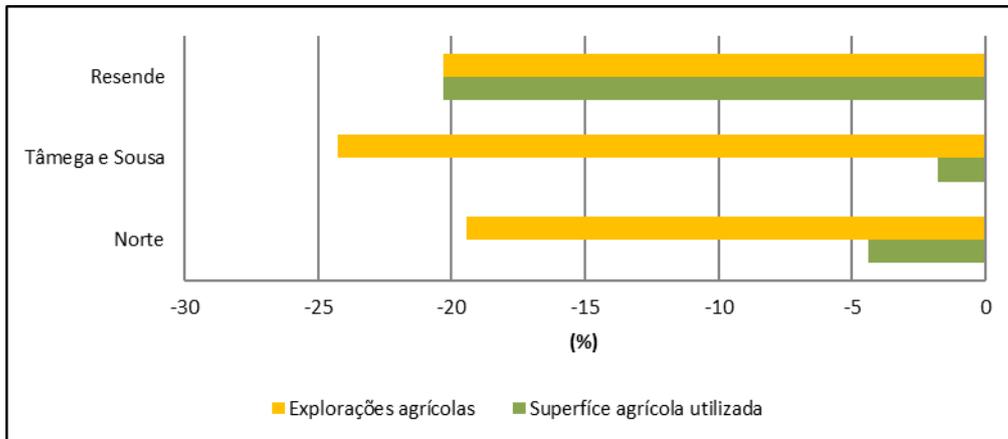


Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

## 2.4.6 SAU

No que se refere à Superfície Agrícola Utilizada (SAU), verifica-se que no concelho de Resende se assistiu a um decréscimo de 20% entre 1999 e 2009, sendo que em 1999 era de 4.275ha e em 2009 decresceu para 3.406ha. A mesma tendência de decréscimo verificou-se na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa, embora o decréscimo tenha sido mais ténue (-4% e -2%, respetivamente). Comparando com a variação do número das explorações agrícolas, verifica-se que no concelho de Resende a diminuição desta e da SAU ocorreu na mesma proporção (-20%), enquanto na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa o decréscimo das explorações agrícolas foi mais acentuado do que o verificado na SAU (-19% e -24%, respetivamente) (Gráfico 45).

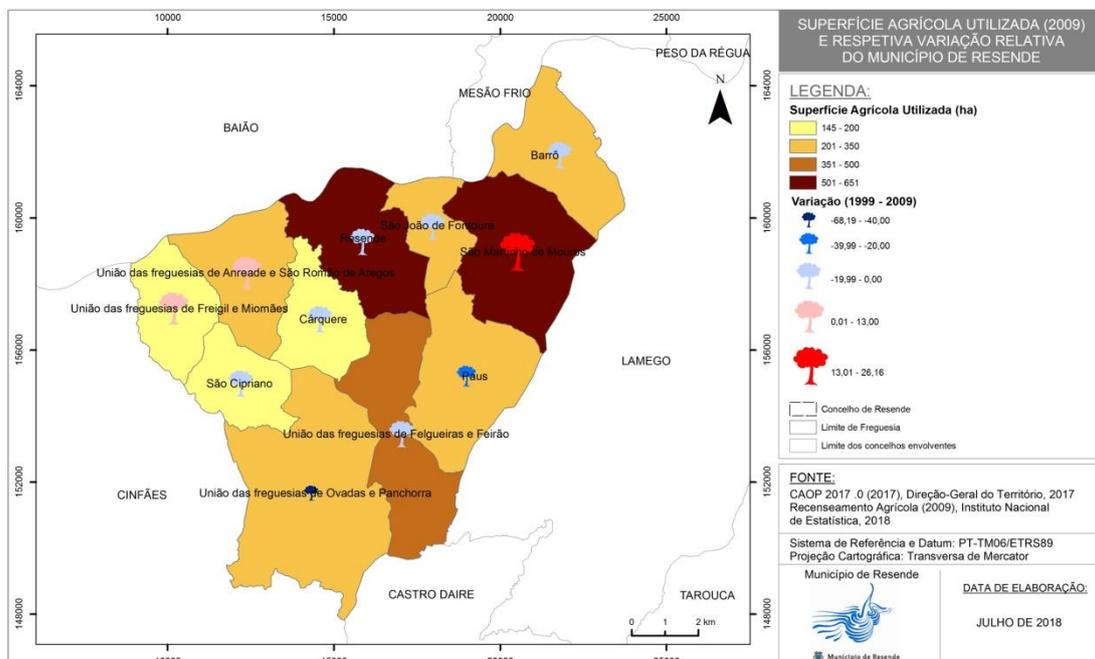
**Gráfico 45. Variação relativa entre 1999 e 2009 da Superfície Agrícola Utilizada e das Explorações Agrícolas na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende**



Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No Mapa 11 pode observar-se a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em hectares, ao longo das freguesias do concelho de Resende no ano 2009, onde se verifica que as freguesias de São Martinho de Mouros e de Resende se salientam, sendo de 651ha e 525ha, respetivamente, constituindo também as freguesias com maior número de explorações agrícolas, tal como verificado anteriormente. Segue-se a União das freguesias de Felgueiras e Feirão com 354ha.

**Mapa 11. Superfície Agrícola Utilizada (ha) no município de Resende e respetiva variação relativa**



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

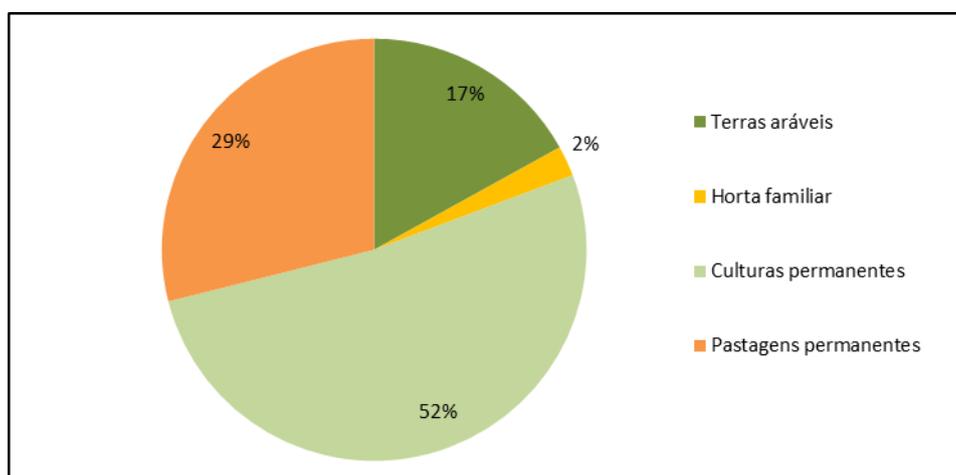
Quanto à variação relativa da SAU entre 1999 e 2009, verifica-se que apenas três freguesias registaram aumentos, nomeadamente a freguesia de São Martinho de Mouros (26,16%), a União das freguesias de Freigil e Miomães (3,18%) e a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos (1,19%) que constitui a única freguesia que apresentou aumento do número de explorações entre 1999 e 2009 (aumentou 4,8%), tal como se constatou anteriormente.

#### 2.4.6.1 Composição da SAU

No que se refere à composição da Superfície Agrícola Utilizada em 2009, no concelho de Resende (Gráfico 46), verifica-se que se salientavam as culturas permanentes (52%) com uma área de 1.765ha, seguindo-se as pastagens permanentes (29%) com uma área de 986ha, as terras aráveis (17%) com uma área de 577ha e, por fim, a horta familiar cuja representatividade é reduzida, constituindo 2%, ou seja, 79ha. Ora, na região Norte a tendência apresenta-se ligeiramente diferente, dado que as pastagens permanentes (36%), que aqui constitui a composição mais significativa, as culturas permanentes (34%) e as terras aráveis (29%) encontram-se próximas em termos de representatividade, enquanto as hortas familiares se apresentam com uma tímida representação (1%), sendo quase inexistentes. Também na sub-região Tâmega e Sousa o cenário se apresenta diferente em comparação com as duas escalas anteriormente enunciadas, dado que aqui se destacam as terras aráveis (38%), seguindo-se as culturas permanentes (30%), as pastagens permanentes (29%) e, por fim, a horta familiar (3%) onde se constata ser mais representativa.

Desta forma, verifica-se a importância das culturas permanentes no concelho de Resende, onde se destaca a produção da tão reconhecida cereja.

Gráfico 46. Composição da Superfície Agrícola Utilizada, em 2009, no município de Resende

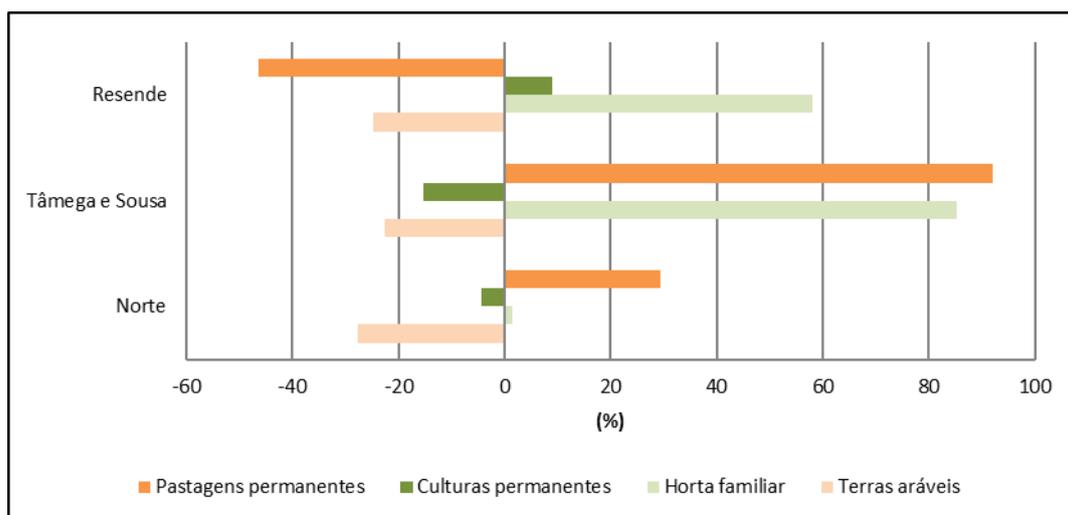


Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Quanto à variação relativa da composição da Superfície Agrícola Utilizada, entre 1999 e 2009 (Gráfico 47), verifica-se que no concelho de Resende a horta familiar, embora se apresente de forma tímida ao longo da paisagem concelhia, registou um aumento de 58% (em 1999 era de 50ha e em 2009 aumentou para 79ha). Também as culturas permanentes, onde devemos novamente dar destaque à produção de cereja, registaram um aumento de 8,88% no concelho, dado que em 1999 era de 1.621ha e em 2009 aumentou para 1.765ha. Por sua vez, as terras aráveis e as pastagens permanentes registaram decréscimos significativos de 24,87% e de 46,30%, respetivamente.

Na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa, a horta familiar apresentou também um crescimento (1,37% e 85,35%, respetivamente), mas as culturas permanentes que apresentaram um crescimento relevante no concelho de Resende, nestas duas escalas apresentaram decréscimos. Por outro lado, salienta-se o aumento das pastagens permanentes (29,38% na região Norte e 92,13% na sub-região Tâmega e Sousa) constatando-se uma tendência contrária à verificada no concelho de Resende.

**Gráfico 47. Variação relativa da composição da Superfície Agrícola Utilizada na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende, entre 1999 e 2009**



Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Quanto às pastagens permanentes, deve dar-se nota que o concelho de Resende constitui um dos concelhos que produz a Carne Arouquesa, pertencendo à Associação Nacional de Criadores da Raça Arouquesa (ANCRA) que engloba concelhos de quatro distritos.

No que concerne às culturas permanentes que tanta relevância tem para o município, verifica-se que 72,44% corresponde a explorações de frutos frescos (em 1999 era apenas de 38,25%), onde se deve destacar a produção de cereja (4.810 árvores em 2016). As explorações existentes no concelho de Resende apresentam-se significativas para a sub-região do Tâmega e Sousa, representando 61,45% das explorações de frutos frescos existentes (corresponde a 5,07% das explorações de frutos frescos da região Norte e 1,55% de Portugal).

A cereja é considerada o ex-líbris do concelho de Resende, cuja importância aumenta ao longo dos anos em termos de atividade, produção e qualidade. Reconhecida por chegar aos mercados de forma antecipada em relação à restante cereja e pelo seu sabor, qualidade e aroma, permite que o concelho seja reconhecido ao longo de todo o país. Para além do fruto, a cerejeira em flor no mês de março apresenta-se também uma mais-valia graças à paisagem única que descreve.

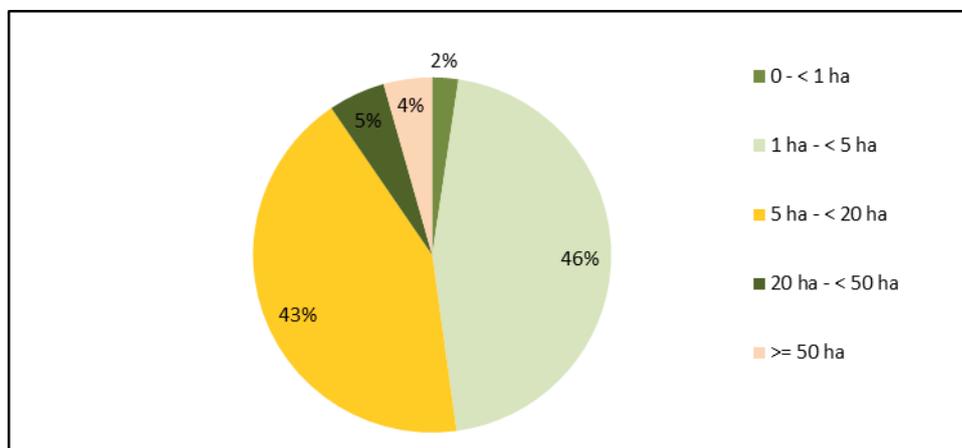
Para além da importância da cereja, importa destacar as explorações com vinha que se apresentam também relevantes e de grande qualidade, verificando-se culturas de vinha em 83,47% das explorações existentes no concelho, herança da região onde se situa e do microclima que possui, não fosse o concelho de Resende localizado na Região Demarcada do Douro. Deve destacar-se também a relevância da amendoeira (5.720 árvores em 2016) que define a paisagem do Douro ao longo do mês de março, época da amendoeira em flor.

Desta forma, deve destacar-se a importância das culturas permanentes no concelho e o crescimento que se tem vindo a verificar das mesmas, dado constituir uma cultura com importância económica para o concelho e para a sua população, constituindo um motor de desenvolvimento e uma característica da paisagem concelhia.

#### 2.4.6.2 Classes da SAU

No que concerne às classes da Superfície Agrícola Utilizada, verifica-se que 88% corresponde às classes de 1ha - <5ha (45%, correspondendo a 1.550ha) e de 5ha - <20ha (43%, que corresponde a 1.454ha). Assim, apenas 12% da Superfície Agrícola Utilizada se encontra nas classes de 0 -<1ha, 20ha - <50ha e ≥50ha, verificando-se que as macro explorações e as micro explorações não se apresentam de forma significativa no concelho.

Gráfico 48. Classes de Superfície Agrícola Utilizada (ha), em 2009, no município de Resende



Fonte: Recenseamento Agrícola de 2009, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

#### 2.4.7 OUTRAS DINÂMICAS DE RELEVÂNCIA

Apresenta-se relevante referir que desde a altura da entrada em vigor do PDM de Resende (2008/2009) e ano que o antecedeu, vários foram os licenciamentos verificados para diferentes finalidades, sendo de se destacar os licenciamentos para a agricultura, e para a indústria transformadora e para o turismo.

No que se refere aos licenciamentos para a agricultura, que constitui uma atividade económica que caracteriza o concelho de Resende, verificou-se que entre 2009 e 2015 foram emitidas 26 licenças, sendo que 80,77% das mesmas se destinavam a construções novas (21 licenças), uma vez que as ampliações (2 licenças) e reconstruções (3 licenças) apresentaram pouca relevância.

A indústria transformadora, que emprega uma relevante percentagem da população do concelho de Resende verificou a existência de 4 licenças emitidas entre 2008 e 2012, todas elas para construções novas.

Por fim, os estabelecimentos turísticos que tão relevantes se têm vindo a apresentar no concelho, apresentaram 4 licenças emitidas entre 2011 e 2012, todas elas localizadas na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos, sendo que duas das licenças se destinavam a reconstrução e ampliação, uma a alteração e uma para construção e reconstrução.

## 3 DINÂMICAS TERRITORIAIS

---

O presente capítulo tem como objetivo analisar a evolução das dinâmicas territoriais registadas no concelho de Resende, comparando, sempre que possível, com outras escalas de modo a compreender-se a sua dinâmica face à região Norte e à sub-região Tâmega e Sousa.

### 3.1 OCUPAÇÃO DO SOLO

A ocupação e uso do solo constitui um indicador fulcral para o ordenamento do território, constituindo a base da organização dos diferentes territórios.

Desta forma, para a elaboração do presente REOT apresenta-se fundamental analisar a evolução das características da ocupação agrícola e florestal, uma vez que se apresentam como as mais relevantes no concelho de Resende.

#### 3.1.1 OCUPAÇÃO DO SOLO

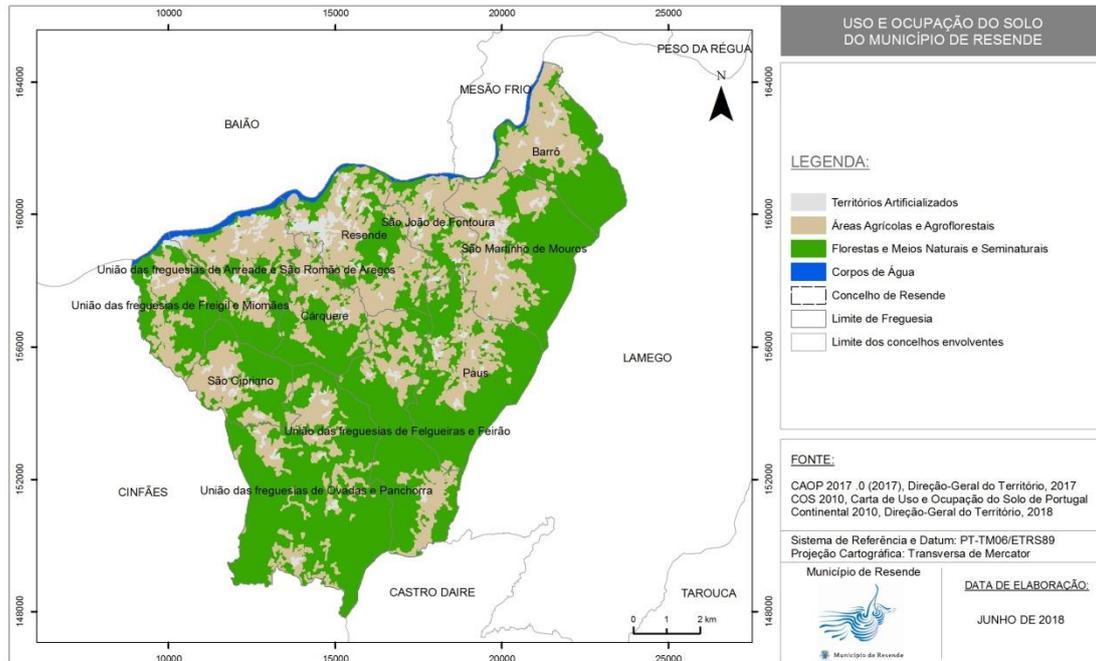
A base utilizada para ponderação do uso e ocupação do solo do concelho de Resende foi a Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2010 (COS 2010).

Tal como se pode observar no Mapa 12, os usos do solo no concelho de Resende, tendo em conta o nível 1 da COS2010 (Carta de Ocupação do Solo), são:

- Territórios artificializados, cerca de 2,5% (apresentam uma área de 3,12 km<sup>2</sup>, sendo que na COS 1995 representava apenas uma área de 2,66 km<sup>2</sup>, menor à verificada na carta de 2010, devido ao aumento de construção que ocorreu ao longo dos anos e do crescimento das áreas urbanas);
- Áreas agrícolas e agroflorestais, cerca de 33,8% (apresentam uma área de 41,74 km<sup>2</sup>, sendo que na COS 1995 representava 43,56 km<sup>2</sup>, observando-se uma reduzida diminuição da área que se reflete com o abandono da agricultura);
- Florestas e meios naturais e seminaturais, cerca de 62% (apresentam uma área de 76,56 km<sup>2</sup>, sendo que na COS 1995 representava apenas 75,19 km<sup>2</sup>, relacionado com a diminuição das áreas agrícolas observou-se um pequeno aumento de áreas florestais);

- Corpos de água, cerca de 1,7% (apresentam uma área de 1,93 Km<sup>2</sup>, sendo que na COS 1995 representava apenas 1,94 Km<sup>2</sup>, verificando-se que constitui a única classe que manteve a sua área estável e sem representativas alterações).

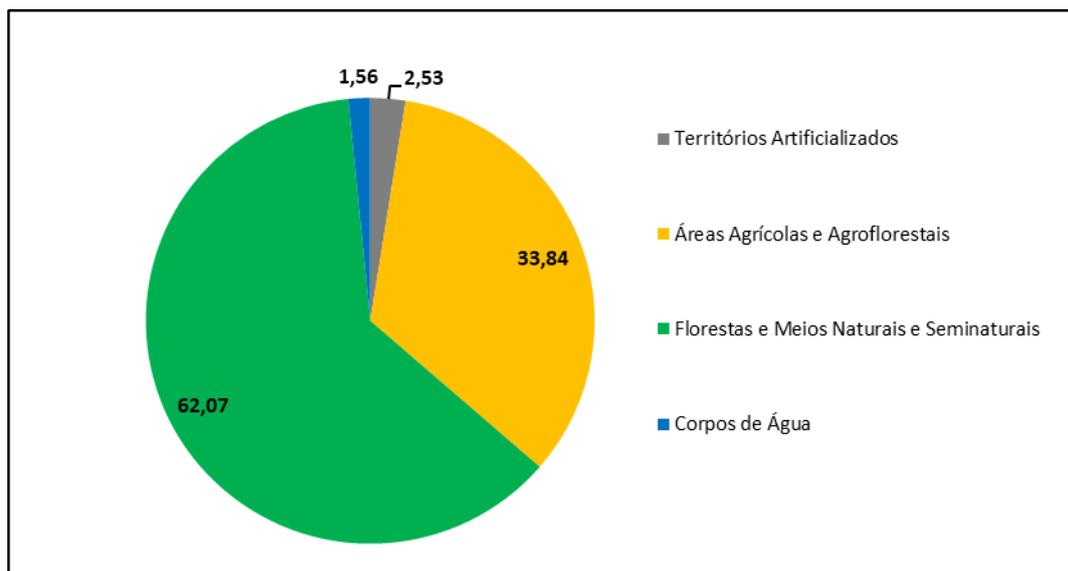
**Mapa 12. Uso e ocupação do solo (COS 2010), no município de Resende**



*Elaborado pela GeoAtributo, 2018.*

A comparação entre a COS 1995 e a COS 2010 apresenta-se relevante dado permitir compreender as dinâmicas do concelho de Resende ao longo de 15 anos. Assim, salienta-se o aumento das áreas urbanas, comprovado pelo aumento dos territórios artificializados, com o aumento de equipamentos, de infraestruturas, entre outros, que levam à artificialização do solo de modo a responder às necessidades e exigências da população. Também o abandono da agricultura se apresenta relevante, dado que ao longo do período analisado se assistiu a um abandono da agricultura de forma generalizada no país, e o mesmo se verificou no concelho de Resende. Por seu turno, o abandono da agricultura, leva ao abandono de terrenos que antes eram agrícolas e passam a ser constituídos por terrenos florestais, muitas vezes de pouca vegetação e de vegetação arbustiva e herbácea, verificando-se, desta forma, um aumento das áreas florestais no concelho.

Gráfico 49. Usos de solo no município de Resende, em percentagem (%)



Fonte: COS 2010, Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental 2010, Direção-Geral do Território, 2018.

Deste modo, justifica-se analisar de forma mais pormenorizada, entrando no detalhe do nível 2 e 3 da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS 2010) para as áreas que mais se destacaram, nomeadamente as Áreas Agrícolas e Agroflorestais e as Florestas e Meios Naturais e Seminaturais.

### 3.1.2 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO AGRÍCOLA

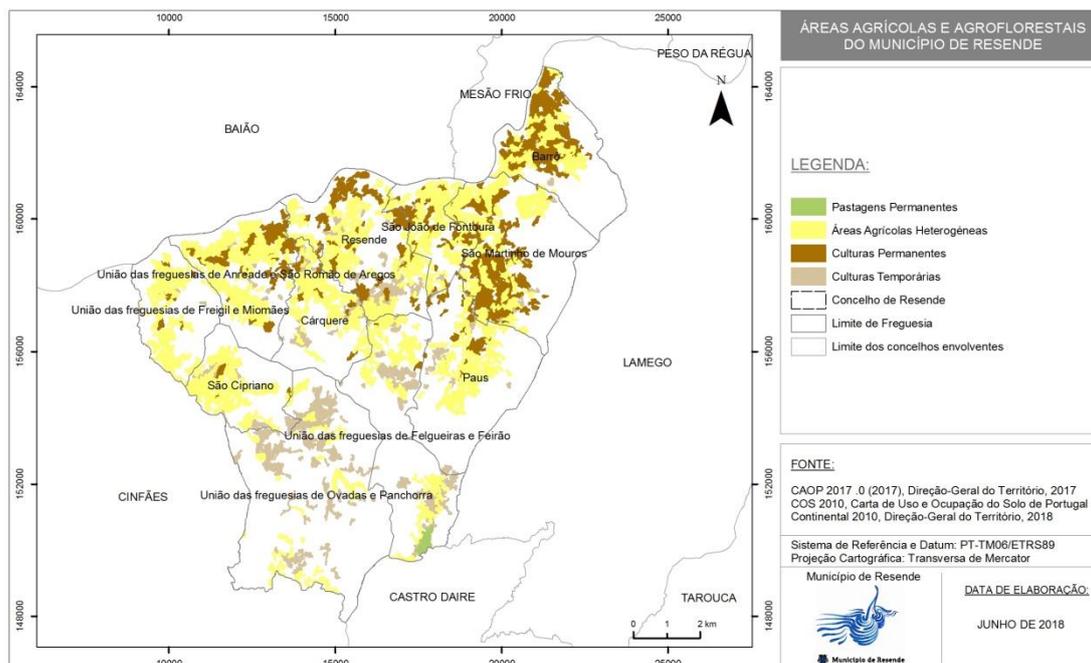
Tal como se pode observar no Mapa 13, as áreas agrícolas e agroflorestais do concelho de Resende distribuem-se em quatro usos diferentes:

- 2.1. Culturas Temporárias (apresenta uma área de 6,51 km<sup>2</sup> e representa 5,28% da área do município, sendo que na COS 1995 era de 8,45 km<sup>2</sup>, ou seja, 19,4%, verificando-se uma diminuição entre o período analisado);
- 2.2. Culturas Permanentes (apresenta uma área de 10,21 km<sup>2</sup> e representa 8,28% da área do município, sendo que na COS 1995 era de 16,28 km<sup>2</sup>, ou seja 13,19%, verificando-se uma diminuição entre o período analisado);
- 2.3. Pastagens Permanentes (apresenta uma área de 0,21 km<sup>2</sup> e representa 0,17% da área do município, sendo que na COS 1995 era de 1,49 km<sup>2</sup>, ou seja, 1,21%, apresentando uma diminuição no período analisado);

- 2.4. Áreas Agrícolas Heterogéneas (apresenta uma área de 24,81 km<sup>2</sup> e representa 20,11% da área do município, sendo que na COS 1995 era de 17,33 km<sup>2</sup>, ou seja, 14,05%, apresentando um aumento no período analisado).

Assim, no Mapa 13 pode observar-se a distribuição dos diversos usos de áreas agrícolas e agroflorestais, no território do concelho de Resende, tendo em conta o nível 2 da COS 2010.

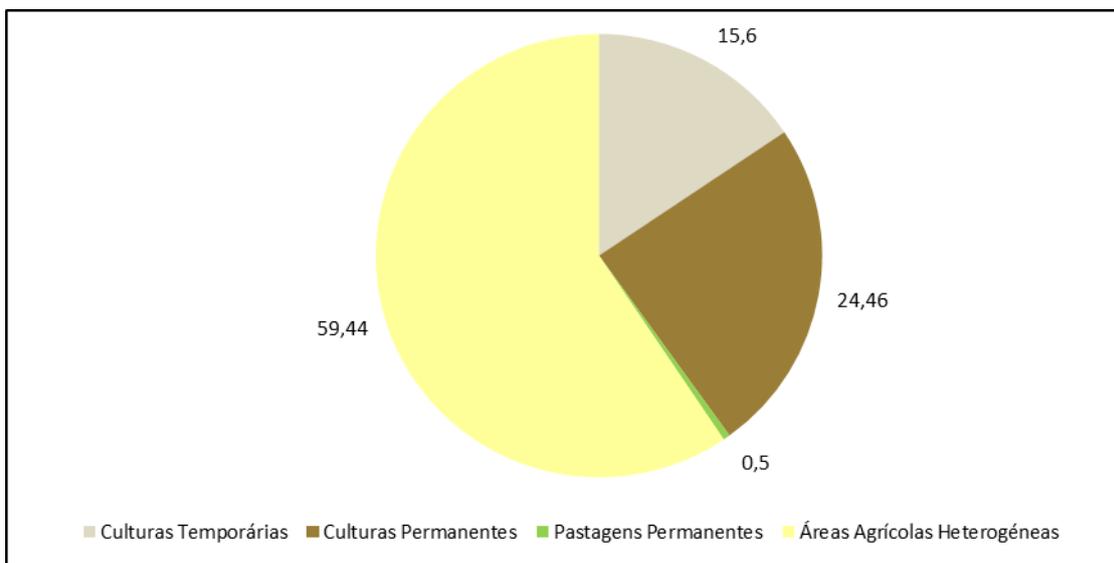
**Mapa 13. Áreas agrícolas e agroflorestais, no município de Resende**



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

No Gráfico 50 pode observar-se a percentagem de uso, de acordo com os usos definidos no nível 2 da COS 2010, tendo em conta a área total de área agrícola e agroflorestal no concelho de Resende. Verifica-se que se salientam as áreas agrícolas heterogéneas (59,94% da área agrícola, verificando-se um aumento face à COS 1995 que era de 39,79%), seguindo-se as culturas permanentes (24,46%, verificando-se uma diminuição face à COS 1995 que era de 37,3%), enquanto as pastagens permanentes constituem o uso menos relevante (0,50%, verificando-se uma diminuição face à COS 1995 que era de 3,43%).

**Gráfico 50. Percentagem (%) de uso do solo tendo em conta a área total de área agrícola e agroflorestal do concelho de Resende**

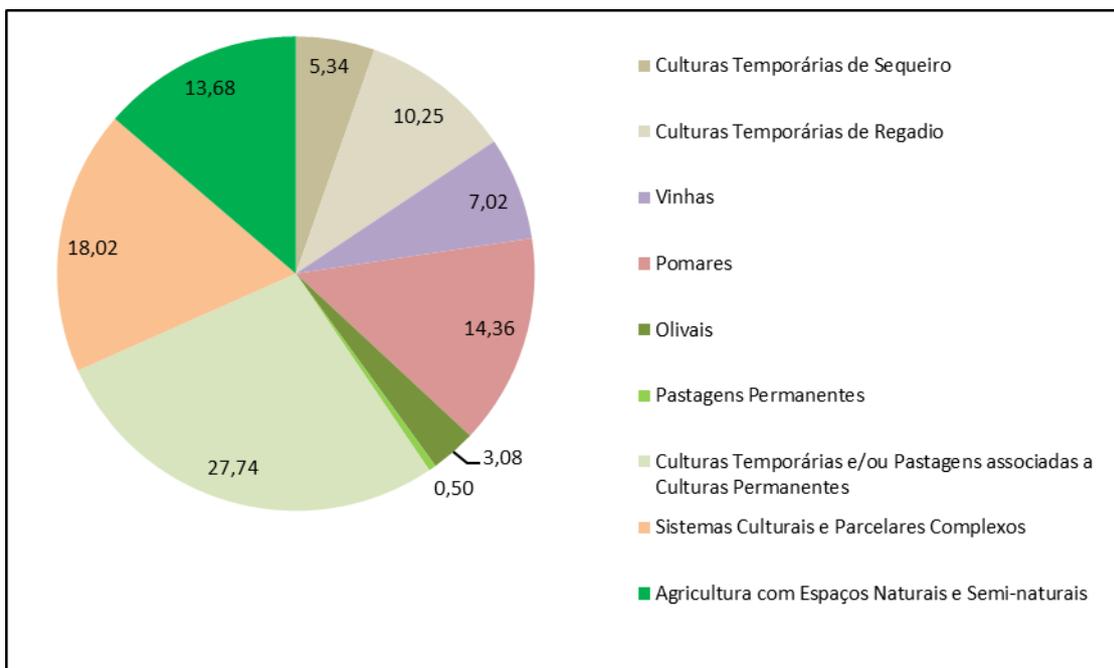


Fonte: COS 2010, Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental 2010, Direção-Geral do Território, 2018.

No Gráfico 51 está representada a percentagem de usos de solo de acordo com o nível 3 da COS 2010 para a área total de áreas agrícolas e agroflorestais, apresentando-se, assim, uma análise com maior detalhe. Salientam-se as áreas ocupadas com culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes, com uma representatividade de 27,74% do total das áreas agrícolas, seguindo-se a ocupação com sistemas culturais e parcelares complexos (18,02%).

Devem destacar-se os pomares, que constituem a terceira ocupação mais importante no município de Resende, com um total de 14,36% das áreas agrícolas existentes. Na ocupação de pomares destacam-se os pomares de frutos frescos que representam 73,68% do total de áreas de pomares, onde se salienta a produção de cereja.

**Gráfico 51. Percentagem (%) de usos do solo tendo em conta a área total de áreas agrícolas e agroflorestais, no município de Resende**



Fonte: COS 2010, Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental 2010, Direção-Geral do Território, 2018.

Verifica-se que entre a COS 1995 e 2010 foram as culturas temporárias e de regadio que aumentaram (apresentaram um aumento de aproximadamente 100%); os pomares e as culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes que na COS 1995 não apresentava qualquer representatividade e na COS 2010 apresentam uma área de 11,58km<sup>2</sup>.

Todas as outras culturas apresentaram um decréscimo no concelho de Resende, retratando o abandono da agricultura que se apresentou uma realidade ao nível nacional.

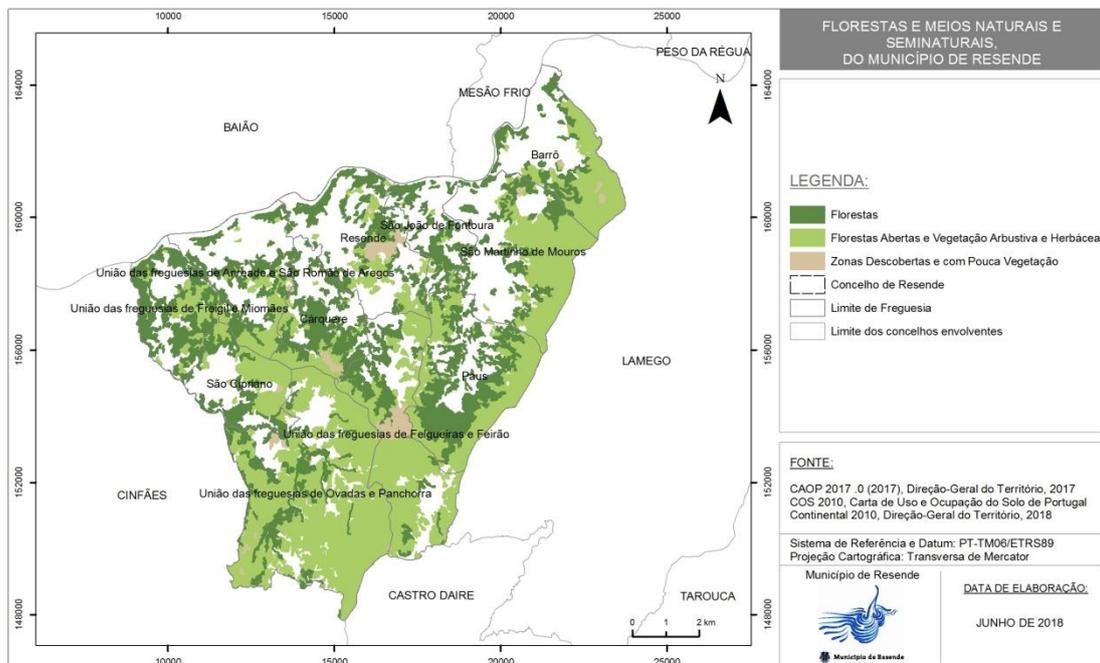
Apresenta-se importante referir que embora as culturas permanentes tenham apresentado uma diminuição, com a redução de áreas de vinha e de olival, os pomares apresentaram um crescimento no concelho, reforçando a importância da produção de cereja.

### 3.1.3 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO FLORESTAL

Analisando as áreas florestais existentes no concelho de Resende, como já indicado, estas apresentam uma área de 76,56 km<sup>2</sup> (62,07% da área total do município). Deste modo, como se pode observar no Mapa 14, verifica-se que as áreas de floresta e meios naturais e seminaturais se dividem em três diferentes áreas de acordo com o nível 2 da COS 2010:

- 3.1. As Florestas que apresentam uma área de 26,74 km<sup>2</sup>, correspondendo a 21,68% da área do concelho (verificou-se um decréscimo face à COS 1995 que apresentava uma área de 31,53 km<sup>2</sup>, correspondendo a 25,56% da área do concelho);
- 3.2. As Florestas Abertas e Vegetação Arbustiva e Herbácea que apresentam uma área de 48,19 km<sup>2</sup>, correspondendo a 39,07% da área do concelho (verificou-se um aumento face à COS 1995 cuja área era de 24,34 km<sup>2</sup>, representando 19,73% da área do concelho);
- 3.3. As Zonas Descobertas e com Pouca Vegetação que apresentam uma área de 1,63 km<sup>2</sup>, correspondendo a 1,32% da área do concelho (verificou-se um decréscimo face à COS 1995 cuja área era de 19,32 km<sup>2</sup>, correspondendo a 15,66% do concelho).

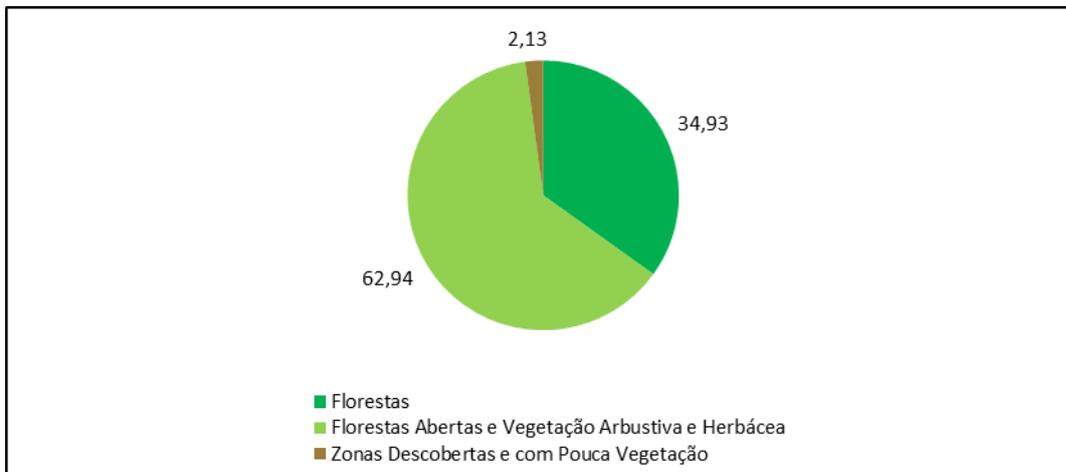
**Mapa 14. Florestas e meios naturais e seminaturais, no município de Resende**



*Elaborado pela GeoAtributo, 2018.*

Tal como se pode observar no Gráfico 52, onde está representada a percentagem de áreas florestais de acordo com o nível 2 da COS 2010, para a área total de áreas florestais, verifica-se que as florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea se destacam no concelho de Resende, com uma representatividade de 62,94% face ao total das áreas florestais, seguindo-se as áreas de floresta (34,93%). Por outro lado, as zonas descobertas e com pouca vegetação são as que apresentam menos representatividade (2,13%). Na COS 1995 a realidade era diferente, sendo que se destacavam as áreas de florestas que representavam 41,93%, seguindo-se as florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea que representavam 32,37%, enquanto as zonas descobertas e com pouca vegetação representavam 25,69% das áreas florestais e agroflorestais.

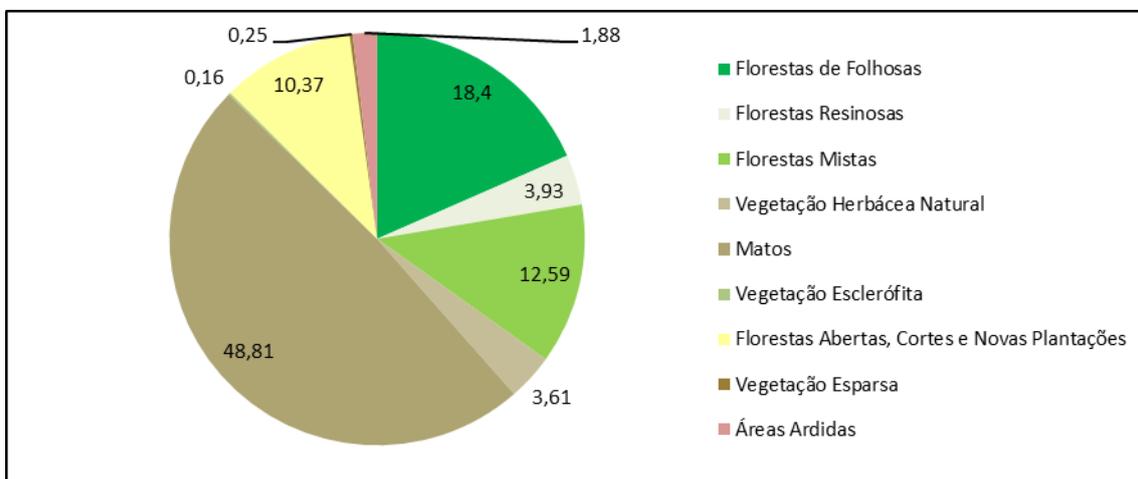
**Gráfico 52. Percentagem (%) de áreas de floresta e meios naturais e seminaturais, de acordo com o nível 2 da COS 2010, tendo em conta a área total de área florestal no município de Resende**



Fonte: COS 2010, Carta de Us e Ocupação do Solo de Portugal Continental 2010, Direção-Geral do Território, 2018.

De acordo com o Gráfico 53 verifica-se que se salientam dentro das áreas florestais e agroflorestais os Matos (48,81%), seguindo-se as Florestas de Folhosas (18,40%) e as Florestas Mistas (12,59%). Por outro lado, as áreas com menos representatividade são a Vegetação Esclerófito (0,16%) e a Vegetação Esparsa (0,25%).

**Gráfico 53. Percentagem (%) de áreas florestais de acordo com o nível 3 da COS 2010, tendo em conta a área das florestas e meios naturais e seminaturais, no município de Resende**



Fonte: COS 2010, Carta de Us e Ocupação do Solo de Portugal Continental 2010, Direção-Geral do Território, 2018.

Verifica-se um aumento das florestas mistas (que na COS 1995 não apresentava qualquer representatividade e na COS 2010 passa a apresentar uma área de 3 9,64 km<sup>2</sup>), da vegetação herbácea natural (que na COS 1995 não apresentava qualquer representatividade e na COS 2010 passa a apresentar uma área de 2,76 km<sup>2</sup>, relacionado com a diminuição das áreas agrícolas), de áreas de mato (devido à diminuição da agricultura que permitiu que diversas áreas deixassem de produzir e ficassem ao

abandono para o desenvolvimento de mato), da vegetação esclerófito (não apresentava qualquer representatividade na COS 1995 enquanto na COS 2010 passou a apresentar uma área de 0,12 km<sup>2</sup>, embora com reduzida importância para o concelho de Resende), das florestas abertas, cortes e novas plantações (que apresentou um aumento significativo) e da vegetação esparsa. Todas as outras áreas apresentaram uma diminuição no concelho de Resende.

## 3.2 VALORES TERRITORIAIS

Os recursos territoriais constituem os recursos naturais, patrimoniais e outros, que definem um território e que incidem sobre o mesmo. Desta forma, serão analisados elementos como o sistema hídrico, a REN, a Rede Natura 2000, o património edificado e arqueológico, as Zonas de Interesse Paisagístico e as Rotas Turísticas.

### 3.2.1 SISTEMA HÍDRICO

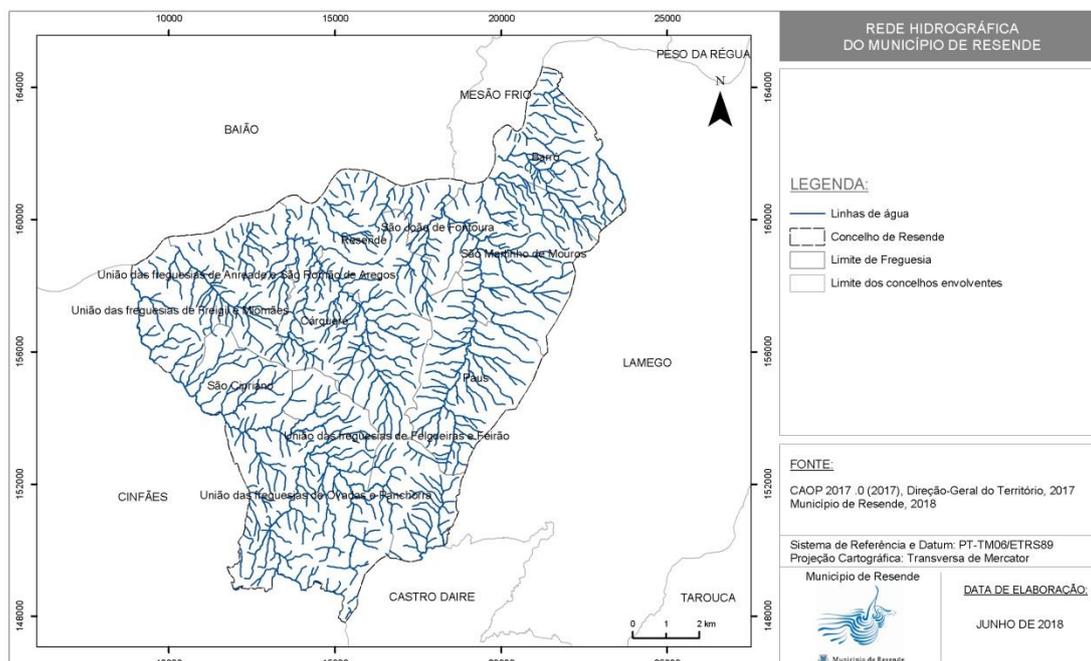
No que se refere aos recursos hídricos, o concelho de Resende encontra-se integrado na Região Hidrográfica do rio Douro (RH3), ou seja, na sub-bacia do Douro. A principal linha de água é o rio Douro, que possui as suas cabeceiras a uma altitude de aproximadamente 1.700 m de altitude, na serra de Urbión.

A rede hidrográfica do concelho de Resende apresenta um desenvolvimento incipiente e apresenta-se pouco hierarquizada, devido ao fundo litológico onde se encontra implantada e devido aos acidentes tectónicos que a condicionam. Deste modo, toda a rede hidrográfica do concelho se encontra organizada em função do rio Douro, constituindo o principal curso de água que atravessa o território concelhio.

Para além do rio Douro, a rede hidrográfica do concelho de Resende é composta, essencialmente, pelo rio Cabrum, ribeira de São Martinho e ribeiro do Corvo, e ainda, pelas bacias de dois pequenos cursos de água (ribeira de Castanheiras e ribeira de Sexta) (Câmara Municipal de Resende, 2018).

No Mapa 15 pode observar-se que a rede hidrográfica constitui um importante recurso natural, salientando-se a relação direta com o rio Douro, que se apresenta uma mais-valia para o município.

Mapa 15. Rede Hidrográfica do município de Resende

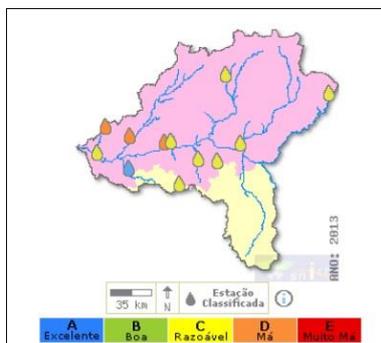


Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

No que diz respeito à monitorização da qualidade das águas superficiais tem como intuito proporcionar conhecimento relativo à qualidade da água e ao seu impacto em diversas atividades. Assim, recorreu-se aos dados do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIHR) de forma a analisar a mesma, tendo em conta cinco níveis: a Classe A corresponde a uma qualidade excelente; a Classe B corresponde a uma qualidade boa; a Classe C corresponde a uma qualidade razoável; a Classe D corresponde a uma má qualidade; e a Classe E corresponde a uma qualidade muito má.

Uma vez que o concelho de Resende integra, na sua totalidade, a bacia hidrográfica do rio Douro, para o ano 2013, o SNIHR disponibilizava informação para 14 estações de monitorização, sendo que 7,1% encontravam-se classificadas como Classe A (1 estação), 14,3% encontravam-se classificadas como Classe B (2 estações), 57,1% encontravam-se classificadas como Classe C (8 estações) e 21,4% encontravam-se classificadas como Classe D (3 estações).

Figura 1. Estações de monitorização da qualidade da água da bacia hidrográfica do rio Douro

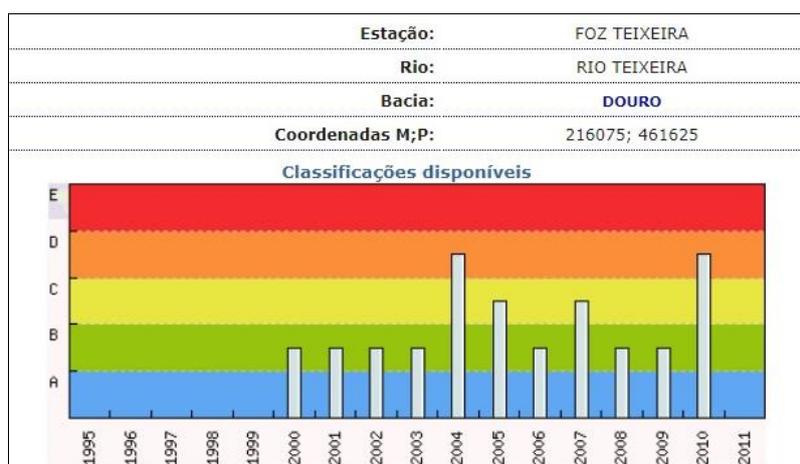


Fonte: SNIHR, 2018

Para além da qualidade dos recursos hídricos superficiais da bacia hidrográfica do rio Douro, procurou-se analisar de forma mais pormenorizada a qualidade da água do município de Resende. Assim, dada a inexistência de estações de monitorização da qualidade da água no território concelhio, foram analisados os dados das estações mais próximas, designadamente, na estação de Foz Teixeira (concelho de Baião, freguesia de Frende), de Penude (concelho de Lamego, freguesia de Penude), e Ponte Pias 2 (concelho de Cinfães, freguesia de Oliveira do Douro).

Relativamente à estação de Foz Teixeira, esta dispõe de dados para o período compreendido entre 2000 e 2009. Ao longo destes anos a qualidade da água foi, maioritariamente classificada como “B – Boa” (obtendo esta classificação em 7 anos). As únicas exceções foram os anos de 2005 e 2007 com classificação “C – Razoável” e o ano 2004, quando a qualidade da água foi classificada com “D – Má”.

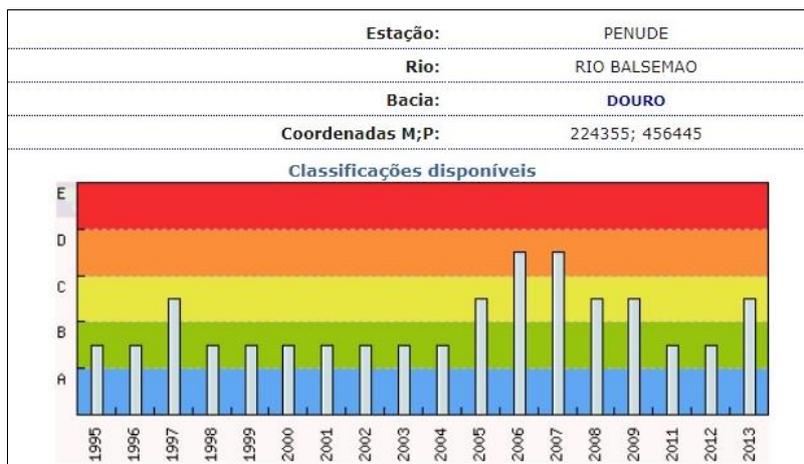
Figura 2. Qualidade da água superficial na Estação de Foz Teixeira



Fonte: SNIHR, 2018

A estação de Penude dispõe de dados para o período compreendido entre 1995 e 2013, sendo as únicas exceções os anos de 2010, para os quais não existem dados. Quanto à evolução da qualidade da água superficial nesta estação, de salientar que na maioria dos anos para os quais existem dados, designadamente, em 11 anos, a qualidade da água foi classificada como de “classe B – Boa”. Nos anos de 1997, 2005, 2008, 2009 e 2013 a qualidade da água obteve a classificação “C – Razoável” e apenas nos anos de 2006 e 2007 foi classificada como “D – Má”.

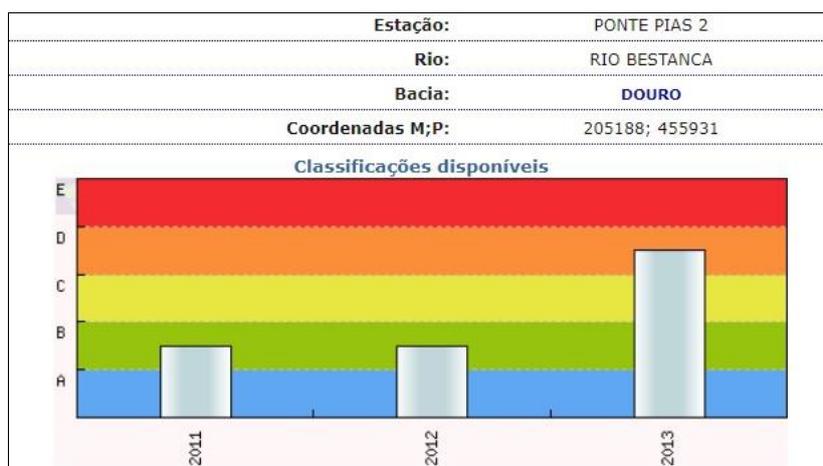
Figura 3. Qualidade da água superficial na Estação de Penude



Fonte: SNIHR, 2018

Por último, a estação de Ponte Pias 2 apenas dispõe de dados para o ano de 2011, 2012 e 2013, tendo a qualidade da água sido classificada com “B – Boa” nos dois primeiros anos, e como "D - Má" em 2013.

Figura 4. Qualidade da água superficial da estação de Ponte Pias 2



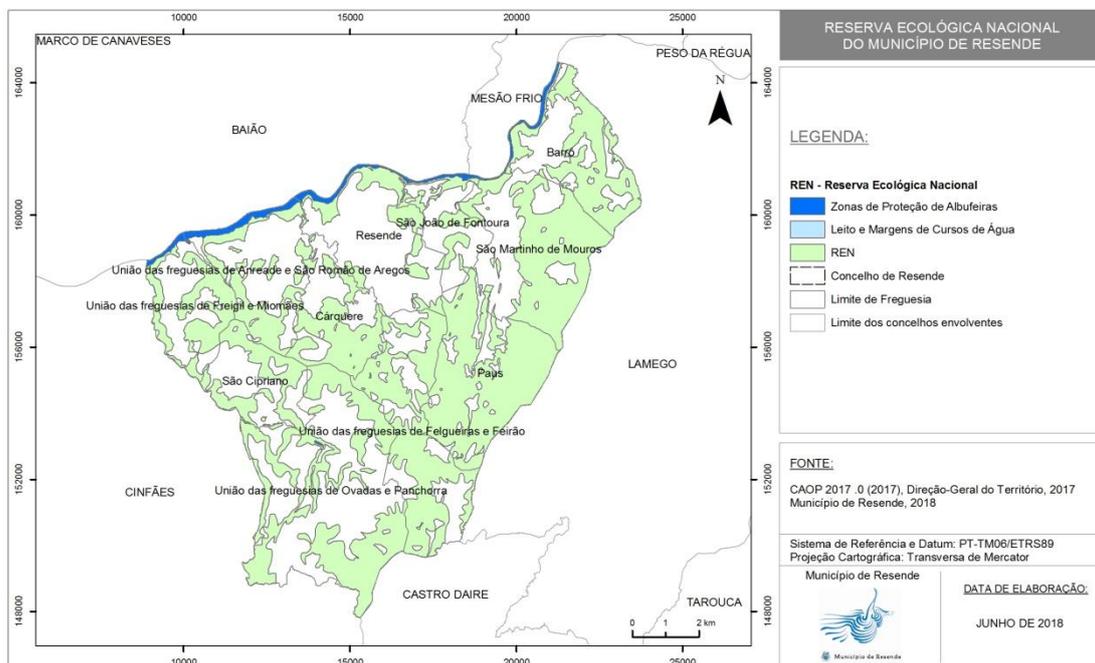
Fonte: SNIHR, 2018

Deste modo, desde a entrada em vigor do PDM de Resende (2009), verifica-se que a qualidade das águas superficiais se tem degradado, de acordo com as estações anteriormente apresentadas.

### 3.2.2 RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

No que concerne à sua área, a Reserva Ecológica Nacional (REN) delimitada para o concelho de Resende (Mapa 16) apresenta 66,43 km<sup>2</sup> (53,86% da área total do concelho).

Mapa 16. Reserva Ecológica Nacional, no município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Após a publicação do PDM de Resende no ano 2009, verificou-se que foram emitidas 15 licenças em área delimitada pela REN, distribuídas pelas freguesias de Barrô, Cárquere, Paus, Resende, São Martinho de Mouros, União das freguesias de Felgueiras e Feirão e União das freguesias de Ovasdas e Panchorra.

Estes licenciamentos destinaram-se maioritariamente para habitação familiar (72%), sendo que apenas 24% se destinaram à agricultura e 8% a usos gerais.

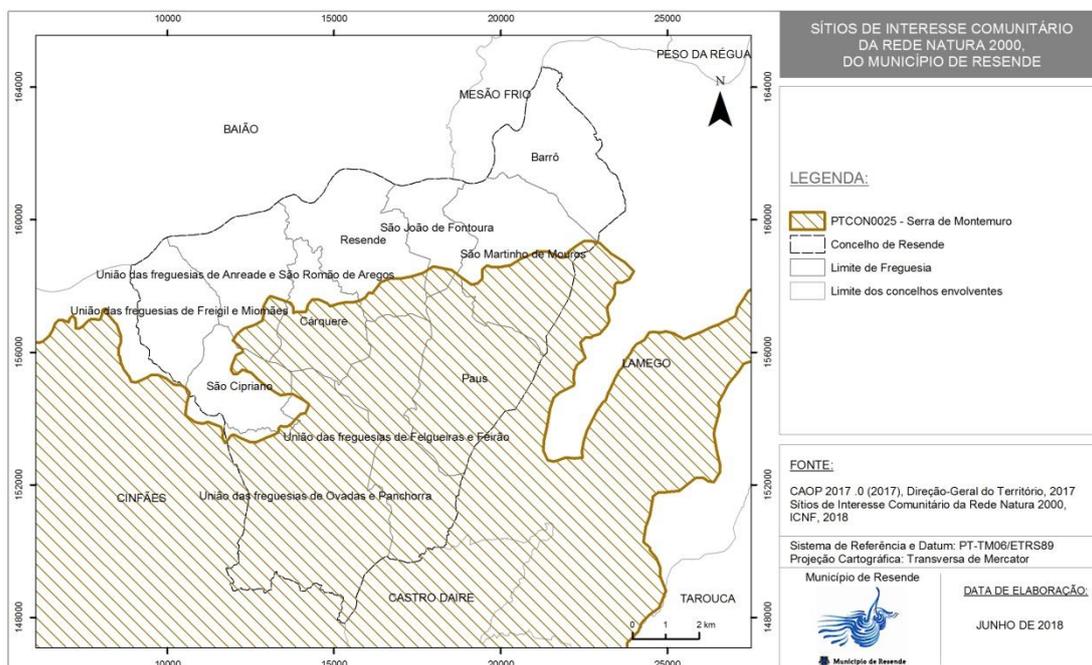
### 3.2.3 REDE NATURA 2000

No que se refere ao caso de Portugal, a Rede Natura apresenta uma área de aproximadamente 20% do total do território nacional, incluindo 38 sítios ao longo do continente (de acordo com a Resolução de

Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de agosto). A Serra de Montemuro é um exemplo de sítios existentes em Portugal Continental, constituindo um Sítio de Interesse Comunitário (SIC), sendo que o maciço montanhoso que o constitui apresenta áreas em bom estado de conservação e grande diversidade biológica no que se refere a habitats.

Tal como se pode observar no Mapa 17, verifica-se que o concelho de Resende é coberto por uma significativa área do sítio da Serra de Montemuro, abrangendo 54% da área do concelho de Resende, ou seja 6.593ha, o que corresponde a 17% da área total do sítio.

**Mapa 17. Sítios de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000, no município de Resende**



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

O sítio da Serra de Montemuro contém duas interessantes áreas de turfeira e podem ainda observar-se manchas de carvalhal importantes e em bom estado de conservação. Este sítio possui uma grande diversidade de habitats e caracteriza-se por um uso predominantemente florestal com uma representação de matos bastante significativa. De destacar os prados oro-ibéricos de *Festuca indigesta*, as formações herbáceas de *Nardus*, as turfeiras de transição e as turfeiras ondulantes, as florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior*, os carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus Pyrenaica*, que desenham a paisagem da serra.

A Serra de Montemuro corresponde a um relevo essencialmente granítico, vigoroso e com vertentes abruptas, atingindo no seu ponto mais alto 1.381 metros de altitude, constituindo o relevo mais acentuado localizado a sul do rio Douro (excetuando a cordilheira central). Este sítio permite concretizar

um dos objetivos descritos no PDM de Resende, relativo à preservação e valorização da biodiversidade e do património natural e paisagístico.

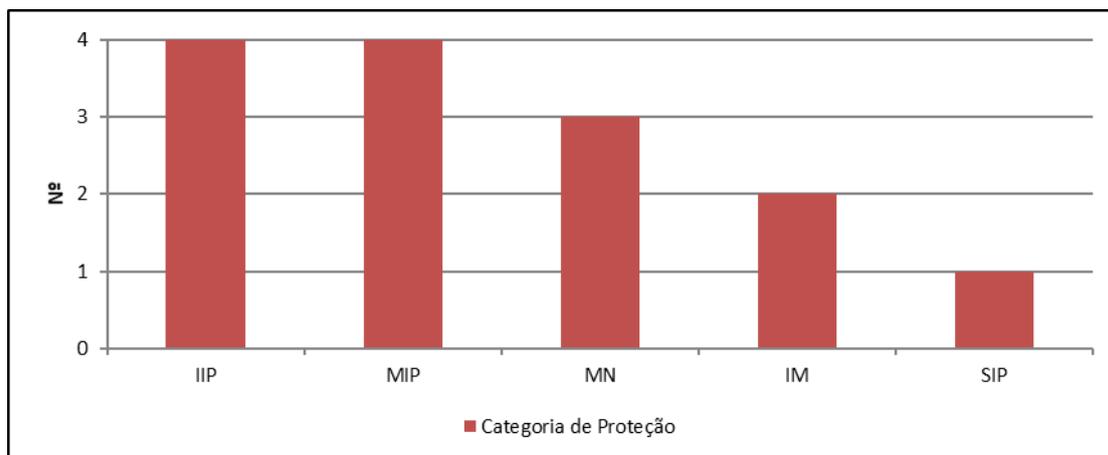
Após a publicação do PDM de Resende, em 2009, verificou-se que ocorreram 108 licenciamentos em áreas sobrepostas à área da Rede Natura 2000 que incide no concelho de Resende, encontrando-se distribuídos pelas freguesias de Cárquere, Paus, Resende, São João de Fontoura, São Martinho de Mouros, União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos, União das freguesias de Felgueiras e Feirão e União das freguesias de Ovadas e Panchorra. No que concerne à tipologia dos licenciamentos, verificou-se que 75% corresponderam a habitações familiares (81), 9,26% corresponderam a usos gerais (10), 7,41% corresponderam a agricultura (10) e, por fim, 0,93% corresponderam a arrumos (apenas 1 licenciamento).

### 3.2.4 PATRIMÓNIO EDIFICADO E ARQUEOLÓGICO

O município de Resende apresenta-se como um território rico em património cultural, primando pela sua história e cultura e oferecendo rotas de grande interesse no concelho.

De acordo com a Direção-Geral do Património Cultural existem no município de Resende 14 imóveis classificados, sendo que quatro apresentam-se classificados como Imóveis de Interesse Público (IIP); quatro apresentam-se classificados como Monumentos de Interesse Público (MIP); três apresentam-se classificados como Monumentos Nacionais (MN); dois apresentam-se classificados como Interesse Municipal (IM); e, por fim, um imóvel encontra-se classificado como Sítio de Interesse Público (SIP) (Gráfico 54).

Gráfico 54. Património imóvel "classificado" no município de Resende



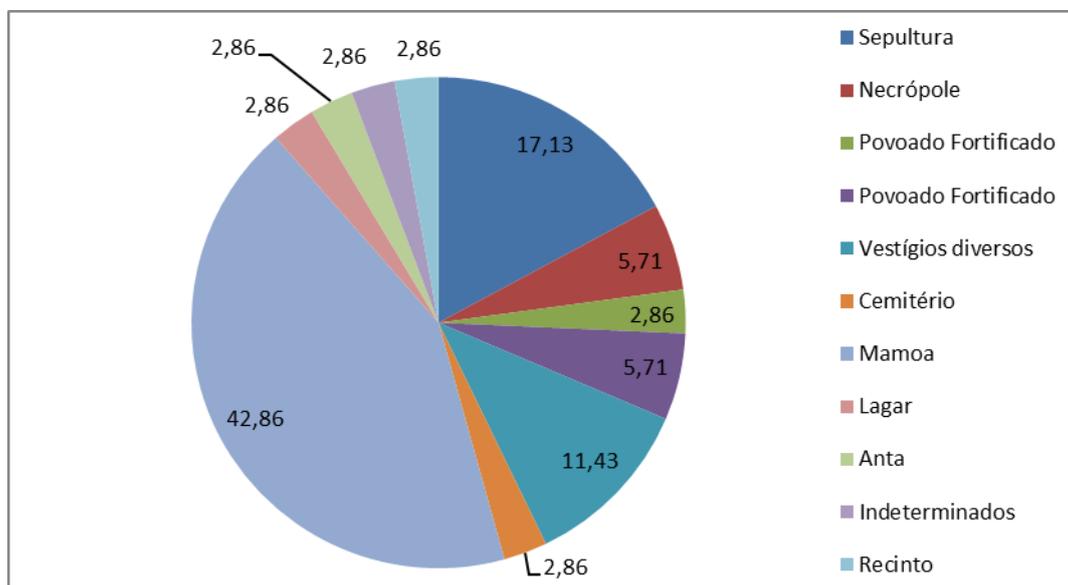
Fonte: Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), 2018.

No que se refere à distribuição ao longo do território concelhio dos imóveis classificados, salienta-se a freguesia de São Martinho de Mouros que possui quatro imóveis classificados (28,57%). Com dois imóveis classificados (14,29% cada freguesia) apresenta-se a freguesia de Cárquere, a freguesia de São Cipriano, a União das freguesias de Felgueiras e Feirão e a União das freguesias de Ovadas e Panchorra. Por fim, as freguesias de Barrô e Paus apresentam apenas um imóvel classificado em cada uma delas (7,14% cada freguesia).

Desde o ano de aprovação do PDM de Resende até 2018, dos seis imóveis que se encontravam, à data da revisão do PDM, em vias de classificação, cinco viram a sua classificação aprovada pela Direção-Geral do Património Cultural. Apenas um imóvel (Necrópole da Quinta das Trapas), não conseguiu a proteção legal por parte da tutela.

No que concerne ao Património Arqueológico, verifica-se que a base de dados da Direção-Geral do Património Cultural apresenta 35 registos no município de Resende (distribuindo-se por todas as freguesias do município, excetuando-se a freguesia de São João de Fontoura que não apresenta qualquer sítio arqueológico) (Gráfico 55). Destes, salientam-se as Mamoas com 15 sítios (42,86% do património arqueológico) e as sepulturas com 6 sítios (17,13% do património arqueológico).

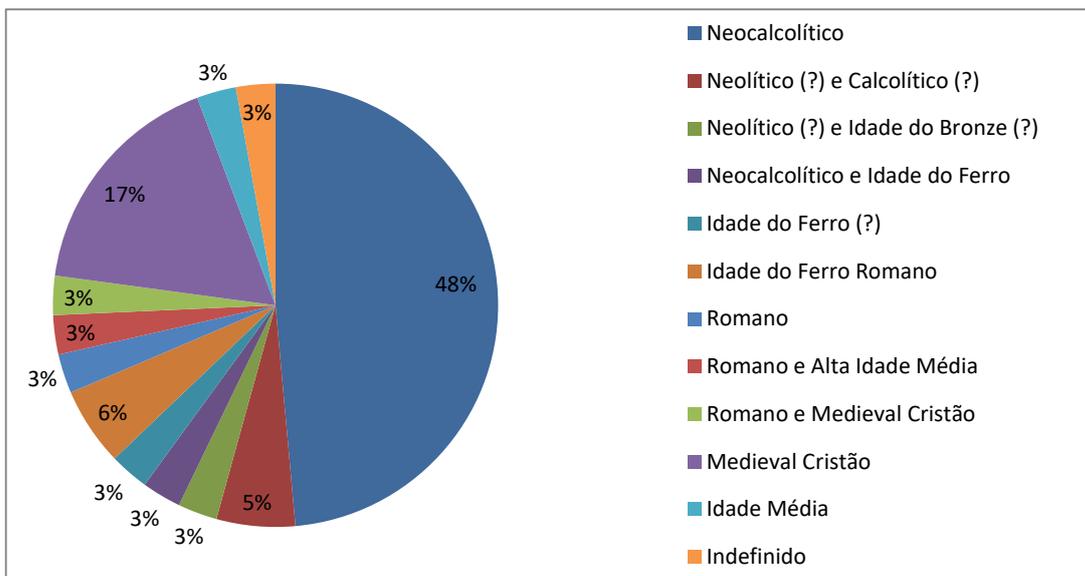
Gráfico 55. Tipologia dos sítios arqueológicos do município de Resende



Fonte: Direção-Geral do Património Cultural, 2018.

No que concerne ao período a que os sítios arqueológicos correspondem (Gráfico 56), destaca-se o Neocalcolítico (48,57%) com um total de 17 sítios arqueológicos, seguindo-se o período Medieval Cristão com 6 sítios (17,14%).

Gráfico 56. Distribuição dos sítios arqueológicos do município de Resende por períodos

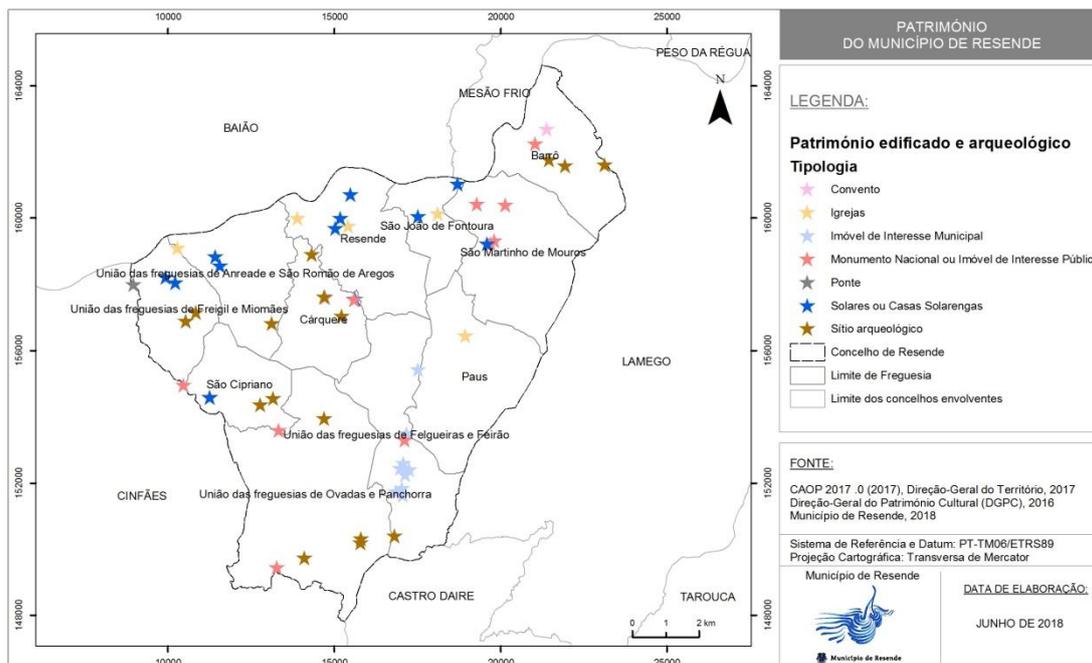


Fonte: Direção-Geral do Património Cultural, 2018.

Relativamente ao Património Arquitetónico, o concelho de Resende apresenta duas tipologias, designadamente a Arquitetura Religiosa e a Arquitetura Civil. Desta forma, 27,27% do património arquitetónico constitui arquitetura religiosa, enquanto 72,73% constitui arquitetura civil.

No Mapa 18 pode observar-se a distribuição do património edificado e arqueológico na atualidade, no concelho de Resende, por tipologia.

Mapa 18. Património edificado e arqueológico, do município de Resende



*Elaborado pela GeoAtributo, 2018.*

Verifica-se, ainda, que desde a entrada em vigor do PDM de Resende até à data de elaboração do presente documento, não ocorreram obras de reabilitação do referido património.

### **3.2.5 ZONAS DE INTERESSE PAISAGÍSTICO**

O concelho de Resende apresenta-se rico, diverso e de grande qualidade no que toca ao seu Património Paisagístico e Zonas de Interesse Paisagístico, constituindo um dos elementos da sua identidade. Assim, a área natural existente no concelho é significativa, a par com os recursos naturais anteriormente apresentados, gerando assim duas Zonas de Interesse Paisagístico, nomeadamente a Serra de Montemuro e o reconhecido rio Douro.

A Serra de Montemuro, abrangida por um sítio da Rede Natura 2000, representa uma zona de elevado interesse paisagístico e um recurso natural fundamental para o município, graças aos seus valores culturais, ecológicos e visuais, criando uma paisagem deslumbrante tanto da própria serra como para o rio Douro. Desta forma, a serra constitui um elemento importante ao nível de turismo e para a população residente no concelho, como um espaço natural e paisagístico relevante.

Trata-se de uma unidade de grande sensibilidade ambiental e caracteriza-se por uma ocupação essencialmente de áreas de matos, áreas de vegetação herbácea natural ou áreas com pouca vegetação. Os aglomerados habitacionais existentes caracterizam-se por um modelo nucleado e estão localizados em áreas do planalto serrano com características favoráveis à prática agrícola.

O rio Douro, reconhecido ao nível intermunicipal pelos vários municípios que cruza, apresenta-se um recurso natural de excelência nas mais variadas valências. Devido às suas particularidades geomorfológicas e climáticas, as encostas do rio Douro são trabalhadas desde há muitos séculos pelo Homem, principalmente para a plantação da vinha, tendo dado origem a uma paisagem única.

O turismo, o desenvolvimento económico, o transporte, são exemplos de vantagens que o rio Douro oferece ao concelho de Resende. Para além disso, a sua paisagem é memorável, rica e de uma qualidade avassaladora, constituindo assim uma das paisagens mais interessantes do concelho.

### **3.2.6 ROTAS TURÍSTICAS**

Tal como se demonstrou anteriormente, o concelho de Resende é rico no que toca ao seu património cultural. De acordo com a Câmara Municipal de Resende (2018), o concelho *“possui uma localização ímpar que confere a esta região características naturais e paisagísticas verdadeiramente deslumbrantes.*

*As encostas da Serra de Montemuro, a intensa presença do rio Douro, os cerejais em flor, são retratos que se levam na memória”.*

Assim, o município apresenta cinco circuitos turísticos que demonstram a riqueza cultural do seu território:

- Circuito das Paisagens Serranas (que engloba a aldeia de Granja de Ovadas, a aldeia de Panchorra, a aldeia de Panchorrinha e o Monte de São Cristóvão);
- Circuito da Água (que engloba Porto de Rei, as Caldas de Aregos, a Ponte da Lagoriça e a Ponte da Panchorra);
- Circuito Queiroziano (que engloba a Igreja/ Mosteiro da Santa Maria de Cárquere, o Penedo de São João, a Casa da Torre da Lagoriça, e o Feirão);
- Circuito Religioso (que engloba a Igreja de Barrô, a Igreja de S. Martinho de Mouros, a Imagem de Senhora Cárquere, e a Capela de Aregos);
- Circuito Urbano (que engloba o Museu Municipal, o Jardim 25 de Abril, o Centro Cultural de Resende, e o Memorial à Cereja).

Os circuitos apresentados pelo município debruçam-se pela serra de Montemuro e pelo rio Douro, dois elementos fundamentais para o concelho, graças à sua beleza e singularidade. Destaca-se, também, a relevância que o artesanato apresenta para o concelho, como são exemplo as Licompotas de Resende, a cestaria, os socos e tamancos, entre outros, e a gastronomia com quatro doçarias regionais (Cavacas de Resende, Falachas de S. Brás, Rosquilhos de Aregos e Torradas de Felgueiras) e quatro pratos típicos (o bazulaque, o anho assado, o cabrito com arroz no forno e os enchidos artesanais).

Por fim, de referir a importância que a cerejeira e a sua rota apresentam para o concelho de Resende, uma vez que apresenta paisagens riquíssimas e fascinantes. É nos meses de março e abril que o florescimento das cerejeiras confere às encostas do Douro, no concelho de Resende, um manto branco que transforma este território num cenário de paisagens deslumbrantes.

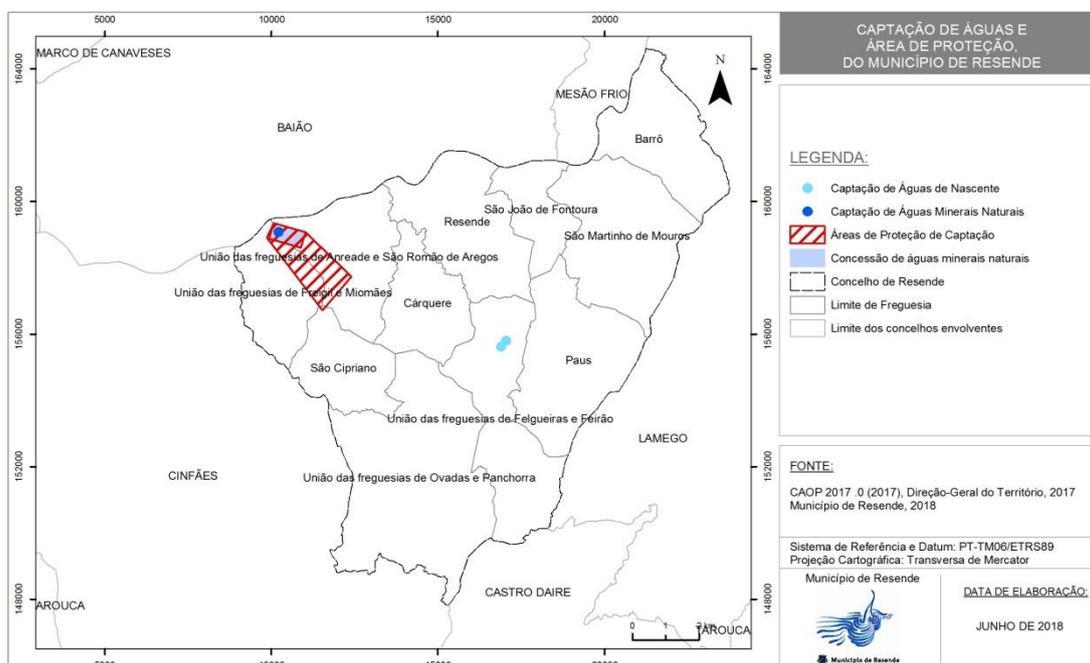
### **3.3 EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS GEOLÓGICOS E ENERGÉTICOS**

Uma vez que se apresenta fulcral um uso e exploração dos recursos naturais de forma sustentável, irão analisar-se as áreas de concessões de águas minerais existentes no concelho de Resende.

### 3.3.1 ÁREAS DE CONCESSÕES DE ÁGUAS MINERAIS

A água constitui um bem essencial para a vida e a sua qualidade apresenta-se fundamental. No Mapa 19 pode verificar-se a existência de três pontos de captações de águas no município de Resende, sendo que o ponto representado a azul escuro corresponde a captação de águas minerais naturais, nomeadamente o furo de Caldas de Aregos (nº de cadastro HM0240000), e o ponto azul claro corresponde a captação de águas de nascente em duas captações distintas, nomeadamente, o furo de Água de São Cristóvão (nº de cadastro NAS081000) e o furo São Cristóvão (nº de cadastro NAS090000).

**Mapa 19. Captação de Águas e Áreas de Proteção e de Concessão, no município de Resende**



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

De acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente (2018) “a delimitação do perímetro de proteção de uma captação de água (...) constitui uma ferramenta de gestão dos recursos hídricos subterrâneos, tendo em vista a sua preservação quantitativa e qualitativa”<sup>3</sup>. Deste modo, como se pode observar no Mapa 19, a captação de águas minerais naturais existente no concelho é abrangida por uma área de proteção de captação constituída por duas zonas. A zona mais reduzida e próxima da captação constitui uma zona intermédia de captação cuja área é de 0,49km<sup>2</sup>, ou seja, 0,29% da área total do concelho e 14,33% do total da área de proteção da captação. A presente área coincide com a área de concessão de

<sup>3</sup> Agência Portuguesa do Ambiente (2018), em: <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=481> (Acedido em 13 de julho de 2018)

águas minerais naturais. A zona mais extensa e que se encontra mais afastada da captação constitui a zona de proteção alargada, que se apresenta contígua à zona de proteção intermédia, cuja área é de 2,94 km<sup>2</sup>, ou seja, 2,38% da área total do concelho e 85,67% do total da área de proteção da captação de águas minerais naturais. Esta área pretende proteger as águas captadas de poluentes persistentes.

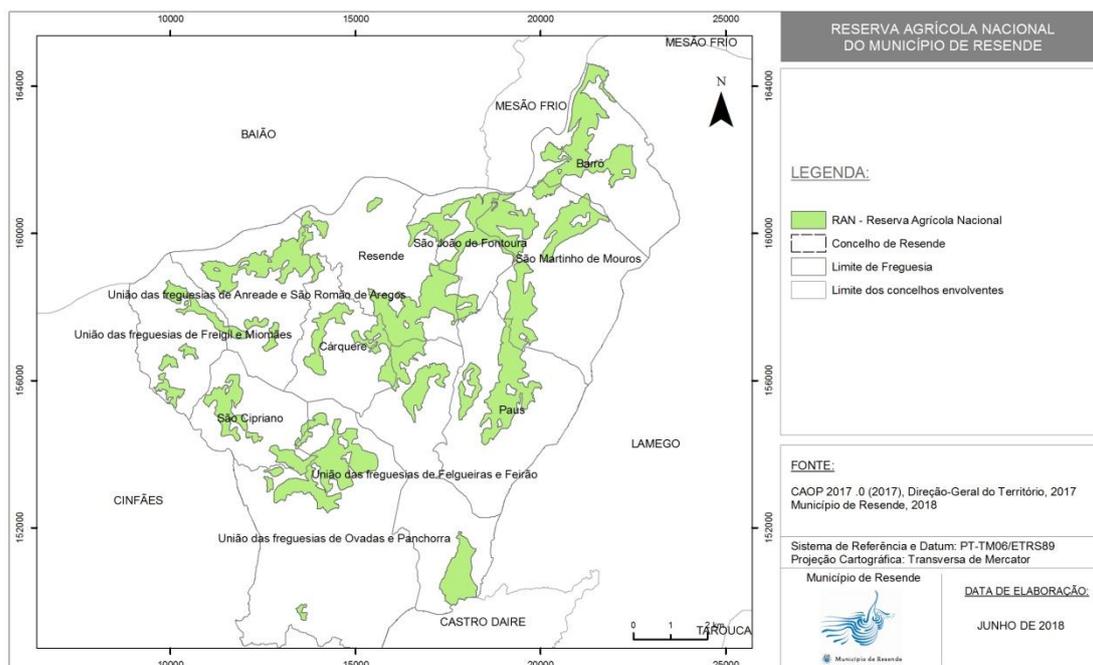
### 3.4 AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA

A agricultura e a floresta constituem duas ocupações de solo relevantes no concelho de Resende e com interesse de preservar. Desta forma, no presente REOT, irá analisar-se a RAN, o Regime Florestal e os Licenciamentos Agropecuários e Florestais que ocorreram no concelho após a entrada em vigor do PDM de Resende.

#### 3.4.1 RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

A RAN do concelho de Resende encontra-se representada no Mapa 20. No que concerne à sua área, a RAN delimitada no concelho de Resende apresenta 25,24 km<sup>2</sup>, ou seja 20,46% da área total do concelho, abrangendo diversas freguesias do concelho, nomeadamente a freguesia de Cárquere, de Resende, de São João de Fontoura, de São Martinho de Mouros e a União das freguesias de Felgueiras e Feirão.

Mapa 20. Reserva Agrícola Nacional, no município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

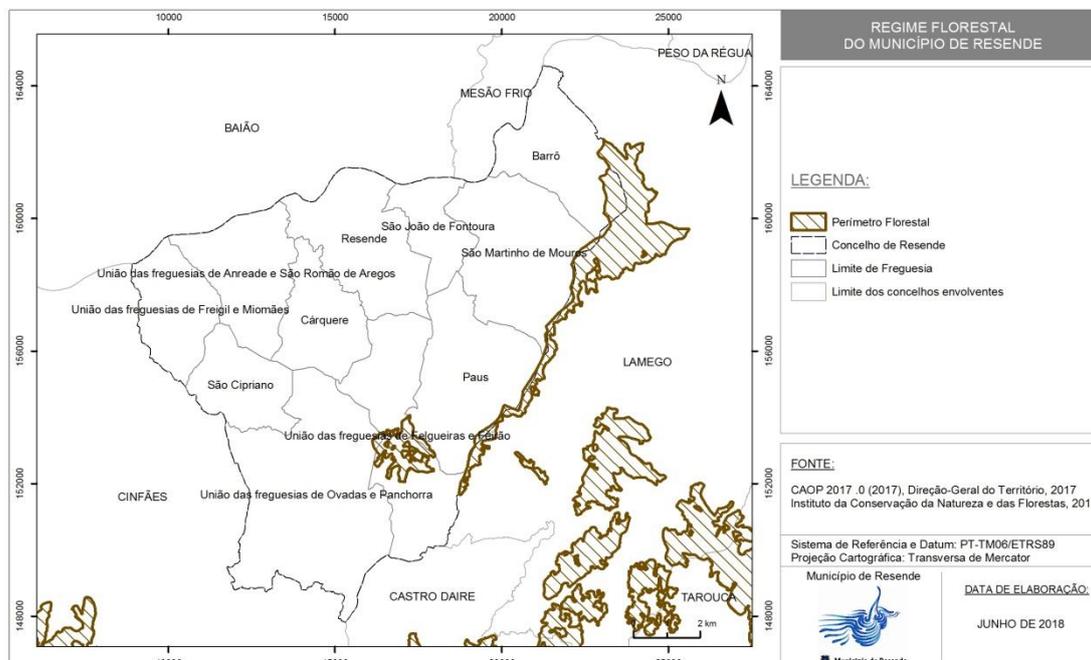
Desde a data de publicação do PDM de Resende, em 2009, verificou-se que foram emitidas 53 licenças até ao ano 2017 em área abrangida pela RAN, verificando-se esta situação em todas as freguesias do concelho, excetuando-se a União das freguesias de Ovadas e Panchorra. As licenças emitidas corresponderam a 77,4% para habitações familiares (41 licenças), 13,21% para a agricultura (7 licenças) e 9,43% para o uso geral (5 licenças).

### 3.4.2 REGIME FLORESTAL

Tal como se pode observar no Mapa 21, em termos de perímetros florestais, identificam-se dois no concelho de Resende:

- Perímetro Florestal da Serra de Montemuro (apresenta uma área de 159,97 ha no concelho de Resende, que corresponde a 1,29% da área do concelho) (situada ao longo do limite do concelho a este - sudeste);
- Perímetro Florestal da Serra de Leomil (apresenta uma área de 127,97 ha no concelho de Resende, que corresponde a 1,04% da área do concelho) (situada a sul no concelho).

Mapa 21. Regime Florestal do município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Apresenta-se importante apontar que o Perímetro Florestal da Serra de Montemuro se encontra sujeito a um Plano de Gestão Florestal (PGF), a par com o município de Cinfães, com uma área total de 3.320 ha, sendo que 10,5% corresponde a espaços florestais arborizados.

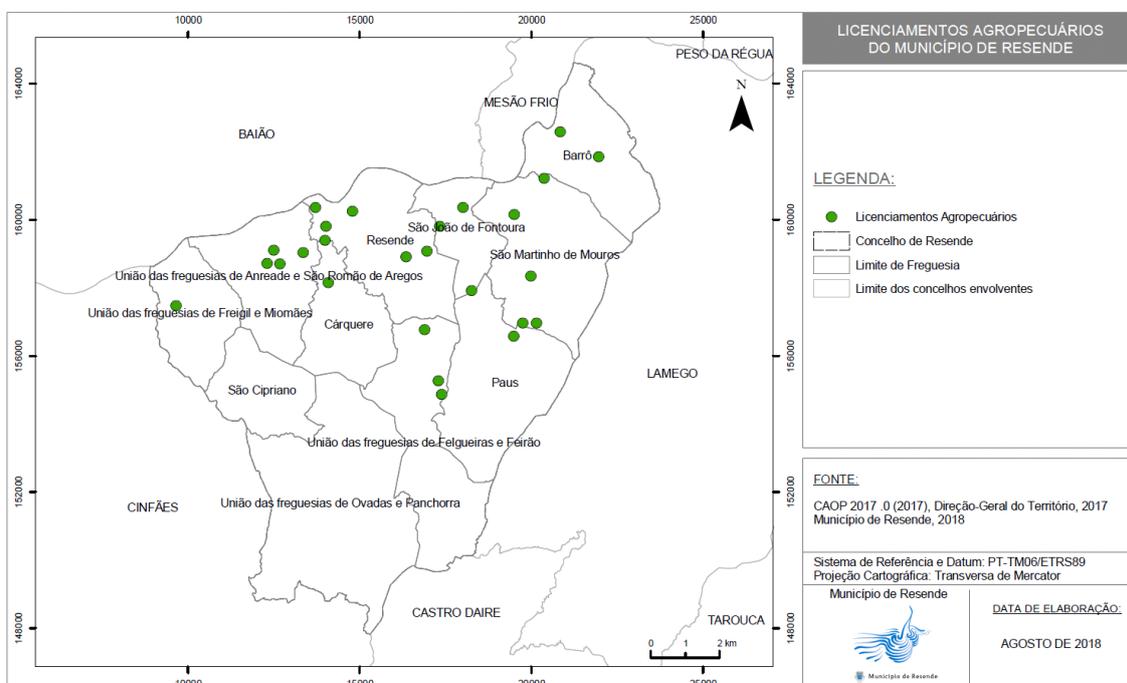
Salienta-se que, de acordo com o Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Tâmega, o Perímetro Florestal da Serra de Montemuro apresenta grau 1 no que concerne à prioridade de elaboração do PGF.

### 3.4.3 LICENCIAMENTOS AGROPECUÁRIOS E FLORESTAIS

No que se refere aos licenciamentos agropecuários desde o ano 2009 até ao ano corrente, correspondendo ao período após a publicação do PDM de Resende, verifica-se que foram emitidas 23 licenças com a sua distribuição espacial ao longo das várias freguesias que compõem o concelho de Resende (excetuando-se a freguesia de São Cipriano e a União das freguesias de Ovadas e Panchorra) (Mapa 22).

Destas, verifica-se que 86,96% das licenças emitidas foram para construções novas (20 licenças), 8,69% foram para reconstruções (2 licenças) e 4,35% corresponderam a ampliações (1 licença).

Mapa 22. Licenciamentos agropecuários no município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

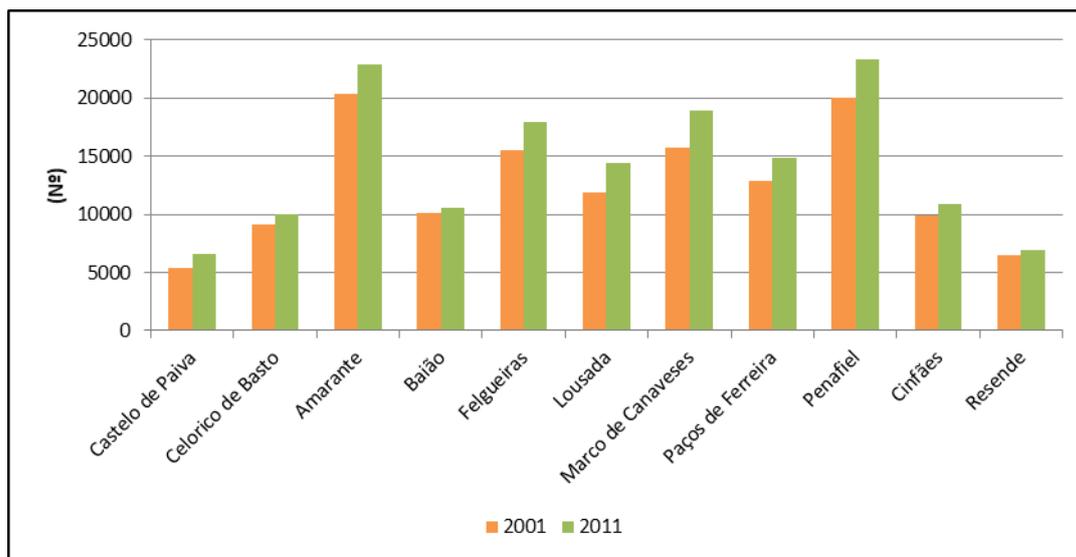
### 3.5 DINÂMICAS URBANAS

A evolução do edificado, dos alojamentos e dos licenciamentos caracteriza a dinâmica dos territórios, desta forma apresenta-se relevante analisar a evolução dos elementos supracitados.

#### 3.5.1 EDIFICAÇÃO

No concelho de Resende, verifica-se que entre 2001 e 2011 ocorreu um aumento de 5,82% do número de edifícios, uma vez que em 2001 registavam-se no concelho 6.507 edifícios e em 2011 registavam-se mais 379 edifícios (6.886 edifícios). No ano 2011, os edifícios existentes no concelho de Resende correspondiam a 4,38% do total de edifícios existentes na sub-região Tâmega e Sousa. Tal como se pode observar no Gráfico 57, todos os concelhos inseridos na sub-região Tâmega e Sousa registaram uma tendência de aumento do número de edifícios no período analisado.

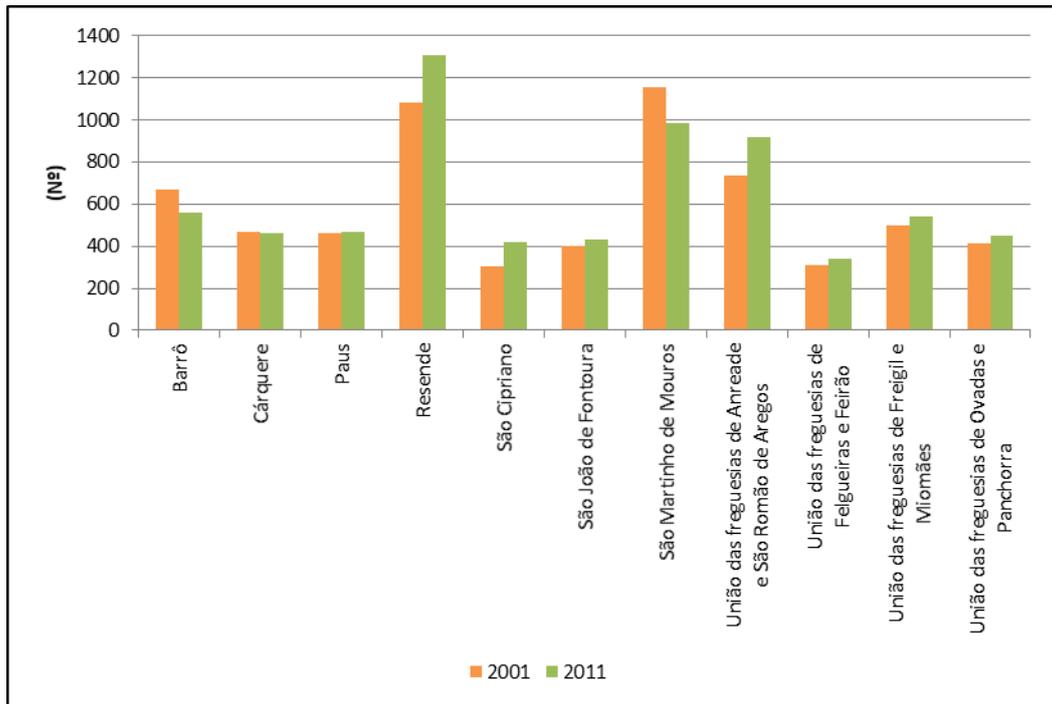
Gráfico 57. Evolução do edificado entre 2001 e 2011 nos municípios da sub-região Tâmega e Sousa



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

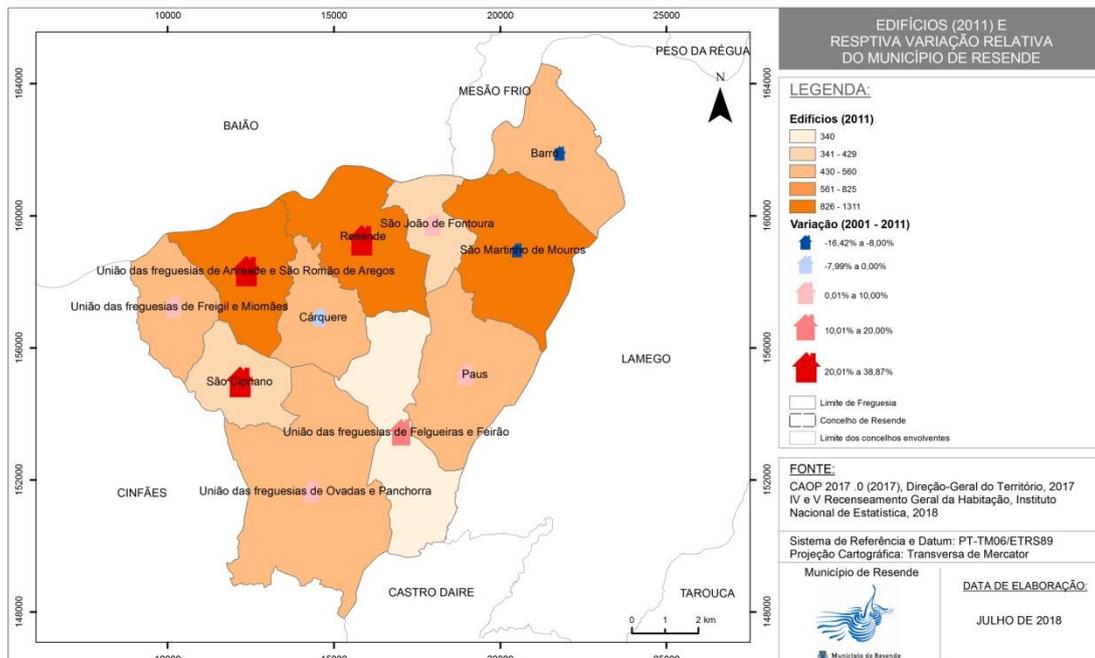
De acordo com o Gráfico 58 e com o Mapa 23, verifica-se que no ano 2011 era a freguesia de Resende que registava um maior número de edifícios (1.311 edifícios) correspondendo a 19,04% do número total de edifícios do concelho de Resende. Segue-se a freguesia de São Martinho de Mouros (988 edifícios) correspondendo a 14,35% do total de edifícios existentes no concelho e a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos (918 edifícios) correspondendo a 13,33%.

Gráfico 58. Evolução do número de edifícios, entre 2001 e 2011, por freguesia, no município de Resende



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Mapa 23. Edifícios (nº) no município de Resende (2011) e respetiva variação relativa

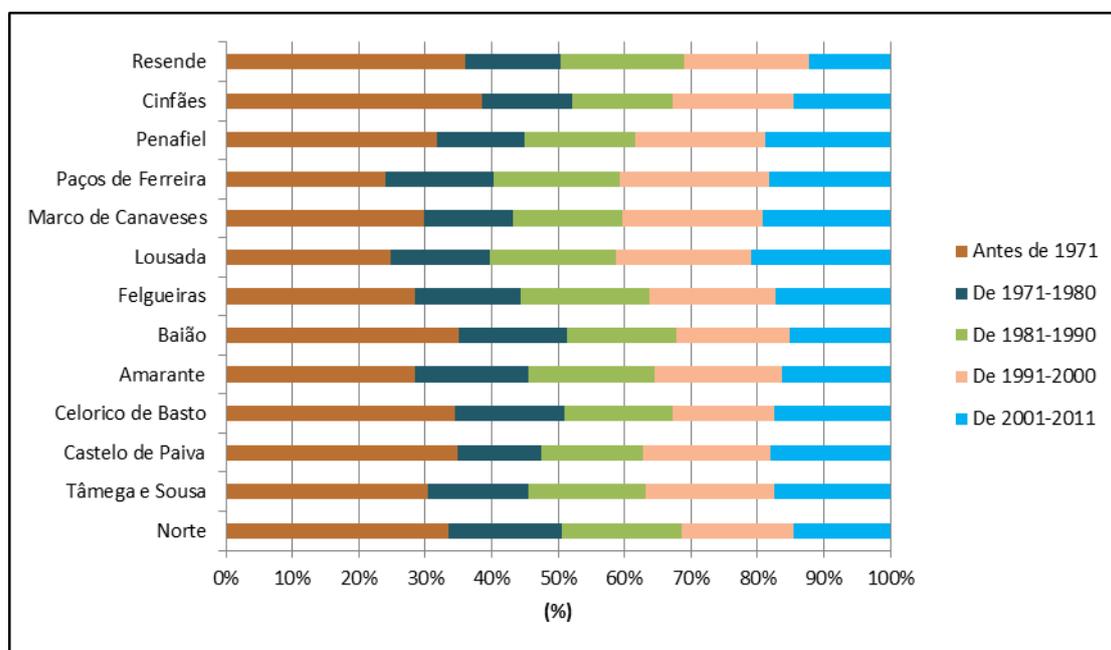


Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Entre 2001 e 2011 observou-se uma variação do número de edifícios no concelho de Resende que se apresentou, de uma forma geral, positiva, porém nem todas as freguesias viram o seu número de edifícios aumentar. Deste modo, as freguesias de Barrô (-16,42%), de São Martinho de Mouros (-14,53%) e de Cárquere (-1,70%), viram o seu número de edifícios a decrescer, enquanto as restantes freguesias registam aumentos, salientando-se a freguesia de São Cipriano (aumentaram 38,87%), a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos (aumentaram 24,90%) e a freguesia de Resende (aumentaram 20,72%).

No que concerne à época de construção dos edifícios existentes em 2011, verifica-se que se salientam os edifícios construídos até 1971 em todos os concelhos da sub-região Tâmega e Sousa e na região Norte de uma forma geral (Gráfico 59).

**Gráfico 59. Proporção dos edifícios por época de construção, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios**



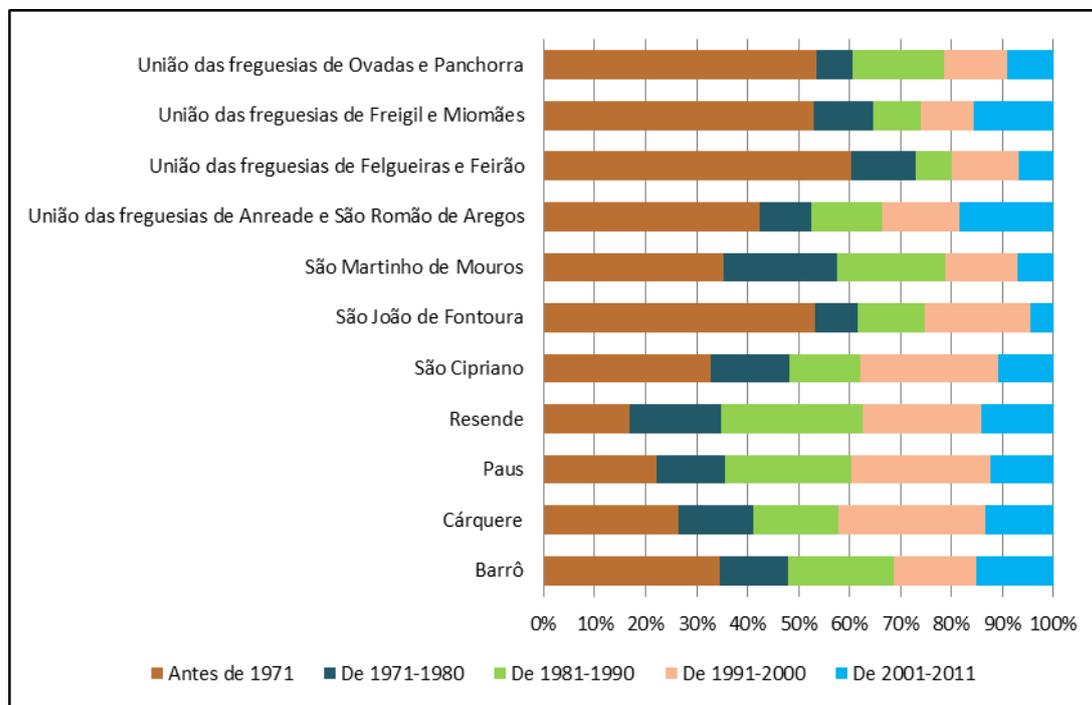
Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

**No que se refere à época de construção dos edifícios no concelho de Resende (**

Gráfico 60) verifica-se que 36% foram construídos até 1971 (6.886 edifícios), 14,4% foram construídos de 1971 a 1980 (2.477 edifícios), 18,6% foram construídos de 1981 a 1990 (993 edifícios), 18,8% foram construídos de 1991 a 2000 (1.295 edifícios) e 12,2% dos edifícios foram construídos de 2001 a 2011 (842 edifícios).

Ao nível das freguesias verifica-se que a União das freguesias de Felgueiras e Feirão é a que apresenta um edificado mais antigo (72,9% foi construído até 1980) enquanto as freguesias de Resende e Paus apresentam o seu edificado mais recente (65,1% e 64,5%, respetivamente).

**Gráfico 60. Proporção dos edifícios por época de construção, por freguesia, no município de Resende**



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

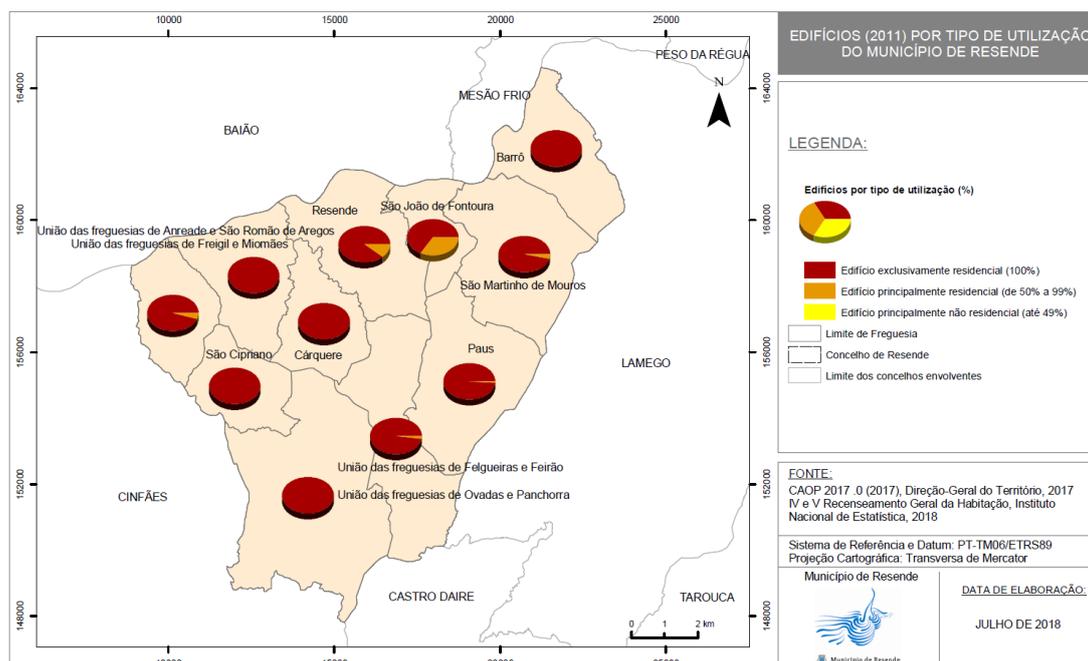
No que se refere aos edifícios tendo em conta a forma de ocupação (Mapa 24), verifica-se que no concelho de Resende se destacam os edifícios exclusivamente residenciais, ou seja, os edifícios cuja sua ocupação é 100% residencial (verifica-se em 6.503 edifícios, que corresponde a 94,44% do total dos edifícios existentes no concelho). Seguem-se os edifícios com ocupação principalmente residencial (de 50% a 99%) que constituem 5,33% dos edifícios do concelho (367 edifícios) e, os edifícios com ocupação principalmente não residencial (até 49%) que constituem 0,23% dos edifícios do concelho (16 edifícios).

A tendência que se observa no concelho de Resende é também seguida na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa, uma vez que os edifícios exclusivamente residências constituem igualmente os predominantes.

Quanto aos edifícios exclusivamente residenciais, deve destacar-se freguesia de Cárquere dado que 100% dos seus edifícios são exclusivamente residenciais (462 edifícios).

Por fim, os edifícios principalmente não residenciais não apresentam uma relevância significativa no concelho (0,23%), embora se saliente a freguesia de Resende com 8 edifícios principalmente não residenciais (apenas 0,61% dos seus edifícios).

Mapa 24. Edifícios por forma de ocupação, em 2011, no município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

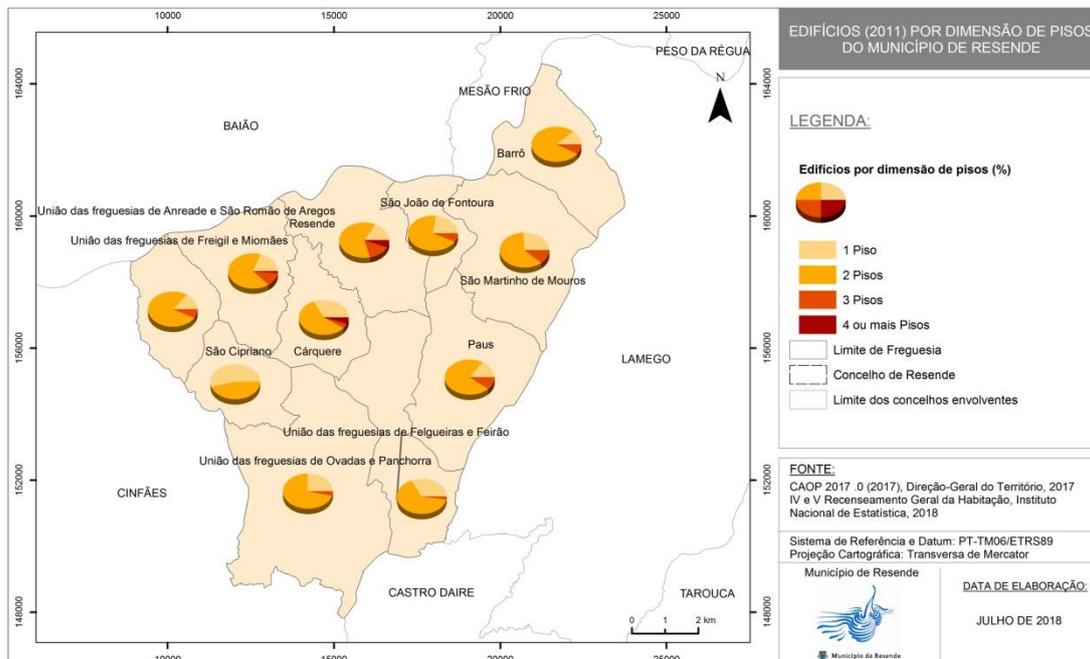
Entre 2001 e 2011, verificou-se que os edifícios principalmente não residenciais apresentaram decréscimos em seis freguesias do concelho de Resende, enquanto na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos, que em 2001 não possuía qualquer edifício com esta forma de ocupação, em 2011 passou a registar-se a existência de três. Também a freguesia de São João de Fontoura se salientou com uma variação positiva nos edifícios principalmente residenciais, passando de 10 edifícios em 2001, para 148 edifícios em 2011, denotando-se aqui que na última década em análise, a construção de edifícios que conjungam habitação e outras ocupações (exemplo: comércio/serviços) aumentou significativamente. Por fim, o maior aumento dos edifícios exclusivamente residenciais observou-se na freguesia de São Cipriano cuja variação foi de 40,5% (de 294 edifícios em 2001 aumentou para 413 edifícios em 2011).

No que concerne aos edifícios segundo o número de pisos (Mapa 25), verifica-se que no concelho de Resende, em 2011, se salientam os edifícios com 2 pisos (66,92%) com 4.608 edifícios, seguindo-se os edifícios com 1 piso (22,52%) com 1.551 edifícios e os edifícios com 3 pisos (8,74%) com 602 edifícios. Quanto aos edifícios com 4 ou mais pisos, apresentam-se pouco representativos no concelho, uma vez que em 2011 apenas se registavam 125 edifícios (1,82% dos edifícios do concelho).

Apresenta-se relevante salientar que na freguesia de Resende é onde se encontra uma maior proporção de edifícios com 4 ou mais pisos (72 edifícios) que correspondem a 5,5% do total dos edifícios existentes

na freguesia, o que se justifica pelo facto de constituir a freguesia sede de concelho, e onde a existência de edifícios de habitação plurifamiliar é mais recorrente.

**Mapa 25. Edifícios por número de pisos, em 2011, no município de Resende**



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

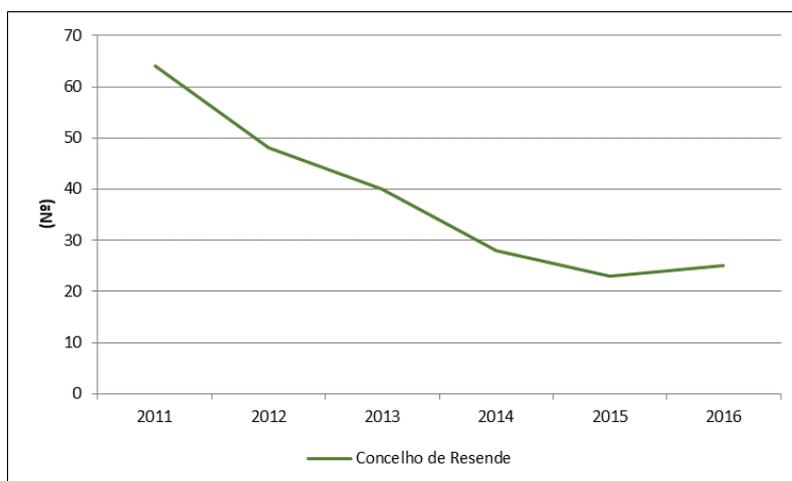
No que se refere à variação relativa, observada entre 2001 e 2011 no concelho de Resende, de um modo geral verificou-se um aumento dos edifícios com 1 piso (1,97%), com 2 pisos (9,45%) e com 4 ou mais pisos (38,89%), enquanto os edifícios com 3 pisos registaram um decréscimo (12,24%). No concelho de Resende, deve salientar-se a variação ocorrida na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos de 1500%, uma vez que no período analisado aumentou 15 edifícios com 4 ou mais pisos, dado que em 2001 se registava a inexistência dos mesmos.

### 3.5.2 LICENCIAMENTOS E OBRAS DE REABILITAÇÃO

No que se refere aos licenciamentos de construção emitidos no concelho de Resende, verifica-se que entre 2011 e 2016 foram licenciadas 228 obras de edificação, sendo que 50,88% corresponderam a construções novas e 49,12% corresponderam a ampliações, alterações e reconstruções.

Tal como se pode observar no Gráfico 61, verifica-se que entre 2011 e 2016 registou-se uma queda acentuada no número de licenciamento de edifícios, denotando-se uma ligeira retoma a partir de 2015.

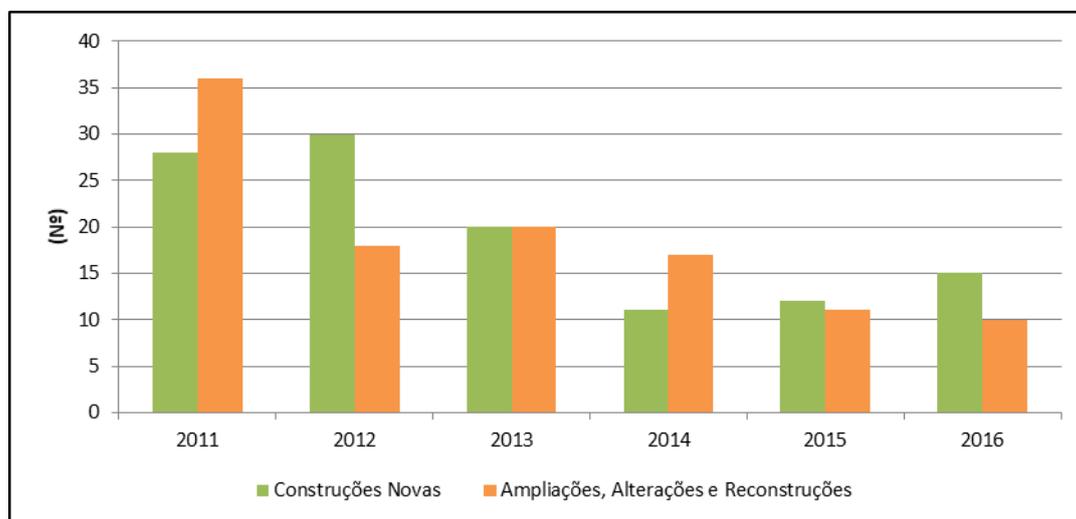
**Gráfico 61. Licenciamento de edifícios no município de Resende, entre 2011 e 2016**



Fonte: Inquérito aos projetos de obras de edificação e demolição de edifícios, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No que concerne ao tipo de licenciamento de obras de edificação no concelho de Resende (Gráfico 62), verifica-se que nos anos 2011 e 2014 o número de licenciamentos para ampliação, alteração e reconstrução se apresentou superior ao número de licenciamentos de construções novas enquanto no ano 2013, o número de licenciamentos para os dois tipos de obras apresentou-se equivalente. Nos restantes anos o número de licenciamentos para construção nova apresentou-se superior.

**Gráfico 62. Construções novas e ampliações, alterações e reconstruções, entre 2011 e 2016, no município de Resende**

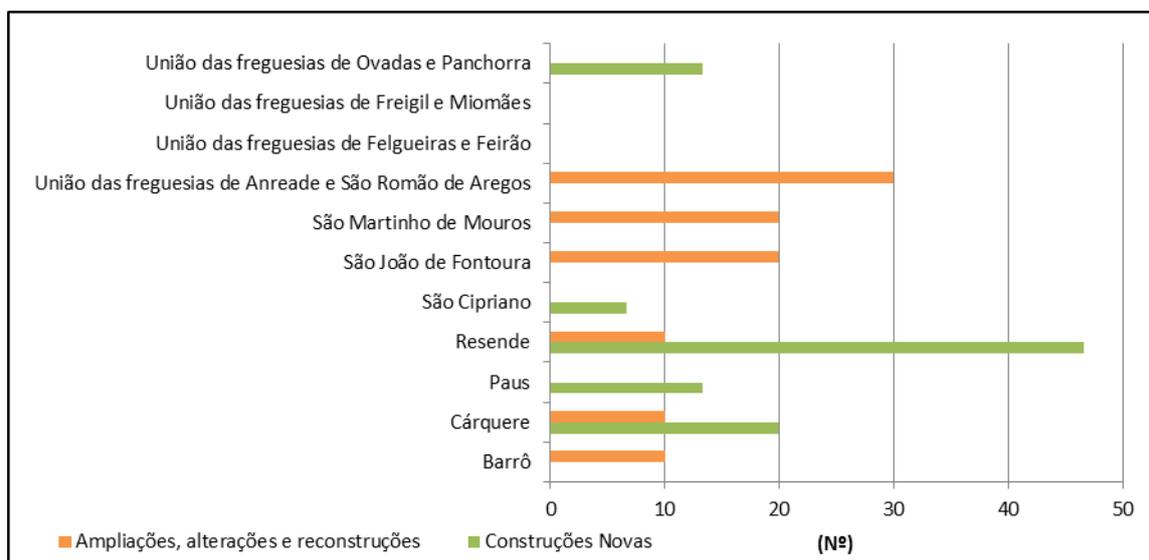


Fonte: Inquérito aos projetos de obras de edificação e demolição de edifícios, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Analisando os licenciamentos por tipo de obra de edificação no concelho de Resende, verifica-se que em 2016 (Gráfico 63), 47% das construções novas registaram-se na freguesia de Resende, 20% na freguesia de Cárquere e 13% na freguesia de Paus e na União das freguesias de Ovadas e Panchorra.

Os licenciamentos de obras de ampliação, alterações e reconstrução, salientaram-se na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos (30%), na freguesia de São Martinho de Mouros (20%) e na freguesia de São João de Fontoura (20%).

**Gráfico 63. Licenciamentos de edificação de construções novas e de obras de ampliação, alteração e reconstrução, em 2016, no município de Resende**

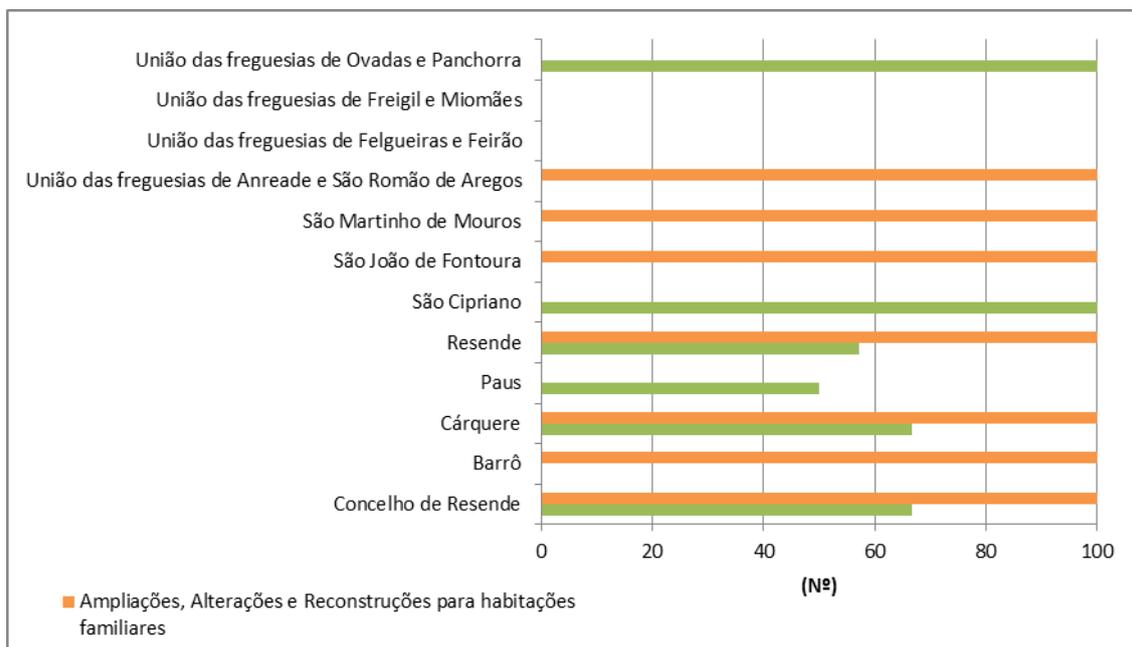


Fonte: Inquérito aos projetos de obras de edificação e demolição de edifícios, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Quanto à distribuição dos licenciamentos de construções novas para habitação familiar (Gráfico 64), em 2016, verificou-se que na freguesia de São Cipriano correspondeu a 100% das licenças emitidas, tal como na União das freguesias de Ovadas e Panchorra.

Quanto às licenças para ampliação, alteração e reconstrução para habitação familiar, no mesmo ano, verificou-se que correspondeu a 100% das licenças emitidas nas freguesias de Barrô, Cárquere, Resende, São João de Fontoura, São Martinho de Mouros e União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos.

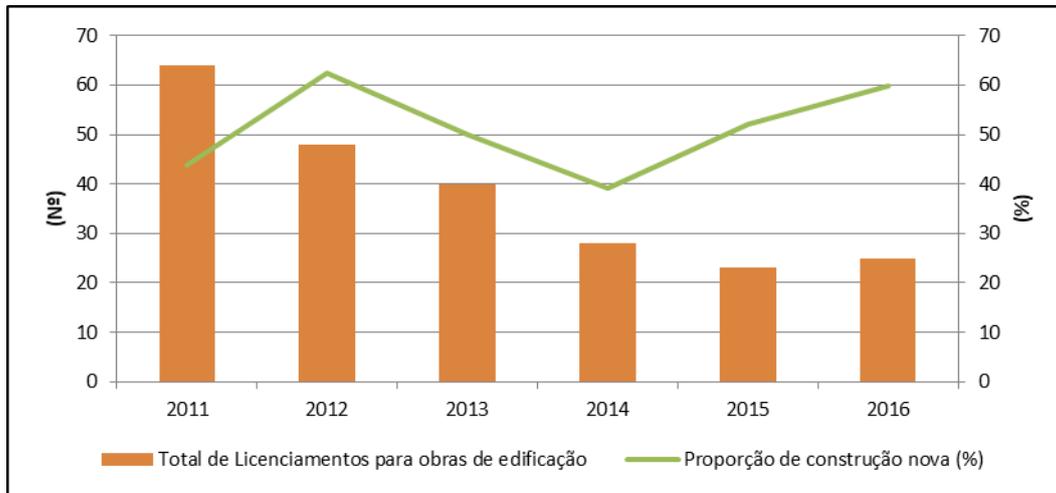
**Gráfico 64. Construções novas e ampliações, alterações e reconstruções para habitações familiares, em 2016, no município de Resende**



Fonte: Inquérito aos projetos de obras de edificação e demolição de edifícios, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Por fim, analisando a evolução do número de licenciamentos para obras de edificação e a proporção de licenciamentos para construções novas, entre 2011 e 2016, verifica-se que os mesmos nem sempre estiveram em consonância de proporção. Com a crise económica que assolou o país entre 2010 e 2014, o setor da construção foi um dos setores que mais sentiu a retração económica, sendo que desde 2012 se verificou uma decadência do número de licenciamentos para obras de edificação e da proporção de construções novas face à reabilitação. Em 2015 verificou-se novamente um crescimento da proporção de construção nova, embora só no ano 2016 se registe novamente um aumento do número de licenciamentos para obras de edificação, que vinha a decrescer desde 2011/ 2012.

**Gráfico 65. Evolução do número de licenciamentos para obras de edificação e da proporção de licenciamentos para construções novas, entre 2011 e 2016, no município de Resende**

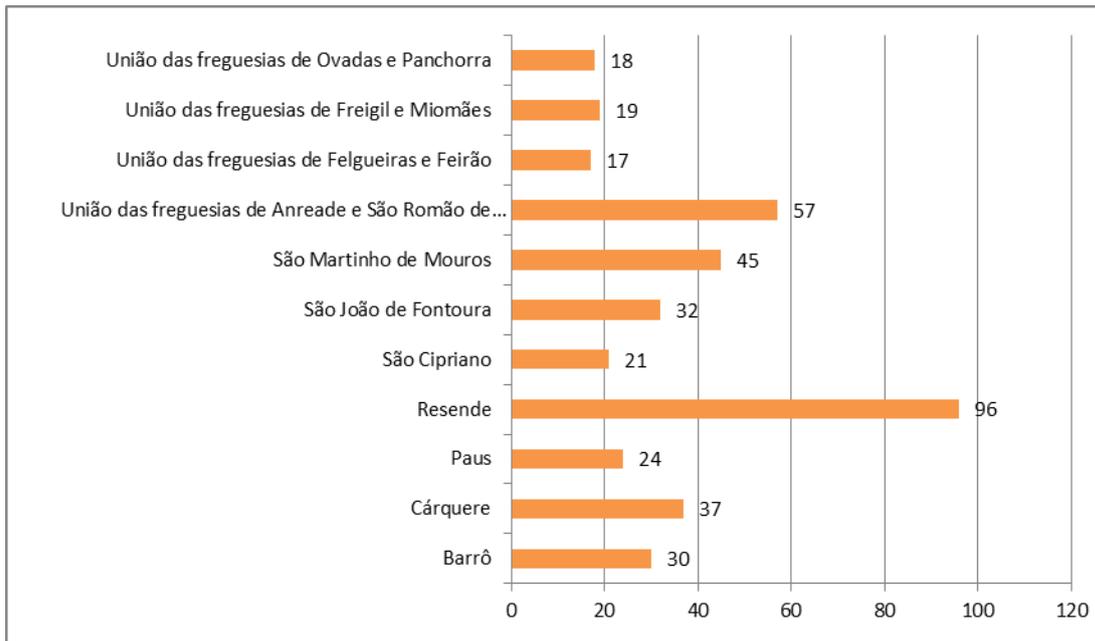


Fonte: Inquérito aos projetos de obras de edificação e demolição de edifícios, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Desta forma, embora com uma diferença muito reduzida, verifica-se que entre 2011 e 2016 as construções novas se apresentaram mais significativas face às obras de ampliação, alteração e reconstrução. O número de fogos concluídos em construções novas para habitação familiar apresentou oscilações ao longo do período analisado, embora se tenha observado uma variação negativa entre 2011 e 2016 de 80,77%, dado que em 2011 se tinham registado 52 fogos concluídos em construções novas e, em 2016, decresceu para 10 fogos concluídos.

De acordo com os dados do Município, entre o ano de 2009 e o presente momento foram requeridas um total de 396 licenças e comunicações prévias, distribuindo-se por todo o território concelhio. Contudo observa-se no gráfico seguinte, que é a freguesia de Resende onde recai a escolha da população para a construção, que se justifica por ser a sede de concelho.

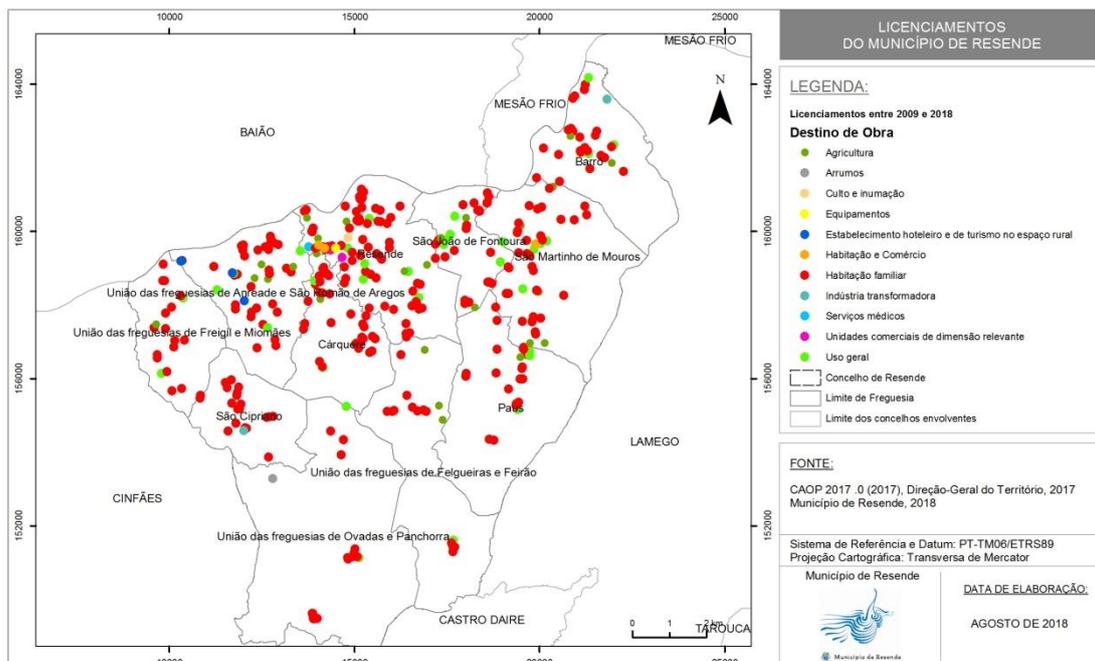
Gráfico 66. Distribuição dos licenciamentos ocorridos entre 2009 e julho de 2018



Fonte: Câmara Municipal de Resende, julho de 2018.

No Mapa 26, pode observar-se a distribuição territorial dos licenciamentos tendo em conta o destino de obra e o tipo de obra, no concelho de Resende, no período após a publicação do PDM de Resende (2009) até à data de elaboração do presente relatório.

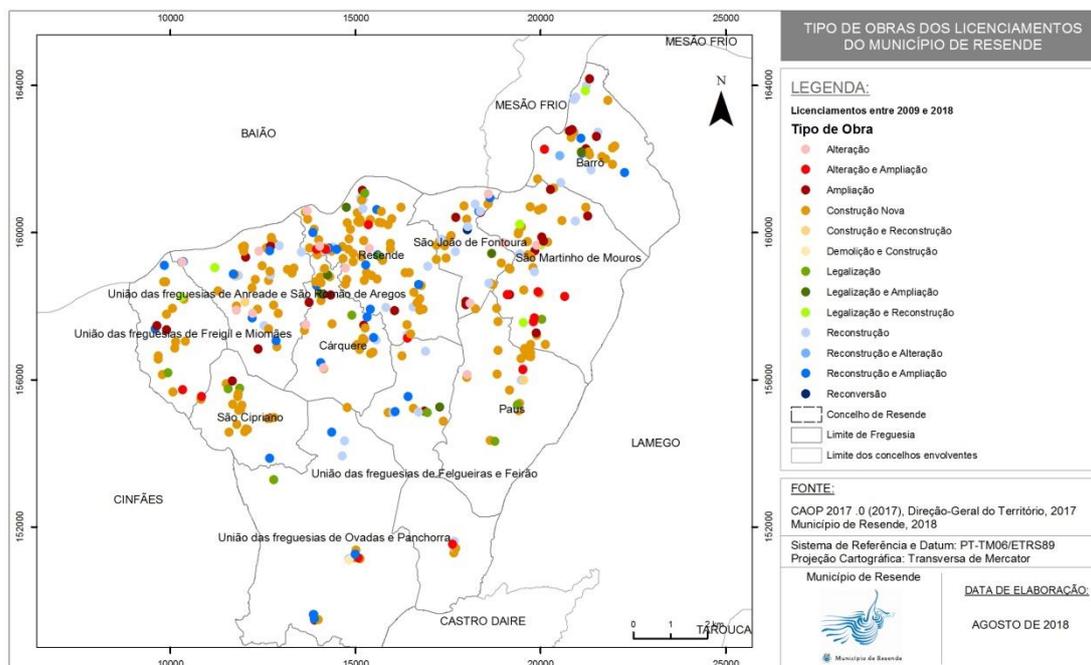
Mapa 26. Licenciamentos por destino de obra, no município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Quanto ao tipo de obra, verificou-se que 55,04% foram construções novas, enquanto 44,96% envolveram alterações, ampliações, reconstruções e legalizações, constatando-se que a construção nova obteve maior relevância do que as obras de reabilitação, entre 2009 e 2018.

**Mapa 27. Licenciamentos por tipo de obras, no município de Resende**

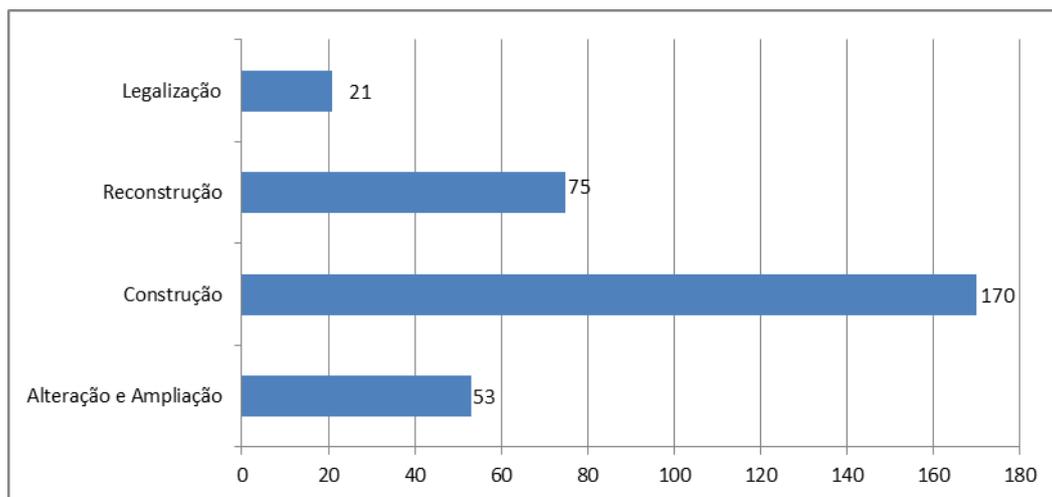


Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Em termos do destino da obra, apura-se que grosso modo, os licenciamentos correspondem à habitação familiar (319, equivalente a 80% do total). Ainda com algum destaque, face aos restantes usos encontramos a construção de edifícios de apoio à agricultura (26, equivalente a 7% do total) e edificações de uso geral (35, equivalente a 9% do total).

Dentro dos licenciamentos com destino à habitação familiar, verifica-se que o tipo de obra mais frequente é a construção (170, correspondente a 53%), seguindo-se as reconstruções (75, correspondente a 53%) e as alterações/ampliações (75, correspondente a 53%). De realçar que durante 2009 e julho de 2018 foram solicitadas 21 legalizações.

**Gráfico 67. Tipo de obra dos licenciamentos para habitação familiar ocorridos entre 2009 e julho de 2018**

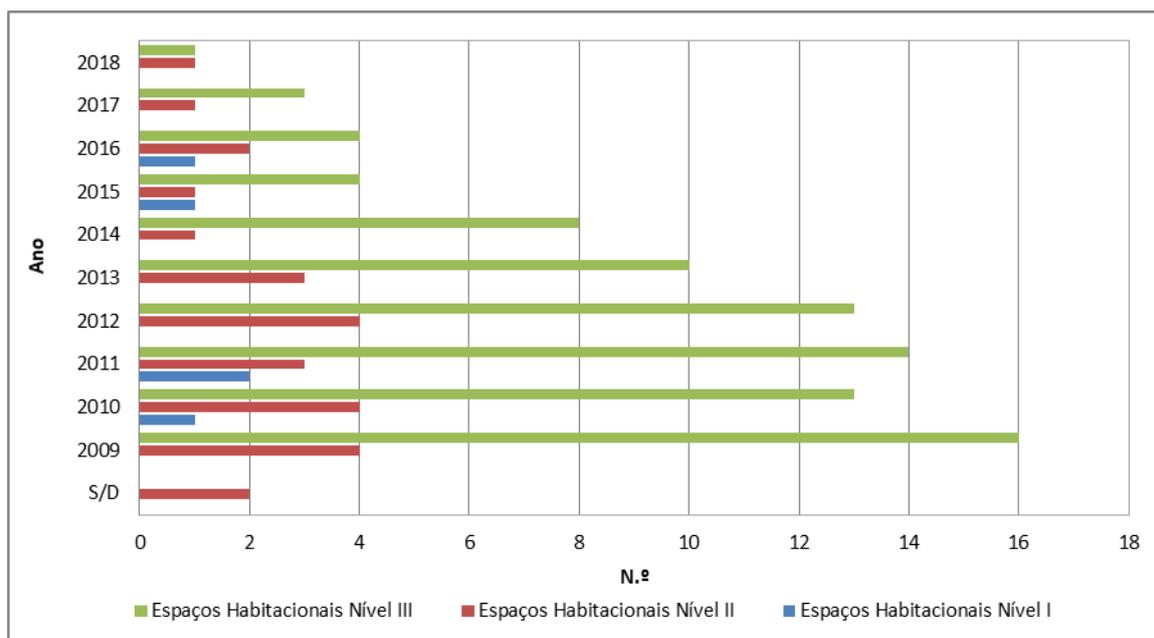


Fonte: Câmara Municipal de Resende, julho de 2018.

De forma a perceber a dinâmica da ocupação no concelho, e de forma indireta a execução do solo urbano, urbanizado e programado, importa realizar uma análise comparativa dos licenciamentos e a qualificação do solo.

No caso do solo urbanizado, foram definidas três subcategorias: espaços predominantemente habitacionais de nível I, nível II e nível III. Sobre estes espaços recaíram 117 processos de licenciamento, com destaque para os espaços predominantemente habitacionais de nível III, com 86 processos.

**Gráfico 68. Processos de licenciamentos ocorridos entre 2009 e julho de 2018, em solo urbano urbanizado**



Fonte: Câmara Municipal de Resende, julho de 2018.

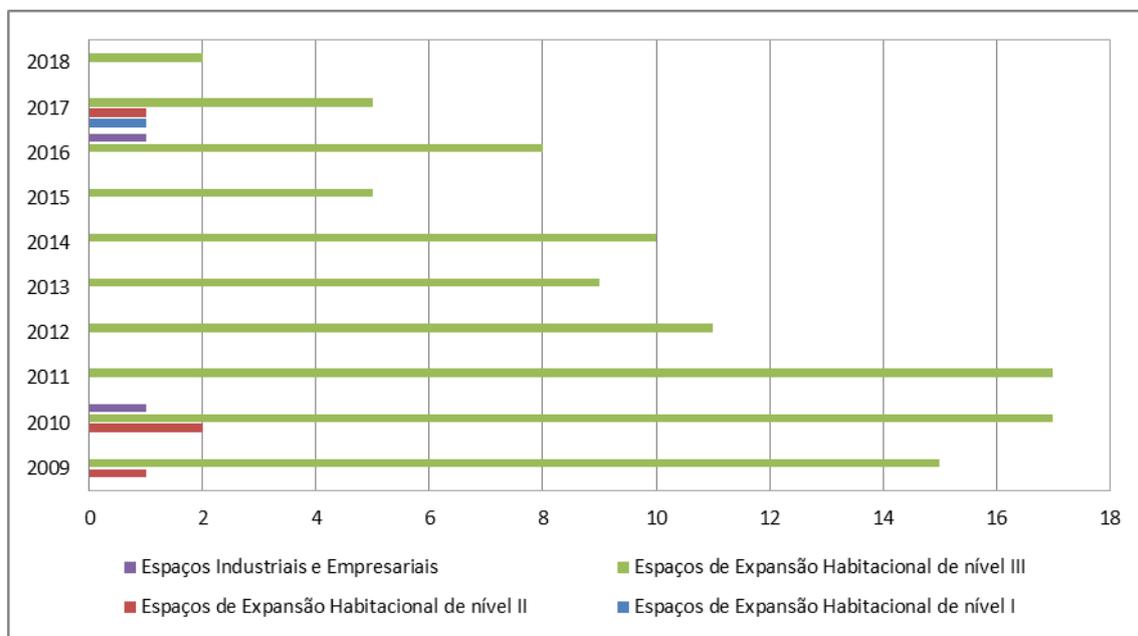
Observa-se ainda que em espaços predominantemente habitacionais de nível I, apenas foram solicitados cinco processos de licenciamento, ocorridos em 2010, 2011, 2015 e 2016, sendo que três destinaram-se à reconstrução de habitação familiar, um à reconstrução do quartel de bombeiros de Resende e um à construção de uma unidade comercial de grande dimensão (todos em Resende).

Já nos espaços predominantemente habitacionais de nível II foram requeridos 26 processos, ocorridos em maior número nos cinco primeiros anos de vigência do PDM. Deste total, 13 destinaram-se à construção, ampliação ou reconstrução de habitação familiar, quatro à alteração de habitação e comércio, quatro a construções de uso geral, e os restantes à construção, reconstrução ou alteração de edifícios destinados a culto, serviços médicos, agricultura e estabelecimentos hoteleiros.

Já nos espaços predominantemente habitacionais de nível III foram requeridos 86 processos, sendo igualmente em maior número nos cinco primeiros anos de vigência do PDM. Destaca-se, deste total o facto de 28 destinavam-se à reconstrução de habitações familiares; 25 destinava-se à construção de novas habitações familiares; 16 à ampliação/alteração de novas habitações familiares e cinco à legalização de habitação familiar.

Em relação aos solos de urbanização programada, estes correspondem a zonas de futuras urbanizações e integram: espaços de expansão predominantemente habitacional de nível I, nível II e nível III e ainda espaços industriais e empresariais.

**Gráfico 69. Processos de licenciamentos ocorridos entre 2009 e julho de 2018, em solo urbano programado**



Fonte: Câmara Municipal de Resende, julho de 2018.

Analisando os dados obtidos observa-se que em espaços de expansão predominantemente habitacional de nível I apenas foi apresentado na Câmara Municipal de Resende um processo de licenciamento, ocorrido em 2017, que pretende a construção de uma unidade comercial de grande dimensão. A respeito dos espaços de expansão predominantemente habitacional de nível II, os quatro processos diziam respeito à construção de habitação familiar, e ocorreram em 2009, 2010 e 2017. Por último os 99 processos que recaíram em espaços de expansão predominantemente habitacional de nível III, ocorreram em maior número em 2010 e 2011, e 85 deles destinaram-se à habitação familiar, quatro a edifícios de apoio à agricultura, oito a edifícios de uso geral e dois à construção e reconstrução de estabelecimentos hoteleiros e de turismo no espaço rural (localizados na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos).

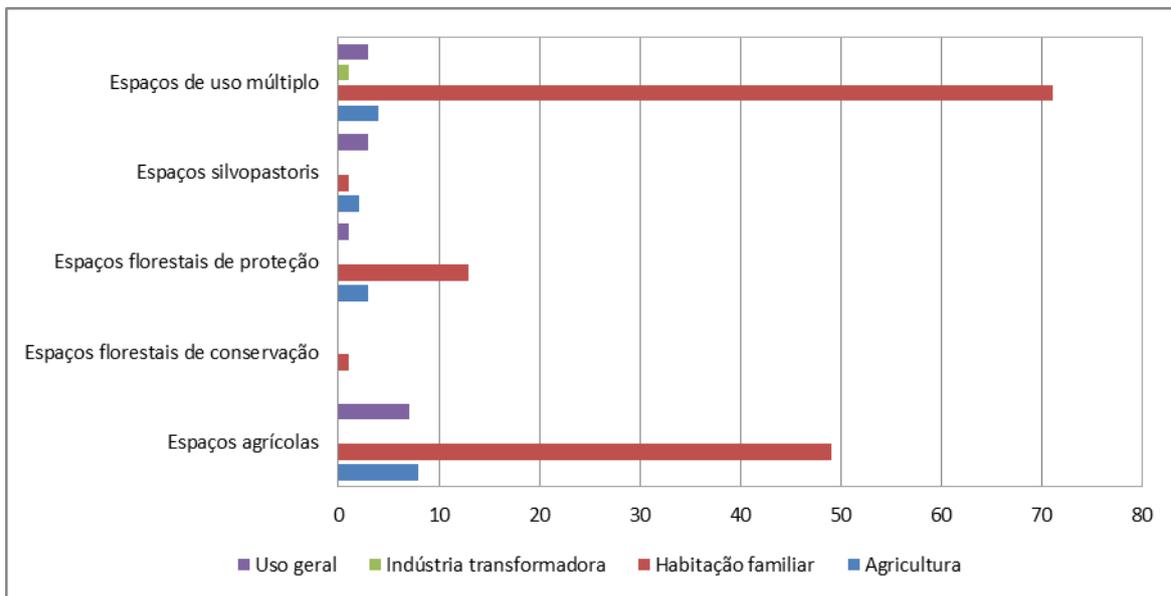
Comparando os valores obtidos, observa-se que existiu uma maior dinâmica construtiva nos espaços urbanizados face aos espaços de urbanização programada. Nos espaços predominantemente habitacionais, a reconstrução, alteração/ampliação teve um maior destaque face à nova construção, uma vez que 62% dos processos destinaram a esses fins. Por seu turno, nos espaços de expansão predominantemente habitacional, foi a nova construção que teve maior destaque, uma vez que 68% dos processos destinaram-se a esse fim.

Os dois processos de licenciamento em espaços industriais e empresariais, ocorreram em 2010 e 2016, e destinaram-se à construção de edifícios de apoio à agricultura e uso geral. Daqui podemos apurar que o grau de ocupação destes espaços ainda é quase nulo (no ponto 7.3. iremos analisar com maior pormenor).

No solo rústico, em função do uso dominante, o PDM apresenta as seguintes categorias e subcategorias de espaços: espaços agrícolas; espaços florestais (espaços florestais de conservação; espaços florestais de proteção; espaços silvopastoris) e espaços de uso múltiplo agrícola e florestal.

Em solo rústico foram requeridos 167 processo de licenciamento, na sua maioria para o destino de habitação familiar, agricultura e uso geral. Nos casos em que o destino é a habitação familiar, os 135 processos distribuem-se da seguinte forma: 77 para novas construções; 30 para reconstrução; 20 para alteração/ampliação e 8 para legalização. Em relação aos edifícios de apoio à agricultura 14 corresponderam a novas construções, dois a reconstruções e um a processo de legalização.

**Gráfico 70. Processos de licenciamentos ocorridos entre 2009 e julho de 2018, em solo rústico e por destino de obra**



Fonte: Câmara Municipal de Resende, julho de 2018.

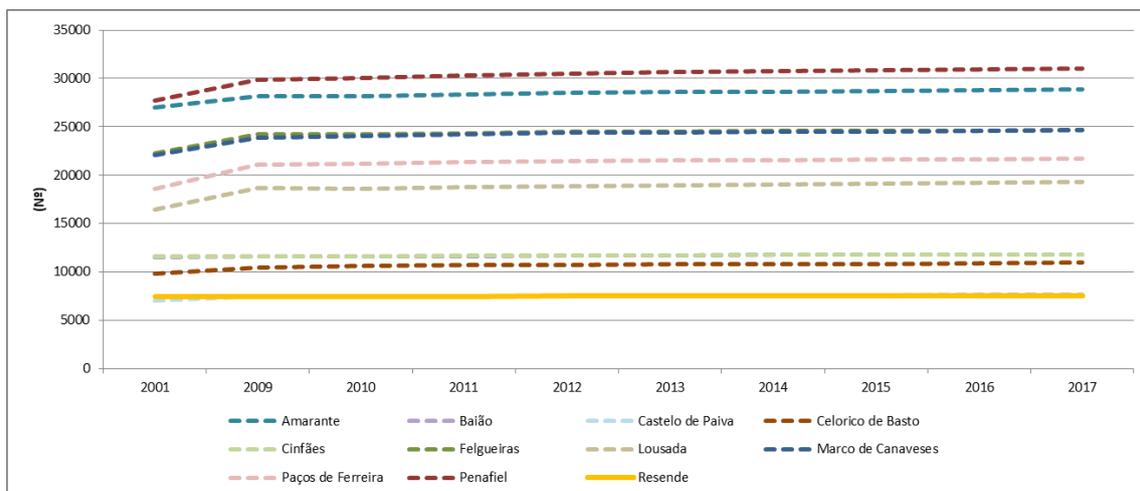
Analisando em pormenor os licenciamentos por categorias e subcategorias de espaços, observa-se que do total, 79 processos recaíram em espaços de uso múltiplo agrícola e florestal, onde a maioria destinou-se à habitação familiar (90%) e 64 processos recaíram em espaços agrícolas, onde igualmente o maior número destinou-se à habitação familiar (76%).

### 3.5.3 ALOJAMENTOS

De forma a analisar as condições de habitabilidade da população residente no concelho de Resende e a disponibilidade de alojamentos face às necessidades das tipologias familiares, será apresentada uma análise aos alojamentos.

De uma forma a enquadrar o município na região Norte e na sub-região Tâmega e Sousa (Gráfico 71), verifica-se que o concelho de Resende, a par com o concelho de Castelo de Paiva, segue uma dinâmica retraída no que se refere ao número de alojamentos familiares clássicos, em comparação com outros concelhos, embora, de uma forma geral se verifique uma variação positiva: na região Norte de 2001 a 2011 o número de alojamentos familiares clássicos cresceu 8,35% e de 2011 a 2017 cresceu 1,37%, e na sub-região Tâmega e Sousa cresceu 8,22% e 1,89%, respetivamente. Por sua vez, o crescimento do concelho de Resende foi significativamente retraído, uma vez que de 2001 a 2011 cresceu apenas 0,82% e de 2011 a 2017 cresceu 1,11%.

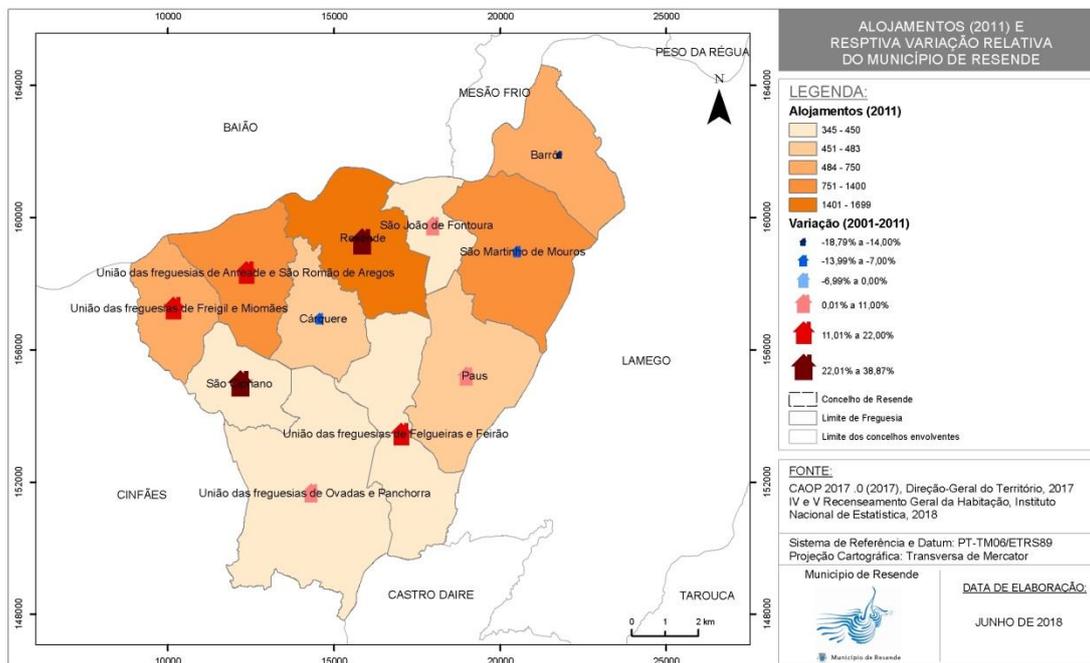
**Gráfico 71. Evolução dos alojamentos familiares clássicos, nos municípios integrantes da sub-região Tâmega e Sousa, entre 2001 e 2017**



Fonte: PORDATA, 2018.

De acordo com os Censos 2011, existiam 7.434 alojamentos no concelho de Resende distribuídos pelas várias freguesias que o compõem (7.412 constituíam alojamentos familiares clássicos). Deste modo, tal como se pode observar no Mapa 28, salienta-se a freguesia de Resende com maior número de alojamentos (1 699 alojamentos, correspondendo a 22,85% dos alojamentos existentes no concelho), seguindo-se a freguesia de São Martinho de Mouros com 1 023 alojamentos (correspondendo a 13,76% do total de alojamentos existente no concelho) e a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos com 985 alojamentos (correspondendo a 13,25% do total de alojamentos existente no concelho), coincidindo com as freguesias com maior número de população residente.

Mapa 28. Alojamentos (nº) no município de Resende (2011) e respetiva variação relativa



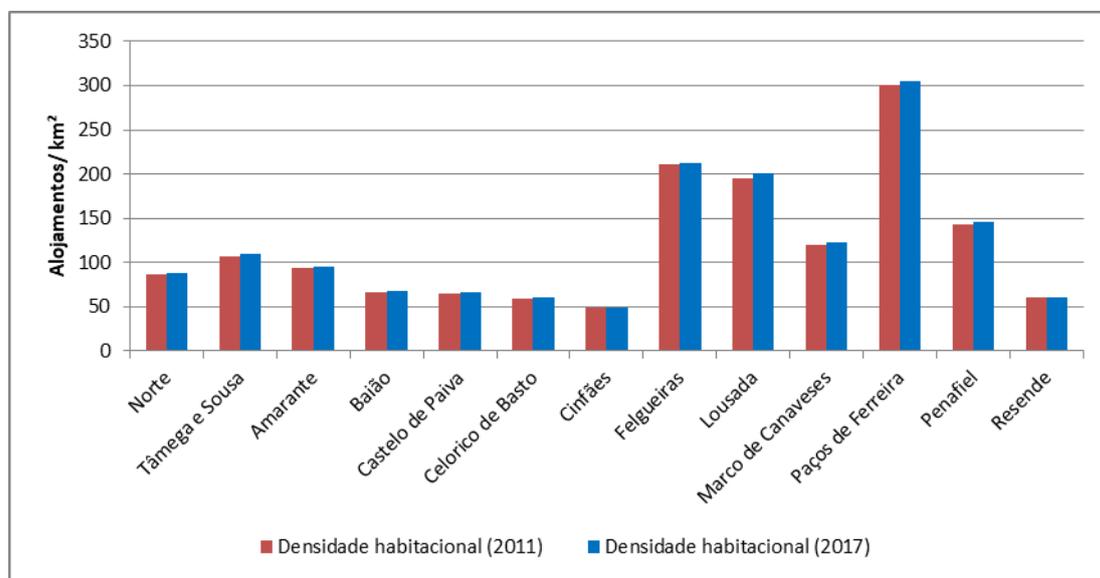
Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

No concelho de Resende, em 2001, registavam-se 6.884 alojamentos, verificando-se um aumento em 2011 para 7.434 alojamentos (aumentando 550 alojamentos correspondendo a uma variação de 7,99%). Embora se tenha verificado um aumento na análise global ao concelho, nem todas as freguesias seguiram a tendência verificada no concelho, registando um decréscimo do número de alojamentos. Deste modo, a freguesia onde se registou um maior decréscimo foi a freguesia de Barrô onde se registou uma diminuição de -18,79% (menos 130 alojamentos do que os registados em 2001), seguindo-se a freguesia de São Martinho de Mouros onde o decréscimo foi de -12,71% (menos 149 alojamentos do que os registados em 2001) e a freguesia de Cárquere com um decréscimo de -7,29% (com menos 38 alojamentos do que os registados em 2001), constituindo freguesias em que de 2001 e 2011 se verificou também perda de população residente. À exceção das três freguesias onde se referiu um decréscimo do número de alojamentos entre 2001 e 2011, nas restantes freguesias registou-se um aumento do número de alojamentos no período analisado, salientando-se a freguesia de São Cipriano com um aumento de 38,87% do número de alojamentos, a freguesia de Resende com um aumento de 32,84% do número de alojamentos, e a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos com um aumento de 21,31%.

No que concerne à densidade habitacional, verifica-se que à exceção do concelho de Amarante, a região Norte (de um modo geral) e a sub-região Tâmega e Sousa (tendo em consideração os concelhos que a compõem) registaram um aumento da densidade habitacional entre 2011 e 2017, sendo que o concelho

de Resende cresceu de 60,45 alojamentos por km<sup>2</sup> para 61,21 alojamentos por km<sup>2</sup> (abaixo dos valores registados em média para a região Norte e sub-região Tâmega e Sousa que em 2017 eram de 88,27 e 109,14, respetivamente).

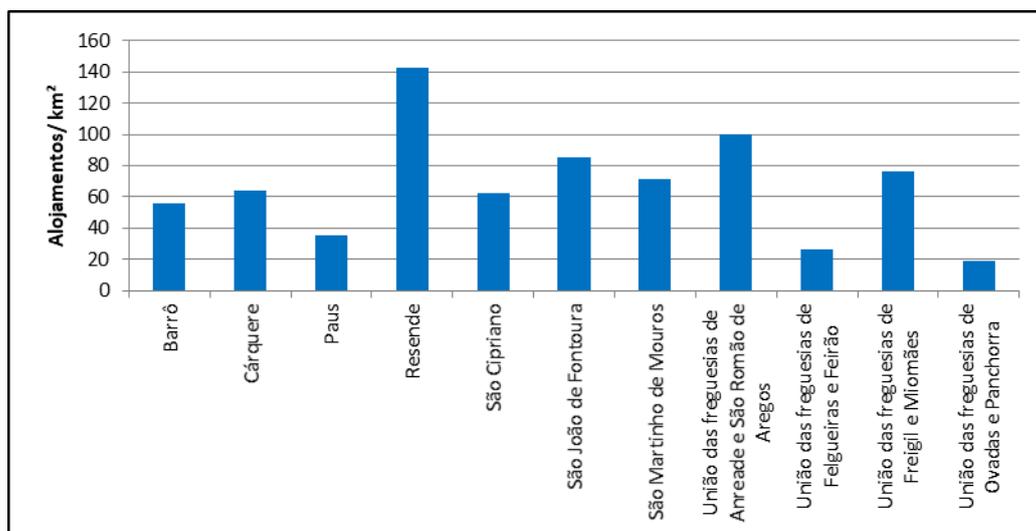
**Gráfico 72. Densidade habitacional, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e respetivos municípios**



Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Relativamente à densidade habitacional no concelho de Resende, verifica-se que é a freguesia de Resende que se salienta com 143,01 alojamentos por km<sup>2</sup>, constituindo uma área central do concelho, onde se concentram construções, serviços e população, seguindo-se a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos com 100,20 alojamentos por km<sup>2</sup>.

**Gráfico 73. Densidade habitacional no município de Resende, em 2011**



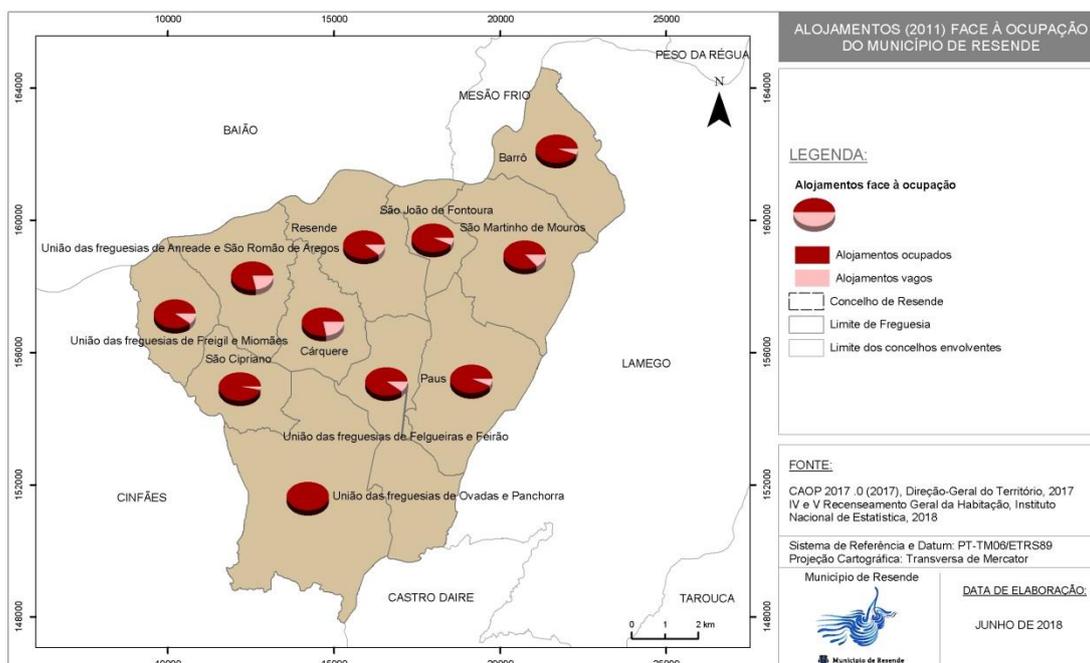
Fonte: Recenseamento Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

No que concerne aos alojamentos familiares, registavam-se no ano 2011, em Resende, 7 412 alojamentos, mais 567 alojamentos do que os registados no ano 2001 (eram 6 845 alojamentos), correspondendo a 0,40% dos alojamentos existentes na região Norte em 2011.

Quanto à ocupação dos alojamentos familiares, salientam-se os alojamentos ocupados face aos alojamentos vagos. No concelho de Resende, no ano de 2011, 88,61% dos alojamentos encontravam-se ocupados (6 568 alojamentos) enquanto 11,39% encontravam-se vagos (844 alojamentos).

No que concerne à distribuição dos alojamentos ocupados e vagos por freguesia, no concelho de Resende, em 2011, tal como se pode observar no Mapa 29, verifica-se que os alojamentos ocupados prevalecem sobre os alojamentos vagos.

**Mapa 29. Alojamentos familiares (nº) face à ocupação, em 2011, no município de Resende**



*Elaborado pela GeoAtributo, 2018.*

No que concerne aos alojamentos familiares face ao tipo de ocupação, em 2011, verifica-se que 4.060 alojamentos se encontravam ocupados como residência habitual, 2.508 alojamentos constituíam alojamentos de uso sazonal ou residência secundária, 124 alojamentos encontravam-se para venda, 16 alojamentos encontravam-se para aluguer, 20 alojamentos encontravam-se para demolir e 684 alojamentos estavam enquadrados noutras categorias.

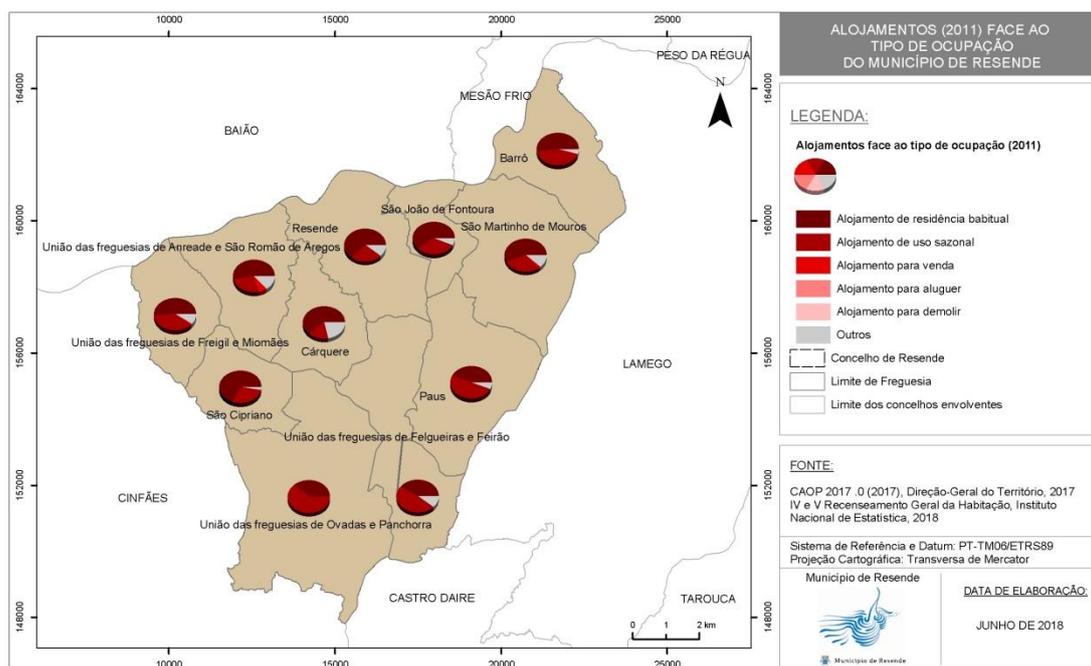
Analisando a distribuição dos alojamentos por freguesia, no ano 2011 (Mapa 30), verifica-se que à exceção da freguesia de Paus (43,88%), da União das freguesias de Felgueiras e Feirão (41,86%) e da

União das freguesias de Ovadas e Panchorra (38,22%), todas as restantes freguesias apresentam mais de 50% de alojamentos de residência habitual.

No que respeita à percentagem de alojamentos de residência habitual, as três freguesias referidas com percentagem inferiores a 50% (freguesia de Paus, da União das freguesias de Felgueiras e Feirão e da União das freguesias de Ovadas e Panchorra) viram a sua situação agravada face à década anterior, onde em 2001 apenas a União das freguesias de Felgueiras e Feirão (48,53%) e a União das freguesias de Ovadas e Panchorra (48,43%) se apresentavam com menos de 50% de alojamentos de residência habitual. Tendo em consideração que estas freguesias correspondem à área geográfica da Serra de Montemuro, verifica-se que há uma desertificação dos aglomerados populacionais de montanha.

Quanto aos alojamentos de uso sazonal ou residência secundária, a freguesia de Resende apresentava o maior número entre as várias freguesias do concelho, sendo de 451 alojamentos, correspondendo a 26,77% dos seus alojamentos, seguindo-se a freguesia de São Martinho de Mouros com 318 alojamentos (31,09% dos seus alojamentos), constituindo dois importantes aglomerados no concelho.

**Mapa 30. Alojamentos familiares (nº) face ao tipo de ocupação, em 2011, no município de Resende**



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Quanto à variação relativa entre 2001 e 2011, verifica-se que em termos gerais no concelho, três freguesias apresentaram uma variação negativa no que se refere aos alojamentos familiares, sendo a freguesia de Barrô (-18,79%), a freguesia de São Martinho de Mouros (-12,64%) e a freguesia de Cárquere (-7,29%). Já as freguesias que apresentaram um maior crescimento foram a freguesia de São Cipriano (38,87%) e a freguesia de Resende (35,12%).

### 3.6 INFRAESTRUTURAS

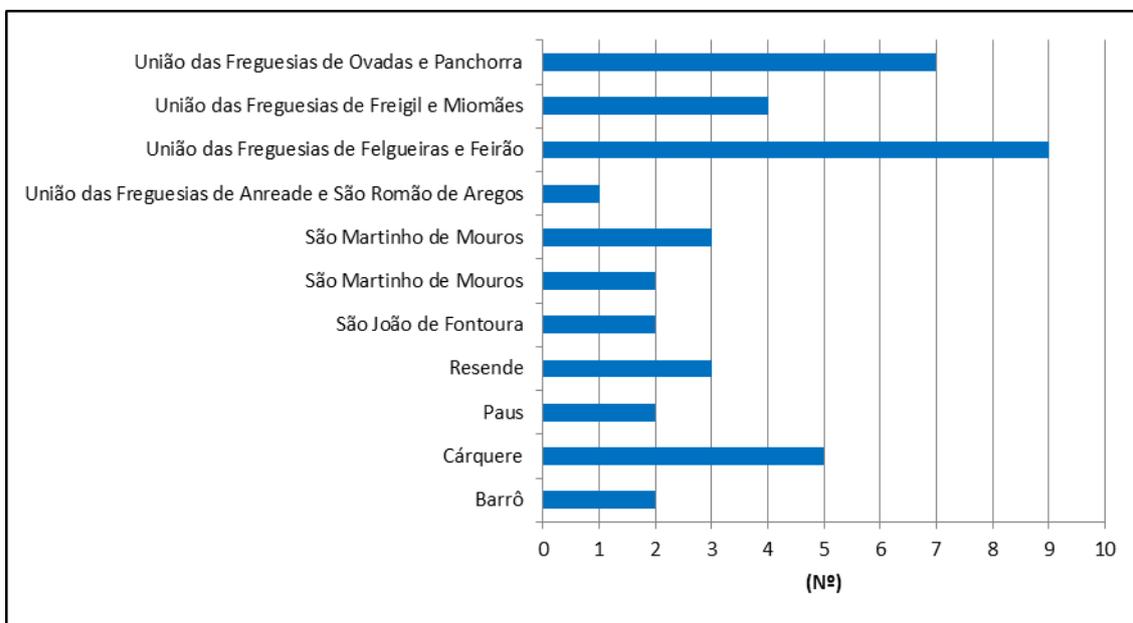
Com o intuito de compreender se as infraestruturas que servem o concelho de Resende e a sua população têm apresentado uma evolução positiva, serão analisadas as infraestruturas existentes, em fase de execução e em projeto.

#### 3.6.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A rede de abastecimento de água existente no concelho de Resende apresenta-se vasta, abrangendo grande parte da área concelhia (Mapa 31). De acordo com o Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais/ Vertente Física e de Funcionamento (INSAAR/VFF), do INE, em 2009, 98% da população residente no concelho de Resende encontrava-se servida por sistema de água tratada, incluindo as zonas servidas por fontenários.

No ano 2018, no concelho de Resende, encontrava-se 40 captações de água (de água subterrânea e 8 desativadas), sendo que 18 captações eram de "galeria de mina" (46,15%), 16 captações eram de "nascente" (41,03%), 3 captações eram "furos" (7,69%) e 3 captações eram "mina" (7,69%). A entidade gestora era a Câmara Municipal de Resende (Gráfico 74).

**Gráfico 74. Distribuição das captações de água, no município de Resende**

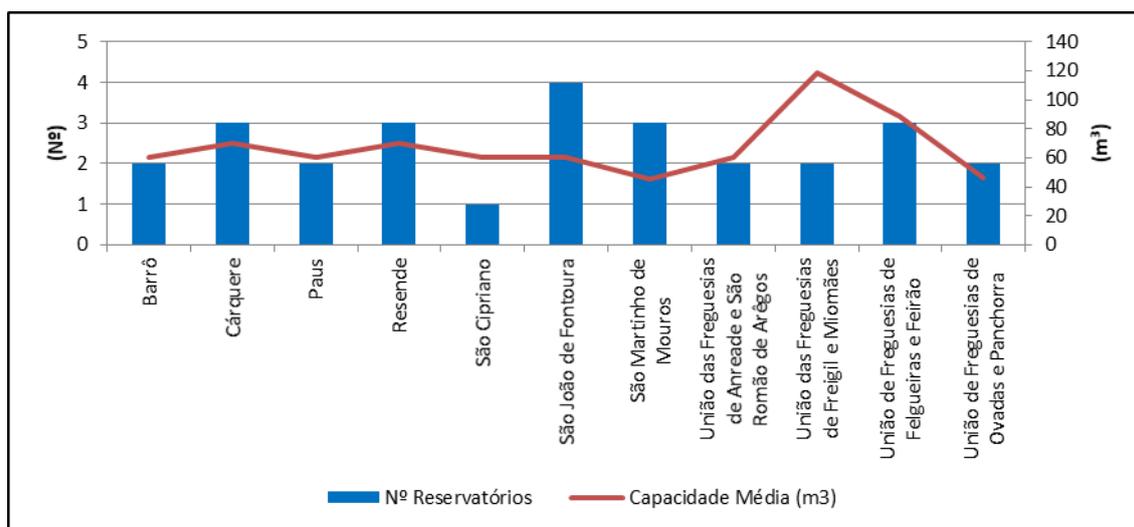


Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Resende, 2016.

A distribuição das captações de água do concelho de Resende distribui-se pelas diversas freguesias que compõem o concelho, excetuando-se a freguesia de São Cipriano que não possui qualquer captação de água.

As 40 captações de água existentes no concelho encontram-se ligadas aos 27 reservatórios que se encontram no concelho, através de adutoras, sendo que se verifica a existência de reservatórios de água em todas as freguesias concelhias (Gráfico 75).

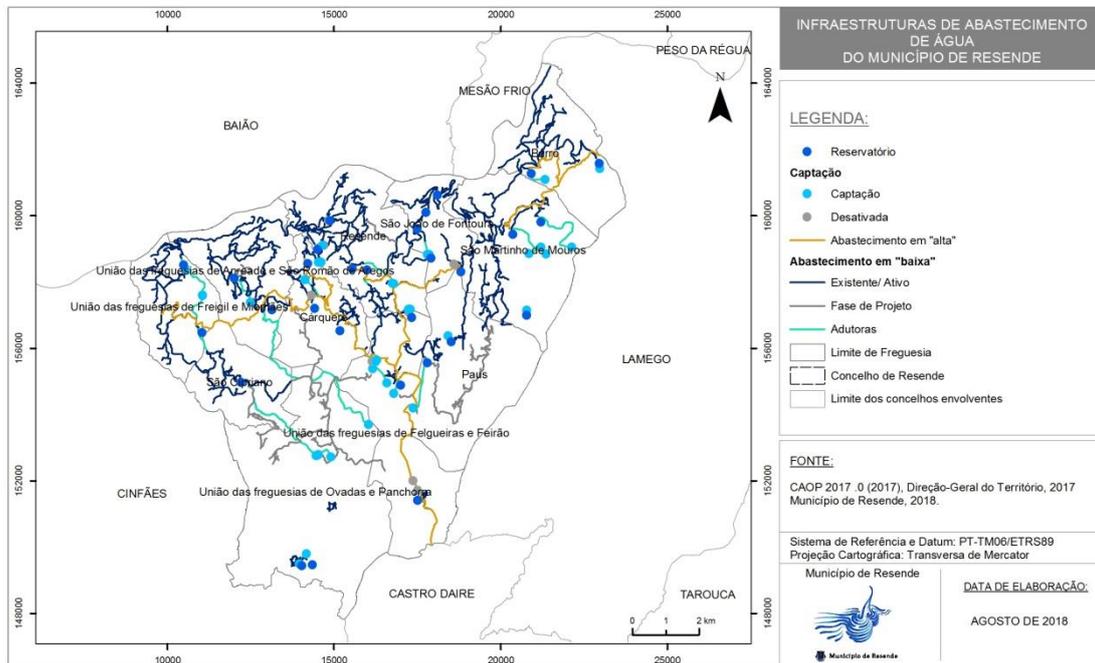
**Gráfico 75. Distribuição dos reservatórios de água e capacidade média (m<sup>3</sup>), no município de Resende**



Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Resende, 2016.

No Mapa 31 encontra-se representada a distribuição dos reservatórios, das captações, do abastecimento em "alta" e em "baixa" (com um cumprimento total de 231.465m) e das adutoras.

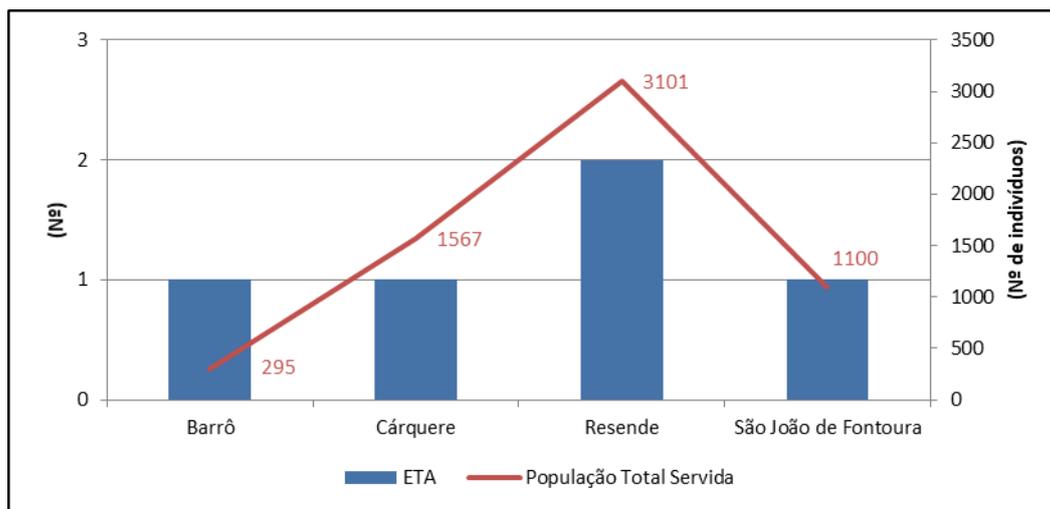
Mapa 31. Infraestruturas de abastecimento de água do município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

No que concerne às estações de tratamento de água (ETA), verifica-se a existência de cinco no concelho de Resende, encontrando-se localizadas na freguesia de Barrô, Cárquere, Resende e São Martinho de Mouros.

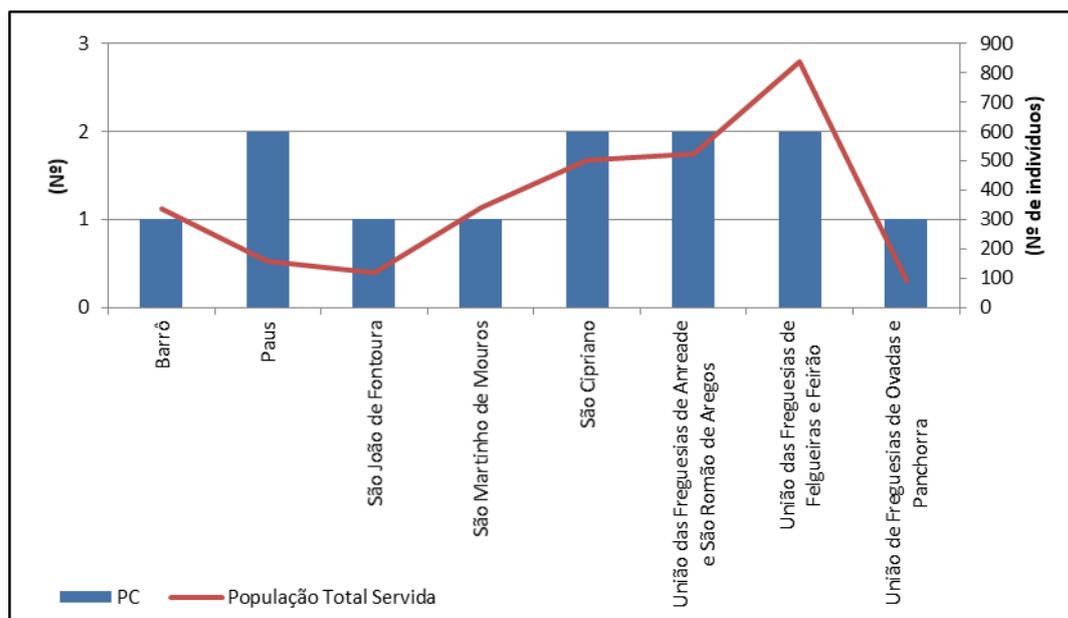
Gráfico 76. Estações de Tratamento de Água (ETA) e população total servida, no município de Resende



Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Resende, 2016.

Para além do disposto, verifica-se a existência de 13 postos de cloragem (PC), cuja função passa pelo tratamento da água através da adição de cloro à água de abastecimento, com o intuito de proceder à sua desinfeção para correção do pH e/ou para correção dos valores da água, encontrando-se distribuídos pelas várias freguesias que compõem o concelho de Resende, excetuando-se a freguesia de Cárquere e a freguesia de Resende.

**Gráfico 77. Postos de Cloragem (PC) e população total servida, no município de Resende**



Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Resende, 2016.

Por fim, no que se refere à rede de distribuição de água do concelho de Resende verifica-se que a mesma é constituída por condutas, por estações elevatórias e por outros dispositivos que se destinam ao transporte da água e à distribuição pelos domicílios para o consumo de água pela população.

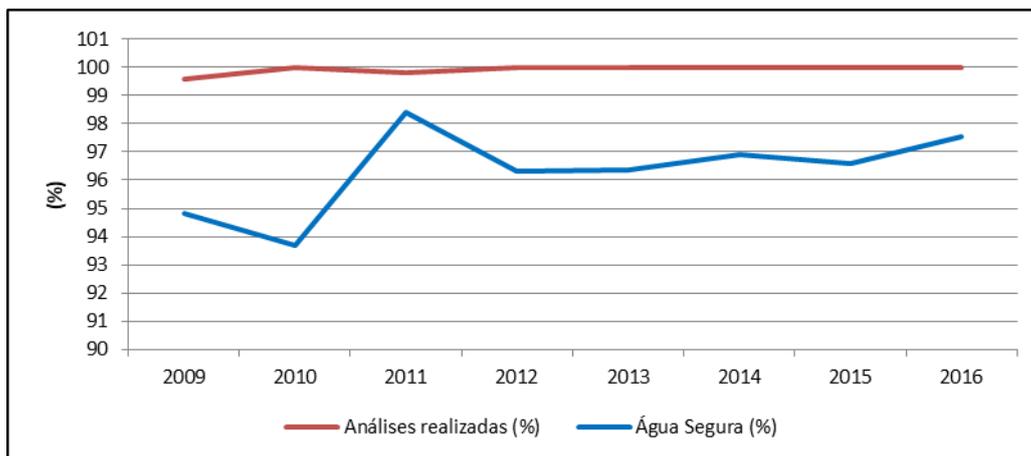
No concelho de Resende é a empresa Águas do Norte, S.A. a entidade responsável pelo sistema de abastecimento de água em "alta".

A qualidade da água para consumo humano constitui um indicador que se apresenta fundamental para avaliar o nível de desenvolvimento do concelho e o bem-estar dos seus residentes, constituindo um bem essencial para a vida humana. Assim, é necessário que a água que se destina ao consumo humano respeite os valores paramétricos definidos em Decreto-Lei.

Neste seguimento, no concelho de Resende, verifica-se que entre 2009 e 2016 a quantidade de amostras de água se manteve estável, sendo que nos anos 2010, 2012, 2014, 2015 e 2016 as análises realizadas foram de 100%.

No Gráfico 78 pode observar-se a evolução entre 2009 e 2016 da percentagem de água segura nas análises realizadas, constituindo um indicador que demonstra a água controlada e de boa qualidade, verificando-se que o concelho registou um crescimento, de um modo geral, de 94,83% em 2009 para 97,54% em 2016, demonstrando que atualmente a água do concelho apresenta qualidade.

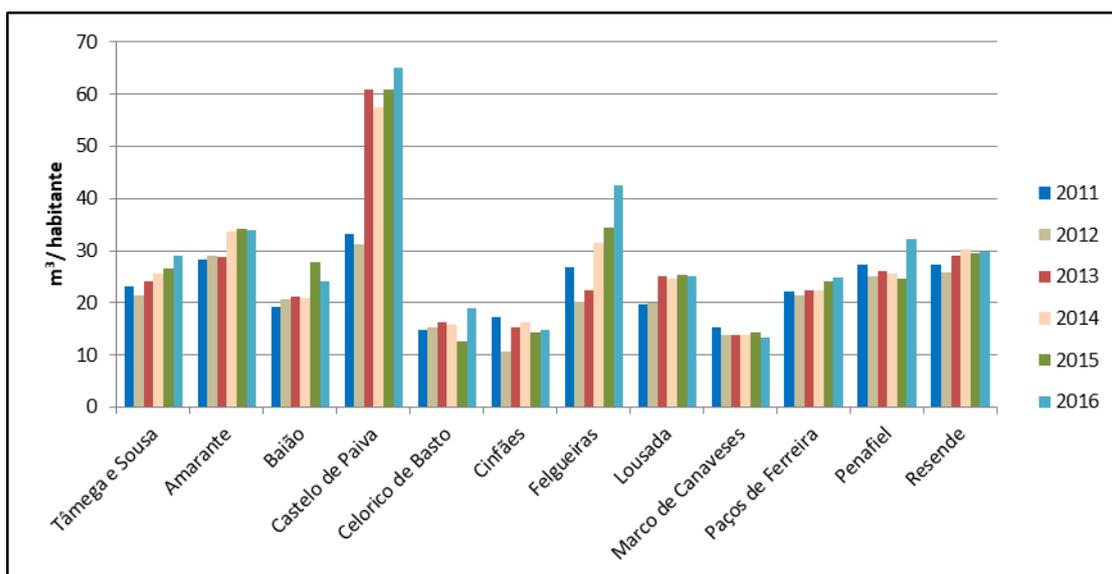
**Gráfico 78. Evolução da percentagem de água segura nas análises realizadas, no município de Resende**



Fonte: ERSAR, 2018.

Relativamente à água distribuída por habitante (Gráfico 79), verifica-se que o concelho de Resende segue uma tendência similar à média da sub-região Tâmega e Sousa, uma vez que em 2016 a água distribuída por habitante era de 29,8 m<sup>3</sup> (em 2011 era de apenas 27,3 m<sup>3</sup>).

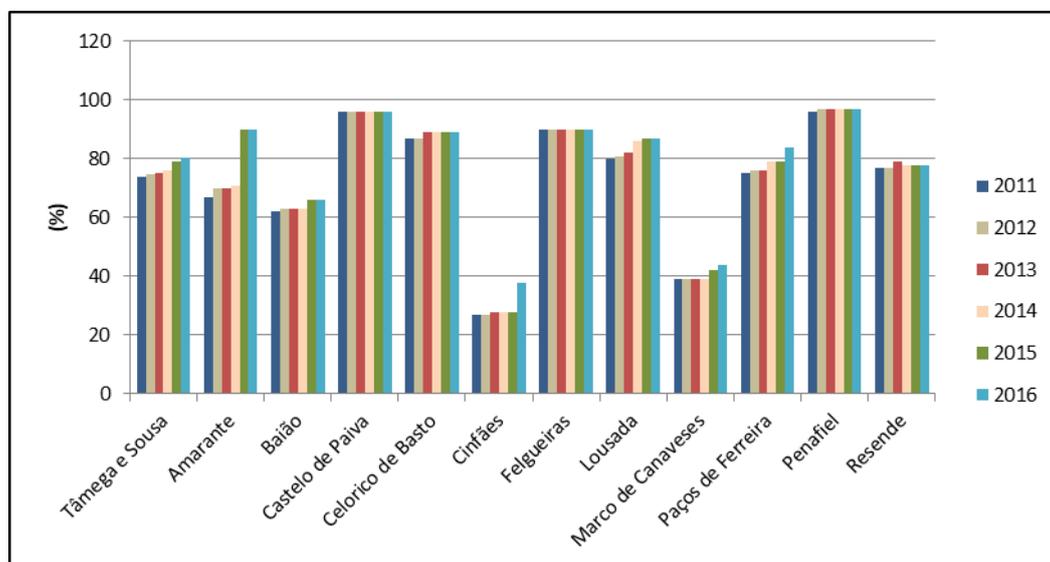
**Gráfico 79. Água distribuída por habitante (m<sup>3</sup> por habitante), na sub-região Tâmega e Sousa**



Fonte: Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/ vertente física e de funcionamento, INE, 2018.

Quanto à proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (Gráfico 80), verifica-se que em 2016 o concelho de Resende apresentava um valor de 78%, sendo que entre 2011 e 2016 variou entre 77% e 79% (a sub-região Tâmega e Sousa variou entre 74% e 80,6%).

**Gráfico 80. Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água, na sub-região Tâmega e Sousa**



Fonte: Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/ vertente física e de funcionamento, INE, 2018.

### 3.6.2 DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

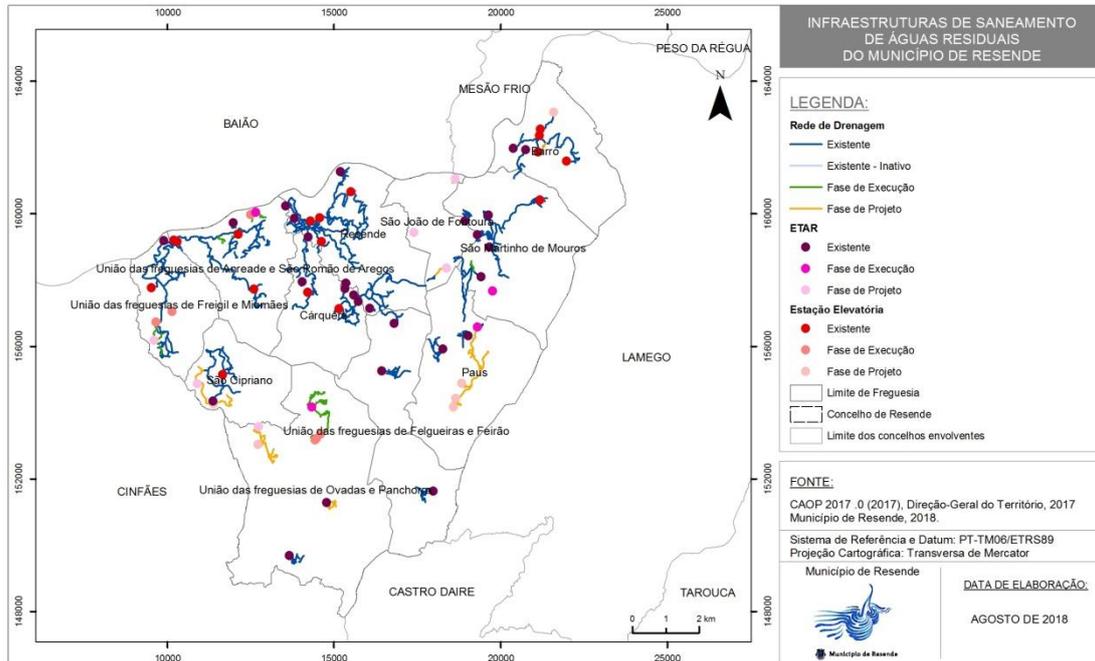
A rede de drenagem e de tratamento de águas residuais do concelho de Resende abrange os aglomerados populacionais mais relevantes do território concelhio, sendo que em 2009, de acordo com o INE, 46% da população era servida por ETAR e 61% da população era servida por sistemas de drenagem de águas residuais.

Verifica-se que existem atualmente 27 ETAR distribuídas ao longo das várias freguesias que compõem o concelho de Resende (e ainda quatro em fase de execução e seis em fase de projeto), devendo salientar-se que as quatro fossas sépticas existentes encontram-se atualmente em fase de projeto para serem convertidas em ETAR, permitindo assim que passem de facto a existir as 27 ETAR (Mapa 32).

No que concerne às estações elevatórias, verifica-se que existem 17 distribuídas ao longo do concelho, encontrando-se também 6 estações em fase de projeto e 6 estações em execução, permitindo que num futuro próximo o concelho passe a registar a existência de 29 estações elevatórias (Mapa 32).

A rede de drenagem de águas residuais existente (118.407,26m) no concelho de Resende apresenta também rede em fase de projeto (15.825,86m) e em fase de execução (8.557,13m), demonstrando que o concelho tem investido no aumento e eficiência da rede de saneamento do concelho.

Mapa 32. Infraestruturas de saneamento de águas residuais, do município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

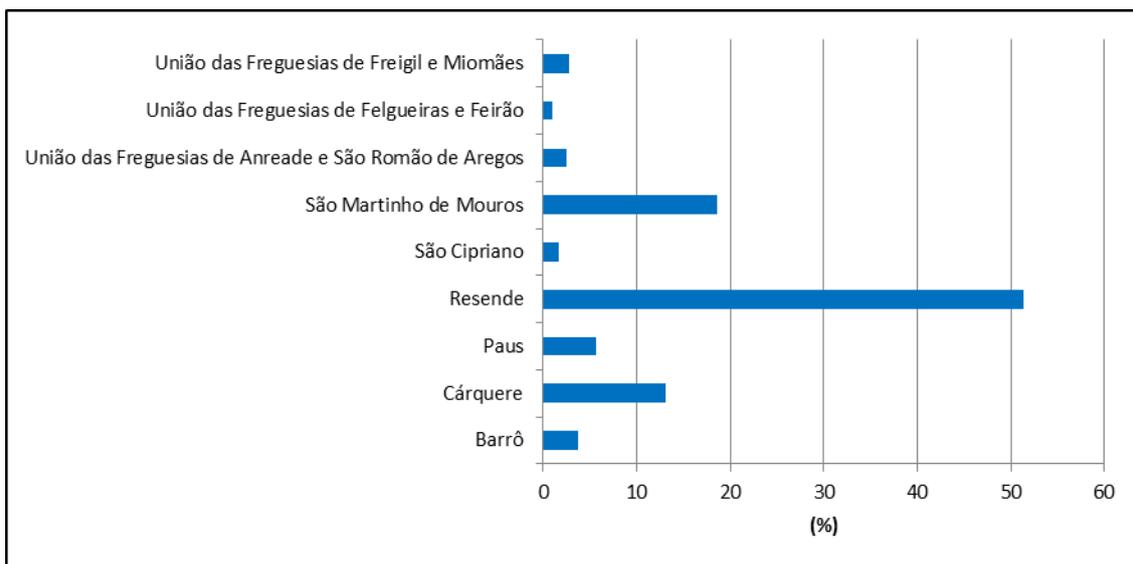
Para além do disposto, apresenta-se relevante referir a existência de pontos de rejeição, que permitem a introdução de águas residuais após o tratamento no meio recetor, ou seja, águas ou solo.

Deve salientar-se, por fim, que a rede de drenagem de águas residuais corresponde ao conjunto de coletores, estações elevatórias, câmaras de visita e outros dispositivos acessórios que se destinam à drenagem de águas residuais domésticas, urbanas ou industriais, sendo que a rede de drenagem do concelho de Resende é separativa e unitária, e o serviço da rede de drenagem é essencialmente doméstico.

Ao longo do território do concelho de Resende, verifica-se que as freguesias que possuem aglomerados urbanos mais intensos são, conseqüentemente, as áreas cujas ETAR servem mais população, dada a necessidade existente.

Deste modo, tal como se pode observar no Gráfico 81, tendo em consideração o total da população servida por ETAR, verifica-se que a freguesia de Resende se salienta com 51,31%, seguindo-se a freguesia de São Martinho de Mouros, constituindo também as freguesias com maior número populacional e com os maiores aglomerados populacionais.

**Gráfico 81. População (%) servida por ETAR, no município de Resende**



Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Resende, 2016.

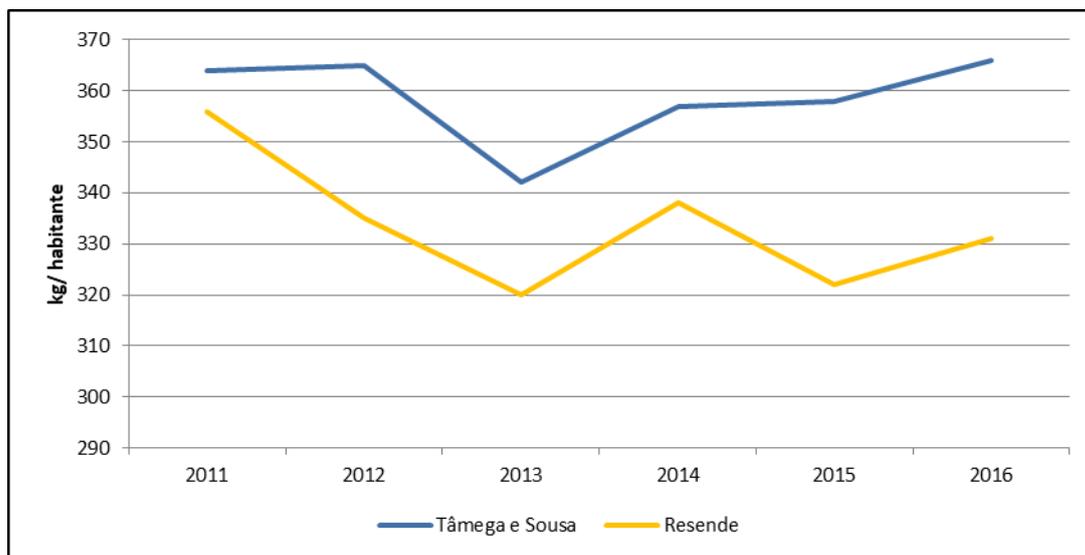
### 3.6.3 RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

No concelho de Resende a entidade gestora da recolha dos resíduos sólidos urbanos (RSU) é a Câmara Municipal de Resende, de acordo com as suas atribuições legais no que respeita a esta matéria e à limpeza pública, à defesa e proteção do meio ambiente e à qualidade de vida da sua população.

Contudo a empresa RESINORTE é responsável pelo transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos produzidos no território concelhio. Aquela é constituída por quatro polos e por um largo conjunto de infraestruturas de triagem, recolha, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

No Gráfico 82 pode observar-se a evolução dos resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/habitante), entre 2011 e 2016, verificando-se que no concelho de Resende ocorreu uma variação negativa de 7,02%, uma vez que em 2011 foram recolhidos 356 kg/habitante e em 2016 foram recolhidos 331 kg/habitante, demonstrando que a população tem produzido menores quantidades de resíduos. Por outro lado, na sub-região Tâmega e Sousa, no período analisado, observa-se um aumento de 0,55%.

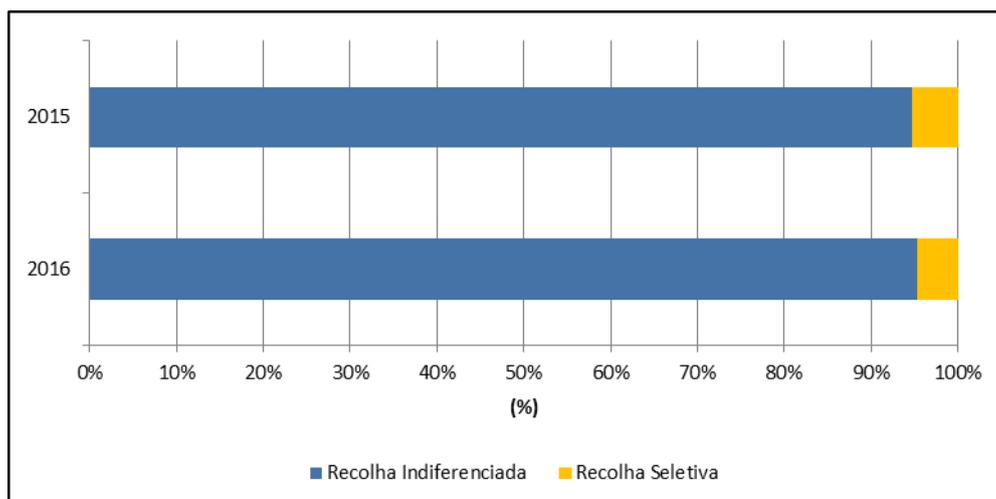
**Gráfico 82. Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/habitante), na sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende**



Fonte: *Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/ vertente física e de funcionamento, INE, 2018.*

Relativamente à proporção de resíduos urbanos recolhidos (tonelada) de forma seletiva e indiferenciada, verifica-se que a recolha seletiva apresentou um decréscimo de 20,49% entre 2015 e 2016, permitindo que a recolha indiferenciada aumentasse 2,37%. Assim, no ano 2016, a recolha seletiva representava apenas 4,64% do total de resíduos urbanos recolhidos (em 2015 representava 5,27%).

**Gráfico 83. Proporção de resíduos urbanos recolhidos (tonelada) de forma indiferenciada e seletiva, em 2015 e 2016, no município de Resende**

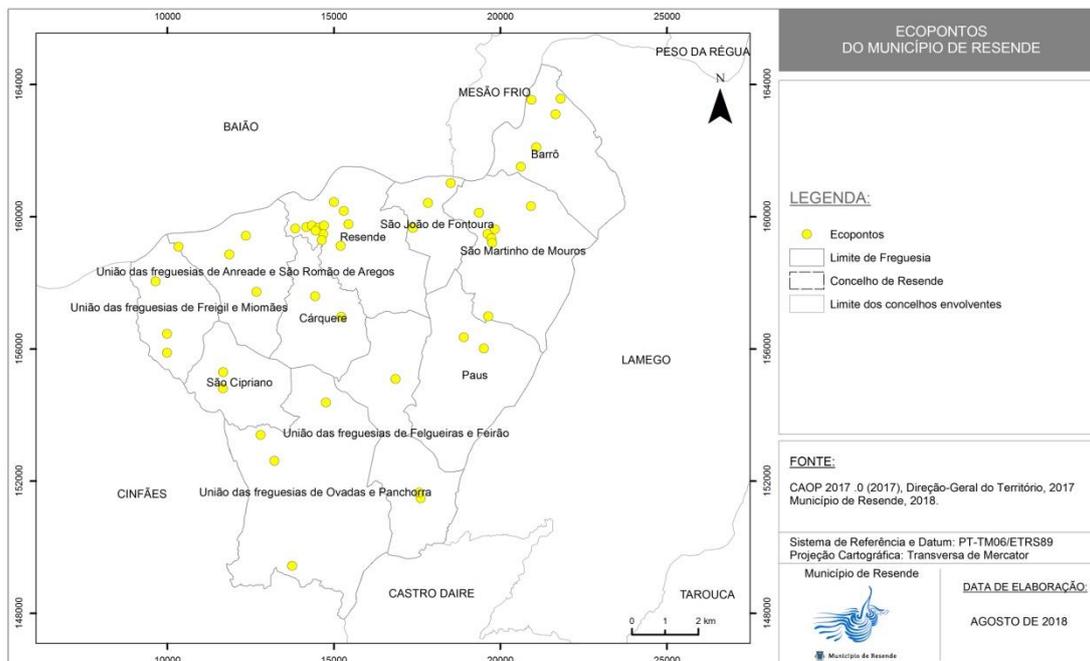


Fonte: *Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/ vertente física e de funcionamento, INE, 2018.*

Por fim, no Mapa 33 pode observar-se a distribuição dos ecopontos ao longo do concelho de Resende, observando-se uma maior concentração nos aglomerados urbanos mais densos, onde se salienta a

freguesia de Resende e a freguesia de São Martinho de Mouros, constituindo as áreas que mais necessidade apresenta por produzirem uma maior quantidade de resíduos, embora, todas as freguesias do território concelhio se encontrem munidas de ecopontos.

**Mapa 33. Ecopontos, no município de Resende**



*Elaborado pela GeoAtributo, 2018.*

### 3.7 EQUIPAMENTOS COLETIVOS

Por corresponderem às edificações e aos espaços não edificados (ou seja, um largo conjunto de bens e de serviços) cujo intuito passa pela provisão de bens e serviços para satisfazer as necessidades e as expectativas dos cidadãos de uma forma coletiva, apresenta-se de elevada relevância compreender o estado atual do território no que se refere aos equipamentos coletivos no concelho de Resende, uma vez que constituem elementos que qualificam as áreas urbanas e o território, sendo fundamentais para a atratividade e para a fixação de população.

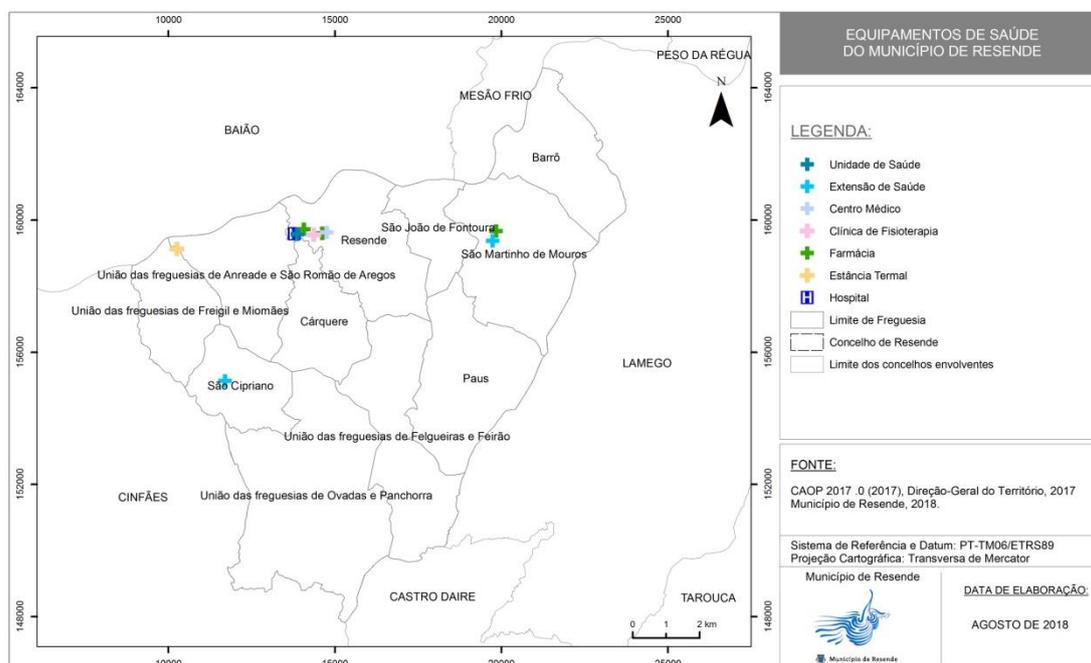
Desta forma, foi selecionado um conjunto de equipamentos que se apresentam fundamentais, designadamente os de saúde, educação, apoio social, culturais e turísticos, desportivos e de lazer, religiosos, serviços de administração pública e prevenção e segurança pública.

### 3.7.1 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Os equipamentos de saúde apresentam-se fundamentais para garantir acesso a cuidados médicos da população sempre que necessário, constituindo um elemento fundamental no ordenamento do território e resposta a uma necessidade básica. Desta forma, tal como se pode observar no Mapa 34, verifica-se que o concelho de Resende é servido por uma Unidade de Saúde, localizada na freguesia de Resende, e, ainda, por duas Extensões de Saúde (na freguesia de São Cipriano e São Martinho de Mouros), encontrando-se inseridos no Agrupamento de Centros de Saúde Tâmega I - Baixo Tâmega.

Quanto aos cuidados hospitalares, verifica-se que o concelho de Resende está dotado de um hospital, nomeadamente o Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Resende, localizado na freguesia de Resende, oferecendo um largo leque de serviços e cuidados. Também ao nível de farmácias (encontram-se três no município), verifica-se que se localizam na freguesia de Resende (próximo da concentração das unidades/ extensões de saúde e do hospital) e na freguesia de São Martinho de Mouros (próximo da extensão de saúde ali existente). Para além do disposto, verifica-se a existência de um Centro Médico, de uma Clínica de Fisioterapia e de uma Estância Termal, que complementam a oferta de serviços de saúde existentes no concelho de Resende.

Mapa 34. Equipamentos de saúde do município de Resende

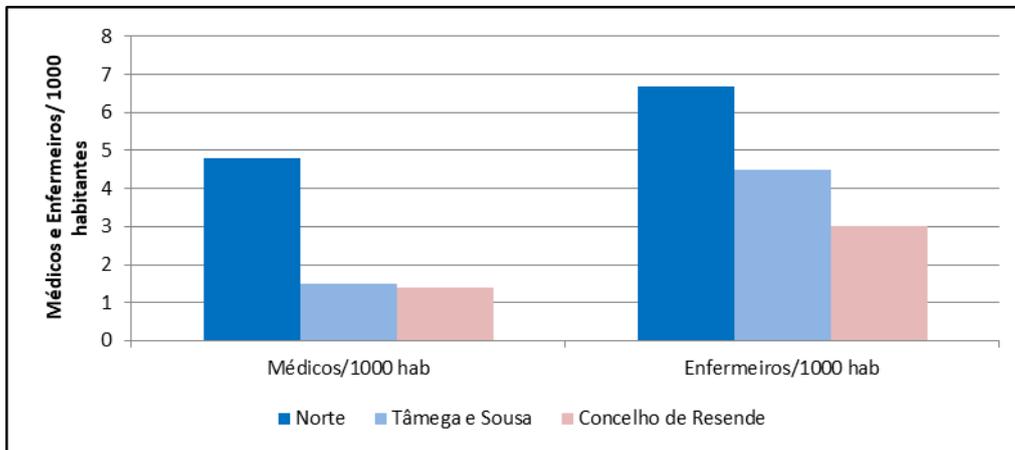


Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

No que concerne ao número de profissionais de saúde, de acordo com as Estatísticas do Pessoal de Saúde (INE, 2018), o número de médicos e de enfermeiros por 1.000 habitantes no concelho de Resende

(1,4 médicos e 3 enfermeiros), apresenta-se menor do que o verificado na região Norte (4,8 e 6,7, respetivamente) e na sub-região Tâmega e Sousa (1,5 e 4,5, respetivamente).

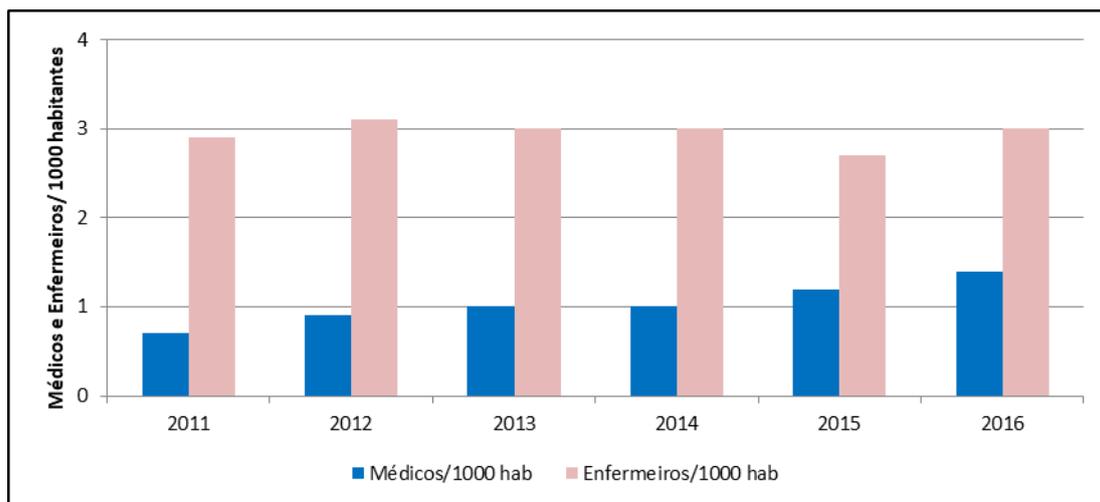
**Gráfico 84. Médicos e Enfermeiros por 1.000 habitantes, na região Norte, na sub-região Tâmega e Sousa e no município de Resende (2016)**



Fonte: Estatísticas do pessoal de saúde, INE, 2018.

No Gráfico 85 pode observar-se a evolução do número de médicos e de enfermeiros por 1.000 habitantes, entre 2011 e 2016, constatando-se que a variação do número de médicos foi positiva, aumentando 100% (de 0,7 médicos por 1.000 habitantes em 2011 para 1,4 médicos por 1.000 habitantes em 2016), tal como a variação do número de enfermeiros por 1.000 habitantes, cujo crescimento foi de 3,45% (aumentou de 2,9 enfermeiros em 2011 para 3 enfermeiros em 2016).

**Gráfico 85. Médicos e Enfermeiros por 1.000 habitantes (nº), entre 2011 e 2016, no município de Resende**

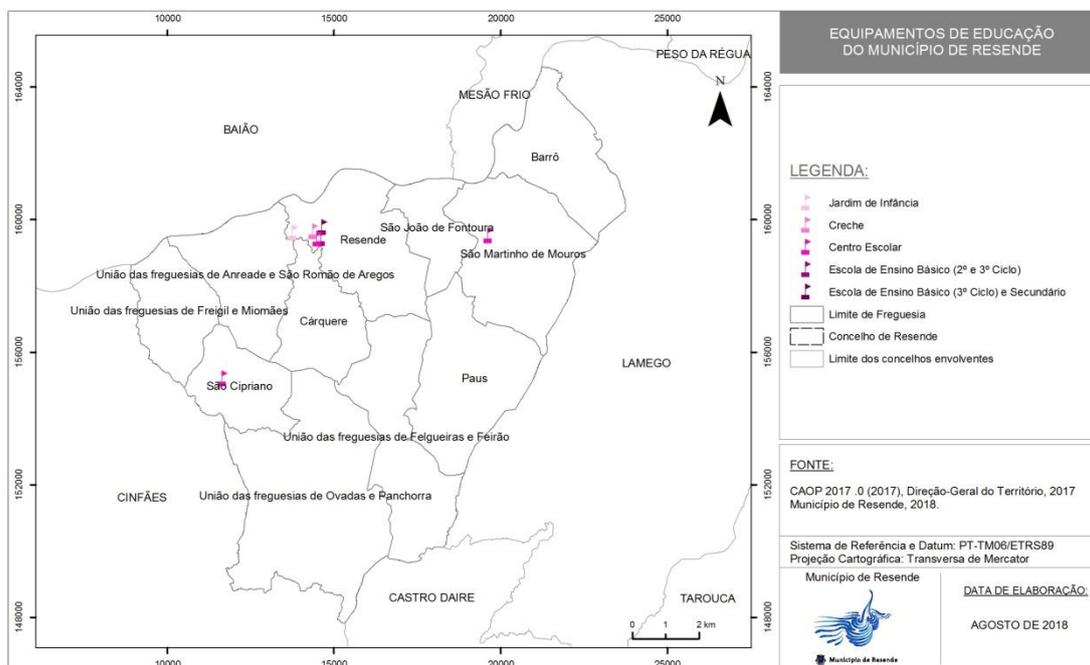


Fonte: Estatísticas do pessoal de saúde, INE, 2018.

### 3.7.2 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

Os equipamentos de educação constituem um serviço fulcral para o desenvolvimento da população, permitindo criar cidadãos cultos e enriquecer a formação dos mesmos. Desta forma, tal como se pode observar no Mapa 35, encontram-se distribuídos os equipamentos de educação do concelho de Resende, observando-se uma maior concentração na freguesia de Resende onde vários equipamentos de diversas naturezas se encontram localizados. Os equipamentos de educação do concelho de Resende destinam-se, tal como se pode verificar, a diferentes níveis de educação, desde a creche/ jardim-de-infância, ao ensino básico e ao ensino secundário, sendo constituído por instituições públicas e privadas.

Mapa 35. Equipamentos de Educação, no município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

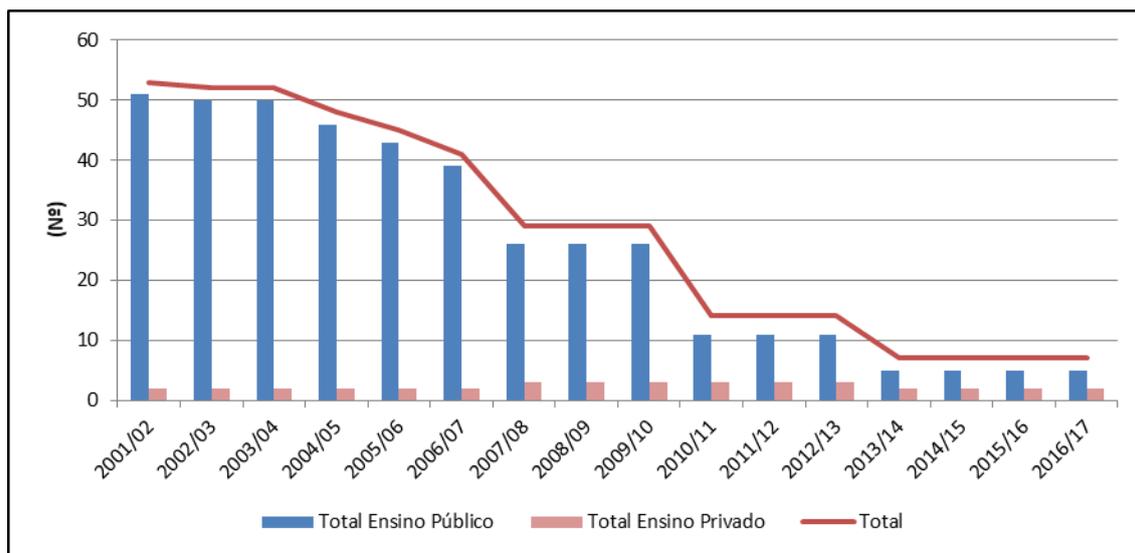
Deve salientar-se que após a revisão do PDM de Resende, as Escolas de Ensino Básico do 1º, 2º e 3º ciclo e Escola Secundária sofreram uma requalificação, tendo sido construída uma nova escola que agregou o 3º ciclo e o ensino secundário. Da mesma forma que foi construído um novo centro escolar que agrega o 1º ciclo o ensino pré-escolar.

No Gráfico 86 é possível observar-se a evolução dos estabelecimentos de ensino tendo em consideração a natureza institucional dos mesmos, no período que compreende os anos letivos de 2001/2002 e 2016/2017. Verifica-se que de uma forma geral ocorreu um decréscimo muito acentuado do número de estabelecimentos de ensino existentes no concelho de -86,79%, uma vez que no ano letivo 2001/2002 registavam-se 53 estabelecimentos, enquanto no ano letivo 2016/2017 se registaram apenas 7 estabelecimentos de ensino, justificado pelos sucessivos encerramentos de escolas levados a cabo pelos

governos, incidindo, sobretudo, em escolas de menor dimensão e encaminhando as crianças para escolas de maior dimensão.

No que concerne à natureza institucional verifica-se que sempre se salientaram os estabelecimentos de natureza pública face aos de natureza privada.

**Gráfico 86. Evolução dos estabelecimentos de ensino e natureza institucional, no município de Resende**

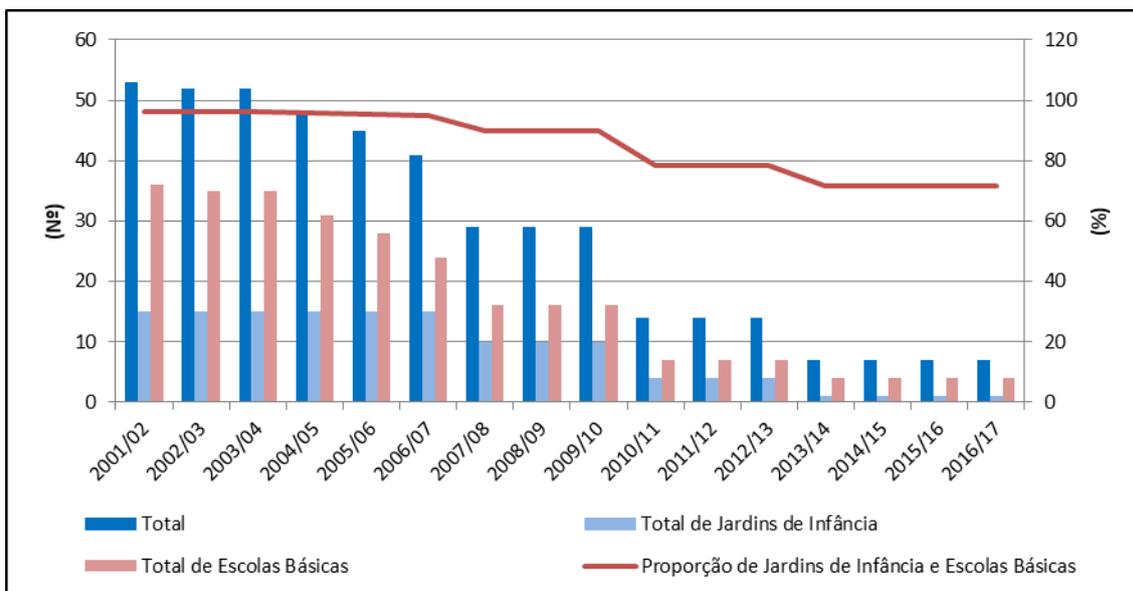


Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, INE, 2018.

Tendo em consideração que a população jovem é fundamental para o desenvolvimento do concelho, apresenta-se fundamental compreender a evolução dos estabelecimentos de ensino de jardins-de-infância e de escolas básicas, uma vez que estas dão resposta à necessidade de educação de crianças e jovens. Porém, dado que, como observado anteriormente, a população do concelho de Resende tem vindo a sofrer envelhecimento e a proporção de residentes em tenra idade tem vindo a decrescer, consequentemente observa-se uma diminuição dos estabelecimentos de ensino que a estas se dedicam, combinado com os encerramentos levados a cabo pelos governos.

No Gráfico 87 é possível constatar-se que entre o ano letivo 2001/2002 e 2016/2017, os jardins-de-infância e as escolas básicas apresentaram uma variação negativa de -90,2%, dado que no ano letivo 2001/2002 registavam-se 51 estabelecimentos de ensino destes níveis, enquanto no ano letivo 2016/2017 decresceu para 7 estabelecimentos, para além de que a proporção destes estabelecimentos tendo em conta o total de estabelecimentos de ensino apresentou igualmente um decréscimo de -25,77%.

**Gráfico 87. Evolução dos estabelecimentos de ensino de Jardim de Infância e Escolas Básicas, no município de Resende**



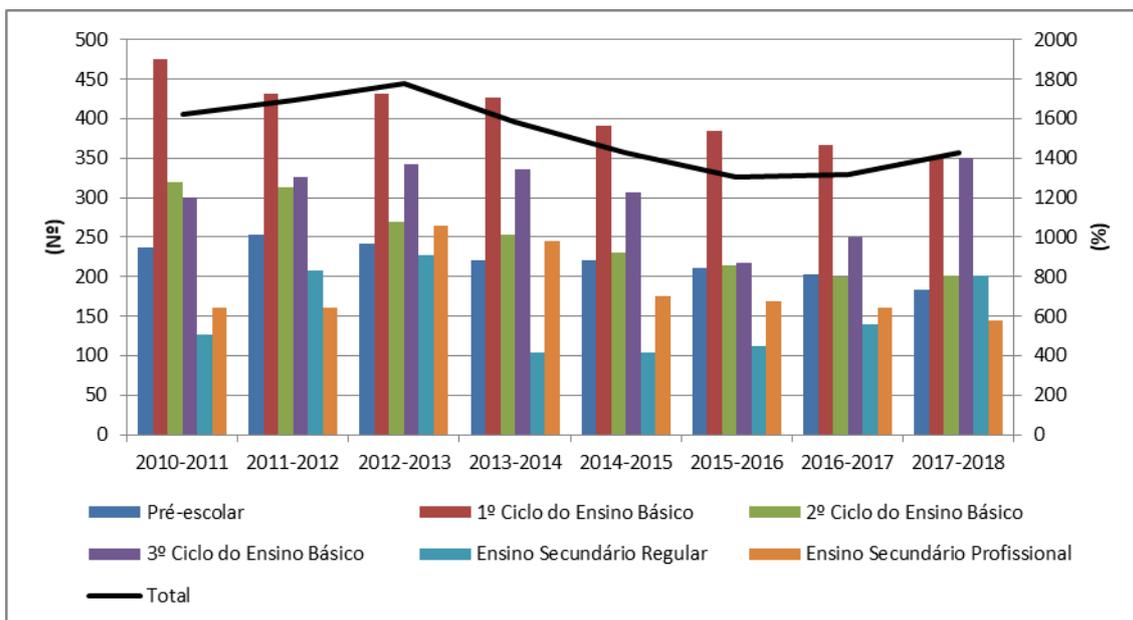
Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, INE, 2018.

O concelho de Resende é constituído, então, por um Agrupamento de Escolas públicas e por um Externato privado. O Externato D. Afonso Henriques leciona o 3º Ciclo e o Ensino Secundário do ensino regular. O Agrupamento de Escolas de Resende é constituído por cinco estabelecimentos de ensino, sendo que três estabelecimentos se dedicam ao ensino Pré-escolar e ao 1º Ciclo, um estabelecimento dedica-se ao 2º Ciclo e o quinto estabelecimento dedica-se ao 3º Ciclo e ao Ensino Secundário.

Uma vez que se verificou o encerramento de vários estabelecimentos de ensino, apresenta-se importante referir que apenas uma pequena parte destes se encontra desocupado à data de elaboração do presente relatório, sendo que se encontram cedidas a diversas entidades.

No Gráfico 88 encontra-se representada a evolução do número de alunos inscritos no ensino público no concelho de Resende, e os alunos inscritos por grau de escolaridade, podendo verificar-se um aumento progressivo do número de alunos inscritos no Ensino Secundário Regular.

**Gráfico 88. Alunos inscritos em escolas públicas, entre 2010 e 2018, no município de Resende**

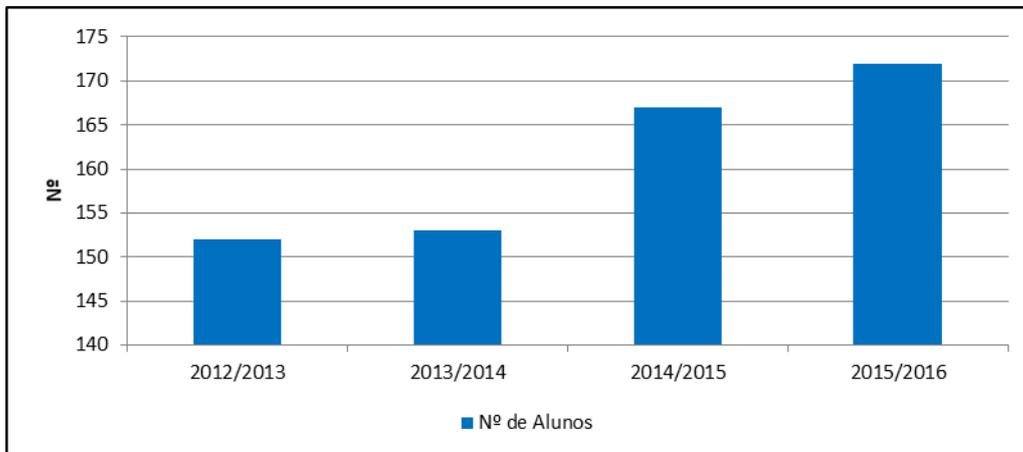


Fonte: Câmara Municipal de Resende, 2018.

A Escola Secundária de Resende apresenta elevado interesse na presente análise, dado que para além do ensino regular, possui também turmas de ensino profissional dotando os alunos de competências para desenvolverem uma profissão. De acordo com a Escola Secundária, no 10º ano de escolaridade são oferecidos quatro cursos profissionais, nomeadamente o curso técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, o curso de Técnico de Eletricidade, o curso Técnico de Geriatria e o curso Técnico de Animação Turística. No 11º ano são oferecidos três cursos, nomeadamente o curso técnico de Gestão de Programação de Sistemas Informáticos, o curso Técnico de Eletricidade e o curso Técnico de Turismo. Por fim, no 12º ano é oferecido o curso Técnico de Mecatrónica e o curso Técnico de Turismo Ambiental e Rural. Deste modo, verifica-se que os cursos profissionais oferecidos no concelho se relacionam com as necessidades do ambiente de trabalho dos dias de hoje e do próprio município, preocupando-se com as novas tecnologias que são fundamentais nos dias de hoje, preocupando-se em formar jovens para adquirirem competências para trabalhar com a população idosa (dado que como se viu anteriormente a população do concelho encontra-se a envelhecer) e formar jovens na área do turismo rural e ambiental e da animação turística, aspeto relevante para o concelho sobretudo graças à Serra de Montemuro e ao rio Douro, a par com o Património Cultural existente no município.

De acordo com os últimos dados estatísticos disponíveis para a Escola Secundária de Resende, na Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, verifica-se que o número de alunos no ensino profissional tem apresentado um aumento, entre o ano letivo de 2012/2013 e o ano letivo 2015/2016. O aumento foi de 20 alunos, passando de 152 alunos para 172 alunos, tal como se pode observar no Gráfico 89.

**Gráfico 89. Número de alunos que frequentam o ensino profissional na Escola secundária de Resende entre 2012 e 2016**



*Fonte: Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, 2018.*

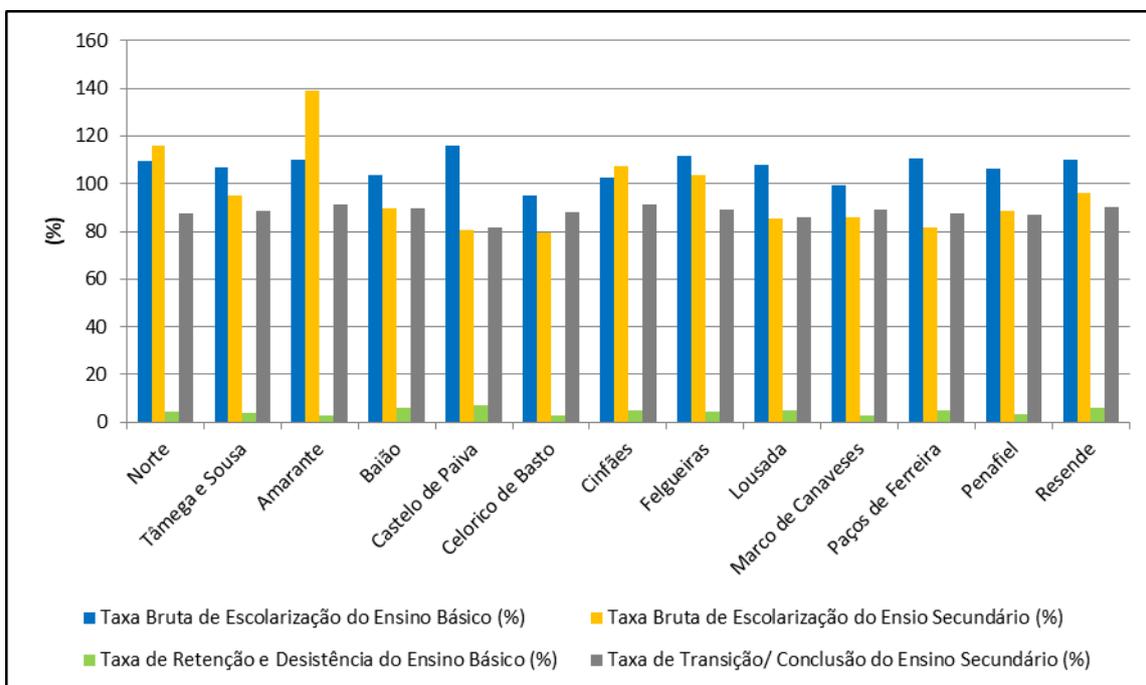
Tendo em conta o ano letivo mais recente disponível, ou seja, o ano 2015/2016, era o curso Técnico de Receção que apresentava maior representatividade com 66 alunos inscritos (38% dos alunos matriculados no ensino profissional), seguindo-se o curso Técnico de Instalações Elétricas com 45 alunos (26% dos alunos matriculados no ensino profissional da escola), o curso técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos com 41 alunos (24% dos alunos) e o curso Técnico de Cantaria Artística com 20 alunos (12% dos alunos matriculados no ensino profissional). Deste modo, no ano letivo 2015/2016 a escola contava com 172 alunos inscritos no ensino profissional, entre os 15 até 20 ou mais anos de idade.

Analisando agora a taxa de escolarização, de retenção/ desistência e de transição/ conclusão, no Gráfico 90 pode comparar-se o valor dos mesmos entre a região Norte e a sub-região Tâmega e Sousa.

Quanto à taxa de escolarização do ensino básico e do ensino secundário, no ano letivo 2016/ 2017, verifica-se que no concelho de Resende, a taxa bruta de escolarização do ensino básico é superior (110%) à registada na região Norte (109,5%) e na sub-região Tâmega e Sousa (107%), enquanto a taxa de escolarização do ensino secundário (96,3%) é inferior à registada na região Norte (116,2%) mas superior à observada na sub-região Tâmega e Sousa (95,3%).

Quanto à taxa de retenção/ desistência do ensino básico, é superior no concelho de Resende (5,9%) em comparação com a região e sub-região em que se insere (4,3% e 4,1%), verificando-se também que a taxa de transição/ conclusão do ensino secundário é aqui superior (90,2%) em comparação com a região Norte (87,7%) e com a sub-região Tâmega e Sousa (88,4%).

**Gráfico 90. Taxa bruta de escolarização do ensino básico e secundário, taxa de retenção/ desistência no ensino básico e taxa de transição/ conclusão do ensino secundário, no ano letivo 2016/2017, na região Norte, sub-região Tâmega e Sousa e resistivos municípios**



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, INE, 2018.

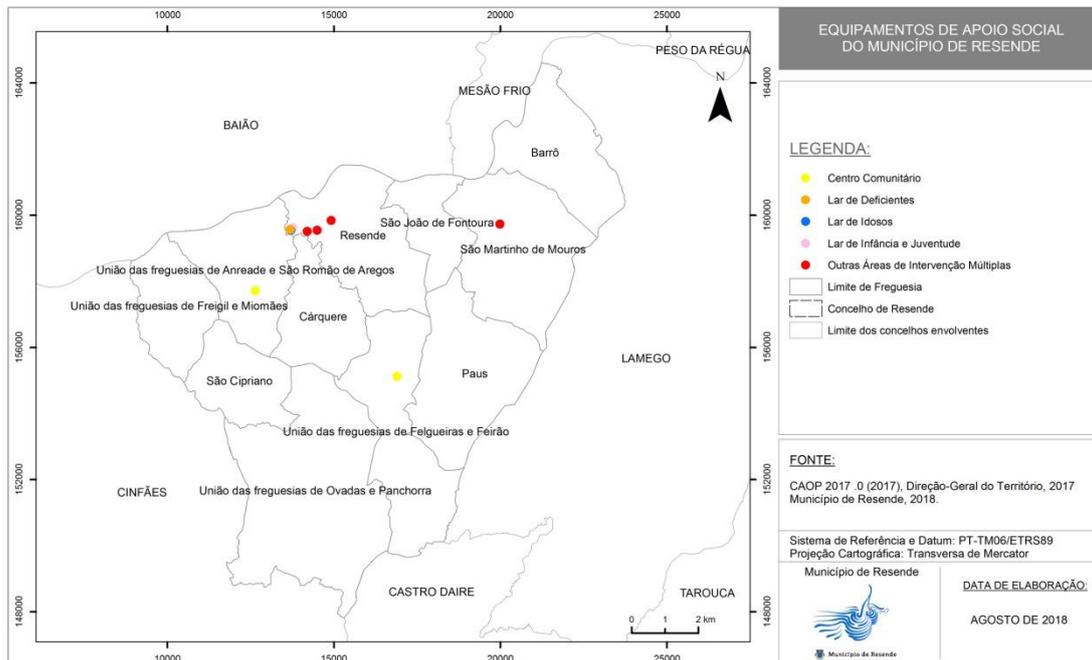
### 3.7.3 EQUIPAMENTOS DE APOIO SOCIAL

No que concerne aos equipamentos de apoio social, eles apresentam-se fundamentais de modo a apoiar a população mais carenciada, a população idosa e toda a restante população que necessite de apoio nas mais diversas valências. Assim, o concelho de Resende possui um Conselho Local de Ação Social (CLAS) que engloba um conjunto de representantes de diversas entidades, públicas e privadas, e, consequentemente, um conjunto de equipamentos que permitem responder às necessidades existentes (de crianças e jovens, da população adulta e, ainda, de famílias e comunidades) e que permitem o desenvolvimento social do concelho.

Desta forma, o concelho de Resende dispõe de um leque de equipamentos, desde centros comunitários, lares (para população idosa, jovem e deficiente) e de outros equipamentos de áreas de intervenção múltipla.

No Mapa 36 pode verificar-se a distribuição dos diferentes equipamentos de apoio social ao longo do concelho, onde se pode constatar a concentração de um elevado número de equipamentos na freguesia de Resende, na freguesia de São Martinho de Mouros, na União das freguesias de Anreade e São Romão de Argos e na União das Freguesias de Felgueiras e Feirão.

Mapa 36. Equipamentos de apoio social do município de Resende



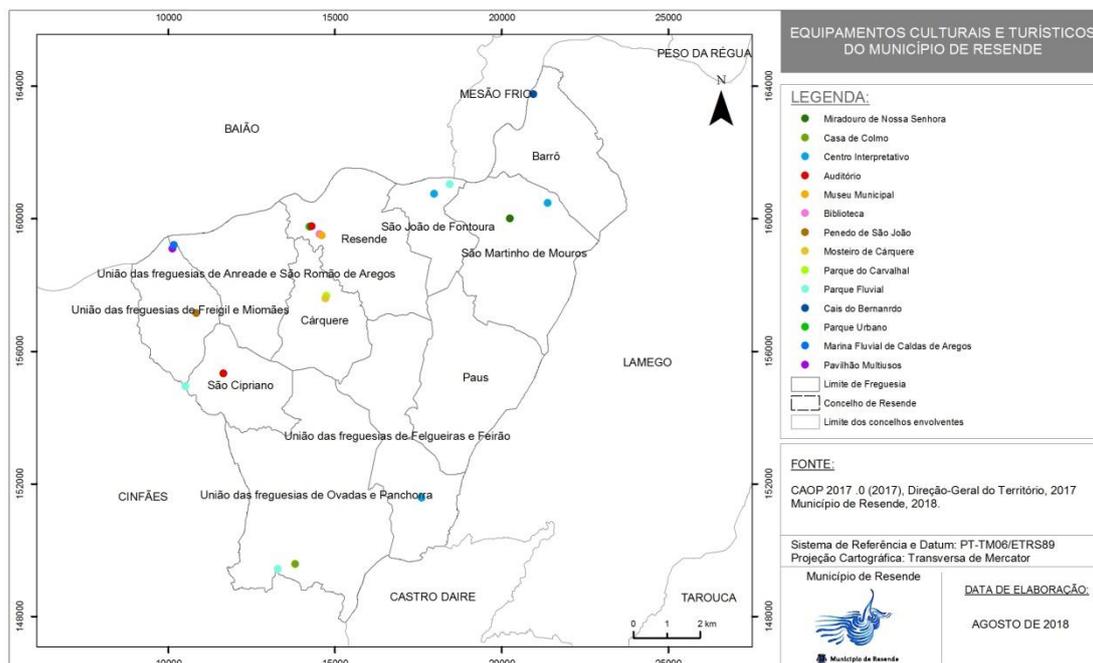
Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

### 3.7.4 EQUIPAMENTOS CULTURAIS E TURÍSTICOS

No que se refere aos equipamentos culturais e turísticos do concelho de Resende, verifica-se que estes se distribuem ao longo do território, embora se observe uma concentração na freguesia de Resende, sede de concelho (Mapa 37). Estes constituem equipamentos que assumem um papel de extrema relevância para a população e para a promoção do território concelhio, oferecendo maior qualidade de vida com oferta cultural e de lazer e atraindo residentes e visitantes.

Desta forma, observam-se distribuídos no concelho equipamentos como bibliotecas, museus, centros interpretativos, entre outros, onde se deve somar a relevância dos parques fluviais e urbanos, de miradouros, que se apresentam fundamentais para o dinamismo da população e da cultura do concelho, incentivando ao desenvolvimento económico.

Mapa 37. Equipamentos culturais e turísticos, do município de Resende



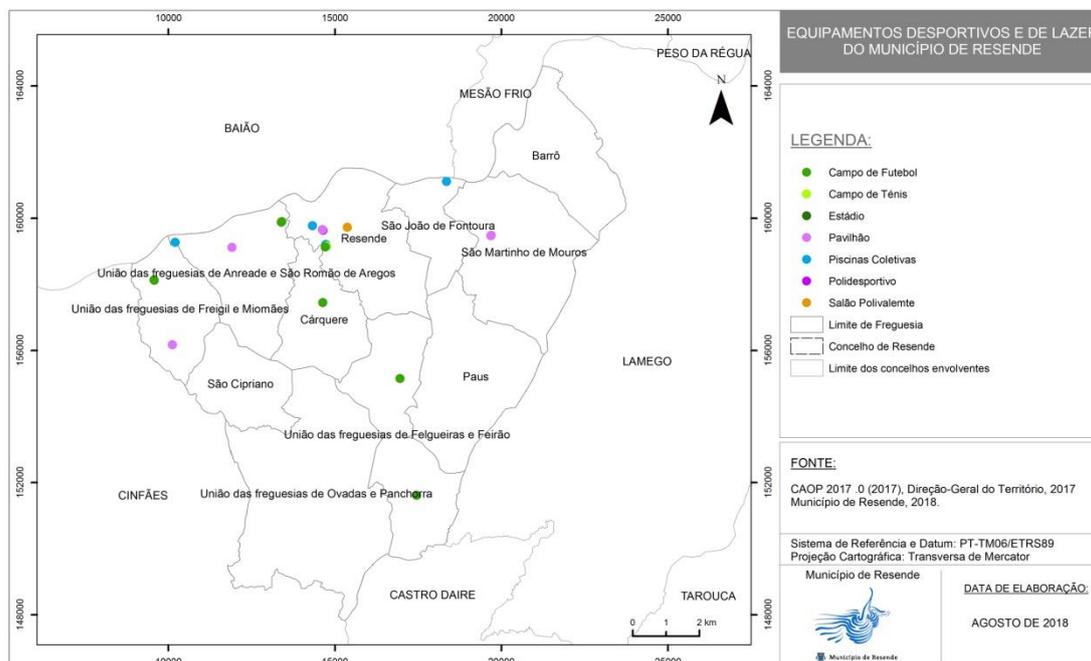
Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Após a revisão do PDM de Resende verificaram-se algumas alterações no que se refere aos equipamentos culturais, tendo sido criado o Centro Interpretativo da Cereja, na freguesia de São Martinho de Mouros, e o Centro Interpretativo do Montemuro, na União das freguesias de Felgueiras e Feirão. Também foi criado o Centro de Apoio ao Turismo Ativo do Montemuro, o Centro Interpretativo da Rota do Românico e foi recuperada a Casa de Colmo. Assim, constata-se que o concelho de Resende tem investido em esforços para promover a cultura e o património concelhio.

### 3.7.5 EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE LAZER

Ao longo do concelho de Resende observam-se diversos equipamentos desportivos distribuídos por diversas freguesias, cuja relevância se prende com a importância das populações e dos mais jovens deverem levar uma vida ativa, promovendo saúde e bem-estar, lazer e qualidade de vida. Deste modo, tendo em conta esta preocupação, a Câmara Municipal de Resende tem procedido à construção e reconstrução de espaços afetos a esta temática. Assim, o concelho de Resende é provido de diversos campos de futebol, piscinas coletivas, pavilhões, campos de ténis, entre outros, incentivando a prática desportiva e promovendo o bem-estar físico e mental dos seus residentes (Mapa 38).

Mapa 38. Equipamentos desportivos e de lazer, do município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Deve salientar-se, também, a existência de associações desportivas sediadas no concelho de Resende, promovendo a prática desportiva e incentivando o uso dos equipamentos existentes.

Após a revisão do PDM de Resende verificou-se a criação do Campo de Futebol de Sete, constituído por relvado sintético, tendo sido um dos investimentos do concelho na promoção do desporto.

Por fim, verificou-se que em 2013 o concelho de Resende apresentou uma despesa de 519.445€ em atividades e equipamentos desportivos, correspondendo a 3,86% das despesas verificadas na sub-região Tâmega e Sousa, salientando-se as despesas com construção e manutenção de recintos (60,43% do total das despesas no concelho) e com as associações desportivas (23,34% do total das despesas no concelho).

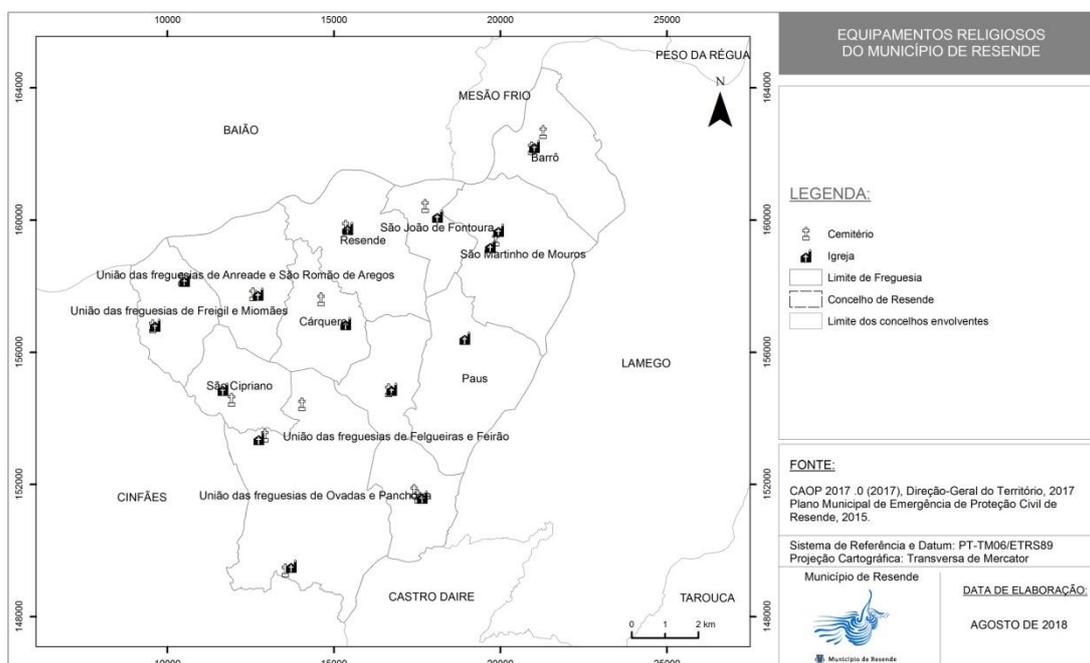
No que se refere aos espaços verdes de utilização coletiva no concelho de Resende, que constituem espaços de lazer, para além de vários espaços localizados junto do rio Douro, recentemente foi construído o Parque Urbano de Resende, que corresponde ao mais importante parque verde do concelho. Este espaço contempla estacionamento público descoberto, uma plataforma para a realização da feira quinzenal e para a realização de atividades lúdicas e culturais ao ar livre, módulos de apoio a atividades culturais, instalações sanitárias públicas, parque infantil, parque de merendas e circuito de manutenção ao ar livre.

### 3.7.6 EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS

Os equipamentos religiosos constituem elementos de elevada relevância para a população do concelho de Resende, seguindo a tendência observada ao longo do país, uma vez que constituem espaços de culto e crença. Desta forma, verifica-se que todas as freguesias do concelho de Resende possuem uma igreja e, à exceção da freguesia de Paus, todas as freguesias possuem pelo menos um cemitério.

No Mapa 39 pode observar-se a distribuição dos equipamentos religiosos do concelho de Resende, nomeadamente de cemitérios e de igrejas.

**Mapa 39. Equipamentos religiosos no município de Resende**



*Elaborado pela GeoAtributo, 2018.*

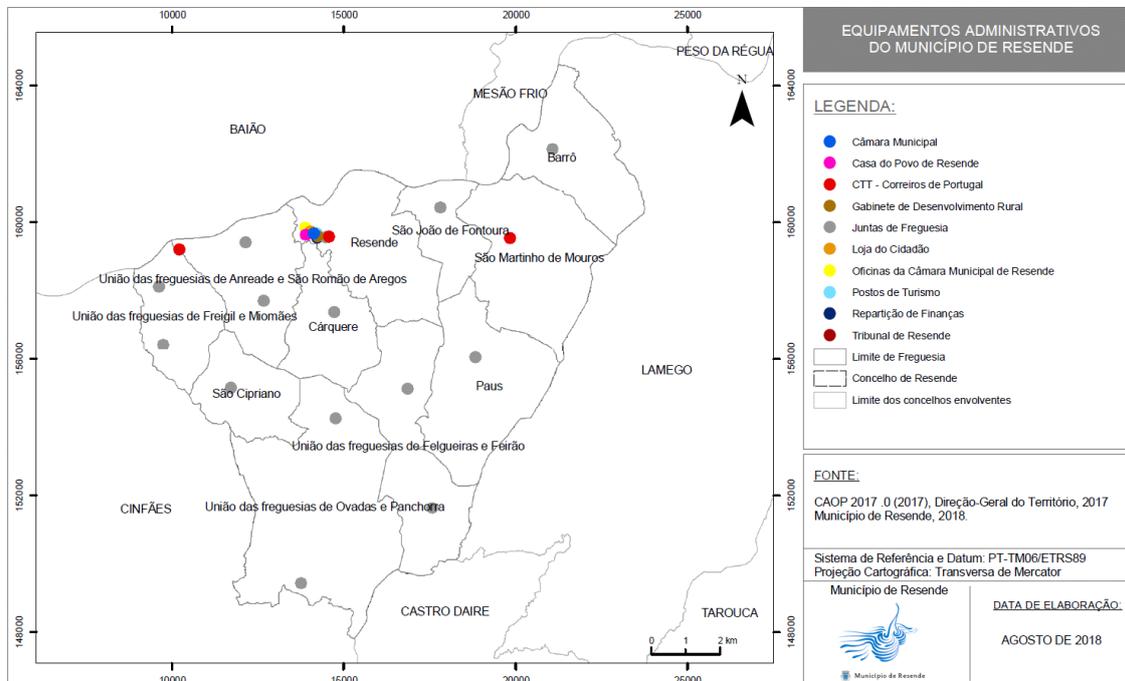
Após a revisão do PDM de Resende, deve salientar-se a conversão da Junta de Freguesia de São Romão para a Casa Mortuária de São Romão, apoiando assim os equipamentos religiosos existentes.

### 3.7.7 EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

São diversos os equipamentos administrativos que se encontram distribuídos ao longo do concelho de Resende, desde a Câmara Municipal, às Juntas de Freguesia, Loja do Cidadão, Serviço de Finanças, Tribunal, Posto de Turismo, Gabinete de Desenvolvimento Rural, Casa do Povo e Oficinas da Câmara Municipal (Mapa 40), cuja relevância para a vida da população e para o território é significativa,

permitindo responder a necessidades dos cidadãos residentes e permitindo que o ordenamento do território, a segurança e o apoio persistam, uma vez que estes prestam serviços fundamentais.

**Mapa 40. Equipamentos e serviços administrativos do município de Resende**



*Elaborado pela GeoAtributo, 2018.*

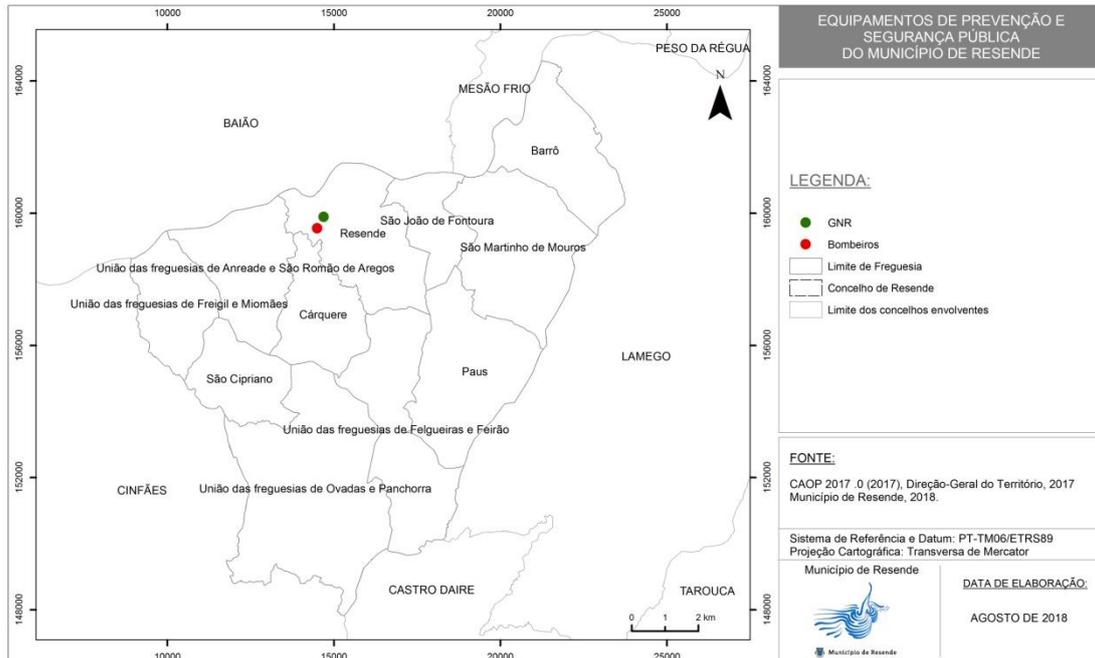
Uma vez que a população se concentra maioritariamente na freguesia de Resende, constituindo a freguesia central por ser a sede de concelho, é onde se observa a grande concentração de serviços, sobretudo de serviços que não se apresentam de proximidade e cujo acesso aos mesmos não se apresenta regular. Também a freguesia de São Martinho de Mouros, constituindo um importante aglomerado urbano, possui também um posto de correio, tal como a União das freguesias de Anrede e São Romão de Aregos, comprovando assim o esforço de promover um desenvolvimento policêntrico do concelho.

Quanto às Juntas de Freguesia, que têm um papel preponderante de proximidade à população residente, verifica-se que se distribuem ao longo de todas as freguesias.

### 3.7.8 EQUIPAMENTOS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

No concelho de Resende verifica-se a existência de um Posto da GNR e de um quartel de Bombeiros Voluntários, verificando-se que desde a revisão do PDM os equipamentos de segurança pública e de prevenção se mantêm os mesmos, não se verificando a ocorrência de qualquer alteração (Mapa 41).

Mapa 41. Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública, do município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Deve salientar-se que após a revisão do PDM de Resende, o quartel da GNR de Resende, que se apresentava como um equipamento proposto, foi já construído, constituindo a única alteração verificada.

### 3.8 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Para o desenvolvimento socioeconómico de um território, é fundamental que se garantam boas ligações, de forma a que a população possa comunicar, circular e realizar trocas diárias de produtos, de conhecimento, de informação e de pessoas. Inclusive, nos limites do próprio território é necessário que se permita uma eficaz circulação através de uma rede rodoviária completa e de oferta de transportes públicos.

Desta forma, no presente relatório de estado do ordenamento, será analisada a rede rodoviária, os transportes públicos e as telecomunicações.

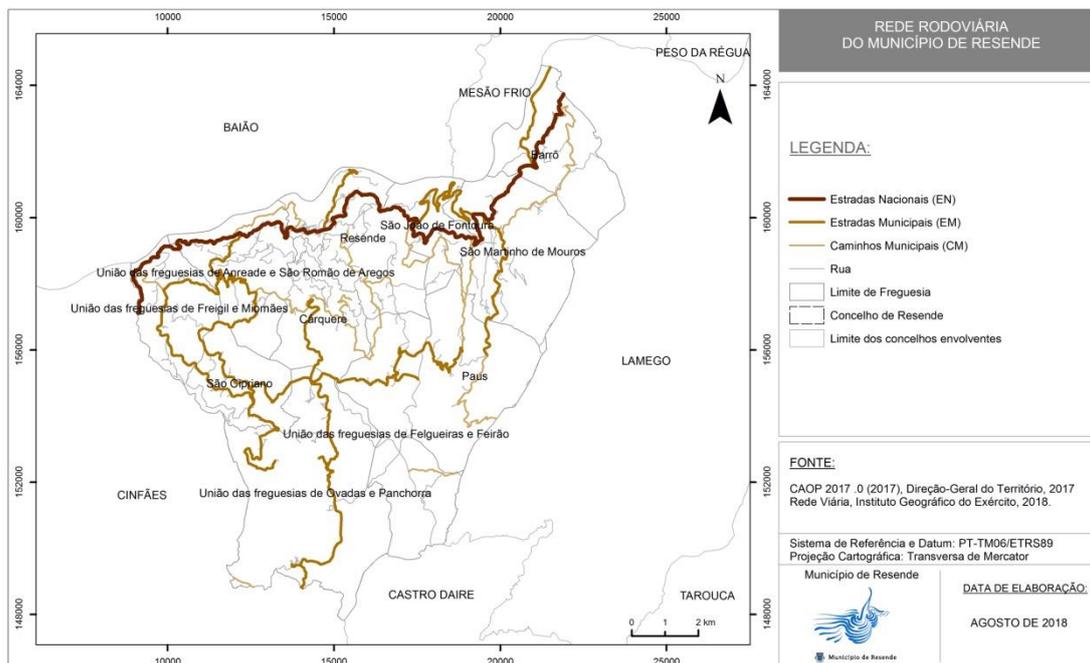
### 3.8.1 REDE RODOVIÁRIA

A organização da rede rodoviária/ de estradas constitui um dos fatores essenciais para uma eficiente e coerente política do ordenamento do território, sendo que a mesma se encontra definida no Plano Rodoviário Nacional (PRN). Assim, no Mapa 42 pode observar-se que o concelho de Resende é atravessado pela rede rodoviária nacional e pela rede municipal.

A rede rodoviária nacional integra as vias incluídas no PRN, sendo constituída pelos troços da EN 222, que atravessa o concelho a norte, paralelamente ao rio Douro, ligando os concelhos de Cinfães, Resende e Lamego, e da EN 321-2 que liga Resende a Baião, pela ponte da Ermida, até ao entroncamento com a EN 222. Ainda no PRN está prevista a construção da EN 222-22 que pretende ligar Resende ao IP3/A24.

No que concerne à rede municipal, esta é constituída por estradas e por caminhos municipais, cujo intuito passa por desempenharem um papel estruturante no que se refere à organização viária e dos transportes, encontrando-se subdivididas na rede municipal principal (estradas e caminhos municipais) e, ainda, pela rede municipal secundária, que integra as restantes vias existentes no concelho.

Mapa 42. Rede Rodoviária do município de Resende



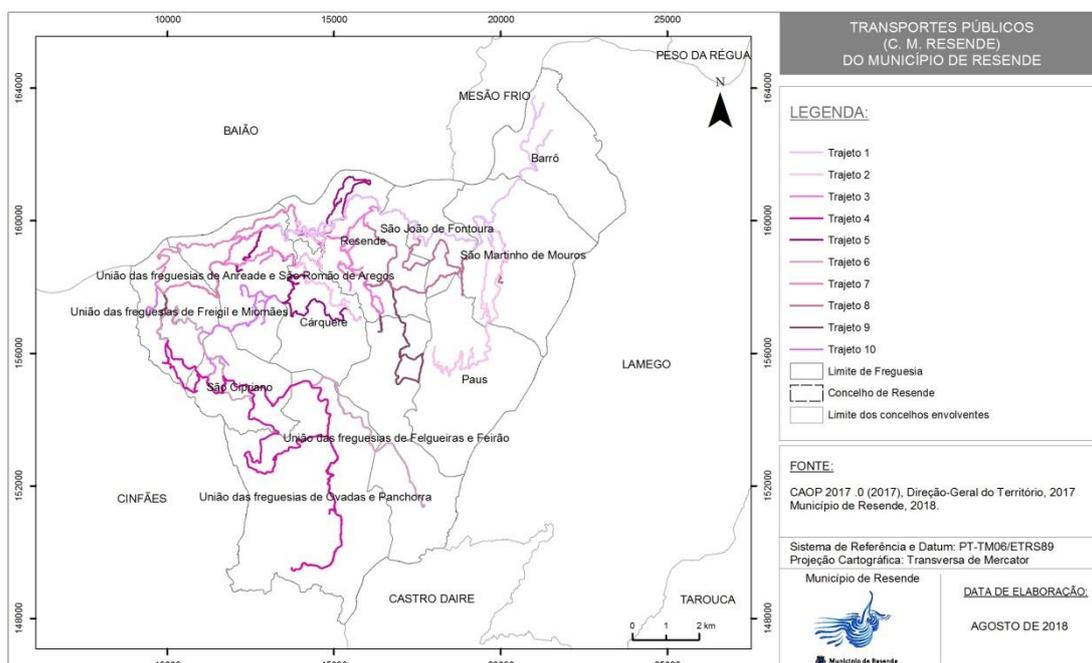
Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Salienta-se a relevância que a EN222 apresenta para o concelho, uma vez que permite uma rápida ligação a concelhos limítrofes e a outras vias que permitem a ligação a diversos pontos estratégicos ao nível económico.

### 3.8.2 TRANSPORTES PÚBLICOS

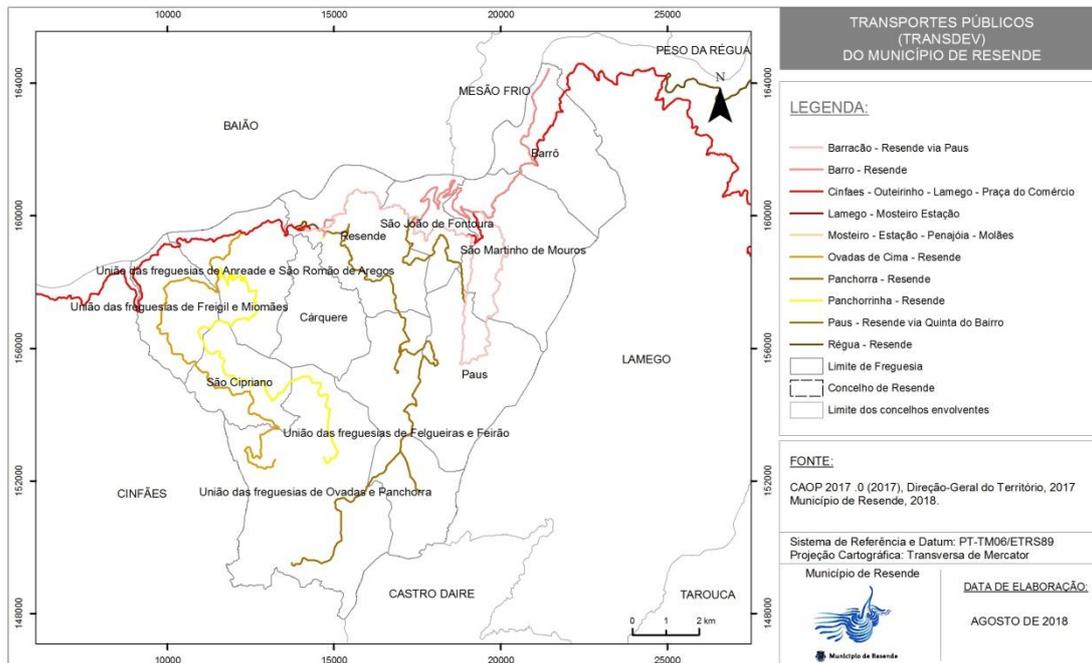
No que concerne à rede de transportes, o concelho de Resende é servido por carreiras da Câmara Municipal de Resende (Mapa 43) e da empresa Transdev (Mapa 44). A primeira, permite ligar as várias freguesias do concelho aos aglomerados mais importantes, garantido a mobilidade da população residente, enquanto a segunda para além de permitir a ligação das freguesias aos aglomerados mais relevantes, liga também o concelho a outros concelhos limítrofes, nomeadamente a Cinfães, Lamego, e Peso da Régua.

**Mapa 43. Transportes públicos (Câmara Municipal de Resende), no município de Resende**



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Mapa 44. Transportes públicos (Transdev), do município de Resende

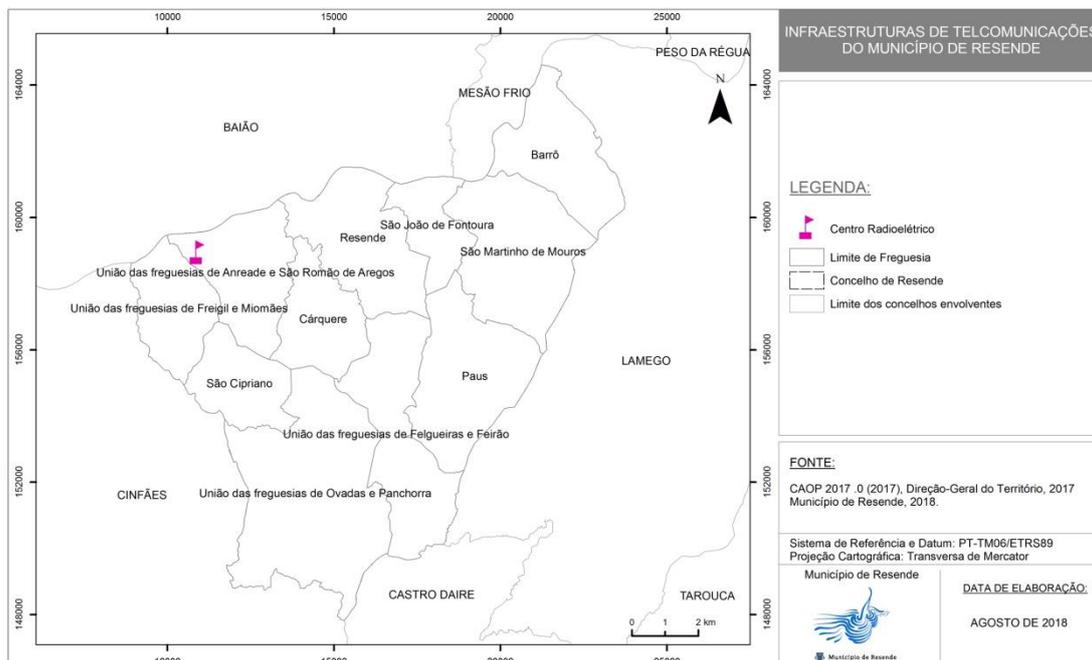


Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

### 3.8.3 TELECOMUNICAÇÕES

No concelho de Resende é possível identificar-se a localização de um Centro Radioelétrico na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos. Este Centro apresenta elevada relevância para o concelho, uma vez que em situação de catástrofe ou de acidente grave em que as telecomunicações usadas no dia-a-dia por toda a população possam falhar ou perder capacidade, permite que seja possível manter as comunicações entre os agentes principais de ação, nomeadamente no apoio à proteção civil.

Mapa 45. Infraestruturas de telecomunicações, no município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

## 4 GESTÃO DE RISCOS E INCIDÊNCIAS AMBIENTAIS

---

É de elevada relevância compreender os perigos que afetam o território e qual a sua localização, qual o seu alcance e quais os seus efeitos, de forma a compreender se o município os contempla nos seus planos municipais ou se foram identificados *a posteriori* e, por isso, ainda não se encontram enquadrados no sistema de planeamento.

A caracterização do risco apresenta-se vantajosa para os municípios dado permitir um melhor conhecimento dos riscos que o mesmo corre, permitir uma tomada de decisão enquadrada e afetação dos recursos necessários, permitir reduzir o risco (para o ambiente, para a população e/ou para bens) e permitir atividades de prevenção e de mitigação dos riscos que afetam o município, sendo de elevada relevância possuir conhecimento acerca da suscetibilidade, dos elementos expostos e da localização do risco existente.

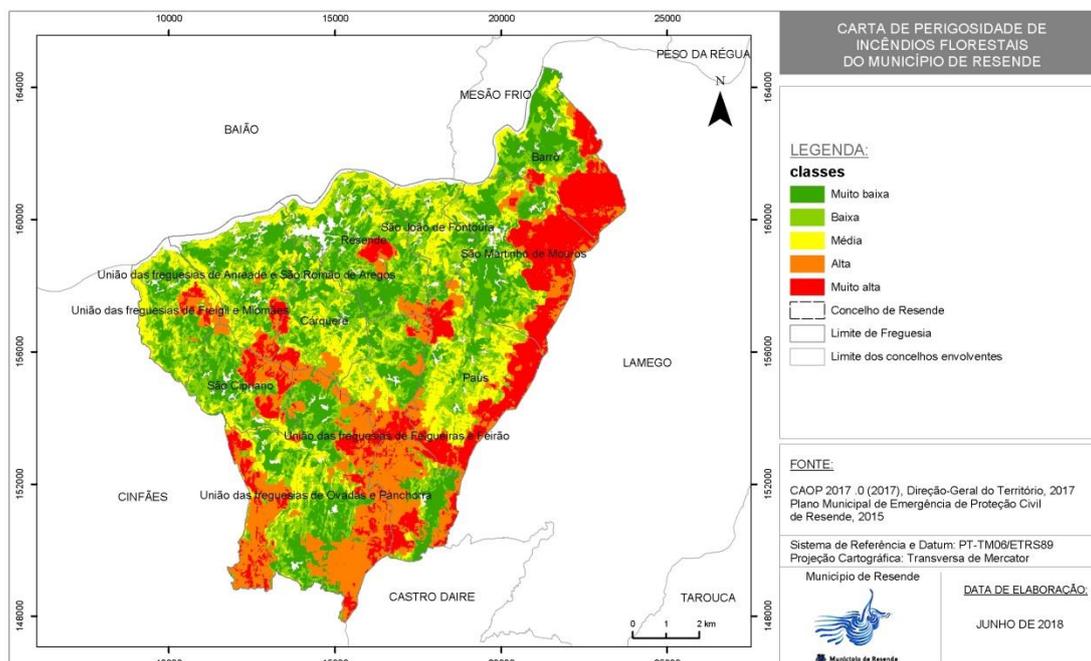
Como riscos considerados para o concelho de Resende, serão tidos em conta os fogos florestais/ áreas ardidas, as cheias e inundações, os movimentos de massa, os incêndios urbanos, os acidentes rodoviários, a rutura de barragens e as intervenções sujeitas a Estudos de Impacte Ambiental.

### 4.1 FOGOS FLORESTAIS/ ÁREAS ARDIDAS

É nos setores este, sul e centro que se localizam, de um modo geral, as áreas caracterizadas por uma perigosidade alta e muito alta a incêndios florestais, tal como se pode observar no Mapa 46, constituindo áreas onde se localizam extensas áreas de mato sem vegetação arbórea e manchas de pinheiro relativamente contínuas (duas das características da área do Ribadouro – Montemuro definidas no PROF do Tâmega).

De acordo com a Portaria nº 1056/2004, de 19 de agosto, onde se reconhece “(...) *ser prioritária a aplicação de medidas mais rigorosas de defesa da floresta contra incêndios face ao risco de incêndio que apresentam e em função do seu valor económico, social e ecológico*”, são referidas zonas críticas localizadas em Barrô, São Martinho de Mouros, Paus, União das freguesias de Felgueiras e Feirão e União das freguesias de Ovadas e Panchorra.

Mapa 46. Carta de perigosidade de incêndios florestais, no município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Deste modo, segundo o PMDFCI (2016) 17% da área do concelho apresenta perigosidade de incêndio florestal muito alta; 20% encontra-se na classe alta, 25% na classe de perigosidade média, 26% na classe baixa e, por fim, 12% encontra-se na classe de perigosidade muito baixa.

O concelho de Resende apresenta uma área significativa de perigosidade de incêndio florestal alta e muito alta que, a par com o Mapa 47 que representa as áreas ardidas do concelho de 2006 a 2016, se localiza, sobretudo, a este, sul e centro do concelho.

De salientar que a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios se apresentou fundamental para o município e para o risco de incêndios florestais, delineando as áreas de risco de incêndio e definindo os aspetos necessários a ter em consideração aquando a ação de planeamento e ordenamento do território, sendo que o PMDFCI de Resende “visa estabelecer a estratégia municipal que defina medidas necessárias para o efeito e planeamento integrado das diferentes intervenções das entidades, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), em consonância com o respetivo Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) e com o Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios, no âmbito das atribuições da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, conforme o previsto no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 15/2009 e 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, 83/2014, de 23 de maio de 2014.” (PMDFCI, 2016).

O presente plano apresenta cinco eixos estratégicos, nomeadamente o aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, a redução da incidência dos incêndios, a melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, recuperação e reabilitação dos ecossistemas afetados e adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

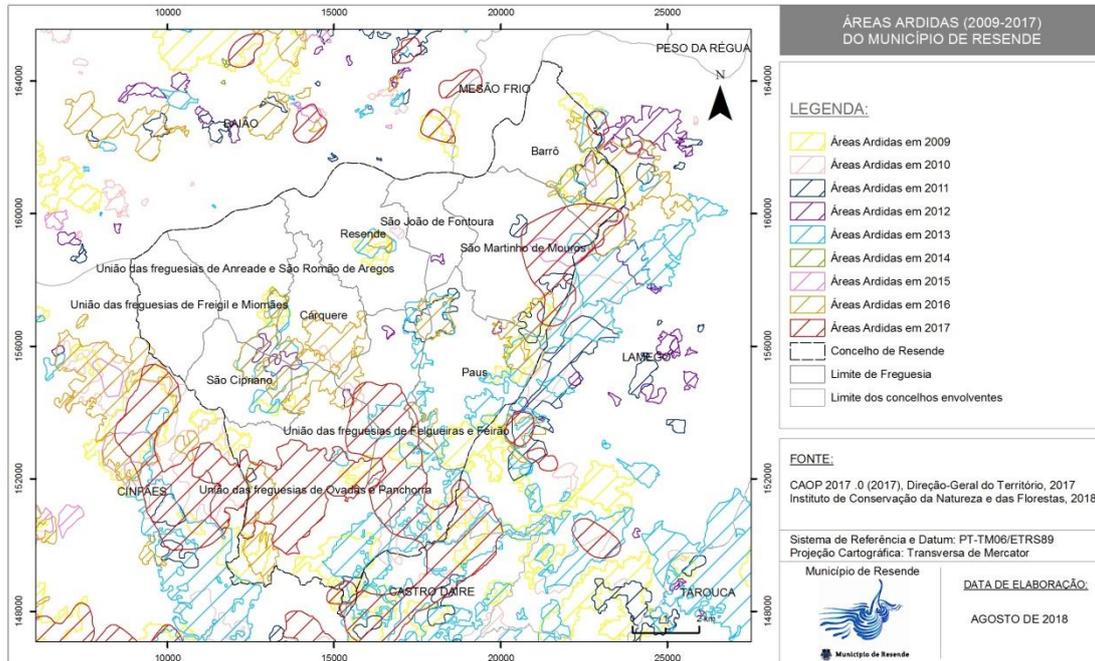
O PMDFCI apresenta um mapa de prioridades de defesa do território concelhio, identificando os elementos que interessa proteger, nomeadamente as áreas industriais, os perímetros florestais e o Sítio de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000 da Serra do Montemuro, sobrepondo manchas de risco de incêndio de elevado a muito elevado, de forma a compreender quais as áreas de maior preocupação e consideradas prioritárias para o município.

Deste modo, através do PMDFCI, o município de Resende apresenta um plano de ações a desenvolver no período compreendido entre 2016 e 2020 de forma a reduzir o risco de incêndios florestais.

No que se refere às áreas ardidas, verificou-se uma diminuição no concelho de Resende, apresentando-se importante e significativa, sendo que na COS 1995 era de 19,22 km<sup>2</sup> e reduziu para 1,44 km<sup>2</sup>, demonstrando que ao longo dos anos se tem alcançado uma diminuição das áreas afetadas por incêndios.

O Mapa 47 tem representadas as áreas ardidas no período entre 2009 e 2017, no concelho de Resende, onde se pode verificar que a sul do concelho se regista maior ocorrência de incêndios florestais e maior área ardida, justificado pela presença da Serra de Montemuro e pela localização das maiores áreas ocupadas por espaços florestais (maioritariamente ocupados por matos).

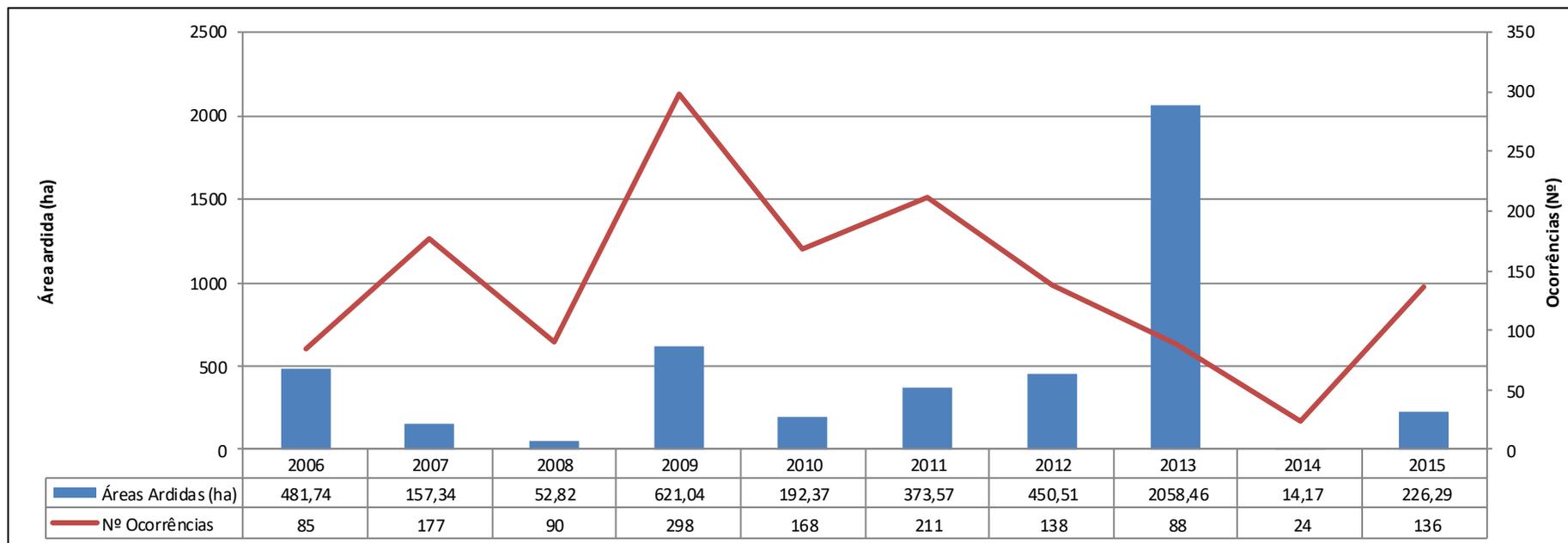
Mapa 47. Áreas Ardidas entre 2009 e 2017, no município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

No Gráfico 91 verifica-se a relação entre o número de ocorrências e a área ardida em hectares no concelho de Resende entre 2006 e 2015, onde se verifica que o ano de 2013 se destaca com maior área ardida, nomeadamente de 2.058,17ha, seguindo-se o ano 2009 com uma área ardida de 621,04ha. No que concerne ao número de ocorrências destaca-se o ano 2009 com 298 ocorrências, seguindo-se o ano 2011 com 211 ocorrências.

Gráfico 91. Áreas Ardidas e Número de Ocorrências, no município de Resende



Fonte: Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, 2018

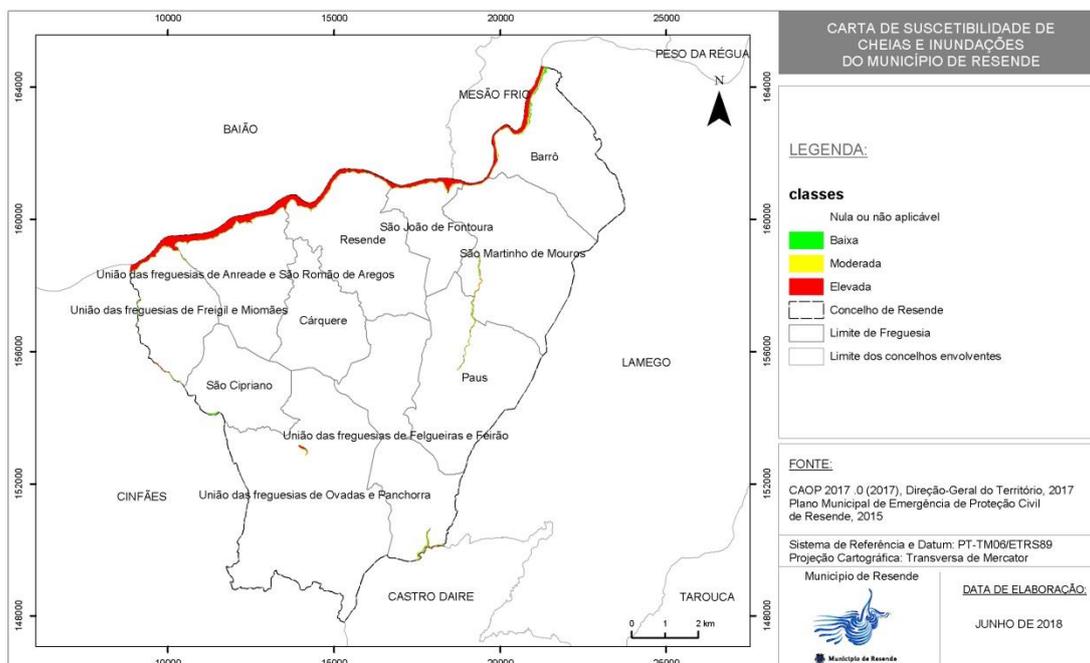
Em suma, verificou-se que os anos 2009 e 2011 foram os que registaram maior número de ocorrências (superior a 200), enquanto no que toca às áreas ardidas destacam-se o ano de 2013 com uma área superior a 2.058ha, bastante superior à média dos anos analisados (400ha).

## 4.2 OCORRÊNCIAS DE CHEIAS E INUNDAÇÕES

Devido ao impacto que as cheias e inundações podem provocar no tecido socioeconómico de uma região, é importante compreender-se a localização do presente risco no concelho de Resende, e compreender se o mesmo é tido em consideração nos planos municipais.

No Mapa 48 pode observar-se a suscetibilidade a cheias e inundações, onde se verifica que as freguesias de Barrô, São Martinho de Mouros, São João de Fontoura, Resende, União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos, União das freguesias de Freigil e Miomães, a freguesia de Paus, a União das freguesias de Felgueiras e Feirão e a União das freguesias de Ovadas e Panchorra, apresentam uma suscetibilidade moderada a elevada. Deste modo, a freguesia de São Cipriano e a freguesia de Cárquere apresentam-se as únicas freguesias que não apresentam suscetibilidade moderada a elevada no concelho de Resende.

**Mapa 48. Carta de Suscetibilidade de cheias e inundações, no município de Resende**



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

O rio Douro, o rio Cabrum, o rio Balsemão e a ribeira de São Martinho, constituem, assim, os principais cursos de água onde se localizam as áreas de risco de cheias e inundações. Mas, são três os elementos críticos no concelho, que se localizam em área de risco de cheias e inundações, nomeadamente:

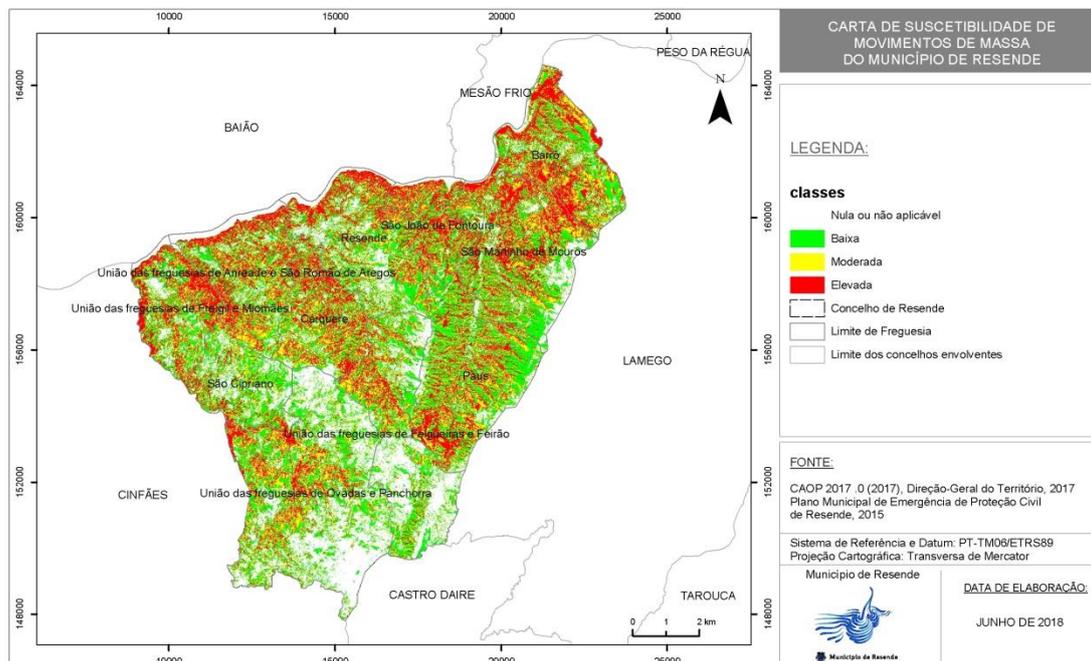
- As Termas das Caldas de Aregos (equipamento de saúde), que se localiza na União das freguesias de Freigil e Miomães;
- A área de captação de águas minerais naturais de Caldas de Aregos (abastecimento de água), que se localiza na União das freguesias de Freigil e Miomães e na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos;
- O Hotel Comércio (estabelecimento hoteleiro), que se localiza na União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos.

### 4.3 OCORRÊNCIAS DE MOVIMENTOS DE MASSA

Os movimentos de massa podem ser desencadeados por precipitação, por sismos e até por redefinição morfológica e apresentam-se relevantes devido aos prejuízos socioeconómicos que podem provocar.

No Mapa 49 verifica-se que todas as freguesias que compõem o concelho de Resende apresentam suscetibilidade de movimentos de massa inseridos na classe moderada a elevada, salientando-se as freguesias de Barrô, de São Martinho de Mouros, de São João de Fontoura, de Resende, de Cárquere, de Paus, a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos, a União das freguesias de Freigil e Miomães, a União das freguesias de Felgueiras e Feirão e a União das freguesias de Ovadas e Panchorra, sendo que a freguesia de São Cipriano constitui a que apresenta menos preponderância para movimentos de massa.

Mapa 49. Carta de suscetibilidade de movimentos de massa, no município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Salienta-se que o concelho de Resende já sofreu com marcados danos a ocorrência de um movimento de massa, tendo ocorrido na EM 555, na freguesia de São João de Fontoura, próximo de Porto de Rei, a 07 de setembro de 2009, um deslizamento de terras e rochas, provocando uma vítima mortal.

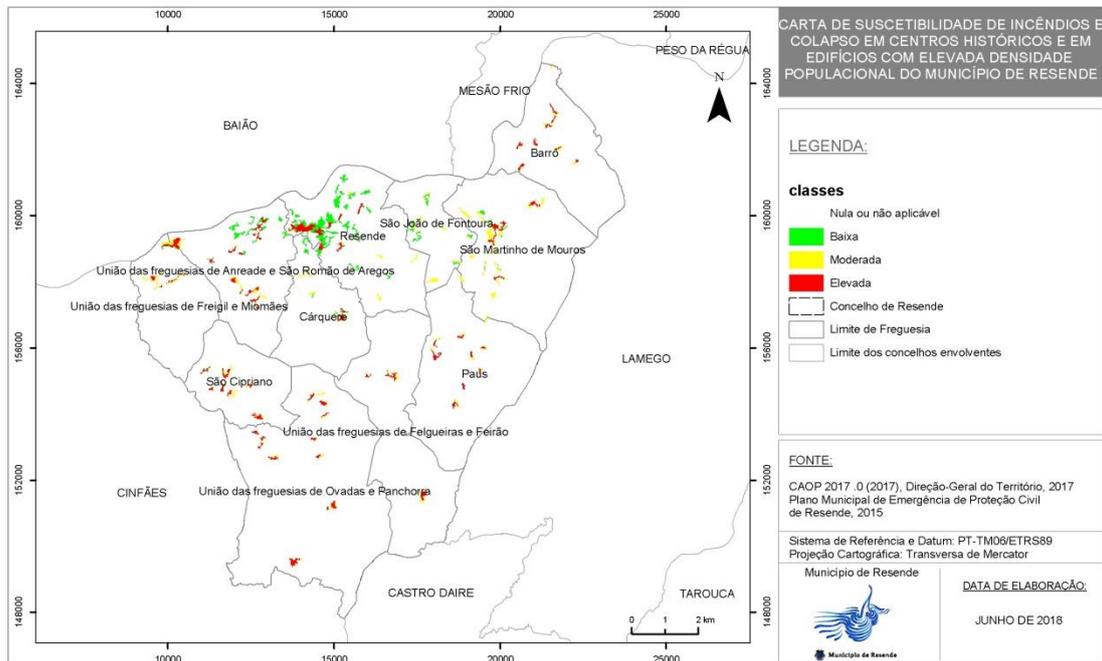
Relativamente a elementos críticos localizados em áreas de elevado risco, salienta-se um posto de abastecimento de combustíveis (BP), localizado na freguesia de São Martinho de Mouros.

#### 4.4 OCORRÊNCIAS DE INCÊNDIOS URBANOS

Os incêndios urbanos constituem uma preocupação para as diversas entidades de proteção civil dado poderem pôr em risco a população que usufrui dos edifícios, sejam eles para habitação, indústria ou para outros fins. Áreas com maior concentração de edificado e com maior número de população podem apresentar-se como setores de maior risco de incêndio urbano.

Deste modo, de acordo com o Mapa 50, observa-se que todas as freguesias do concelho de Resende apresentam suscetibilidade elevada a incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada densidade populacional. São os aglomerados populacionais que se encontram mais afastados dos meios de combate e/ou mais antigos historicamente que apresentam um maior risco de incêndio urbano e de colapsos.

**Mapa 50. Carta de suscetibilidade de incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada densidade populacional, no município de Resende**



*Elaborado pela GeoAtributo, 2018.*

No que se refere aos elementos críticos localizados em áreas cujo risco se apresenta elevado, salienta-se a Comissão Municipal de Proteção Civil, infraestruturas de abastecimento de água, equipamentos de saúde, equipamentos de segurança social, equipamentos de proteção civil, postos de abastecimento de combustíveis, armazéns de produtos perigosos e estabelecimentos hoteleiros.

## 4.5 ACIDENTES RODOVIÁRIOS

Os acidentes rodoviários constituem riscos preocupantes para a população e para as entidades responsáveis pelo planeamento e ordenamento do território, dado poderem originar perdas de vidas humanas e danos materiais.

De acordo com o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Resende (2015), entre 2004 e 2012 observou-se um aumento de 83,33% dos acidentes rodoviários, dado que em 2004 se tinham registado 18 acidentes e em 2012 registaram-se 33 acidentes. Desta forma, em 2004 o número de acidentes ocorridos no concelho de Resende apresentava apenas 1,1% do total dos acidentes ocorridos no distrito de Viseu, mas, em 2012, passou a representar 2,6% dos acidentes, verificando-se um aumento preocupante.

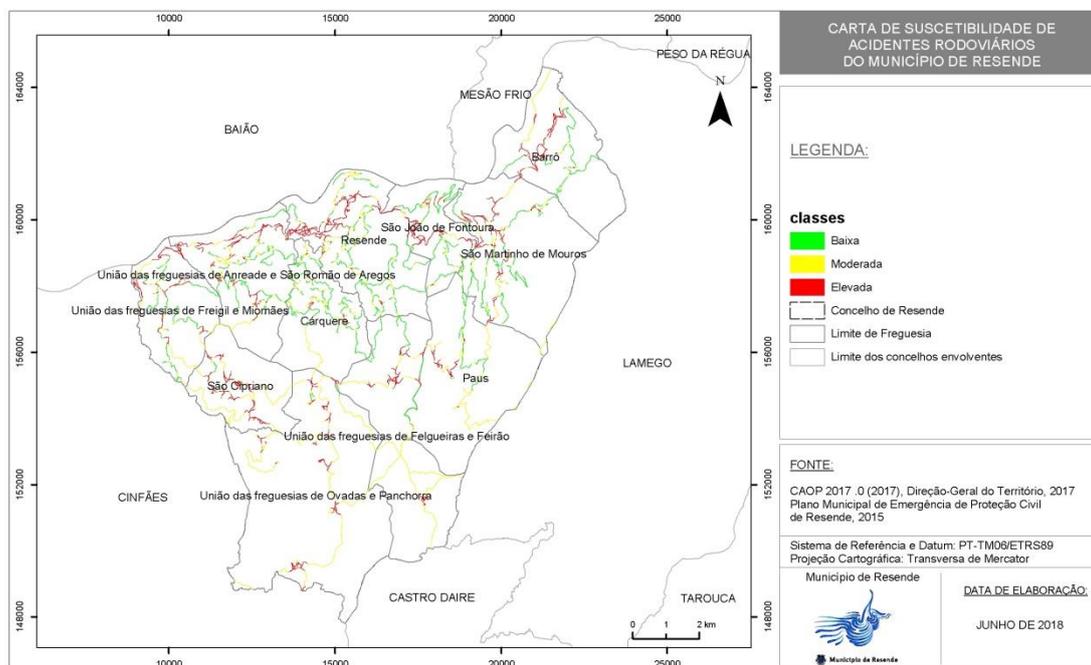
No período que compreende entre 2004 e 2012 registaram-se cinco vítimas mortais (duas em 2005, duas em 2006 e uma em 2011). Por outro lado, os feridos graves decresceram de cinco em 2004 para um em 2012, apresentando uma redução de 80%, embora não se tenha apresentado linear, salientando-se o ano 2006 com 10 feridos graves, os anos de 2004 e 2005 com cinco feridos graves, o ano de 2010 com três feridos graves, os anos de 2007 e 2009 com dois feridos graves e os anos de 2008, 2011 e 2012 com um ferido grave.

O índice de gravidade dos acidentes (número de mortos por 100 acidentes) apresenta uma variação entre 3,3 em 2011 e 8,3 em 2005, apontando-se que nos anos onde não ocorreram perdas de vidas humanas o índice é de zero.

Desta forma, a suscetibilidade de acidentes rodoviários, relaciona-se sobretudo com a EN 222 e a EN 321-2, constituindo as vias estruturantes do concelho de Resende, apresentando, por isso, um tráfego automóvel elevado, enquanto as estradas municipais, embora também apresentem suscetibilidade a acidentes rodoviários, apresentam-se menos relevantes.

Como se pode observar no Mapa 51, de norte para sul do concelho verifica-se uma diminuição da suscetibilidade de acidentes rodoviários, abrangendo todas as freguesias que compõem o concelho.

**Mapa 51. Carta de suscetibilidade de acidentes rodoviários**



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

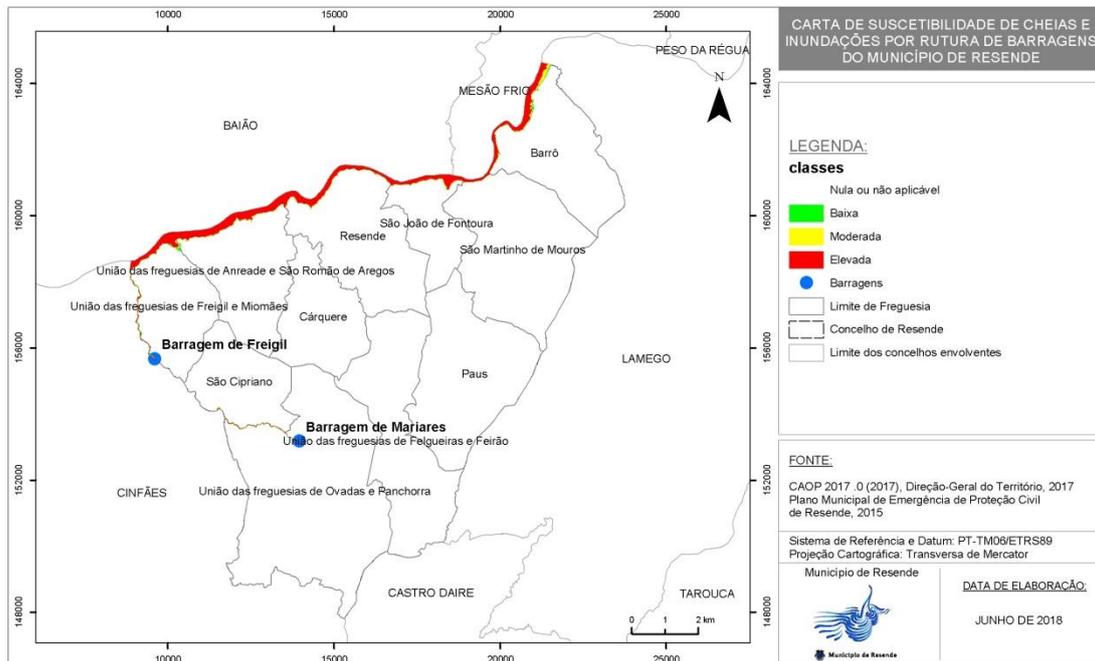
## 4.6 RUTURA DE BARRAGENS

No concelho de Resende encontram-se localizadas duas barragens, nomeadamente a barragem de Freigil (localizada no rio Cabrum, entre Cinfães e Resende, localizando-se na União das freguesias de Freigil e Miomães) e a barragem de Mariares (localizada no rio Cabrum, no concelho de Resende, localizando-se na União das freguesias de Ovadas e Panchorra) (Mapa 52) e, a sua rutura pode ser provocada por diferentes fatores, dos quais se pode destacar o galgamento (devido a um mau dimensionamento do descarregador de superfície) e ocorre quando, devido a precipitação forte, entra na albufeira um grande caudal. A erosão pode também originar a rutura de barragens. Desta forma, estes eventos apresentam-se catastróficos devido às perdas e prejuízos que pode gerar, ao nível social e económico, salientando-se a perda de vidas humanas que podem ocorrer.

Assim, o concelho de Resende, para além de possuir duas barragens no seu território, como já apontado, encontra-se também a montante do concelho a barragem da Régua em Bagaúste que, em caso de rutura, pode afetar e gerar perdas no concelho de Resende.

Deste modo, tal como se pode observar no Mapa 52, numa situação de rutura de barragens, as freguesias que poderiam ser afetadas eram as seguintes: a freguesia de Barrô, a freguesia de São Martinho de Mouros, a freguesia de Resende, a freguesia de São João de Fontoura, a União das freguesias de Anreade e São Romão de Aregos, a União das freguesias de Freigil e Miomães e a União das freguesias de Ovadas e Panchorra.

Mapa 52. Carta de suscetibilidade de cheias e inundações por rutura de barragens, no município de Resende



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

No que se refere aos elementos críticos localizados em áreas de suscetibilidade de rutura de barragens são infraestruturas de abastecimento de água, equipamentos de saúde e estabelecimentos hoteleiros.

#### 4.7 INTERVENÇÕES SUJEITAS A ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL/ ESTUDO DE INCIDÊNCIA AMBIENTAL

No que concerne a intervenções realizadas no concelho de Resende e sujeitas a Estudo de Impacte Ambiental (EIA), devem enumera-se seis ao longo do território concelhio, designadamente:

- Estudo de Impacte Ambiental da EN 222-2 - Bigorne/ Resende;
- Estudo de Impacte Ambiental da Remodelação do Parque Eólico de Vila de Lobos;
- Estudo de Impacte Ambiental da Linha Armamar - Recarei a 400 kV;
- Estudo de Impacte Ambiental da Origem de Água do Subsistema de Abastecimento do Balsemão
- Estudo de Impacte Ambiental do Parque Eólico da Lagoa de D. João e Feirão;

- Estudo de Impacte Ambiental dos Parques Eólicos das Meadas e Castanheira I.

O **Projeto da EN 222-2 - Bigorne/Resende**, referente à ligação rodoviária entre a EN 321-2 (Resende) e a A24/IP3 (Bigorne), visava estabelecer melhores e mais diretas ligações aos concelhos de Viseu e de Lamego, tendo como ponto de partida a freguesia sede de concelho (Resende). No entanto o projeto acabou por não ser concretizado tendo o EIA obtido parecer negativo por parte da Comissão de Avaliação (a decisão foi tomada a abril de 2008, estando encerrada desde então), uma vez que foram identificadas lacunas graves ao nível metodológico e de conteúdo (em fatores ambientais fundamentais), não permitindo uma análise adequada às soluções apresentadas.

No que concerne às questões ambientais sensíveis identificadas no Estudo, não são identificadas questões de fragilidade específicas além da necessidade de salvaguarda dos valores existentes, uma vez que o projeto atravessava o Sítio da Serra de Montemuro (PTCON0025) da Rede Natura 2000, assim como uma zona com existência de diversas ocorrências arqueológicas e áreas de sensibilidade patrimonial, áreas classificadas como RAN, REN e áreas de captações de águas subterrâneas para abastecimento público.

O Estudo de Impacte Ambiental relativo ao **Projeto de Remodelação do Parque Eólico de Vila de Lobos** abrange, no concelho de Resende, as freguesias de Paus e São Martinho de Mouros. Este projeto, que entrou em produção no ano 1998, tem como objetivo proceder ao desmantelamento dos 20 aerogeradores existentes e substituí-los por 5 aerogeradores de potência unitária superior, permitindo assim instalar novos aerogeradores num parque já existente.

No que concerne aos possíveis impactes que foram identificados para o período de remodelação e posteriormente, destacam-se os mais significativos:

- Impactes sobre o ambiente geológico e geomorfológico, gerados pela alteração morfológica do terreno e pelo diferencial de terras gerado pelas escavações e aterros;
- Impactes sobre os recursos hídricos superficiais, dado que no decorrer da remodelação podem ocorrer alterações pouco significativas;
- Impactes sobre os solos, resultantes das ações de decapagem e desmatação, que leva as camadas inferiores à exposição a fenómenos erosivos, para além da compactação dos solos e deterioração da sua estrutura devido à circulação de maquinaria pesada;
- Impactes ecológicos, sobre a flora e habitats (área de Rede Natura 2000);
- Impactes na qualidade do ar, com o aumento de emissões de partículas poluentes na fase de remodelação;
- Impactes sonoros no decorrer da remodelação.

O Estudo de Impacte Ambiental referente ao **Projeto da Linha Armamar - Recarei a 400 kV**, tem como objetivo analisar os efeitos diretos e indiretos do projeto que envolve a construção de troços de uma nova linha de muito alta tensão e aumento de tensão em troços de linha existente (de 220 kV para 400 kV). Em termos de impactes ambientais no concelho de Resende, devem destacar-se os seguintes:

- Relativamente ao Património, na área de estudo mais alargada identificaram-se 223 ocorrências patrimoniais, sendo que destes apenas 28 se situam na área de incidência indireta (400m em torno da linha) e apenas 2 ocorrências na área de incidência direta (100m em torno da linha). Verifica-se assim a afetação direta e indireta de elementos patrimoniais;
- Quanto à Paisagem, constatou-se que o processo de construção leva a alterações na paisagem, sendo que com o término da obra a linha é o principal impacte.

O Estudo de Impacte Ambiental relativo ao **Projeto da Linha Valdigem - Vermoim 4/5 (LVGVM)**, troço entre a subestação de Valdigem e o atual apoio 158 da LVGVM, tem como objetivo realizar um aumento da capacidade de transporte, de uma linha existente, nomeadamente a linha aérea simples Valdigem - Vermoim, a 220 kV. Não se identifica no estudo efeitos significativos de relevância para o concelho de Resende além do impacto visual.

O Estudo de Impacte Ambiental relativo ao **Projeto das alternativas de Origem de Água do Sistema de Abastecimento do Balsemão** avalia a criação de uma origem de água no rio Balsemão (ou a barragem de Cotelo ou a barragem de Pretarouca), de forma a garantir com níveis de atendimento adequados (em termos de quantidade e qualidade) o abastecimento de água da população dos concelhos de Armamar, Tarouca, Lamego, Resende, Castro D'Aire, Vila Nova de Paiva e Cinfães.

No que respeita ao concelho de Resende, ele é afetado caso se opte pela construção da barragem de Cotelo, a localizar-se num troço do rio Balsemão, que separa fisicamente os concelhos de Resende e de Castro D'Aire, mais precisamente na freguesia de Feirão. Contudo, o EIA conclui que a solução da barragem da Pretarouca é globalmente mais favorável comparativamente com a solução de Cotelo, pelo que não é expectável que seja construída a barragem do Cotelo.

- O Projeto do **Parque Eólico da Lagoa de D. João e Feirão** destina-se à produção de energia elétrica a partir do vento e será composto por um total de 17 máquinas produtoras de energia (aerogeradores), localizado na Serra de Montemuro. No que concerne aos impactes ambientais, destacam-se os seguintes:
- Geologia e Geomorfologia: impactes originados pelas movimentações de terras na fase de construção para diversos fins;
- Solos: impactes devido aos trabalhos de decapagem na fase de construção e movimentações de terras;

- Ecologia: na fase de exploração poderá registar-se a perda de aves provocadas por colisões com as máquinas;
- Paisagem: terá impactes no decorrer das obras e na fase de exploração a presença de aerogeradores apresentam-se como um impacte relevante.

O **Projeto do Parque Eólico das Meadas** com extensão ao Parque Eólico da Castanheira 1 abrange os concelhos de Resende e de Lamego, e tem como objetivo a instalação de 6 aerogeradores, para a produção de energia através do aproveitamento de um recurso renovável, o vento.

No que concerne a impactes ambientais da execução do presente projeto, destaca-se:

- Paisagem: impacte na paisagem com a presença dos aerogeradores;
- Ecologia: próximo a um aerogerador verificou-se a existência de vegetação que se apresenta um importante abrigo de fauna que poderá sofrer impactes;
- Ruído: no decorrer das obras pode ser originado ruído.

# **PARTE II**

## **AVALIAÇÃO DO PLANEAMENTO MUNICIPAL**

Esta página foi deixada propositadamente em branco.

## 5 INSTRUMENTOS DE ORDEM SUPERIOR

---

### 5.1 PLANO SETORIAL DA REDE NATURA 2000 (PSRN 2000)

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica europeia formada por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas quais as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação desses valores naturais.

Esta rede foi criada pela Diretiva do Conselho n.º 92/43/CEE, de 21 de maio, compreendendo as zonas de proteção especial designadas pelos Estados-Membros, nos termos da Diretiva do Conselho n.º 79/409/CEE, de 2 de abril, que entretanto foi revogada pela Diretiva 2009/147/CE, de 30 de novembro, e que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, e das espécies de aves migratórias, e que ocorram de forma regular. A Diretiva nº 92/43/CEE define nos seus Anexos I e II os tipos de habitats naturais e das espécies, respetivamente, que devem ser considerados na criação da rede em cada Estado-Membro. Esta Diretiva foi transposta para o quadro legal português pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro).

Segundo o Decreto-Lei n.º 140/99, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2006, de 24 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013, *“a Rede Natura 2000 (...) compreende as áreas classificadas como ZEC e as áreas classificadas como ZPE”* (artigo 4º) e a sua execução deverá ser *“objeto de um plano setorial (...), tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas e estabelecendo orientações para: a) a gestão territorial nos sítios da lista nacional de sítios, nos sítios de importância comunitária, nas ZEC e nas ZPE; b) as medidas referentes à conservação das espécies da fauna, flora e habitats”* (n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril na sua atual redação).

O Plano Setorial da Rede Natura 2000 foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho, e constitui *“um instrumento de gestão territorial, de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade”* (Preâmbulo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008). Considere-se que o *“PSRN2000 vincula as entidades públicas, dele se extraindo orientações estratégicas e normas programáticas para a atuação da administração central e local, devendo as medidas e orientações nele previstas ser inseridas nos planos municipais de ordenamento do território (PMOT) e nos planos especiais (PEOT)”* (idem).

O PSRN2000 tem como objetivos (n.º 3 do Anexo I da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008):

- *“Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;*
- *Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE;*
- *Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação;*
- *Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;*
- *Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores;*
- *Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacto ambiental e na análise de incidências ambientais”.*

O concelho de Resende é abrangido por um sítio de Interesse Comunitário (SIC): SIC Montemuro (PTCON0025). No quadro seguinte apresenta-se a síntese das orientações de gestão dos *Habitats*, identificados no território concelhio<sup>4</sup>:

**Quadro 5. *Habitats* prioritários identificados no SIC Montemuro (PTCON0025)**

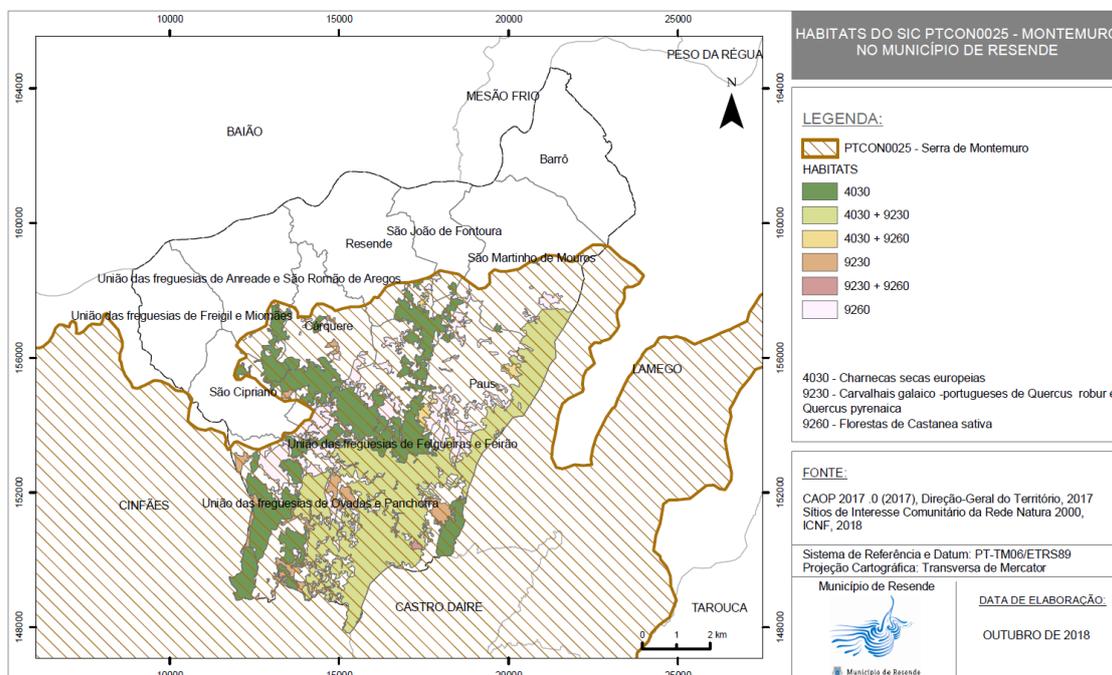
Habitats	Síntese das orientações de gestão
4030 - Charnecas secas europeias	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Manter práticas de pastoreio extensivo;</li> <li>– Condicionar a construção de infraestruturas;</li> <li>– Condicionar expansão urbano – turística;</li> <li>– Efetuar gestão por fogo controlado;</li> <li>– Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar existentes</li> </ul>
9230 - Carvalhais galaico - portugueses de <i>Quercus robur</i> e	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Reduzir risco de incêndio;</li> <li>– Adotar práticas silvícolas específicas;</li> </ul>

<sup>4</sup> De acordo com a informação vetorial relativa aos “Tipos de Habitats Naturais de Interesse Comunitário Constantes no Anexo I da Diretiva de Habitats”, período de referência 2007-2012, retirada do site de informação geográfica IGEO, acessado a 05/11/2018: <http://www.igeo.pt/WFS/Natureza/Habitats>.

Habitats	Síntese das orientações de gestão
<i>Quercus pyrenaica</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a regeneração natural;</li> <li>- Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;</li> <li>- Salvar pastoreio</li> <li>- Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água</li> </ul>
9260 - Florestas de <i>Castanea sativa</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adotar práticas silvícolas específicas;</li> </ul> Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.

Fonte: Resolução do Conselho de Ministros n.º115-A/2008, Anexo III.

Mapa 53: Habitats do SIC PTC0025 - Montemuro, presentes no município de Resende



Fonte: ICNF, cartografia de habitats naturais de interesse comunitário constantes do Anexo I da Diretiva Habitat, 2007-2012

## 5.2 PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO DOURO (RH3)

O Plano de Gestão da Região Hidrográfica (PGRH) do Douro foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificado posteriormente pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro.

No programa de medidas do PGRH do Douro, encontramos algumas medidas suplementares direcionadas especificamente ao concelho de Resende:

- PTE1P01M27\_SUP\_RH3 - Controlo e redução da poluição tóxica rural - intervenção nos sistemas de saneamento da Panchorra e da Talhada, de Felgueiras e de Feirão, (ETAR de Talhada, ETAR de Beirós, ETAR de Feirão), no concelho de Resende (investimento previsto de 425 mil euros, prioridade 3).
- PTE1P01M31\_SUP\_RH3 - Ampliação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais na Freguesia de Anreade e controlo e redução da poluição tóxica rural - eliminação de vala filtrante e execução de ETAR, no concelho de Resende (investimento previsto de 150 mil euros, prioridade 3).
- PTE1P15M06\_SUP\_RH3 - Execução do Sistema de Drenagem de Águas Residuais em Ovadas, no concelho de Resende (investimento previsto de 180 mil euros, prioridade 3).

A programação física para a execução destas ações era 2016-2017 e a entidade responsável pela execução a Câmara Municipal de Resende. No ano de 2017, foi lançado o concurso público para a execução das redes anteriormente mencionadas, encontrando-se previsto terminar ainda durante o corrente ano.

### 5.3 PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

O Plano Rodoviário Nacional (PRN2000), publicado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 julho, alterado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto, define a rede rodoviária nacional do continente, que desempenha funções de interesse nacional ou internacional, e é constituída por:

- **Rede nacional fundamental** – que integra os Itinerários Principais (IP), correspondendo às vias de comunicação de maior interesse nacional, e que asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supra distrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras;
- **Rede nacional complementar** – que integra os Itinerários Complementares (IC) e as Estradas Nacionais (EN), que asseguram a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supraconcelhia, mas infra distrital. Os itinerários complementares são as vias que, no contexto do plano rodoviário nacional, estabelecem as ligações de maior interesse regional, bem como as principais vias envolventes e de acesso nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

De acordo com o PRN2000, o concelho de Resende, é atravessado por apenas dois troços pertencentes à rede nacional complementar: a EN222 e a EN321-2. Apesar de previsto no PNR2000, a construção da EN 222-2 que ligaria a EN222 (Resende) ao IP3/A24 (Bigorne), esta não foi executada uma vez que foi declarada a desconformidade do Estudo de Impacte Ambiental do projeto, por falta de um conjunto de elementos.

#### 5.4 PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO TÂMEGA (PROF-T)

O PROF-T, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2007, de 10 de abril, abrangendo os concelhos de Ribeira de Pena, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Celorico de Basto, Felgueiras, Amarante, Lousada, Paços de Ferreira, Marco de Canavezes, Paredes, Penafiel, Baião, Resende, Cinfães e Castelo de Paiva, assume os seguintes objetivos gerais (n.º 3 do artigo 5º da Lei n.º 33/96, de 17 de agosto):

- *“Avaliar as potencialidades dos espaços florestais, do ponto de vista dos seus usos dominantes;*
- *Definir o elenco de espécies a privilegiar nas ações de expansão e reconversão do património florestal;*
- *Identificar dos modelos gerais de silvicultura e de gestão dos recursos mais adequados;*
- *Definir áreas críticas do ponto de vista do risco de incêndio, da sensibilidade à erosão e da importância ecológica, social e cultural, bem como das normas específicas de silvicultura e de utilização sustentada dos recursos a aplicar a estes espaços.”*

O PROF-T subdivide a região do Tâmega, em dez sub-regiões homogéneas: Aboboreira, Alvão-Marvão, Cabreira, Douro, Paiva, Ribadouro-Montemuro, Santa Justa-Pias, Tâmega, Tâmega-Sousa, Xistos durienses (art.º 12.º do Decreto Regulamentar n.º 41/2007, de 10 de abril). O município de Resende é abrangido por duas dessas sub-regiões homogéneas: Douro e Ribadouro.

Atualmente, os Planos Regionais de Ordenamento Florestal encontram-se em revisão, conforme o determinado pela Portaria n.º 364/2013, de 20 de dezembro e pelo Despacho n.º 782/2014, de 17 de janeiro. Através destes diplomas legais foram ainda definidos os conteúdos dos PROF de 2.ª geração, bem como a nova área de abrangência, tendo sido reduzido o seu número de 21 para 7. O concelho de Resende encontra-se abrangido pelo futuro PROF de Entre Douro e Minho.

## 5.5 PLANO DE ORDENAMENTO DAS ALBUFEIRAS DA RÉGUA E DO CARRAPATELO

O Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo foi publicado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2002, de 23 de março.

Nos termos da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e Urbanismo (LBGPPSOTU - Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) as normas dos Planos Especiais de Ordenamento Território (PEOT) relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais e, simultaneamente, ao uso, ocupação e transformação do solo, diretamente vinculativas dos particulares, devem ser integradas nos planos de âmbito municipal e intermunicipal.

Assim, de forma a dar cumprimento ao disposto naquele diploma, o Município de Resende promoveu no ano de 2016 a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Resende ao POARC, que foi posteriormente publicada através do Aviso n.º 12402/2017, de 16 de outubro.

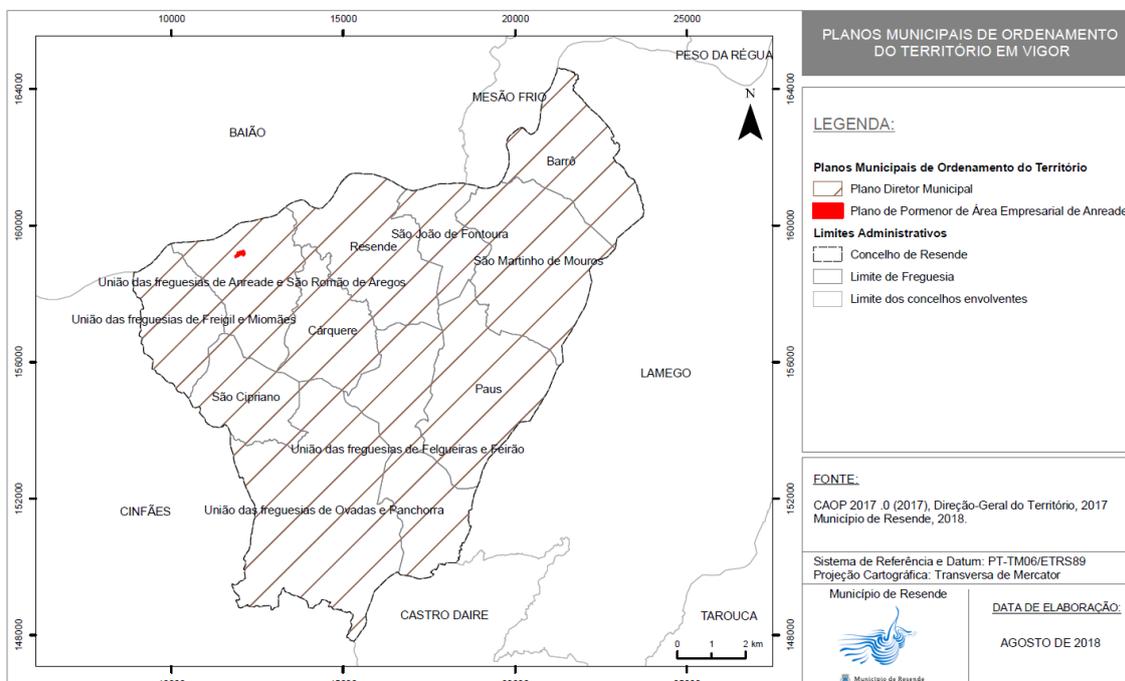
## 6 INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL

### 6.1 PLANOS TERRITORIAIS

No âmbito territorial do concelho de Resende estão em vigor por dois Planos Municipais de Ordenamento do Território:

- A **1ª Revisão do Plano Diretor Municipal**, que foi publicada em Diário da República, 2.ª série — N.º 221, ao abrigo do Regulamento n.º 446/2009, de 13 de novembro de 2009, posteriormente alterada pelo Aviso n.º 12402/2017, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 199, a 16 de outubro de 2017, que correspondeu à 1.ª alteração por adaptação para transposição das normas do Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo.
- O **Plano de Pormenor da Área Empresarial de Anreade**, que foi publicado em Diário da República, 1.ª série — N.º 182, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2006, de 20 de setembro de 2006, tendo sofrido recentemente uma correção material com a publicação do Aviso n.º 11742/2018, de 20 de agosto.

Mapa 54. Planos Municipais de Ordenamento do Território em vigor no município de Resende



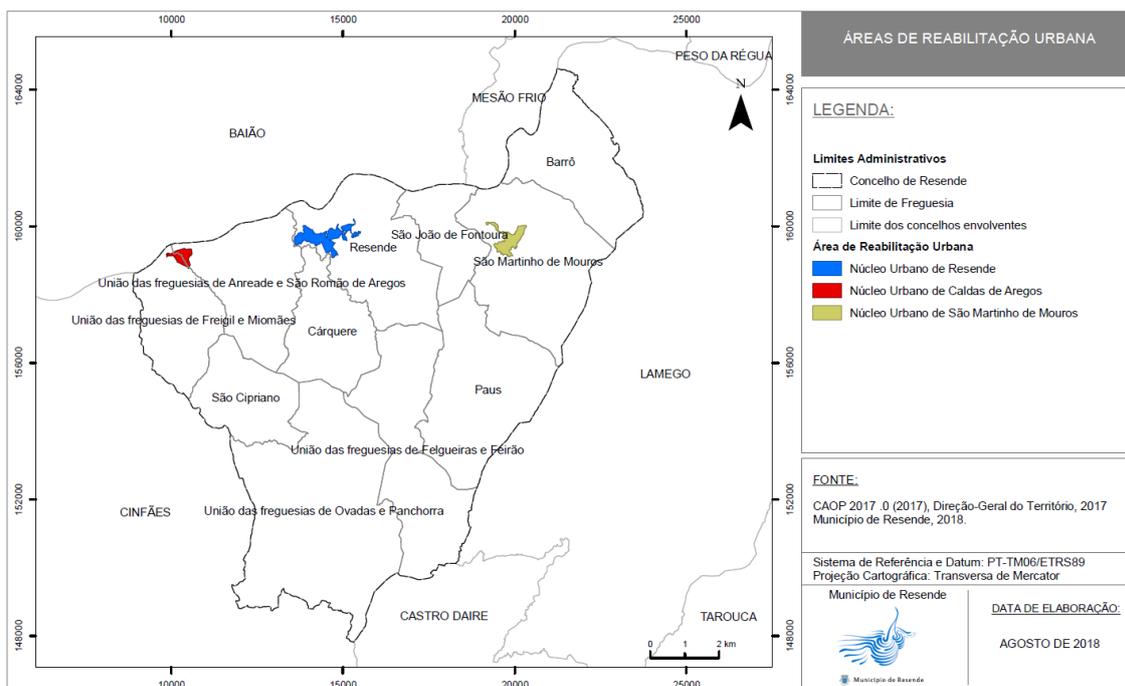
Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

## 6.2 ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

Tendo em conta a evolução do quadro jurídico aplicável, em concreto com a entrada em vigor do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), o Município de Resende decidiu iniciar os trabalhos de delimitação de áreas urbanas que necessitam de uma ação de intervenção integrada e articulada em função dos sinais de degradação que os edifícios, infraestruturas urbanas, equipamentos e espaços de utilização coletiva vêm enunciado ao longo dos anos.

Assim sob proposta da Câmara Municipal de Resende, a Assembleia Municipal de Resende aprovou em sessão realizada a 30 de junho de 2016, a delimitação das **Áreas de Reabilitação Urbana de Resende**, designadamente, **Núcleo Urbano de Resende**, **Núcleo Urbano de Caldas de Aregos** e **Núcleo Urbano de São Martinho de Mouros**, posteriormente publicadas em Diário da República, 2.ª série — N.º 78, através do Aviso n.º 5424/2018, de 20 de abril.

**Mapa 55. Localização das áreas de reabilitação urbana aprovadas no município de Resende**



*Elaborado pela GeoAtributo, 2018.*

Pretendeu-se com a delimitação destas ARU promover a reabilitação do edificado (público e privado) e do espaço público estimulando a dinâmica económica do tecido produtivo local e a coesão territorial.

A ARU do Núcleo Urbano de Resende, com aproximadamente 62 ha, tem incidência territorial na vila de Resende, correspondendo a uma parte do perímetro urbano definido em sede do PDM e onde se encontram patentes fortes desafios relacionados com a reabilitação, revitalização e qualificação do tecido urbano, por um lado, e com a coesão territorial e a competitividade do tecido produtivo, por

outro. Corresponde a um espaço urbano que vêm demonstrando sinais de degradação ao longo dos anos, fruto do intenso uso e da pressão que é exercida diariamente sobre a esfera urbana, em particular, do seu núcleo mais antigo, enquanto espaço de inequívoco valor histórico, cultural e patrimonial.

A área delimitada integra vários elementos urbanos que relevam necessidade de ser intervencionados tendo em vista alavancar os ativos históricos da vila, promover a qualidade de vida da população local, e potenciar a sua atratividade.

**Figura 5. Delimitação da ARU do Núcleo Urbano de Resende**



ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA DE RESENDE  
ARU DO NÚCLEO URBANO DE RESENDE

0 100 200 300 m

*Fonte: Aviso n.º 5424/2018, 20 de abril.*

Já a ARU do Núcleo Urbano de Caldas de Aregos, com aproximadamente 22 ha, corresponde a um aglomerado urbano que possui um conjunto de desafios relevantes ligados ao domínio do turismo e da visitação, considerando, nomeadamente, o contexto territorial em que se insere (a relação com o rio Douro), os seus ativos culturais (as termas), o desenho urbano e a morfologia do aglomerado, a sua história, os sinais de degradação no edificado (casco antigo), facto que reforça a necessidade de desenvolver uma estratégia e um quadro programáticos de ações que permitam promover a sua projeção económica e urbanística.

A área delimitada integra o edificado (privado e público) e o espaço público que revelam necessidade de ser intervencionados, tendo em vista a potenciação dos ativos históricos e culturais de Caldas de Aregos,

promovendo a qualidade de vida da população e potenciando os domínios do turismo e da visitação, que se afirmam como fundamentais para a promoção do aglomerado no contexto da região Norte.

**Figura 6. Delimita o da ARU do Núcleo Urbano de Caldas de Aregos**



ÁREAS DE REABILITA O URBANA DE RESENDE  
ARU DO NÚCLEO URBANO DE CALDAS DE AREGOS

0 100 200 300 m

*Fonte: Aviso n.  5424/2018, 20 de abril.*

Por fim, a ARU do Núcleo Urbano de São Martinho de Mouros, com aproximadamente 39 ha, incide num núcleo urbano que possui um conjunto de desafios prospetivos ligados com o domínio da reabilita o e qualifica o do tecido edificado (público e privado), do espaço público urbano e dos seus ativos patrimoniais, facto que justifica a implementa o de uma estratégia de interven o para os espaços com valor histórico, intimamente ligados   identidade local e   memória coletiva, portadores de valor arquitet nico e urbanístico e possuidores de uma imagem que manifestamente marca o sentido de pertença da popula o local, afirma-se essencial para conduzir São Martinho de Mouros a patamares de qualifica o urbana e funcional, promovendo a sua atratividade, tanto no domínio residencial como da visita o.

Figura 7. Delimitação da ARU do Núcleo Urbano de São Martinho de Mouros



ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA DE RESENDE  
ARU DO NÚCLEO URBANO DE SÃO MARTINHO DE MOUROS

0 100 200 300 m

Fonte: Aviso n.º 5424/2018, 20 de abril.

### 6.3 EXECUÇÃO DO PDM (EM VIGOR)

A avaliação do PDM pretende efetuar a apreciação do nível de execução ocorrido ao longo da sua aplicação, a qual constituirá uma importante base de trabalho no âmbito do seu processo de revisão.

Para conhecer o nível de sucesso do plano e a coerência das suas ações é necessário ter presente os objetivos pretendidos na 1ª Revisão do PDM de Resende e a sua articulação com as estratégias de atuação e nos diferentes domínios. Com efeito, a 1ª Revisão do PDM de Resende definiu as linhas gerais da política de ordenamento e gestão do território, apontando como principais objetivos os seguintes:

- *“Garantir a plena inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos e os territórios envolventes;*
- *Reforçar a capacidade de atração e de polarização do concelho;*
- *Promover o desenvolvimento policêntrico do concelho e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e coesão do território;*

- *Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural;*
- *Consolidar o papel e a importância económica do tecido económico do concelho;*
- *Preservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos;*
- *Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos e na universalidade do acesso aos respetivos serviços.”*

### 6.3.1 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO

Tendo subjacentes os referidos objetivos do Plano, o Programa de Execução em vigor, elenca diversas ações setoriais, respetiva priorização, calendarização e estimativa orçamental.

As ações materializadas no Programa de Execução resultaram de um conjunto de evidências, critérios e fatores que, à data da sua elaboração, correspondiam às necessidades existentes e à estratégia que se pretendia para o concelho. No entanto, no decurso dos quase 10 anos de vigência deste plano ocorreram naturalmente progressos, mudanças e uma natural evolução a diversos níveis, os quais, no seu conjunto, se traduziram em alterações relativamente às necessidades e prioridades sentidas.

**Quadro 6. Avaliação da execução das ações previstas no programa de execução da revisão do PDM de Resende**

Domínios	Ações	Avaliação da execução		
		Executado	Parcialmente executado	Não executado
Equipamentos escolares	Centro Escolar de Resende	X		
Equipamentos desportivos	Centro Nacional de Alto Rendimento de Voleibol			X
	Parque Desportivo de Fornelos	X		
Equipamentos fluviais	Cais do Bernardo	X		
	Ligação Fluvial Estação de Aregos - Cais das Caldas de Aregos	X		
	Cais e Parque Fluvial de Mirão			X
	Cais de Loureiro	X		
Equipamentos diversos	Novo Quartel da GNR	X		
	Centro Cívico de Miomães			X
	Nova Igreja de Resende	X		

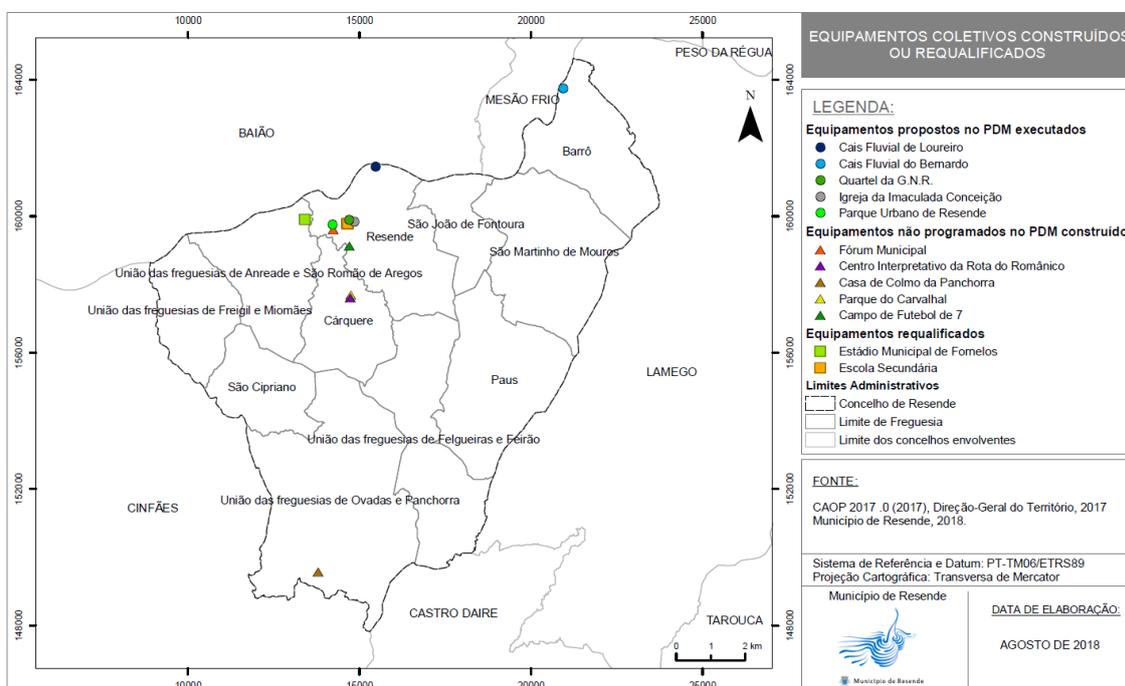
Domínios	Ações	Avaliação da execução		
		Executado	Parcialmente executado	Não executado
	Centro Interpretativo do Cabrum - Panchorra			X
	Centro Alojamento de Montanha - Ovadas			X
Infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento	Abastecimento de Água e Saneamento Freigil		X	
	Abastecimento de Água e Saneamento Ovadas		X	
	Abastecimento de Água e Saneamento S. João Fontoura		X	
Infraestruturas Rodoviárias	Beneficiação da Rede Viária Municipal	X		
	Execução da EN222-2			X
	Ligação do Centro de Saúde de Resende à Ponte de Fornelos			X
	Ligação da EN222 à Vila de S. Martinho de Mouros			X
Parques Empresariais	Parque Empresarial do Anreade	X		
	Parque Empresarial do Arco			X
Projetos Urbanísticos	Requalificação de Caldas de Aregos		X	
	Requalificação das Aldeias Serranas			X
	Regeneração Urbana de Resende		X	
Projetos de Recuperação e Valorização	Recuperação da Casa do concelho de S. Martinho de Mouros	X		
	Convento de Barrô			X
	Casa da Torre da Lagariça			X
	Valorização do Castro da Mogueira			X
Espaços Verdes de Utilização Coletiva	Parque Urbano de Resende		X	

Como podemos constatar apenas sete dos treze equipamentos propostos foram executados durante o período de vigência do PDM. Contudo, tendo em conta as dinâmicas e necessidades atuais, foram construídos cinco equipamentos que não se encontravam programados, nomeadamente: Fórum Municipal; Campo de Futebol de Sete (relvado sintético); Parque do Carvalhal; Centro Interpretativo da Rota do Românico e por fim a Casa de Colmo da Panchorra.

Importa ainda fazer menção que durante o período de vigência do PDM, foram executadas algumas intervenções em alguns equipamentos já existentes:

- Requalificação do Estádio Municipal de Fornelos;
- Requalificação da Escola Secundária;
- Encerramento do Externato D. Afonso Henriques;
- Desativado o campo de jogos em São João de Fontoura (Quinta do Bairro).

**Mapa 56. Equipamentos coletivos construídos ou requalificados no município de Resende**



*Elaborado pela GeoAtributo, 2018.*

Analisando a distribuição espacial dos equipamentos construídos e requalificados observa-se que o investimento do Município de Resende centra-se especialmente na vila (sede de concelho), sendo necessário proceder a um maior investimento nas freguesias do interior do concelho, potenciando as suas características e especificidades únicas.

### 6.3.2 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS ESPAÇOS INDUSTRIAIS E EMPRESARIAIS

A Revisão do PDM de Resende delimitou duas áreas destinadas à instalação de atividades industriais, de armazenagem, terciárias e empresariais. Uma localizada na freguesia de Anreade, a qual corresponde ao



**Figura 9. Imagem satélite da área do Plano de Pormenor da Área Empresarial de Anreade**

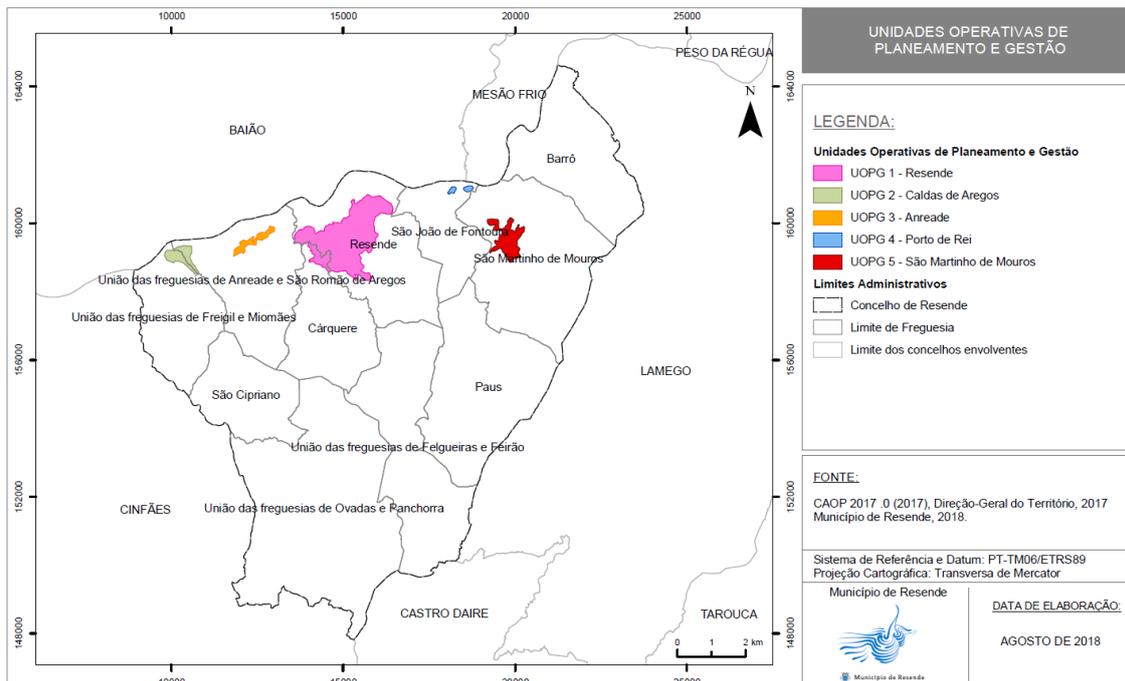


Relativamente à área industrial no lugar do Arco, até ao presente não foram desenvolvidos quaisquer trabalhos do projeto de plano de pormenor que estava em curso a quando da elaboração da revisão do PDM.

### **6.3.3 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS UOPG**

A 1ª Revisão do PDM de Resende estabeleceu um conjunto cinco de Unidades Operativas de Planeamento e de Gestão (UOPG), distribuídas pelo território concelhio, mas com incidência nas freguesias a norte do concelho, junto ao rio Douro.

Mapa 57. Localização das UOPG no município de Resende



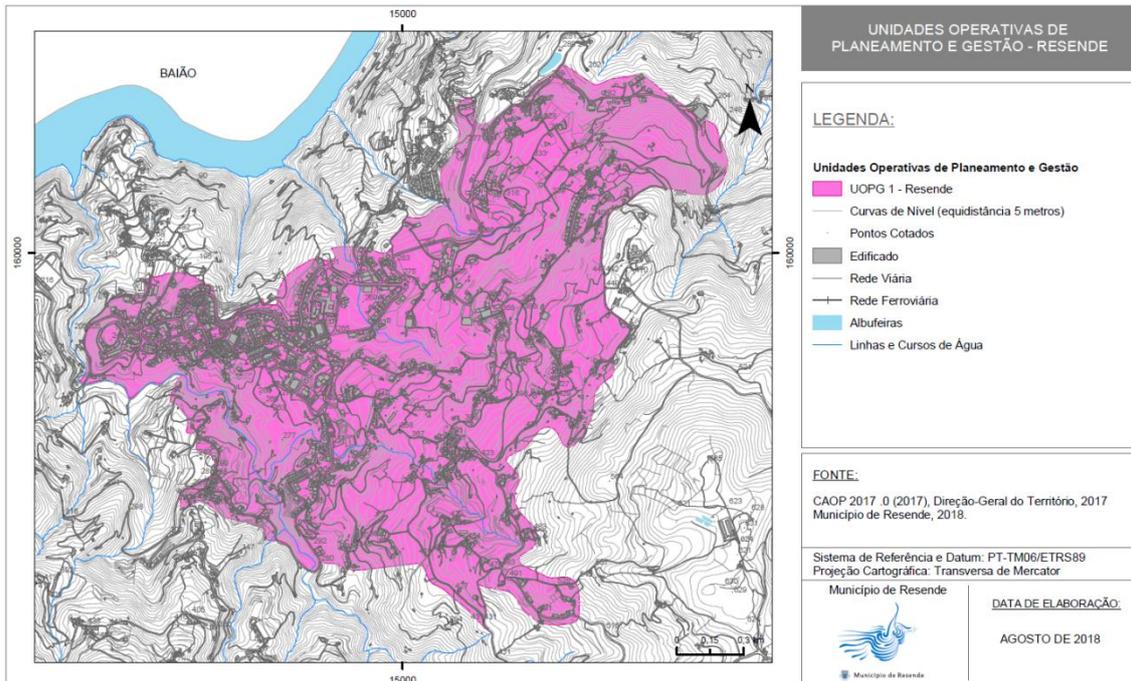
Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Estas encontram-se delimitadas na Planta de Ordenamento tendo-lhes sido atribuídos os seguintes conteúdos programáticos:

### 1 — UOPG de Resende

Abrange uma área da ordem de 329 ha, destina-se a assegurar a consolidação do núcleo já urbanizado, a redefinição da frente urbana Norte, voltada ao Douro, e a expansão da sede, integrando novos usos de habitação e serviços, e corresponde à área da sede do concelho a sujeitar a plano de urbanização.

Mapa 58. UOPG de Resende



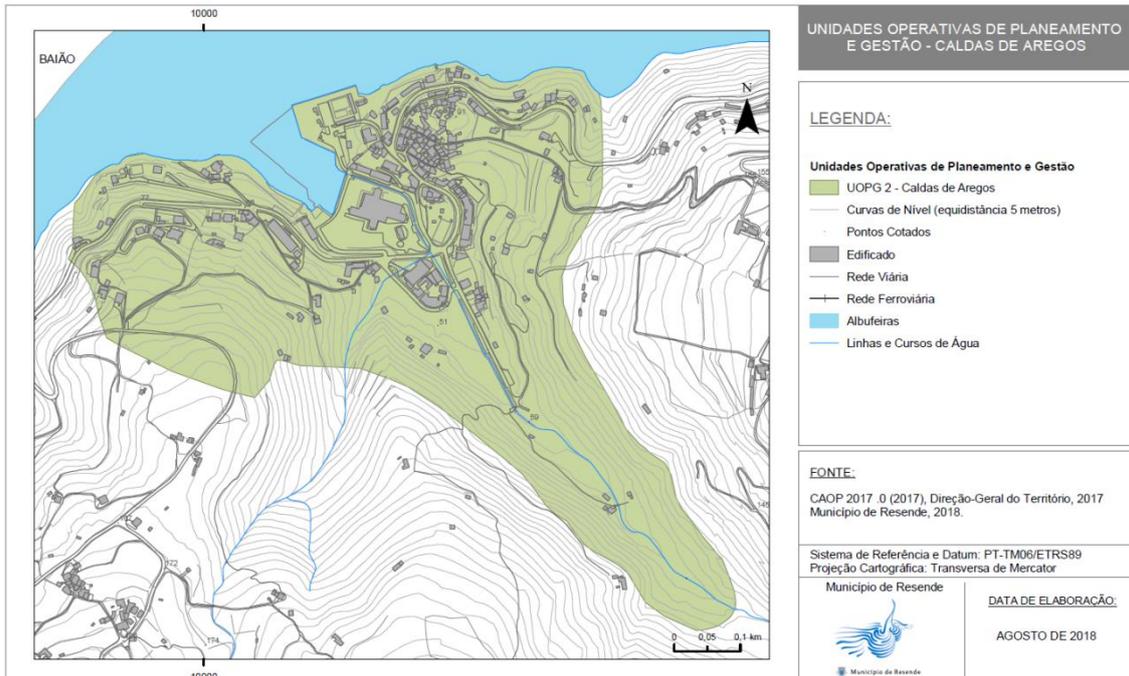
Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Até ao presente momento ainda não se procedeu à concretização da UOPG em causa.

## 2 — UOPG de Caldas de Aregos

Abrangendo uma área da ordem de 36 ha, corresponde a área a sujeitar a plano de urbanização tendo em vista assegurar a recuperação do seu núcleo urbano mais antigo e integrar novos usos de habitação e serviços, turismo termal e residencial e renovação de equipamentos, assegurando o equilíbrio urbano, ambiental e paisagístico do conjunto.

Mapa 59. UOPG de Caldas de Aregos



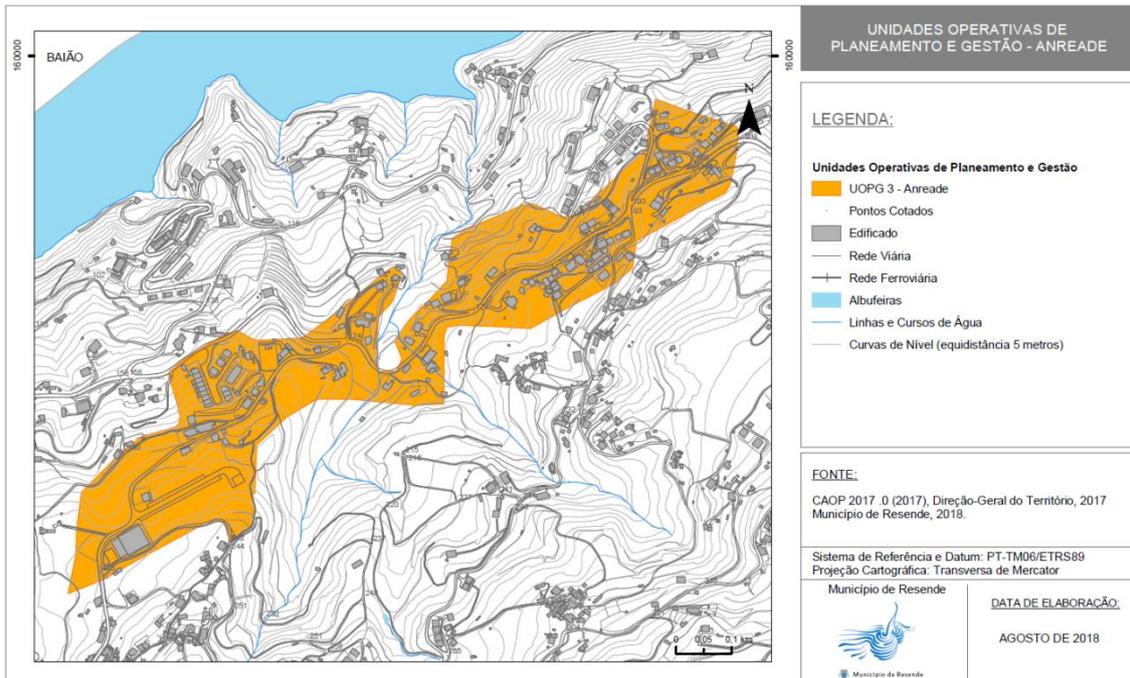
Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Até ao presente momento ainda não se procedeu à concretização da UOPG em causa.

### 3 — UOPG de Anreade

Abrangendo uma área da ordem de 23 ha, corresponde a área a sujeitar a plano de urbanização tendo em vista assegurar a estruturação do tecido urbano, a instalação de equipamentos coletivos e a requalificação do espaço público, integrando o Plano de Pormenor da Área Empresarial de Anreade.

Mapa 60. UOPG de Anreade



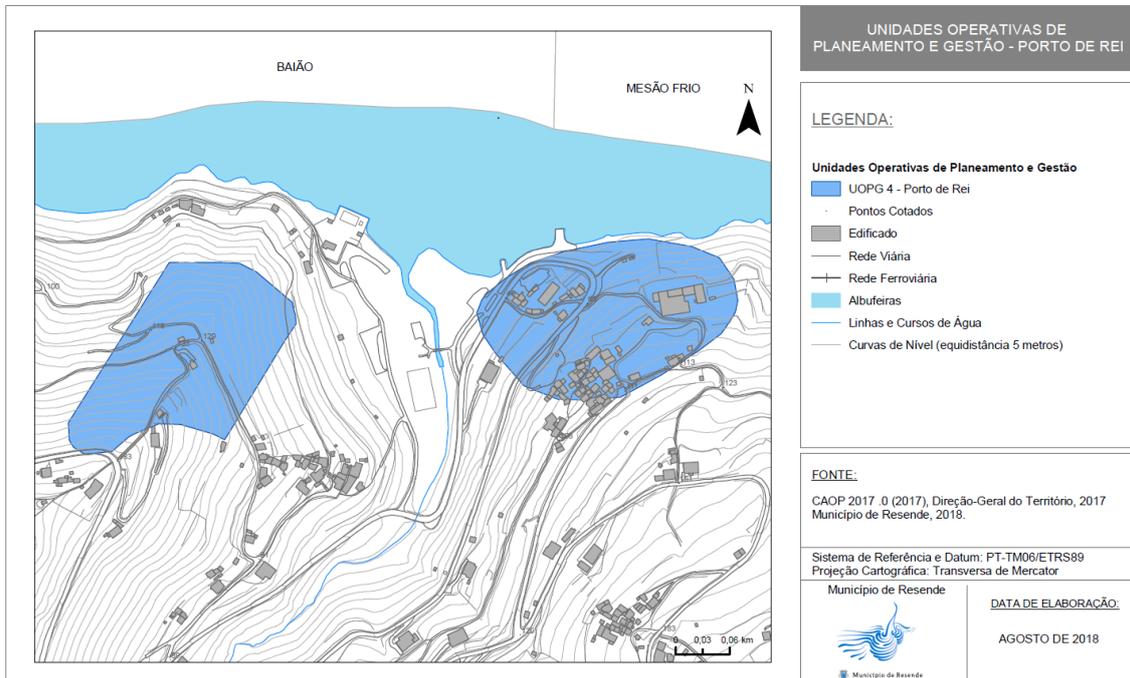
Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Até ao presente momento ainda não se procedeu à concretização da UOPG em causa.

#### 4 — UOPG de Porto de Rei

Abrangendo uma área da ordem de 7 ha, corresponde a área a sujeitar a plano de urbanização ou plano de pormenor tendo em vista assegurar a qualificação, infraestruturção e construção de equipamentos de recreio de uso público.

Mapa 61. UOPG de Porto de Rei



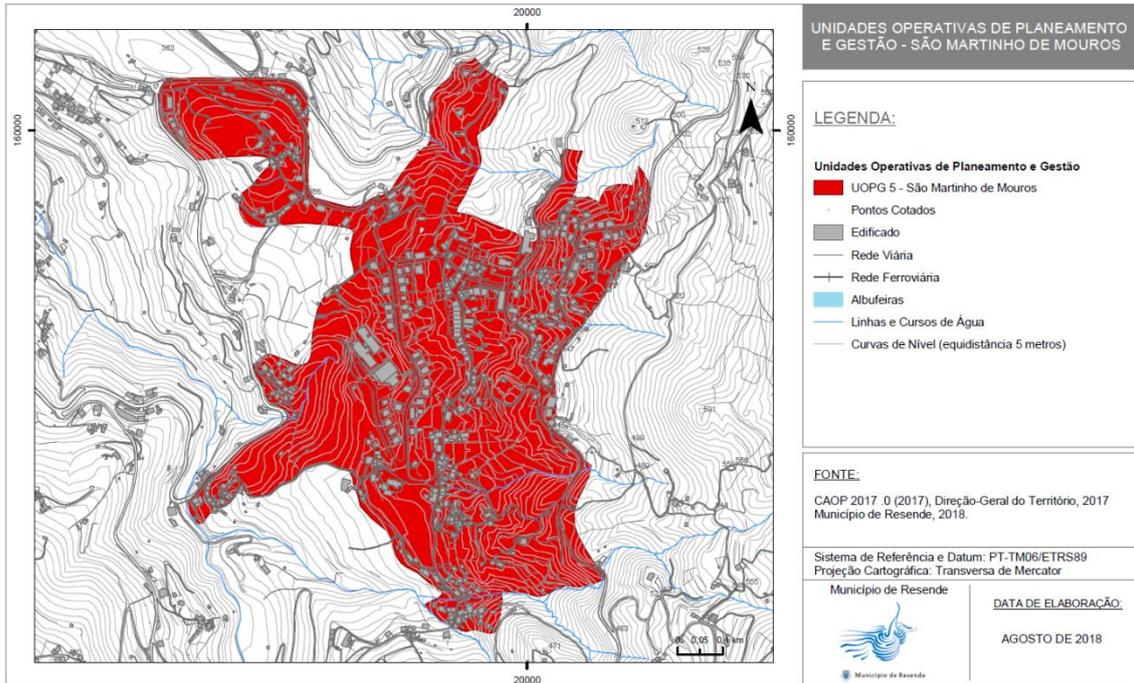
Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Até ao presente momento ainda não se procedeu à concretização da UOPG em causa.

## 5 — UOPG de São Martinho de Mouros

Abrange uma área da ordem de 70 ha e destina-se a assegurar a recuperação do seu núcleo urbano mais antigo e a integrar novos usos de habitação, serviços e renovação de equipamentos, assegurando o equilíbrio urbano, ambiental e paisagístico do conjunto, e corresponde à área a sujeitar a plano de urbanização.

Mapa 62. UOPG de São Martinho de Mouros



Elaborado pela GeoAtributo, 2018.

Até ao presente momento ainda não se procedeu à concretização da UOPG em causa.

## 7 CONTRIBUTO DOS PMOT PARA O ESTADO DO TERRITÓRIO

---

Torna-se relevante concretizar o modo como o planeamento municipal constituiu um referencial para orientar o rumo do que aconteceu no território. Desta forma, o planeamento deve ser encarado numa perspetiva cíclica, sendo fundamental a implementação de mecanismos de monitorização que permitam avaliar, não só o sistema de planeamento, como também a eficácia e eficiência da gestão do território.

O sistema de planeamento territorial português evidenciou uma grande dificuldade em acompanhar a rápida transformação dos territórios. Esta realidade justifica-se, em grande medida, ao facto de o modelo ser baseado em mecanismos de natureza normativa e regulamentar, já que os processos de elaboração dos planos de ordenamento permanecem complexos e burocráticos, caracterizando-se por uma acentuada morosidade.

No caso concreto do concelho de Resende, diversos aspetos referidos ao longo do presente relatório permitem identificar diversas dificuldades quanto ao conteúdo e aos mecanismos de elaboração e execução dos planos de ordenamento. A não execução das UOPG estabelecidas no PDM constitui um dos elementos mais significativos a este respeito, dado que as dificuldades encontradas refletem, em parte, a demora e complexidade da elaboração e implementação deste instrumento.

Centrámo-nos na avaliação do PDM de Resende, com o objetivo de perceber qual o nível de execução das suas propostas e o que ainda está por concretizar, procurando sempre identificar os possíveis fatores da sua não execução. Deste modo, a situação de referência (Parte I) assenta na descrição da dinâmica recente do território de Resende, através da apresentação das transformações ocorridas e das tendências instaladas no território desde a publicação do PDM em 2009.

Sempre que possível, o Relatório quantifica e qualifica as ações e os seus resultados, de forma a produzir uma síntese de cada objetivo programado, bem como uma análise global do PDM e do território, durante o período de referência.

Da reflexão realizada pode-se concluir que, de forma generalizada, se considera, quase uma década após a entrada em vigor do atual PDM, que a realidade que se observa no concelho de Resende está inevitavelmente transformada, impondo-se a revisão deste instrumento determinante para a estratégia de atuação e para o modelo de desenvolvimento e de organização espacial do território concelhio, vinculativo para a administração e os particulares.

No que respeita às dinâmicas urbanas, e para além da regressão demográfica e do envelhecimento populacional que perduram, os capítulos anteriores evidenciam o impacto da profunda recessão económica.

Em detrimento da prática exercida nos primeiros planos, que privilegiavam a expansão do solo, atualmente, os novos planos impõem o desafio de uma gestão urbana qualitativa. Esta nova geração de planos encontra-se centrada na utilização dos espaços já infraestruturados e de valorização do património existente, assumindo a reclassificação do solo rural em urbano como uma exceção e uma necessidade para concretização dos objetivos estabelecidos.

Esta visão que resulta das profundas alterações das condições económicas, sociais e ambientais, bem como da legislação de enquadramento (LBOTU e o RJGT), o que implica o redirecionamento dos objetivos de desenvolvimento do concelho, de forma a fazer face a novos e exigentes desafios. Efetivamente, as alterações introduzidas na programação do solo e a maior consciencialização sobre as questões sociais e ambientais, são abordagens que requerem uma nova estratégia de intervenção dos processos de planeamento e de gestão do território.

A elaboração de instrumentos de gestão do território de âmbito municipal assenta hoje numa relação de equilíbrios entre a definição da estratégia local numa perspetiva de futuro, cada vez mais incerta, e em coerência com os planos de âmbito regional e local, e a objetividade das componentes estruturantes do território, como o sistema ecológico, sistema viário, a malha urbana. De facto, a competitividade dos territórios depende da capacidade de atração e de fixação da atividade económica.

Os objetivos do PDM em vigor visavam promover o ordenamento do território concelhio, preservar e potenciar os recursos endógenos, promover o desenvolvimento sustentável, fixar a população do concelho, melhorar as acessibilidades internas e exteriores, melhorar as infraestruturas e equipamentos e dinamizar o tecido económico do concelho. Os indicadores apresentados neste relatório sobre o estado de ordenamento do território mostram que alguns dos objetivos estão ainda longe de serem conseguidos, nomeadamente a fixação da população, a melhoria das acessibilidades e dinamização económica. Por ventura, serão objetivos inatingíveis se posicionarmos um concelho como Resende, um território de baixa densidade, no contexto regional e nacional onde todos os municípios concorrem pelos mesmos objetivos. Mas estes objetivos são não só legítimos, mas fundamentais para a sustentabilidade de qualquer território. O desafio coloca-se na capacidade de diferenciação do concelho de Resende e na capacidade de resiliência do seu território e na capacidade de inovar e de acreditar no valor das novas gerações.

A próxima revisão do PDM deverá ser repensada de forma a articular as transformações em curso na sociedade e com a perspetiva de atração de investimento estratégico. É importante flexibilizar os planos

para que estes não excluam projetos de iniciativas inovadoras que poderão ser a alavanca do desenvolvimento sustentável dos territórios.

O modelo estratégico desenvolvimento territorial para o concelho de Resende, deverá assentar em três vetores importantes: melhoria das condições de vida, a preservação dos valores endógenos e a promoção do desenvolvimento económico.

Este quadro de referência servirá para a discussão da situação atual e constituirá a fundamentação e o ponto de partida para a definição dos objetivos e âmbito da próxima revisão do PDM.

Resende beneficia de uma posição turística privilegiada, ao localizar-se na margem esquerda do rio Douro, património mundial e um dos principais recursos turísticos da região Norte. Neste sentido, a consideração do turismo como vetor estruturante é preponderante para o crescimento e desenvolvimento territorial. Igualmente a Cereja de Resende é um recurso importante no concelho, tanto para o tecido económico do concelho, assim como para o turismo da região, apesar de se identificarem algumas lacunas relativas à organização dos produtores que se refletem na capacidade de escoamento e valorização do produto, são apontadas inúmeras potencialidades à capacidade produtiva do concelho.

As linhas de desenvolvimento para a próxima revisão do PDM de Resende deverão assentar:

- Na diversidade e sustentabilidade da base económica, com um reforçado espírito criativo e empreendedor, associado à qualificação contínua da sua população;
- Nas pessoas e nas comunidades, garantindo a qualidade de vida, maior igualdade de oportunidades e a inclusão integral de todas as gerações, numa visão de atratividade e fixação da população;
- Na valorização dos recursos naturais, da identidade do território, do património, da cultura e tradições, potenciando os recursos endógenos num território que se quer singular;
- No planeamento e gestão territorial, flexível, atempado e focado no cumprimento dos objetivos que estão definidos pelos diversos planos setoriais e de ordenamento do território.

Em suma, a definição dos objetivos para a próxima revisão do PDM deverá ter em conta as linhas de desenvolvimento, estabelecendo uma estratégia de desenvolvimento que venha a ser assumida técnica e politicamente, na perspetiva da execução efetiva das suas propostas.

Considera-se que o facto de a próxima revisão ser realizada já ao abrigo do novo enquadramento legislativo contribuirá também para que integre uma nova geração de instrumentos de ordenamento do

território mais estratégicos, cuja função do PDM será operacionalizar no território concelhio a visão estratégica para a região e para os recursos supramunicipais.

## BIBLIOGRAFIA

---

"Anuário Estatístico da Região Norte - 2016", Instituto Nacional de Estatística, 2017.

APDL (2018), em: <https://www.apdl.pt/header> (Acedido em 27 de julho de 2018).

"Área de Reabilitação Urbana (ARU) 01 do Núcleo Urbano de Resende" (/ data), Câmara Municipal de Resende.

"Área de Reabilitação Urbana (ARU) 02 do Núcleo Urbano de Caldas de Aregos" (/ data), Câmara Municipal de Resende.

"Área de Reabilitação Urbana (ARU) 03 do Núcleo Urbano de São Martinho de Mouros" (/ data), Câmara Municipal de Resende.

Câmara Municipal de Resende (2018), em: <https://cm-resende.pt/> (Acedido em 08 de junho de 2018).

Cermouros (2018), em: <http://cermouros.pt/> (Acedido em 27 de julho de 2018).

Sítios de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000, ICNF, 2013.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, 2018), em: <http://www2.icnf.pt> (Acedido em 11 de junho de 2018).

Direção-Geral do Património Cultural (2018), em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt> (Acedido em 12 de junho de 2018).

Agência Portuguesa do Ambiente (2018), em: [www.apambiente.pt](http://www.apambiente.pt) (Acedido em 13 de junho de 2018)

Decreto-Lei 90/90, de 16 de março, Série I, nº 63, publicado em Diário da República em 16 de Março de 1990, pp. 1296-1304, Ministério da Indústria e Energia.

Decreto-Lei nº 86/90, de 16 de março, Série I, nº 63, publicado em Diário da República em 16 de março de 1990, pp. 1254-1264, Ministério da Indústria e Energia.

Decreto-Lei nº 84/90, de 16 de março, Série I, nº 63, publicado em Diário da República em 16 de março de 1990, pp. 1242-1244, Ministério da Indústria e Energia.

Decreto-Lei nº 382/99, de 22 de outubro, Série I-A, nº 222, publicado em Diário da República em 22 de outubro de 1999, pp. 6623-6627, Ministério do Ambiente.

Decreto-Lei nº 127/2005, de 05 de agosto, Série I-A, nº 150, publicado em Diário da República em 05 de agosto de 2005, pp. 4521-4527, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

XIV e XV Recenseamentos Gerais da População, Instituto Nacional de Estatística, 2018.

Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2018), em: <https://tradicional.dgadr.gov.pt/> (Acedido em 26 de julho de 2018).

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (2018), em: <https://www.dgeste.mec.pt/> (Acedido em 19 de julho de 2018).

Portal das Escolas, em: <https://www.portaldasescolas.pt> (Acedido em: 19 de julho de 2018)

Portal da Habitação, em:

[https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/aru\\_vermais.html](https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao/aru_vermais.html) (Acedido em: 01 de agosto de 2018).

Segurança Social, em <http://www.seg-social.pt> (Acedido em 19 de julho de 2018).